

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: A UNE NO PERÍODO
DA DITADURA CIVIL-MILITAR E OS CONGRESSOS EM PIRACICABA**

JOÃO PAULO PIRES DAS NEVES

Piracicaba, SP
2016

JOÃO PAULO PIRES DAS NEVES

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: A UNE NO PERÍODO
DA DITADURA CIVIL-MILITAR E OS CONGRESSOS EM PIRACICABA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Unimep como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Romero Amaral
Vieira

Piracicaba, SP
2016

João Paulo Pires das Neves. CONSCIÊNCIA POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: A UNE NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR E OS CONGRESSOS EM PIRACICABA. Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Unimep como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Data da aprovação: 29/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira
Universidade Metodista de Piracicaba – Orientador

Prof. Dr. Wagner Montagnini
Faculdade Claretiano de Rio Claro

Prof. Dr. Uassyr de Siqueira
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof.^a Dr.^a Anna Maria Lunardi Padilha - Suplente
Universidade Metodista de Piracicaba

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, que me possibilitou fazer esse mestrado; sem ela nada seria possível. Ao meu pai, que não está conosco desde setembro de 2009, e que de certa forma também me ajudou a prosseguir nos meus estudos. À minha irmã, pelas longas conversas sobre o tema de pesquisa.

Agradeço principalmente ao meu orientador, Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira, pelos ensinamentos promovidos e por sua paciência em me ajudar nas minhas dificuldades na pesquisa acadêmica e no tema estudado.

Ao Grupo de Estudo Marxismo e Educação, que me auxiliou no método de análise da dissertação.

Aos professores da minha banca, Prof. Dr. Wagner Montagnini, Prof. Dr. Uassyr de Siqueira e Prof.^a Dr.^a Anna Maria Lunardi Padilha, que contribuíram e muito no texto da dissertação, historicamente pelos autores recomendados e no método, no qual sou mero iniciante e fiz o possível para aprender.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sem cujo financiamento esta dissertação e meu título de mestre não seriam possíveis. Com o agradecimento, segue também minha aspiração para que se aumente o número de bolsas no país, para que os filhos da classe trabalhadora possam empreender estudos nesse nível em estabelecimentos de ensino superior que considerem uma “verdadeira” formação crítica e conscientizadora para, de alguma forma, ajude a transformar a sociedade, rumo à uma sociedade sem classes!

RESUMO

O movimento estudantil brasileiro destaca-se pelas muitas atuações que empreendeu durante a sua longa trajetória de existência. Com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, torna-se relevante investigar os principais fundamentos e ações instituídas e assumidas por esse órgão representativo estudantil; compreender as ações das principais correntes que atuaram em seu interior e, principalmente, daquelas que o comandaram durante o período histórico proposto como recorte para o presente estudo. Este trabalho de pesquisa estende-se sobre este movimento desde a sua fundação até o início da década de 1980, e debruça-se sobre algumas participações e posições do movimento estudantil firmadas perante as classes sociais em momentos decisivos da História do Brasil, com enfoque no período da Ditadura Civil Militar (1964-1985). Apesar de toda sua história apresentar uma natureza combativa, a partir dessa época, o movimento estudantil brasileiro passou a ser violentamente perseguido por sua opção ideológica em favor de uma classe social oprimida e contrária ao seu próprio *ethos* originário: a classe burguesa. As fontes e os documentos consultados revelam-nos as perseguições que os militantes da UNE sofreram desde o final da década de 1950, e que de certo modo, continuaram durante a realização do XXXII e o XXXIV congresso da UNE, realizados na cidade de Piracicaba, respectivamente nos anos de 1980 e 1982.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Redemocratização. Período de Abertura Política. Ditadura Civil Militar. Cidade de Piracicaba.

ABSTRACT

The Brazilian student movement stands out for the many actions it has taken during its long history of existence. With the creation of the National Union of Students (UNE) in 1937, it becomes relevant to investigate the main principles and the actions instituted and assumed by this student representative body; understand the actions of the main groups that acted inside it and especially those which commanded it during the historical period proposed for this study. This research extends this movement from its foundation until the early 1980s, and focuses on some interests and positions of the student movement signed before the social classes at decisive moments in the history of Brazil, with a focus on the Civil Military Dictatorship period (1964-1985). Despite its combative nature history, from that time, the Brazilian student movement became violently persecuted by their ideological choice in favor of an oppressed social class and contrary to its own originating *ethos*: the bourgeois class. Sources and documents consulted show us the persecution that UNE militants suffered since the late 1950s, and that in a way, continued during the course of XXXII and XXXIV Congresses of the UNE, held in the city of Piracicaba, respectively in 1980 and 1982.

Key-words: Student Movement. Democratization. Opening period Policy. Civil Military Dictatorship. Piracicaba City.

LISTA DE ABREVIATURAS

AI	Ato Institucional
AP	Ação Popular
Arena	Aliança Renovadora Nacional
ASFAP	Associação dos Favelados de Piracicaba
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CNBB	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IEP	Instituto Educacional Piracicabano
IPM	Inquérito Policial Militar
JM	Jornal Movimento
JP	Jornal de Piracicaba
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SNI	Serviço Nacional de Investigação
UEE	União Estadual dos Estudantes
UIE	União Internacional dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unimep	Universidade Metodista de Piracicaba
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	MÉTODO E METODOLOGIA DE PESQUISA	10
2.1	Método: Materialismo Histórico e Dialético	11
2.2	As fontes: imprensa.....	21
3	A UNE: UM COMEÇO, UM FIM, UM RECOMEÇO	39
3.1	Os primórdios do movimento estudantil brasileiro: a construção da UNE	40
3.2	Apesar da origem, uma nova fase do movimento estudantil: comunista, a revolução como pauta	49
3.3	Um fim para um recomeço	59
3.3.1	<i>Congressos da UNE na ditadura – Ilegais para uns, representativos para outros</i> 80	
3.4	Retorno do movimento estudantil – a conscientização de classe também retorna?	86
4	XXXII CONGRESSO DA UNE	97
4.1	A realidade de Piracicaba na Ditadura	97
4.1.1	<i>A Instituição em Piracicaba responsável pela acomodação dos estudantes – Unimep</i>	103
4.2	Preparativos para o XXXII Congresso da UNE	110
4.3	Repressão e ameaças	116
4.4	Posições políticas das tendências estudantis	123
4.5	Congresso: início, pautas e reivindicações	129
4.6	Resultados finais do XXXII	139
5	XXXIV CONGRESSO DA UNE	142
5.1	Preparativos para o XXXIV Congresso da UNE	143
5.2	Repressão e ameaças	147
5.3	Posições políticas das tendências estudantis	150
5.4	Congresso: início, pautas e reivindicações	151
5.5	Resoluções finais do XXXIV	159
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS – A CONTRADIÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL: A CONSCIENTIZAÇÃO DIVERGENTE DA ORIGEM	163
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
	FONTES	176
	ANEXO A	177

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi estudar o movimento estudantil brasileiro sob comando da UNE a partir de 1937 com enfoque nas suas atuações perante as classes sociais no período da Ditadura Civil-Militar e nos Congressos da entidade realizados na cidade de Piracicaba nesse período, nos anos de 1980 e 1982.

A simpatia por esse tema surgiu no segundo semestre de 2012, na minha Iniciação Científica, que durou um ano, empreendida no meu curso de História, cujo objeto de análise era bem maior, intitulado o projeto de: A cidade de Piracicaba no período de redemocratização: Um levantamento dos movimentos políticos e sociais durante o processo de abertura política (1974-1984). Nesta dissertação, porém, além de utilizar fontes desse trabalho de 2013 – órgãos da imprensa -, analisei outras fontes que me deram mais luz sobre o objeto de pesquisa, utilizando-me do arquivo da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep – Entidade que acomodou os participantes dos congressos da UNE) e principalmente do Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), que me fizeram ter uma visão singular do movimento estudantil brasileiro.

Entendo que é um trabalho histórico relevante, já que há poucos estudos empreendidos sobre a presença do movimento estudantil brasileiro na cidade de Piracicaba, local onde importantes congressos estudantis foram realizados em um período de Ditadura Civil Militar (1964-1985). Propus-me a demonstrar, também, a importância dos congressos estudantis para a área de educação, pois os estudantes debateram politicamente sobre esse tema em seus respectivos congressos, propugnando pela sua universalização, pela garantia de educação pública e conscientizadora, enfim, uma educação melhor para o povo brasileiro – pelos menos nos congressos a partir da década de 1960 esse era o propósito.

Parti de uma análise bibliográfica com autores que são importantes no estudo do movimento estudantil no país, para compreender melhor o tema proposto e então avançar. A partir dessa análise, construí uma hipótese em que os militantes do movimento estudantil brasileiro, a partir de aproximadamente o final da década de 1950 e início da década de 1960, adquiriram uma consciência ideológica e adotaram um discurso que foi o motivo de serem profundamente perseguidos pelos militares por todo o período da Ditadura Civil Militar brasileira. Sendo isso que tentei sustentar na minha dissertação.

No segundo capítulo, apresento a metodologia usada para analisar o objeto e o contexto histórico, as fontes utilizadas e seus referenciais teóricos. O método usado para analisar esse período histórico tão conturbado da recente História brasileira foi o Materialismo Histórico Dialético, que oferece as melhores ferramentas de acordo com a hipótese levantada; com os conceitos de classe, consciência de classe e luta de classes – e também por me identificar e entender que este método é o que melhor proporciona uma explicação para a realidade em que vivemos. Por isso utilizo também Thompson (1987), que vê a classe e sua consciência como algo construído historicamente, sendo relevante a experiência de seus integrantes e um processo cultural, não estático e sempre em movimento.

No capítulo três, apresento a construção da União Nacional dos Estudantes, abarcando seus diversos períodos. Primeiro a sua afirmação como o maior órgão estudantil perante os estudantes, o rompimento da amarra estatal que possuía no início, e sua já forma combativa; na década de 1960, o novo caráter da UNE, a aproximação com os interesses dos trabalhadores, formando em diversos grupos estudantis uma consciência de classe, gerando assim sua perseguição pela classe burguesa; a época ditatorial, com a desintegração do movimento e a destruição da UNE, em 1968, e, na segunda metade da década de 1970, a volta do movimento estudantil e sua preocupação em reconstruir suas entidades representativas, e se uma opção ideológica pela a classe explorada e um discurso marxista ainda estava em voga.

Nos dois últimos capítulos analisei o XXXII e o XXXIV Congressos da UNE no município piracicabano. Procurei investigar, por meio das fontes consultadas, a hipótese construída e se ainda era forte a consciência de classe nos estudantes; o que propunham as correntes estudantis que venceram as eleições da UNE em 1980 e 1982 e se, como na década de 1960, procuravam uma aliança “Operária-Estudantil-Camponesa” para a transformação da realidade.

2 MÉTODO E METODOLOGIA DE PESQUISA

Todo começo é difícil em qualquer ciência.

Karl Marx

A Ditadura Civil-Militar foi deflagrada por um golpe desferido na madrugada de 01 de abril de 1964, por uma classe social dominante, a burguesia, e instaurou um regime autoritário no Brasil, que permaneceu por duas décadas. Nesse período, repleto de grandes tensões, prevaleceram tanto interesses pessoais como de grupos nas disputas políticas, sociais e econômicas, e se estabeleceram práticas e exercícios de poder por meio da afirmação e construção de ideologias e visões de mundo conflitantes. O Materialismo Histórico Dialético foi utilizado como referencial teórico-metodológico para analisar o contexto e o objeto propostos na presente pesquisa por ser uma das abordagens que oferece melhores ferramentas conceituais para analisar um momento tão conturbado da recente história brasileira e, em segundo lugar, por proporcionar a melhor explicação para a realidade em que vivemos.

O Estado capitalista, mesmo afirmando a igualdade nas esferas política e jurídica, tem o objetivo de manter uma dominação da burguesia sobre os trabalhadores de forma velada. A igualdade prezada na democracia burguesa é na verdade a liberdade do capital em explorar os trabalhadores.

De acordo com essa reflexão/denúncia, todas as vezes que os conflitos ameaçarem a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas sobre os trabalhadores; muitas vezes, inclusive, abolindo a própria democracia burguesa. Marx tem toda razão quando afirma que a democracia burguesa apenas funciona democraticamente quando assim interessa à classe dominante. Quando for do interesse dos capitalistas suspender a ordem democrática para melhor reprimir os trabalhadores, assim será feito. (LESSA; TONET, 2011, p. 85-86).

Utilizei algumas categorias do Materialismo Histórico e Dialético que permitiram analisar e compreender o movimento estudantil no cenário proposto. Parti do pressuposto de que os estudantes nessa época estiveram muito próximos de alguns dos objetivos manifestados pela classe trabalhadora. Algumas correntes políticas em que o movimento estudantil estava dividido tinham características ideológicas que permitiram a construção de uma consciência de classe que se aproximava da classe trabalhadora, adotando um discurso marxista, apesar de que, como veremos, a grande maioria dos estudantes não era propriamente oriunda do operariado e, sim, da

burguesia. Essa aproximação foi um dos motivos pelo qual muitos estudantes foram barbaramente perseguidos, alguns torturados e outros mortos pelo Regime Militar. Identificaram-se com o sofrimento da classe trabalhadora e buscaram, principalmente de 1956 a 1968 e depois de 1974, pelo menos no interior de algumas correntes, acolher como seus os interesses daquela.

Neste capítulo são abordadas as fontes primárias¹ utilizadas para trazer luz ao objeto de análise, ou seja, os dois congressos da UNE ocorridos em Piracicaba, em que uma instituição de ensino, a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), colaborou, junto com poder municipal, na realização dos eventos em 1980 e 1982, inclusive acolhendo os estudantes.

Lancei mão do Jornal Movimento e do Jornal de Piracicaba com o intuito de coletar os dados, que, analisados, foram utilizados para sustentar os argumentos aqui propostos. Como suporte metodológico para análise das fontes jornalísticas, utilizei primordialmente o trabalho de Cruz e Peixoto (2007), que trata da imprensa como fonte histórica. Consultei os arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), na tentativa de obter informações sobre os dois congressos da União Nacional dos Estudantes; assim como arquivos da própria Unimep.

2.1 Método: Materialismo Histórico e Dialético

Por meio do método desenvolvido em seus estudos elaborados a partir da sua crítica à dialética de Hegel, ao materialismo mecânico de Feurbach, ao socialismo utópico e à Economia Política Clássica, como Ricardo e Smith, Marx buscou estudar a sociedade instaurada após o feudalismo – o capitalismo. Esse autor, nos seus estudos sobre a sociedade capitalista, construiu categorias que foram imprescindíveis para entendê-la, e, dessa forma, criou um método que tem por base o pressuposto materialista da história, segundo o qual o que determina nossa consciência é a realidade na qual vivemos. Nós não escolhemos em que realidade nascemos, ela já está dada, assim, o que determina nossa consciência é o aspecto material. Diferente do que acreditava Hegel, que a sociedade era determinada pelo Estado, Marx afirma que o Estado é uma expressão da sociedade civil.

¹ Fontes primárias são documentos construídos ao mesmo tempo em que acontecem os eventos por elas narrados.

Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels destacam que toda a história humana tem como pressuposto os seres humanos vivos, a produção social da vida; quando nascem, já estão inseridos em um mundo desenvolvido historicamente e isso é anterior à sua consciência. E isso tudo não é natural, mas sim um processo da produção humana. A realidade exerce influência material na consciência dos indivíduos; entretanto, concomitantemente, a consciência age na realidade e a altera, num processo dialético. (MORAES, 2012, p. 153-154).

A nossa sociedade é fruto de sociedades anteriores, havendo um acúmulo de conhecimentos ulteriores, mas isso não ocorre de maneira linear, e sim dialética. Os homens já encontram a sociedade desenvolvida pelas gerações que os precederam, assim, a história humana, da humanidade, está sempre em movimento e está conectada:

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de actividade que lhe foi transmitido mas em circunstancias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma actividade radicalmente diferente. (MARX; ENGELS, 1976, p. 44).

O homem, para poder sobreviver, precisa comer, vestir, habitar, em suma, suprir suas necessidades básicas. Para isso, ele transforma a natureza – isto é trabalho.

O modo de produção social da vida, no qual o grau de desenvolvimento é estabelecido pelas forças produtivas (Homem em relação com a Natureza), determinará como o ser humano vive, como será sua formação política, jurídica, bem como ideológica. Dessa forma, a estrutura econômica, que é o modo de produção social da vida determina a superestrutura, a forma do Estado². A organização social, ensejada na sua expressão política, é determinado pelas forças produtivas, que se expressam na produção, no comércio e no consumo.

A dialética – modo pelo qual Marx entende a formação das sociedades – tem como estrutura a negação das partes, fazendo surgir uma com características das

² Paulo Netto (2011) destaca que “a produção e a reprodução da vida real apenas em última instância determinavam a história [...]”. E retomando Engels: “Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o *único* e determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda”. (MARX; ENGELS, 2010 apud PAULO NETTO, 2011, p. 14, grifos do autor).

duas anteriores, não sendo uma nem outra, mas sim uma nova. Assim, o desenvolvimento das sociedades tem sua afirmação, sua negação e a negação da negação, ou seja, a sua tese, antítese e síntese. É por isso que toda sociedade já traz em si mesma a sua superação.

Dessa forma, é preciso entender que as forças produtivas criadas num determinado período histórico vão se desenvolvendo e com isso chega uma época em que as superestruturas não a suportam mais; para continuarem se desenvolvendo precisam de uma ruptura, uma “revolução”. Os responsáveis por esse modo de produção, como dito, são os próprios homens, que o fazem para suprir suas necessidades a partir da transformação da natureza.

Desde que os homens deixaram de constituir sociedades primitivas (sem nenhuma conotação pejorativa ou romântica), em que não havia divisão de classes nem divisão do trabalho manual e intelectual, e formaram determinados estados onde aparece a divisão entre eles – separação entre aqueles que pensavam e aqueles que trabalhavam³ – as sociedades começaram a ser divididas entre aqueles que mandavam, a classe dominante, e aqueles que eram dominados e explorados⁴. A partir disso, a História dos homens é a história da luta de classes, a luta entre aqueles que dominam e aqueles que trabalham para sustentar os que dominam. Essas classes foram diferentes ao longo da história, com características e funções distintas, mantendo, entretanto, o molde de ser uma a dominante e, a outra, a dominada e

³ Segundo Marx e Engels (1976): “A divisão do trabalho só surge efectivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual”. (p. 37).

⁴ Segundo Marx e Engels (1998), desde os primórdios da História, encontramos as sociedades divididas em classes, com variação de grau destas em escalas sociais. “Na Roma Antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos. Na Idade Média, senhores feudais, vassallos, chefes de corporação, assalariados, aprendizes, servos. Em quase todas estas classes, mais uma vez, gradações secundárias”. (p. 09). Nesses sistemas, “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder *material* dominante numa dada sociedade é também a potência dominante *espiritual*. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante”. (MARX; ENGELS, 1976, p. 55-56, grifos dos autores).

explorada; até chegarmos à sociedade capitalista, dividida principalmente entre burgueses e proletários⁵.

Como vimos, para Marx, o trabalho é a objetivação do homem, mas deixa de sê-lo no capitalismo, que separa o objeto de seu produtor; transformando o trabalho em alienação. E, como a sociedade é um reflexo das forças produtivas, quando o trabalho é alienante, transforma toda a sociedade em alienada. A forma como o homem vive depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas, da sua relação com a natureza; e o trabalho deve suprir suas necessidades reais. Quando isso é alienado, separando o homem do resultado de seu trabalho, a sociedade inteira é alienada e muitos homens não conseguem nem suprir suas necessidades nas sociedades de classes, vendendo sua força de trabalho para outro enriquecer.

Na sociedade capitalista, a alienação está na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. Isso porque o ser humano, nos seus relacionamentos com a natureza, através do trabalho, se humaniza; quando não controla mais esse processo com consciência, ele se coisifica, pois o seu produto não lhe pertence, assim, o homem se distancia da natureza, estando alienado dela; o trabalho se transforma numa forma de sobreviver e não mais de viver, o trabalho não é mais para si mesmo, é para o outro; e como o trabalho se separa da humanização do homem, transforma-se em mera mercadoria e não mais estabelece o vínculo entre indivíduos.

Com a objetividade de relações assim expressada no plano das ideias como uma ideologia, o homem assume como suas as ideias da classe dominante, que desagregam e exploram; passa a enxergá-las como algo coerente e necessário. (MORAES, 2012, p. 157).

Para Marx, a essência de toda a alienação é a consideração do ser humano como mercadoria, sem buscar atender às suas necessidades como ser humano. (LESSA; TONET, 2011, p. 99).

⁵ “Burguesia significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem os meios da produção social e empregados assalariados. Proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não ter meios de produção próprios, são reduzidos a vender a própria força de trabalho para poder viver”. (MARX; ENGELS, 1998, p. 63). E ainda, a burguesia surgiu no feudalismo, dos servos da Idade Média, nas primeiras cidades onde também surgiram os elementos burgueses; e com as grandes navegações que proporcionaram a descoberta de novas terras (África, América, Índias Orientais, China etc.), aumentaram as trocas e o comércio, bem como a indústria, transformando a sociedade no já exaurido feudalismo; e, passando para sociedade capitalista, a burguesia torna-se a nova classe dominante, com novas formas de dominações. (Idem, p. 10).

A função social da transformação da natureza – que, como já vimos, funda o ser humano – ganha agora uma nova qualidade. Os meios de subsistência e de produção, imprescindíveis para a reprodução de toda e qualquer sociedade, serão produzidos agora com a finalidade de enriquecer a classe dominante. O que passa, agora, a dirigir o trabalhador no processo produtivo não são mais as necessidades humanas do trabalhador – ou mesmo qualquer pessoa humana – mas as necessidades para a acumulação da propriedade privada da classe proprietária.

Com isto o trabalho deixa de ser expressão vital do desenvolvimento das novas necessidades e possibilidades de desenvolvimento de todo o gênero humano e se converte em uma atividade cuja função social predominante é produzir a propriedade privada. (LESSA; TONET, 2011, p. 93).

A desumanidade – para Marx, a própria alienação – no sistema do capital, na relação entre burguês e proletariado, “está no próprio fato de existir salário”, não importa se são baixos ou altos. O sistema capitalista trata o ser humano como qualquer outra coisa, contanto que se garanta o lucro da burguesia.

A alienação, segundo Lessa e Tonet (2011), faz com que os homens pensem que a sociedade burguesa, a individualização, a mesquinhez, em suma, todos os males desse sistema sempre existiram e que são inerentes ao homem, não um processo construído historicamente. (p. 88-89).

Sobre as categorias, é imprescindível tratá-las também como históricas, valendo somente em seu tempo histórico e podendo somente ser usadas neste e não em outras épocas e períodos, como se fossem algo natural. A realidade precisa sofrer uma transformação para que novas categorias surjam.

[...] os homens, ao desenvolverem suas faculdades produtivas, ou seja, ao viverem, desenvolvem certas relações entre eles, e [...] a natureza dessas relações muda necessariamente com a modificação e o desenvolvimento das faculdades produtivas. [...] as *categorias econômicas* são apenas *expressões abstratas* dessas relações reais, permanecendo como verdadeiras apenas enquanto essas relações subsistem. Portanto, incorre no erro dos economistas burgueses, que veem essas categorias econômicas como eternas e não como leis históricas, próprias de um desenvolvimento histórico particular, de um desenvolvimento das forças produtivas. (MARX; ENGELS, 1987 apud MORAES, 2012, p. 69).

Dessa forma, a partir disso tudo apresentado, é preciso agora demonstrar como o método criado por Marx, Materialismo Histórico e Dialético, pode ser aplicado em pesquisas nas análises de objetos e contextos históricos.

O método, para Marx, é para apreender as relações constitutivas do objeto por parte do sujeito. Não basta o objeto emitir luz, é preciso olhos para vê-la. E para a dialética o sujeito precisa ser fiel ao movimento desse objeto de pesquisa. Marx oferece uma teoria para se estudar a sociedade burguesa. (PAULO NETTO, 2002).

Paulo Netto aponta que Marx não deixou regras para seu método, como fizeram outros cientistas sociais e, citando Lênin, afirma que Marx não criou uma lógica de pesquisa e sim descreveu a lógica do capital. Assim, apreende-se o método marxiano através de sua teoria, dos estudos que fez da sociedade capitalista, conhecimento real daquilo que Marx produziu. Ele deixou algumas poucas páginas sobre seu método, diluídas em suas obras, como a Ideologia Alemã, Livro 2 do Capital, Contribuição à crítica da economia política, entre outras. (PAULO NETTO, 2002).

O método marxiano é dividido em dois, o Método de pesquisa e o Método de exposição. No primeiro, apropria-se do objeto, apreendendo sobre ele; fazem-se as perguntas, os registros e relatos do processo de conhecimento. No segundo, como o nome já diz, se expõe o que se aprendeu, escrevendo, redigindo o resultado da investigação, do processo de conhecimento, respondendo às perguntas do primeiro método. (PAULO NETTO, 2002).

Na utilização do método Materialista Histórico e Dialético, é preciso partir de um objeto de estudo que será, num primeiro momento, uma abstração, pois nessa etapa só é possível perceber sua aparência; ela é importante como ponto de partida, mas esconde a essência do objeto, o que está por dentro. Conhecer, para Marx, é negar a aparência (negar é diferente de ignorar, é criticar e não desprezar), o conhecimento vai além da aparência, negando a factualidade. A faculdade de abstração, segundo Marx, é imprescindível para o fato teórico, mas é preciso superar essa abstração, elevando ao concreto o objeto de pesquisa.

Para tanto – elevar do abstrato ao concreto – é preciso investigar, encontrar categorias. Marx não trabalha com definições, para ele é preciso operar o objeto com a saturação de suas determinações. Dessa forma, conhecer algo é conhecer suas determinações, de múltiplas ordens e naturezas, buscando assim mediações. Para Marx, as categorias são expressões ideais de traços efetivamente constituídos do real, sendo impossível a elaboração teórica sem o recurso da categoria; assim, o sujeito não cria e sim extrai do objeto que expressa o modo de ser e as formas de ser da realidade. (PAULO NETTO, 2002).

Com isso, analisando as categorias clássicas, com suas diversas contradições, como trabalho, mercadoria, capital, classe, consciência etc., assim como outras novas, retiram-se particularidades do maior que é o abstrato, que se transformará em concreto pensado (o concreto é o movimento do pensamento, com a síntese das

múltiplas determinações). Esse caminho percorrido do abstrato ao concreto, da particularidade ao universal, dará o sentido de totalidade, não uma totalidade no sentido de abarcar tudo que existe (como é pensado no senso comum), mas uma totalidade que segue a característica da dialética para se alcançar o conhecimento através de particularidades e singularidades do objeto de cuja abstração se chegará a um concreto, conhecendo assim sua essência e não somente sua aparência, já que, como retoma Paulo Netto (2011), “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação (a aparência) e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1974 apud PAULO NETTO, 2011, p. 22) e ainda: “As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas”. (MARX, 1982 apud PAULO NETTO, 2011, p. 22).

Marx, em sua obra *Crítica da Economia Política – Introdução de 1859*, dá um excelente exemplo de seu método:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo [...]; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignoramos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. o capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo e, através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. (MARX, 1982 apud PAULO NETTO, 2011, p. 41-42).

Depois que fizermos essa passagem do abstrato ao concreto, temos ainda que voltar e fazer o percurso de modo inverso, mas dessa vez alcançado as determinações mais simples; obtendo com isso não uma representação caótica do todo e sim um grande número de determinações e diversas relações. (PAULO NETTO, 2011, p. 43):

O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade de diversos. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo. [...] *No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento.* (MARX, 1982 apud PAULO NETTO, 2011, p. 43, grifos do autor).

Segundo Paulo Netto (2002), a obra marxiana é rica em categorias, mas é preciso validar essas categorias para fazer o conhecimento avançar. E essas categorias descoladas de outras se tornam apenas um fetiche; essas categorias marxianas aplicam-se para pensar o objeto no circuito social. Dessa forma, não se pode apropriar delas sem considerar a relação do objeto com o circuito social, sob o risco de transformá-las de ontológicas em intelectivas, como se pudessem explicar tudo não importando o que seja.

Para Marx é preciso perpassar as categorias através de três planos para que ganhem vida; é fundamental ter em mente a totalidade, a contradição e a mediação, sem as quais, segundo Paulo Netto, as categorias estão “mortas”. As totalidades são movidas pela contradição, mas têm que ser mediadas; a realidade é compreendida pela totalidade, assim, não basta que o pensamento tenda para a realidade, é preciso que a realidade tenda ao pensamento. (PAULO NETTO, 2002).

Ainda segundo Paulo Netto (2011), ao contrário do que se possa imaginar, o sujeito para Marx tem que ser ativo e não passivo, pois a reprodução do objeto não é tal como se fosse algo mecânico. É preciso que o sujeito apreenda a essência do objeto, não sua aparência, sendo fundamental que ele o analise e critique no processo de pesquisa: “[o sujeito] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas”. (MARX, 1968 apud PAULO NETTO, 2011, p. 25).

Marx e Engels incorporaram desde a juventude a tradição em que foram formados, mas com uma profunda crítica e negação da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico e da economia clássica. Com isso, um dos principais aspectos do método que criaram, o Materialismo Histórico e Dialético, é uma grande capacidade crítica, capaz de desvendar aspectos ocultos e internos. (MORAES, 2012, p. 152).

É importante ressaltar, conforme adverte Paulo Netto (2011), que a teoria social de Marx, no que tange à questão do método, possui impactos que não se reduzem a uma natureza teórica ou filosófica, mas também à “ideopolítica”, pois relaciona-se a

um projeto revolucionário, e por isso desperta reações até hoje. No século XX, ninguém sofreu represálias políticas por ser durkheimiano ou qualquer outra matriz metodológica, “mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas”. (p. 10).

Essa foi a matriz metodológica que utilizei para estudar o movimento estudantil brasileiro, por meio de seu maior órgão estudantil, a UNE, com foco nos dois Congressos da entidade realizados no município de Piracicaba nos anos 1980 e 1982, em um contexto histórico em que a burguesia destruiu sua democracia e instaurou uma ditadura contra o proletariado. Para isso, estabeleci categorias e analisei as características estudantis que levaram aqueles estudantes a possuir uma consciência de classe diferente do seu meio de origem e como a realidade da época tornou possíveis manifestações nesse sentido, exercendo influência na consciência dos militantes da UNE.

Adotei, tendo como suporte Thompson (1987), as categorias marxianas de consciência de classe, classe e luta de classes. Na obra *A Formação da Classe Operária: I – A árvore da liberdade*, Thompson explica que considera “classe” não como uma categoria, mas como um “fenômeno histórico”:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo com uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p. 9, grifo do autor).

Thompson vê a classe operária como um “fazer-se”, existindo uma ação humana, que não surge de forma espontânea. Aponta para sua relação histórica, não podendo ser imobilizada, ela está sempre em movimento, com a presença de pessoas e contextos reais. Emerge a partir de interesses e experiências em comum, dos quais surge uma identidade; destacando-se daqueles cujos interesses diferem dos seus. A classe operária inglesa, por exemplo, durante os séculos XVIII e XIX, viu uma identidade de interesses entre si e um interesse contra os seus patrões, e, apesar de muita dividida, conseguiu se unir diante dessas diferenças. (THOMPSON, 1987, p. 12).

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Thompson destaca a importância da experiência e da consciência para a formação da classe – as experiências em comum, como aspectos culturais, em “tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”, herdadas ou partilhadas; e a consciência como um processo histórico e cultural:

Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. *A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.* (THOMPSON, 1987, p. 10, grifos do autor).

Thompson (1987) atribui grande importância ao processo histórico na formação de classe. Critica a estrutura de classe como tendo uma existência real a partir só de uma quantidade de homens que estão inseridos num meio de produção e com isso se deduz a consciência de classe que eles têm ou deveriam ter. Não era esse o significado que Marx adotou em seus escritos históricos, mas é encontrado em muitos estudos marxistas da contemporaneidade. Para Thompson, a consciência de classe também passa pela formação cultural:

Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas “defasagens” e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Entretanto, Thompson também critica a outra ideologia que prega que não existe classe, desprezando-a:

Mas um erro semelhante é diariamente cometido do outro lado da divisória ideológica. Sob certa forma, é uma negação pura e simples. Como a tosca noção de classe atribuída a Marx pode ser criticada sem dificuldades, assume-se que qualquer noção de classe é uma construção teórica pejorativa, imposta às evidências. Nega-se absolutamente a existência da classe. (THOMPSON, 1987, p. 10-11).

E se mesmo essa outra corrente ideológica acaba aceitando a classe como uma estrutura social, não o faz com a consciência de classe, vendo-a como algo danoso criado por intelectuais inoportunos:

Sob outra forma, e por uma inversão curiosa, é possível passar de uma visão dinâmica para uma visão estática de classe. “Ela” – a classe operária – existe, e pode ser definida com alguma precisão como componente da estrutura social. A consciência de classe, porém, é algo daninho, inventado por intelectuais deslocados, visto que tudo o que perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes “papéis sociais” (assim retardando o crescimento econômico) deve ser lamentado como um “sintoma de distúrbio injustificado”. O problema consiste em determinar a melhor forma de condicioná-“la”, para que aceite seu papel social, e de melhor “tratar e canalizar” suas queixas. (THOMPSON, 1987, p. 11).

Contudo, Thompson destaca que se deve estudar a classe num período histórico, reparando nos padrões de suas relações, bem como suas ideias e instituições. Mas também ter em mente que ela é definida pelos homens, que a fazem a partir deles na sua própria história. Nas palavras do autor:

[...] se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. **A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.** (THOMPSON, 1987, p. 12, grifos meus).

À luz de tais princípios elaborados por Thompson, analisei o objeto da pesquisa utilizando os conceitos marxianos de classe, consciência de classe e luta de classes.

2.2 As fontes: imprensa

Segundo Le Goff, a história passou a ser científica ao iniciar a crítica de documentos que chama de fontes. É o historiador, a partir de sua escolha, que transforma o documento em uma fonte; com isso, “nenhum documento é inocente”, devendo ser analisado, desestruturado e desmontado da sua função de monumento. Se é falso ou não, é só o começo da análise, mas o importante é “desmistificá-lo”. “Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade”. (LE GOFF, 2003, p. 109-110).

Na historiografia recente, as fontes históricas foram enormemente ampliadas, foi-se o tempo em que somente documentos oficiais e políticos eram admitidos como válidos. Dessa forma, outros tipos de documentos, quaisquer que sejam, podem ser analisados para a interpretação do passado. Le Goff, ancorando-se em Marc Bloch, destaca: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele”. (Idem, p. 107).

A partir disso, na minha dissertação, além de outros documentos, utilizo material de dois jornais que relataram sobre o período de pesquisa e um referencial teórico para analisá-los e transformá-los em fontes históricas.

Segundo Cruz e Peixoto (2007): “A importância crucial dos meios de comunicação na atualidade faz da reflexão sobre a comunicação social um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea”. (p. 254).

Assim, na área da História, seja no ensino ou na pesquisa, a imprensa está cada vez mais generalizada; como qualquer outro documento, ela remete ao campo do subjetivo e intencional, do que os pesquisadores precisam estar cientes. Segundo Cruz e Peixoto (2007, p. 254), esse tipo de fonte começou a aparecer em diversos campos de pesquisa, não sendo mais tratada como uma documentação sem valor histórico, mas, como qualquer outro documento, necessita ser analisada com um fundamento teórico e metodológico.

Assim, é neste processo de ampliação de nossa compreensão sobre as fontes que os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente a imprensa como documento de pesquisa e material didático para o ensino. [...] a imprensa periódica, seja nas suas variedades históricas e de veículos, grandes jornais diários, jornais regionais e locais, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, especializadas ou militantes, gibis, jornais alternativos ou de humor, seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiário corrente, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados; ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo, ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, críticas, e ensaios, as cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho e a charge, o classificado e o anúncio comercial – tem sido amplamente utilizada na pesquisa acadêmica e no ensino de história. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 255).

Ao abordar a informação divulgada pela imprensa, é necessário atentar para a historicidade. Como vivemos numa sociedade capitalista, o interesse burguês predomina em praticamente todas as esferas da sociedade e monopoliza a informação, dominando praticamente toda a imprensa.

Conforme Cruz e Peixoto (2007):

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reivindicação do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. [...] Propomos que é no interior de um processo histórico, que a cada desafio reinventou o mercado como centro da vida social e, que sob a égide do capital costura a hegemonia burguesa sobre os modos de vida, é que se pode indagar sobre a especificidade histórica de suas diversas temporalidades: desde os impactos da prensa de Gutemberg e dos primeiros jornais modernos na formação de uma esfera civil pública nas sociedades burguesas emergentes até o processo de concentração dos meios de comunicação que vêm formando poderosos conglomerados midiáticos, com enorme poder econômico e político, decisivos para o atrofiamento do espaço público e democrático na contemporaneidade. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

Dessa forma, não se pode utilizar inocentemente a grande imprensa da época da Ditadura, por exemplo, conforme citado pelas autoras, para estudar as movimentações de trabalhadores, de grupos populares, de movimentos de esquerda. (p. 256).

Os diversos meios de imprensa não foram feitos para que pesquisadores façam pesquisa; essa transformação de jornais, revistas ou outros materiais informativos em fonte histórica é uma escolha do historiador e precisa ser entendida

[...] como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. [...] Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. [...] Como propõe Laura Maciel, trata-se, em primeiro lugar, de “em nossa prática de pesquisa não (tomar a imprensa) como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais”. Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mas ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas, muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. (MACIEL, 2004 apud CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

Cruz e Peixoto (2007) destacam ainda que a imprensa, como a conhecemos, é um artefato da modernidade que carrega dentro de si linguagens e gêneros que foram

criados por esse tempo histórico. Assim, os jornais atuam desde o século XIX como uma força de hegemonia social:

No fomento à adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação;
 Na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc.;
 Na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social;
 Pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o **esquecimento**;
 No alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade;
 Na formação de nossa visão imediata da realidade e de mundo;
Na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259, grifos meus).

É importante saber a linha editorial da imprensa, como ela se insere na conjuntura cultural, social e histórica, para desvendar, como já dito, sua intencionalidade e historicidade. É relevante conhecer “como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura”, com quem se alia e quem são seus inimigos. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

A importância dos títulos e subtítulos, que funcionam como “manchetes”, indicando as formas de suas intervenções e as pretensões editoriais. Os títulos dos grandes veículos de imprensa, além de indicarem uma representatividade, “em nome de quem e de quais setores falam”, indicam um fator de abrangência, aonde querem que a notícia chegue e em defesa de quem. Em revistas especializadas, isso é mais fácil de perceber, como aquelas voltadas para a mulher, ou jornais voltados à classe trabalhadora e movimentos sociais, bem como revistas de humor. (Idem, p. 261).

Outra importante referência em jornais ou revistas é a composição do gráfico. Essa parte denota a organização e distribuição dos conteúdos nas seções interiores:

As capas e primeiras páginas: funcionam como vitrine da publicação que, por meio de “chamadas” de matérias, fotos, manchetes e slogans, indicam ênfase em determinados temas e questões;
 Partes e cadernos: propõem uma diferenciação, hierarquização e ângulos de abordagem dos conteúdos;
 Cadernos especiais e suplementos: indicam a emergência de ou novos campos temáticos, a secundarização de conteúdos ou ainda a abertura de espaço para interesses de grupos específicos;
 Edições comemorativas: indicam movimentos explícitos de produção e atualização de memórias;
 Seções diversas: editoriais, parte noticiosa e reportagens, artigos da redação, carta de leitores, anúncios denotam uma articulação específica dos “conteúdos” ao projeto gráfico/editorial;
 Colunas fixas assinadas: geralmente identificam a recorrência de uma ótica e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas;

Manchetes, colunagem, frisos, legendas: organizam e destacam conteúdos e propõem uma maneira de ler;
 Iconografia: ilustrações, fotos, caricaturas, charges, desenhos, gráficos que, buscando traduzir a posição editorial em outra linguagem, podem reforçar, completar, extrapolar e, por vezes, entrar em tensão com a abordagem da parte textual;
 Principais anunciantes, publicidade e seus espaços: indicam a articulação da publicação com determinados interesses empresariais e comerciais naquela conjuntura. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 262, grifos das autoras).

E, por fim, Cruz e Peixoto (2007) fazem uma importante consideração sobre as imprensas alternativas, que destoam da chamada grande imprensa e que se recusam a aderir à cultura dominante, posicionando-se na contramão:

Nesse caso, são aspectos da cultura popular os periódicos feitos por grupos ou classes que, *apesar* da padronização de culturas e modos de vida, querem na contracorrente das culturas e viveres dominantes, expressar seus próprios anseios com sua própria linguagem, e, desse modo se constituem como sujeitos. A imprensa que não é grande – local, regional, alternativa, popular, de resistência, nanica, radical – articula-se fortemente no campo da disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais. Ao lidar com estes procedimentos sugerimos que sejam articulados à problemática proposta e às formas históricas da imprensa no interior do campo de luta social no qual se engendram, seja ela a grande imprensa, a imprensa local ou regional, ou imprensa popular.

As perspectivas, teórica e política, que nos situam no tempo histórico do presente, têm como horizonte a crítica às versões autorizadas e o desafio de trazer à cena histórica a articulação de “*outras histórias*” que encontram nesse campo da imprensa espaço privilegiado para sua construção. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 269, grifos das autoras).

Visto isso, os meios de imprensa utilizados para pesquisar meu objeto de estudo, analisados à luz desse recurso metodológico proposto por Cruz e Peixoto (2007), são o Jornal Movimento – pertencente à imprensa popular e de resistência, apoiador dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, enfim, um jornal de esquerda, como ele próprio se designava; e o Jornal de Piracicaba, que, apesar de ser local, oriundo da cidade de Piracicaba, segue a linha da grande imprensa, de cunho liberal e conservador – como tentei demonstrar, de pensamento político direitista.

Jornal Movimento

A imprensa democrático-popular surgiu da necessidade do movimento dos trabalhadores de ter jornais que se distinguissem dessa imprensa [burguesa]. Nasceu como uma imprensa de luta pelos direitos dos trabalhadores.

Carlos Azevedo

O Jornal Movimento teve uma grande relevância no período de Ditadura Civil-Militar, sendo um veículo de imprensa alternativo aos grandes meios de informação. Teve uma vida curta, de julho de 1975 a novembro de 1981, e, como os outros jornais de mesma tendência, procurou destacar os movimentos de crítica ao regime vigente na época e dar voz aos movimentos sociais e populares.

Jornais alternativos somente se mantinham com a colaboração de jornalistas, trabalhadores, estudantes e intelectuais, não tendo investimentos de grandes capitais. Por serem os únicos meios de comunicação em que a sociedade podia manifestar sua opinião, foram os que mais sofreram com atos terroristas e a censura. Nesse contexto, o Jornal Movimento publicou em suas páginas os desejos por mudanças e transformações de camadas sociais e classes num momento histórico em que isso não era permitido. (AZEVEDO, 2011, p. V).

Carlos Azevedo, na sua obra “Jornal Movimento: uma reportagem” (2011), faz um estudo sobre esse jornal, desde sua fundação, suas características e abordagens, como enfrentou obstáculos para passar informações à sociedade pela sua combatividade e viés político, até seu fechamento em 1981. Para ele:

Jornal Movimento, uma reportagem é um trabalho sobre um dos mais notáveis exemplos da imprensa popular e democrática de nossa história recente. Popular porque a chamada imprensa alternativa, que alcançou grande repercussão e prestígio na década de 1970, foi construída pelo esforço e recursos de jornalistas, intelectuais, estudantes e trabalhadores, apoiada por um público leitor progressista, por uns poucos pequenos e médios empresários, e à margem de investimentos capitalistas. E democrática porque, no plano imediato, foi uma resposta à necessidade de manifestação de opinião e de articulação de amplos setores da sociedade, em oposição à ditadura militar que vigorava no País.

Movimento, em suas 334 edições, publicadas ao longo de seis anos e meio (de julho de 1975 a novembro de 1981), retrata um momento de grande riqueza histórica, em que as classes e camadas sociais que necessitam de mudanças para se desenvolver compõem uma frente mista ampla, conquistam várias vitórias e impõem o recuo do regime ditatorial. (AZEVEDO, 2011, p. 5).

Segundo Azevedo (2011), o objetivo desse meio de comunicação era criar um jornal de jornalistas, que acreditavam que sua tarefa era “não apenas descrever o mundo, mas ajudar a transformá-lo”. (p. 17).

O Jornal Movimento nasceu a partir do Jornal Opinião, outro jornal alternativo surgido durante a Ditadura Civil-Militar. Opinião começou suas atividades em um período bem mais repressivo desse regime, em 1972, os chamados “Anos de

Chumbo”, sob liderança da chamada “linha-dura” das Forças Armadas. Apresentava de forma aberta a sua oposição à Ditadura e era fortemente censurado.

Em 18 de fevereiro de 1975, o dono do Opinião, Fernando Gasparian, demitiu o editor chefe, Raimundo Pereira, por questões pessoais e desacordo com seu nível de combatividade, motivo pelo qual outros jornalistas se demitiram e, juntos, formaram o Jornal Movimento, com características mais progressistas e de esquerda. (AZEVEDO, 2011. p. 19-20).

De acordo com Azevedo:

Movimento existiu, de fato, em virtude de uma das mais amplas mobilizações políticas daquele período. Diversos setores da sociedade desde o início identificaram o jornal como uma ampla janela para o debate político e lhe deram respaldo, como os militantes e intelectuais de esquerda das mais variadas tendências e partidos. Foi o caso também dos católicos mais ligados à população pobre, aos movimentos eclesiais de base, com a ação em sindicatos de trabalhadores e movimentos de bairro, que, apoiados no jornal, deram impulso à oposição sindical metalúrgica, ao Movimento do Custo de Vida em São Paulo, e aos movimentos em defesa dos trabalhadores rurais sem terra, posseiros e índios. (AZEVEDO, 2011, p. 35).

O Movimento surgiu numa época já de abertura política, em que a sociedade brasileira, por intermédio de vários setores, começou a se manifestar de forma mais organizada, e no qual diversos fatores, internos e externos, foram determinantes para um longo processo de redemocratização. (SILVA, 2013)⁶. O jornal sendo utilizado para debates pelo movimento estudantil, por intelectuais e a oposição, bem como movimentos populares, o que levou à abertura de sucursais pelo país. Desde o princípio o programa do Movimento se caracterizou pela oposição à Ditadura, por ser um jornal popular e democrático e em defesa da soberania nacional e seus interesses. Isso tudo marcaria sua trajetória do início ao fim. (AZEVEDO, 2011, p. 29).

O Jornal Movimento teve acionistas que colaboravam para a manutenção do jornal, tinham consciência de que faziam isso não visando retorno financeiro, mas por um projeto político, de apoio à redemocratização que já se iniciara, e de contraposição ao Regime Militar.

⁶ Este tema de redemocratização será debatido mais a fundo no próximo capítulo.

Todo mundo sabia que, no fundo, aquelas ações era uma doação travestida de compra de cotas, uma forma legal de montar uma empresa sem que alegassem “o ouro de Moscou” ou coisa do gênero. E vendemos cotas adoidadamente, tanto que ficamos com 400 acionistas! As pessoas investiam a fundo perdido, arriscando-se até pessoalmente... Na ditadura em que vivíamos, para ser cotista tinha que ter coragem. (Entrevista com Francisco Marsiglia, apud AZEVEDO, 2011, p. 99).

Havia também aqueles, que, muitas vezes, assinavam o jornal em nome de outras pessoas:

Quarenta economistas assinaram o jornal, porém não quiseram fazer assinaturas no nome deles, com medo de retaliação do regime. Isso aí era muito comum, nós não conseguíamos vender mais assinaturas porque as pessoas tinham medo. Ser assinante do jornal era participar de uma lista de adversários do regime. (Entrevista com Teodomiro Braga, apud AZEVEDO, 2011, p. 39).

Nas páginas do jornal havia duas seções que eram muito significativas, dedicadas às condições de vida da população, a Cena Brasileira e a Gente Brasileira⁷. Segundo Azevedo (2011):

Decidiu-se por unanimidade que se pretendia um jornal mais popular e que, diante da impossibilidade de ser lido ou mesmo comprado amplamente, por exemplo, por trabalhadores sindicalizados, falasse de temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e que tivesse uma linguagem que pudesse ser entendida por eles (...). Disso decorreu uma preocupação em *Movimento* em descrever as condições de vida das massas, apresentar a cena brasileira, a gente brasileira. (p. 31).

Azevedo ainda relata que havia outra seção que era destinada a difundir o pensamento da esquerda, o Ensaio Popular, e uma outra que difundia a literatura nacional e novos escritores, a Histórias Brasileiras. (2011, p. 31-32).

O Jornal Movimento, além das censuras, que serão demonstradas adiante, sofria com atentados e terrorismos:

⁷ Na primeira edição do Jornal Movimento, nessas seções era para ser noticiado histórias de várias partes do Brasil relatada em quadros e como complemento os indicadores sociais dessas regiões, mas foi censurada. (AZEVEDO, 2011, p. 12). Outra notícia era intitulada “Subúrbio Carioca”, na qual relatava um quebra-quebra de trens que demoravam para sair da estação e atrasavam os trabalhadores no Rio de Janeiro: “A depredação começou metodicamente. Os passageiros desceram do trem, armaram-se de paus e pedras, e começaram a quebrá-lo (os gritos de ‘onde está o maquinista?’ não obtiveram resposta: ele já havia sumido). Vidros, janelas, bancos foram quebrados e arrancados, amontoados dentro dos vagões e incendiados. Parte da multidão seguiu para a estação, de onde expulsou os funcionários da bilheteria, arrancando depois móveis e telefones dos lugares, e atirando-os sobre a linha. De um telefone público, numa rua próxima, aos berros, um funcionário da estação (que um usuário viu e preferiu ignorar), gordo e careca, e de camisa aberta ao peito (onde se podia ver uma guia de Ogum), gritava para o Serviço de Segurança da Central: – Começou tudo outra vez! Começou tudo outra vez!”. (Idem, p. 13).

A sucursal do Rio foi [...] invadida pela polícia. Na manhã de 14 de abril de 1978, dois desconhecidos teriam chegado perguntando pelas “meninas do jornal”. Um vizinho respondeu que “havia muitas”, dado o entra e sai de estudantes. A sala foi revirada, os arquivos arrombados e um aviso foi deixado no quadro negro: “Tem que fechar”. Mais sinistro ainda, a porta da sala não havia sido forçada. Segundo Márcio Bueno, a polícia não foi nem mesmo checar as digitais. “Se a polícia quisesse, poderia identificar os invasores”, declarou ele à *Folha de São Paulo*. (Folha de S. Paulo, 14/04/1978, apud AZEVEDO, 2011, p. 42).

Outra situação ocorreu na sucursal de Campinas: após um acidente com o carro de Movimento, o vendedor de assinaturas, Álvaro Caropreso, foi detido pela repressão, depois liberado; o caso foi inusitado:

Ficamos lá esperando chegar o fusquinha da radiopatrulha pra fazer a ocorrência. Estávamos nesse papo quando dali a pouco chegou a polícia. Um caminhão da tropa de choque, desceu a tropa de choque imediatamente, um caminhão inteiro, perguntando quem é o cara? O sujeito da casa [que o ajudou após o acidente]: é ele. Eu fui imediatamente algemado e conduzido a uma delegacia. Fui levado até o jornal, em cima da mesa e ficaram ali com uma cara de orgulhosos. O delegado pegou uma edição do jornal e começou a folhear com atenção. Folheou, folheou, depois pegou outro, folheou, folheou... Até que se virou e falou: “Vocês apreenderam isso aqui porque vocês acham que é subversivo? Subversivo é o preço do feijão!” (AZEVEDO, 2011, p. 45).

Sobre a censura ao Movimento, Azevedo (2011) faz uma interessante abordagem sobre como a Ditadura trabalhava, suas etapas; primeiro a censura do próprio golpe feita à mão armada:

A primeira é a do próprio golpe. Foi o momento da censura à mão armada. Nele se destruiu um pedaço extraordinário da imprensa brasileira, toda a imprensa comunista e socialista, os jornais sindicais e estudantis. Foi destruído também, talvez o melhor dos grandes jornais do País, *Última Hora*, o maior representante da imprensa nacionalista e democrática, do jornalista e empresário Samuel Wainer. Era uma cadeia de jornais, com edições em várias capitais, cuja fundação, em 1950, havia sido apoiada pelo presidente Getúlio Vargas [...]. Apoiou o governo Vargas eleito em 1950, até o suicídio do presidente, em 1954. Depois, apoiou também o governo do herdeiro político de Vargas, João Goulart, até sua deposição pelo golpe militar em 1964. (AZEVEDO, 2011, p. 69-70).

E o golpe destruiu tanto essa imprensa mais progressista, como a de esquerda:

Ao falar da censura não se destaca suficientemente este ponto: o golpe armado de 1964 destruiu tanto a imprensa socialista como a nacionalista e democrática. Também não se destaca suficientemente que o golpe se voltou violentamente contra os comunistas. Os jornais comunistas tinham uma circulação quase livre. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) não tinha existência legal, mas tinha uma grande liberdade de atuação. Mantinha nas bancas vários jornais, entre eles o semanário *Novos Rumos*. O outro partido comunista, o PCdoB, tinha *A Classe Operária*. A esquerda católica editava o semanário *Brasil Urgente*. Outras correntes de esquerda tinham jornais, como o *Semanário*, o *Ligas*, das Ligas Camponesas. Com o golpe, seus dirigentes foram perseguidos, vários de seus jornalistas foram presos e mortos. As gráficas que possuíam foram invadidas e confiscadas. (AZEVEDO, 2011, p. 69-70).

Com isso Azevedo faz uma interessante ponderação:

Essa censura inicial foi a mais radical e muitos de seus efeitos persistem até hoje. Mesmo agora, quase meio século depois do golpe, o País não tem mais, em escala ampla, em nível nacional, nenhum jornal da chamada grande imprensa de qualquer modo parecido como o foi Última Hora⁸. (AZEVEDO, 2011, p. 69-70).

Com o Ato Institucional número 5, houve uma nova fase de censura, com o cerceamento de toda a sociedade e nos anos de 1973 e 1974 a censura fora intensa e pesada por causa da Guerrilha do Araguaia⁹. (AZEVEDO, 2011, p. 69-70).

Segundo Fico (2001): “A imprensa escrita foi uma das grandes vítimas da censura”. O diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) que era responsável por essa atividade, recebendo orientações do ministro da Justiça, “ambos atendo a diretrizes gerais ou a pedidos específicos provenientes das diversas instâncias do governo”. (p. 168).

Apesar de haver jornais com censura previa, Fico aponta que temas eram censurados e todos os meios de comunicação deveriam seguir, como “anistia, clero, educação, índios, liberdade de imprensa, moral e bons costumes, política, política econômica, subversão, sucessão presidencial, tóxicos e transamazônica”. E ainda que todos os órgãos da imprensa estavam submetidos à: “[...] censura não permanente (...), sistemática, porém velada fiscalização no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e as instituições”. (2001, p. 168-169).

⁸ Afirmação que pode ser feita também para a imprensa socialista/ comunista, bem como as de esquerda em geral, que atualmente não existe uma que tenha um alcance parecido com a imprensa de direita conservadora. Consequência que a população somente recebe uma única informação enviesada, praticamente um “uníssonos” ideológico.

⁹ Guerrilha organizada pelo PCdoB entre final de 1960 e começo de 1970, com a maioria dos guerrilheiros mortos pela Ditadura Civil-Militar.

No Jornal Movimento, a Ditadura praticava a censura de maneira intensa e até mesmo absurda, chegando a censurar partes que em outros jornais permitia:

A censura a Movimento teve episódios absurdos. Certa vez o censor vetou todos os nomes próprios de uma reportagem sobre a lei do inquilinato. Em outra ocasião cortou todos os “nãos” de uma matéria. Mas esteve longe de ser uma censura ridícula e aleatória. Os arquivos do Ministério da Justiça, a disposição no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, oferecem uma rica documentação de como o governo tratava Movimento. Os documentos evidenciam a preocupação e a seriedade com que as autoridades da ditadura o encaravam. Jamais lhe deram folga. Até 8 de junho de 1978, data em que foi suspensa, a censura prévia havia vetado no jornal 3.093 artigos na íntegra, além de 450 mil linhas de textos parcialmente cortados e 3.162 mil desenhos. Mais 4,5 milhões de palavras vetadas – cerca de 40% do conteúdo produzido, conforme balanço feito pelo semanário em sua primeira edição sem censura. (Movimento 154, 12/06/1978, apud AZEVEDO, 2011, p. 73).

O Jornal Movimento era encaminhado pelos censores para o Ministério da Justiça e para o Serviço Nacional de Inteligência (SNI). Até os agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) pegavam o jornal para coletar dados. E mesmo após o fim da censura prévia, em 1978, esses órgãos ainda observavam o Movimento e criavam relatórios. Há até dados sobre o fechamento do jornal em 1981. (AZEVEDO, 2011, p. 73-74).

Uma forma interessante para não se perder o material e propagá-lo era:

A partir do segundo número, enquanto o jornal ia para a gráfica, algum jornalista (em geral Tonico Ferreira) escrevia um minucioso “relatório da censura”. O bloco com três ou quatro páginas, detalhando as matérias que tinham sido vetadas, era enviado a cada uma das sucursais, aos acionistas e a colaboradores. Além da descrição dos cortes, o relatório trazia sempre considerações de repúdio à censura. (AZEVEDO, 2011, p. 76).

Quando passou a ser obrigatório enviar a edição para a Polícia Federal de Brasília (antes o trabalho era feito na própria guarnição da PF em São Paulo), ficou tudo mais complicado, o envio passou a ser por avião por meio de passageiros de voos comerciais. Paulo Barbosa, um funcionário, ia até o aeroporto e:

Ficava vendo quais voos iam para Brasília, qual era o primeiro que ia sair... Então ia lá e via quem estava fazendo *check-in* e conversava com ele, “olha isso aqui é um material de imprensa, o senhor leva pra Brasília? Um rapaz retira com o senhor no aeroporto”. A grande maioria aceitava, quase ninguém recusava. Isso naquela época, que todo mundo tinha medo... (Entrevista com Paulo Barbosa, apud AZEVEDO, 2011, p. 77).

Depois o pessoal de Brasília ligava para o de São Paulo e informavam quais matérias eram liberadas e censuradas, isso em demorados telefonemas interurbanos:

Em geral, na época em que eu fazia isso, falava com o Armando Sartori. E dizia assim: “Armando, matéria número 1”, ele tinha uma cópia lá, aí, eu falava: “... a página 1, liberada. Página 2, da linha 7 à 13, corta. Página 3 ...” e assim por diante, ou “matéria tá toda censurada”. Isso era um trabalho medonho, que tinha que ser feito toda semana. E a reação que se seguia era terrível, porque às vezes o repórter tinha trabalhado uma, duas semanas na matéria e ela era simplesmente vetada. Isso provocava choro, era uma desgraça. Você ficava naquela tensão tremenda. (Entrevista com Antonio Carlos Queiroz, apud AZEVEDO, 2011, p. 78).

Alguns momentos de forte censura em Movimento ocorreram quando o governo quebrou o monopólio da Petrobrás em 1975 e por ocasião do assassinato do jornalista Vladimir Herzog no mesmo ano. No primeiro o jornal quase foi fechado, além de outros, por dizerem que era arriscado ceder à exploração a estrangeiros; no segundo, o Movimento foi proibido de trazer qualquer notícia sobre Herzog, mas os jornalistas participaram das manifestações que ocorreram em favor dele. (AZEVEDO, 2011, p. 79-81).

A censura prévia começaria a cair somente em 1975 nos grandes jornais que já eram de tendência conservadora, como a Revista Veja¹⁰, O Estado de São Paulo, entre alguns outros. Em 1978 caiu a censura prévia em outros jornais mais combativos, como o Movimento. (AZEVEDO, 2011, p. 71). Contudo, segundo Fico (2001, p. 181): “[...] a censura persistiria até o fim do regime militar”.

O Jornal Movimento se engajara fortemente em temas proibidos pela Ditadura, principalmente quando caiu a censura prévia em 1978 sobre ele. Segundo Azevedo (2011), esse jornal foi um dos pioneiros a discutir a questão da Constituinte e, depois, da Anistia, lançando até um caderno especial que mostrava desde as anistias na Grécia Antiga até as que já houvera no Brasil, defendendo-a para os presos políticos e pedindo a condenação dos torturadores do regime. Esse caderno circulou um ano antes da promulgação da Lei da Anistia, em 1979. (AZEVEDO, 2011, p. 190-195).

Sobre a Constituinte, haviam sido discutidas as diversas opiniões e formas de sua implementação. Em de julho de 1977, o jornal divulgou o discurso de Lula sobre o tema:

¹⁰ Nesta caiu a censura em 1976 depois da saída de Mino Carta, atual proprietário da *Carta Capital*.

[...] tenho me manifestado meio contrário à Constituinte [...] já existiram três constituintes no Brasil. E a classe trabalhadora sempre ficou do mesmo tamanho. Isso porque a Constituinte sempre é formada pelas elites e pouquíssima gente está preocupada com a classe trabalhadora [...]. Ela tem que impor um rumo e não imporem a ela esse rumo. E hoje se abrem uma Constituinte, tenho certeza absoluta que a classe trabalhadora não estaria preparada para participar [...]. Se depender de mim, a classe trabalhadora de São Bernardo não será instrumento. (AZEVEDO, 2011, p. 186).

Os jornalistas de Movimento engajaram-se na movimentação dos metalúrgicos do ABC a partir de 1978, com a greve que parou várias fábricas desse cordão industrial, promovida pelo sindicalista que viria a ser o futuro presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva. Os operários criticaram a política do salário do governo pela manipulação dos índices de inflação do ano de 1974. Lula despontou nessas greves, para a imprensa e para os movimentos sociais, de esquerda e da redemocratização, bem como de grupos comunitários ligados à Igreja Católica. Cerca de 250 mil trabalhadores pararam de trabalhar e desafiaram o Regime Militar, que ainda proibia greves. (AZEVEDO, 2011, p. 223-224).

Azevedo faz uma interessante consideração sobre esse jornal, segundo ele esse meio de comunicação:

[...] fez a mais completa e lúcida cobertura do movimento grevista, deu atenção ao movimento estudantil e à reorganização da UNE [...]. Viu o desenrolar da campanha pela anistia, assistiu ao retorno das lideranças políticas que estavam no exílio e conheceu suas opiniões e propostas políticas. (2011, p. 271).

A grande imprensa não noticiava essas informações, e, se o fazia, era de maneira superficial. Segundo Raimundo Pereira, editor chefe do Jornal Movimento, ela não cobre o que é relevante aos setores progressistas e ao povo em geral. E Azevedo (2011) completa: “Sem dúvida, um argumento irrefutável, válido para aquele momento e para os dias que correm”. (p. 285). E ainda, segundo Raimundo Pereira:

Pegue-se a tradição informativa de Opinião e Movimento [...]. Tome-se a seguir um conjunto de temas mais relevantes e candentes do Brasil e do mundo, no campo social e na área mais restrita ao indivíduo: a dívida externa e a dependência do país, a alta do custo de vida e a completa inadequação do nosso atual sistema de posse e uso da terra, os abusos e a persistência do sistema anti-democrático militar instalado no país, o processo de libertação da mulher, a questão sexual, as grandes divergências no mundo socialista. Compare-se, finalmente, o que fizeram nesse campo Opinião-Movimento contra Veja, O Globo, e O Estado de São Paulo. Não se deve ter qualquer dúvida em afirmar e não se terá qualquer dificuldade em demonstrar que os dois semanários da imprensa alternativa prestaram serviço muito mais relevante na informação e esclarecimento sobre esses temas. (Entrevista com Raimundo Pereira, apud AZEVEDO, 2011, p. 285).

O Jornal Movimento fechou em 23/11/1981, com sua última edição, a 334. A crise financeira foi um dos motivos, os diversos atentados a bomba nas bancas de jornais prejudicavam as vendas; Movimento estava na lista negra de 12 jornais anunciada pelos terroristas que praticavam esses atentados; no Rio de Janeiro somente uma banca continuou a vender o jornal. (AZEVEDO, 2011, p. 294). E também, o jornal quis manter sua independência, não aderindo a partidos ou movimentos de redemocratização, apesar de apoiar os de esquerda e progressistas. Segundo Raimundo:

[...] a superação da crise financeira não significou a superação de outras dificuldades: o apoio político ao jornal é pequeno – as correntes nacionalistas e liberais o consideram muito à esquerda e correntes populares o têm até de contra-revolucionário. (AZEVEDO, 2011, p. 301).

Veremos que o Jornal Movimento forneceu um grande destaque ao Congresso da UNE de 1980, com entrevistas com todos os líderes das correntes estudantis e detalhes de todo o processo, da chegada dos universitários às plenárias, todas as votações, até o desfecho do Congresso, representando, assim, um importante documento sobre esse evento, com ricas informações e tendências. Dedicou várias páginas em duas edições semanais: de 13 a 19 de outubro de 1980, aos depoimentos dos representantes das tendências, e a de 20 a 26, aos trâmites do Congresso em si.

Jornal de Piracicaba

Adolpho Carlos Françoso Queiroz (1998), na sua obra *A Trajetória do “Jornal de Piracicaba” – 1900-1997*, faz uma abordagem sobre esse jornal, mostrando principalmente o que ele noticiou nesse período, com os anexos das reportagens e dividindo os capítulos pelas décadas até chegar à de 1990. Descreve sua formação e discorre sobre os dois principais donos desse veículo de comunicação. Segundo o autor, esse jornal:

No campo das influências políticas, [...] influenciou/está influenciando politicamente em eleições, municipais/ gerais, campanhas locais de cunho educativo ou assistencial, como suas políticas editoriais e seu desempenho tem influenciado no poder constituído na cidade. (QUEIROZ, 1998, p. 14).

Segundo Queiróz (1998), o jornal foi criado em 04/08/1900, liderado pelo engenheiro Buarque de Macedo, dirigente da Fábrica de Tecidos Arethuzina, estando a redação sob Antonio Pinto de Almeida. (p. 54).

No final dos anos 1930, a família Losso comprou o Jornal de Piracicaba, o empresário José do Rosário Losso adquiriu e repassou para seus filhos, o médico Fortunato Losso Neto e o artista plástico Eugenio Luís Losso. O jornal se engajou na movimentação de 1932 ao lado dos paulistas e incitou a população a pegar em armas e lutar contra o governo de Vargas. (QUEIROZ, 1998, p. 83-85).

Em 14 de março de 1939, José Rosário Losso e Companhia adquirem a propriedade do *Jornal de Piracicaba*. A direção passa às mãos do médico Fortunato Losso Netto, que permanece à frente da empresa durante 46 anos, exercendo uma imensa influência sobre o jornalismo, a política e a cultura locais, até a sua morte em janeiro de 1985, e a gerência foi assumida por Eugenio Luiz Losso, que permaneceu no cargo até sua morte, em 1974. Os artigos continuaram divididos entre o dia-a-dia local, ocupado com o asfaltamento das ruas e a reforma da Catedral (1950) e o cenário político mais amplo, onde a derrota de Hitler pela sofisticação bélica dos aliados veio acompanhada de uma discussão sobre a reforma eleitoral que ocorreria no país em 1946. (QUEIROZ, 1998, p. 64).

Um interessante fato relatado por Queiroz é que o jornal, na Segunda Guerra Mundial, “começa a receber material da USIS, agência norte-americana de informações que além de noticiário sobre a II Guerra Mundial envia também fotos e clichês para a publicação”. (JP, 1943 apud QUEIROZ, 1998, p. 92).

Queiroz (1998) destaca que, em 18 de julho de 1950, o jornal publicou um poema que teria sido assinado pelas “crianças piracicabanas”, dedicado ao candidato presidencial que concorria com Vargas, o Brigadeiro Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN): “Viva, viva o brigadeiro/ Devotado brasileiro/ Quem está cansado/ De dar voto sempre errado/ Só prá os outros agradar/ Também a mamãe e o irmão/ Botando a mão no coração/ No Eduardo vão votar”. (JP, 1850 apud QUEIROZ, 1998, p. 98-99). Um elemento que aponta a posição do jornal.

Nos anos 1960, segundo Queiroz (1998), o Jornal de Piracicaba se encontrava “com uma boa saúde empresarial”. (p. 106). E sobre os movimentos dos trabalhadores, assim o jornal os definia num editorial de 01/11/1963:

Piracicaba não é de greve [...]. Somos pela greve legal, cujo direito é garantido pela própria constituição. Não podemos portanto apoiar movimentos paredistas com os que vêm sendo deflagrados ultimamente porque antes de representarem reivindicações operárias, têm fundo político, porque sua finalidade é a subversão da ordem e a consequente implantação de extremismos no país. (JP, 1963 apud QUEIROZ, 1998, p. 107).

Por meio desses trechos editoriais, é possível perceber o posicionamento do jornal: contra as movimentações dos trabalhadores, os movimentos de esquerda e progressistas que lutam por uma transformação da sociedade, e favorável ao grande

capital, à burguesia, generalizando seus interesses, ao utilizar o nome da cidade como se falasse por todos os seus moradores: “Piracicaba não é de greve”. Como a imprensa burguesa, Jornal de Piracicaba faz ataques a pessoas favoráveis à classe trabalhadora e que possuam uma consciência em favor dela, o que se constata nos trechos: “sua finalidade é a subversão” e “implantação de extremismos no país”, referindo-se a comunistas que querem a transformação da realidade.

Naquele período (1961-1964), sob a presidência de João Goulart, havia intensa movimentação política e ideológica, analisado no próximo capítulo. E segundo Silva (1999), um editorial da Folha de São Paulo nesse período se referia ao país como um “caos”, cuja responsável era a “república sindicalista”: “As autoridades se mostram dispostas a todas as concessões, diante das exigências do movimento [greve de portuários de Santos], que se tornam mais insistentes à medida que o governo federal se revela mais cordato e humilde”. (Folha de São Paulo, 21/08/63 apud SILVA, 1999, P. 77-78).

Mostra-se assim, como a imprensa e grandes jornais da época caracterizavam o período e se aproximavam na orquestração de ataques ao governo da época, denotando intimidações e pejorações para que Goulart caísse; como a Folha de São Paulo e o Jornal de Piracicaba: um se referindo ao período como “caos” e “república sindicalista”, e o outro se referindo a “subversão” e “paredistas” para identificar os movimentos de esquerda que deflagravam no país “extremismos” e greves. E o que é interessante, sempre faziam esses ataques com temas relativos à classe trabalhadora, como greves e sindicatos; dessa forma, reforçando que são contra o operariado e suas formas de manifestações e combate, e são pertencentes à burguesia e a seus interesses de dominação.

Queiroz (1998) não revela como o jornal se posicionou no golpe e durante a Ditadura Civil-Militar. E não explicita se o jornal sofreu com os anos de chumbo por parte da censura, ou qualquer outro tipo de repressão. Não traz em sua tese maiores contribuições sobre o período de pesquisa desta dissertação, a Ditadura Civil-Militar, mais especificamente o período de abertura política.

Podemos conjecturar que isso se deva ao fato de que esse jornal segue a linha da grande imprensa, com atuação mais conservadora¹¹ e inclinação à direita¹². Como os outros jornais de grande circulação, apoiou o golpe militar de 1964¹³, mas nos Congressos da UNE, realizados no município, já está seguindo a onda de redemocratização instalada no país e parece¹⁴ que apoia, ou pelos menos descreve que apoia, os referidos eventos, mas com editoriais em que ainda é possível perceber as contradições inerentes a sua posição mais conservadora, como poderemos ver adiante. Isso porque esses jornais desejavam que o processo de abertura política deveria ser articulado pela burguesia e não pelos movimentos sociais e políticos e pela classe trabalhadora.

Apesar de fazer matérias ao longo do mês de outubro de 1980 sobre os andamentos de preparação do Congresso, o Jornal de Piracicaba não deu um grande destaque nos dias 13 a 15 de outubro de 1980 (bem como no congresso de 1982, de 01 a 04 de outubro) como o fez o Jornal Movimento. O Jornal de Piracicaba abordou

¹¹ Conservadora, aqui, está sendo entendida como uma postura contrária às políticas de mudanças e aos interesses das classes oprimidas, defendendo que a situação, em geral, fique a favor da burguesia. Pode corroborar mudanças mínimas somente para conter a pressão social, sendo radicalmente contra as mudanças estruturais, mais profundas, que possam alterar a situação presente. Nessa linha, obviamente é contrária ao comunismo e ao socialismo.

¹² Considera-se o interesse da direita contrário à classe trabalhadora, aos movimentos sociais e populares, o comunismo e o socialismo e favorável à burguesia e ao capital; pode ser compreendido como um jornal capitalista.

¹³ O apoio do Jornal de Piracicaba ao golpe pode ser conferido pelos títulos das matérias: “Amplia-se rapidamente o movimento de rebeldia contra o governo Federal” (p. 1, 02 abr. 1964) e “O Brasil retorna à ordem”. (p. 3, 03 abr. 1964). A imprensa burguesa apoiou como um todo a movimentação de abril de 1964; isto é possível constatar pelos editoriais nos dias posteriores, como em O Globo de 04/04/64: “Ressurge a Democracia! Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentes das vinculações políticas simpáticas ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e o heroísmo das Forças Armadas que, obedientes a seus chefes, demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ter a garantia da subversão, a âncora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada...”; em O Estado de São Paulo de 10/04/64: “(SÃO PAULO REPETE 32) ‘Minas desta vez está conosco’ ... “dentre poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às duas imposições””; entre outros. Para ver estes e outros editoriais daquele momento histórico, cf.: CARTA MAIOR. As manchetes do golpe militar de 1964. 31 mar. 2009. Política. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-manchetes-do-golpe-militar-de-1964/4/15195>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

¹⁴ Assim como aponta Marx, é preciso conhecer a essência dos objetos e não somente sua aparência, e isso é possível tirando o maior número possível de suas determinações.

mais os trâmites cotidianos que ocorreram para a preparação do Congresso da UNE e passou rapidamente pelas decisões aprovadas.

Pode-se perceber, dessa forma, o diferente grau de importância que cada jornal pode dar a um fato, em consonância com suas posições políticas e ideológicas.

3 A UNE: UM COMEÇO, UM FIM, UM RECOMEÇO

A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer.

Peter Burke

Este capítulo trata da construção do maior órgão estudantil brasileiro, a União Nacional dos Estudantes, passando por seus diversos períodos e como se relacionava com as classes sociais. É importante frisar que os estudantes são oriundos de classes sociais heterogêneas, assim, enquanto coletivo, os estudantes não formam uma nova classe social. Apesar de serem importantes, eles não têm a primazia na luta de classes, que, no sistema capitalista, é exercida pela classe que detém o modo de produção, a burguesia, e a classe trabalhadora, que vende a sua força de trabalho. (SANFELICE, 1986, p. 15-16).

Destacarei a criação da UNE na década de 1930, sua amarra estatal e já sua forma combativa e política; a década de 1960, quando teve seu perfil modificado por diversas correntes de cunho socialista e comunista, e mesmo de cunho nacionalista, aproximando-se dos interesses da classe trabalhadora. Essa aproximação contribuiu para a formação, em diversos grupos estudantis, de uma consciência de classe. E com o advento do Golpe Civil-Militar os estudantes foram tremendamente reprimidos, culminando com a desintegração do movimento e a destruição da UNE em 1968. Somente depois de 1974, com o período mais favorável, que alguns autores chamam de Período de Abertura Política, os estudantes recomeçaram suas manifestações e críticas à Ditadura. O movimento estudantil foi um dos principais movimentos de vanguarda que proporcionaram uma luta pela retomada da democracia no país.

De modo panorâmico, sem a intenção de me deter em cada um deles, farei menção a todos os Congressos realizados pela UNE, nos quais foram escolhidos seus representantes, tais como diretores e presidentes, e nos quais foram lançadas as prerrogativas que os estudantes seguiram durante a vigência dos eleitos para comandar a entidade. Um último congresso ocorreu em 1968, em Ibiúna, quando grande parte dos congressistas foram presos, retomando as atividades apenas em 1979, com o Congresso de Refundação da UNE.

3.1 Os primórdios do movimento estudantil brasileiro: a construção da UNE

Durante os primeiros anos da formação da UNE, os estudantes eram filhos, na sua grande maioria, da classe burguesa. (MARTINS FILHO, 1987, p. 56). Contudo, mesmo em seus primeiros tempos, a UNE já apresentava um caráter combativo, com a presença de correntes comunistas dentro do movimento estudantil, como veremos durante o desenvolvimento deste capítulo.

Os estudantes sempre se fizeram presentes em momentos importantes da História do Brasil: como na campanha pela entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados contra o nazi-fascismo, logo no começo na década de 1940; nos movimentos pela criação da Petrobrás e pelo monopólio estatal do petróleo; nos protestos contra a Ditadura Civil-Militar nos anos de 1960; bem como no período de abertura política na segunda metade dos anos 1970, sendo um dos movimentos de vanguarda mais atuante do cenário público. Segundo Mendes Junior (1982), “em todos, foi decisiva a participação dos estudantes, ou seja, eles, enquanto componentes de um movimento, assumiram o papel de fenômeno político de primeiro plano”. (p. 08).

Mendes Junior (1982) cria uma interessante divisão sobre as atuações estudantis durante a História brasileira em quatro fases distintas que o autor classifica como: “atuação individual”, fase correspondente ao final do período colonial e aos primeiros tempos do Império, com atuações mais individuais e sem organização; a “atuação coletiva”, que compreende o período do Segundo Império, passando pela Primeira República, indo até 1937, fase em que os estudantes criaram Sociedades Acadêmicas que tiveram algumas movimentações importantes, como no abolicionismo e no republicanismo. A terceira e a quarta fases, as que mais nos interessam, são a da “atuação organizada”, que se inicia

em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Pela primeira vez articulava-se uma entidade de caráter nacional e, o que é mais importante, com objetivos claramente políticos. Daí para frente, em todos os grandes momentos da vida nacional, os estudantes jamais deixaram de estar presentes pela voz da UNE e, em inúmeras oportunidades, formaram uma vanguarda nas grandes lutas do período. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 9-11).

É a fase da “atuação clandestina”, que, segundo o autor:

Trata-se de um período curto, de apenas três ou quatro anos, mas de uma intensidade e de uma densidade de acontecimentos muito dignas de apreciação. Inicia-se com a adoção do Ato Institucional n.º 5 pelas autoridades militares, que mergulhou o País no mais negro período de repressão de que se tem notícia na nossa História. A impossibilidade prática de uma atuação legal e aberta impeliu os estudantes para os movimentos armados de guerrilha urbana, que então começavam a se organizar. O resultado foi o total desbaratamento das guerrilhas, acompanhado de violentíssima repressão, em que perderam a vida dezenas dos melhores quadros que o movimento estudantil já houvera gerado. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 9-11).

Para Saldanha (2008), estudar o movimento estudantil no Brasil:

[...] é analisar a construção da identidade da União Nacional dos Estudantes. Significa estudar suas representações através de seus momentos-chave, privilegiando as relações entre história e memória, estabelecendo um diálogo com as interpretações construídas pelo movimento estudantil sobre alguns momentos que marcaram a sua trajetória, e que a despeito do maior ou menor grau de eficácia política, são fundamentais para entender a sua identidade. (SALDANHA, 2008, p. 38-39).

E ainda, segundo Poerner (2004):

O movimento estudantil é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. Tal como o entendemos e conhecemos, esse movimento existe somente a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança a centralização. É com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional. (POERNER, 2004, p. 53).

Segundo Mendes Junior (1982), desde 1910, com um Congresso Nacional dos Estudantes, houve tentativas de organização dos estudantes em nível nacional. No início da década de 1930, ocorreu outra, da qual o autor resgata um relato de um aluno de Direito do Rio de Janeiro chamado Mario Lago¹⁵:

¹⁵ Formado em Ciências Jurídicas e Sociais na década de 1930 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pouco tempo exerceu a advocacia, tornando-se notório compositor e músico, militante político de esquerda. Teve seus direitos cassados na Ditadura Civil-Militar.

A grande reivindicação naqueles tempos, como deve ser hoje, era tornar a universidade menos elitista, por isso o nome cogitado foi Federação Democrática de Estudantes. E aí foram aparecendo os equívocos. A primeira assembleia, para decidir o nome da organização, se realizou na casa de Castro Rebelo e foi uma boa surpresa: mais de oitenta estudantes, representando diversas faculdades. O ambiente estava irrespirável, e esse clima de muito suor e desconforto talvez tenha contribuído para a primeira manifestação de radicalismo. A comissão organizadora propôs o nome de Federação Democrática de Estudantes. A assembleia o rejeitou por unanimidade e impôs Federação Vermelha de Estudantes. Não adiantou nada a argumentação sobre o quanto isso afastaria gente disposta à luta por reivindicações estudantis, mas não querendo tomar uma posição que parecesse um compromisso político. A Federação sobreviveu em algumas notícias de jornal, pois estava sempre atenta, lá isso é verdade. Qualquer violência cometida, e no dia seguinte comparecia com uma nota de protesto [...]. (LAGO apud MENDES JUNIOR, 1982, p. 34-35).

Mendes Junior aponta que desde 1930 já havia influência marxista e da Revolução Russa de 1917, e também a curta duração das entidades antes de 1937, talvez por serem mais locais, sem expressão nacional – algumas nem deixaram rastros da sua existência. (p. 35).

Desde o ano de 1932, já havia a Casa do Estudante do Brasil (CEB), um órgão para-oficial cuja presidente, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, tinha cargo vitalício, motivo pelo qual podemos acreditar que aquela diretoria não possuía uma postura progressista. Apesar de, nessa época, segundo Martins Filho (1987), a composição majoritária dos estudantes ser da burguesia comercial (p. 56), já havia algumas correntes com apelo marxista no começo da década de 1930, como pudermos perceber no relato do estudante de Direito.

Em 1937, a CEB tinha sido convidada para participar da Confederação Internacional dos Estudantes, em Bruxelas, na Bélgica, e precisava de uma representação nacional dos estudantes. Nesse conselho foi composta uma diretoria para o evento internacional: “[...] José Raimundo Soares (presidente), o cearense Valter Cavalcanti (1º vice), o paranaense Henrique Bonança (2º vice), o carioca Nelson Ferreira (1º secretário), o fluminense Manuel Alvares da Cruz (2º secretário) e o carioca Valfudo Gomes (tesoureiro)”. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 36-37).

O país se encontrava sob a égide da Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, criado, entre outros motivos, para combater a influência comunista. Todos os órgãos eram atrelados ao governo, como os sindicatos¹⁶.

Nesse primeiro momento, a UNE recebeu vários apoios governamentais. No entanto, com o tempo vai se desvencilhando dessa amarra estatal e evoluindo.

Saldanha (2008) explica algo parecido:

[...] a UNE foi beneficiada pelo “monopólio institucional da representação de interesses” introduzido pela Era Vargas. O sistema oficial de representação estudantil foi responsável pela consolidação do padrão de atuação da UNE, garantindo a sua unicidade dos canais de representação estudantil. As eventuais divergências foram resolvidas no interior do movimento, em vez de se fragmentarem em grupos com pouca ou nenhuma expressão política. À medida que ganhava notoriedade no cenário político, a União Nacional dos Estudantes se afirmava como entidade superior do sistema oficial de representação dos estudantes. Sua boa relação com o poder de Estado, acrescida de verbas do orçamento federal, contribuiu para a construção da sua identidade. (p. 38-39).

Em 1938, no II Congresso Nacional dos Estudantes¹⁷, a UNE se separou da CEB e construiu algumas teses com cunhos políticos, algo proibido pela Casa do Estudante. Os estudantes, agora pela UNE, começariam a se interessar por assuntos polêmicos, como educação nacional e assuntos de ordem geral e, de acordo com Mendes Junior, “revolucionários”. (1982, p. 38).

Nesse segundo Congresso, foi eleita uma nova diretoria, cujos destaques eram o gaúcho Valdir Borges, presidente, e o carioca Antônio Franca, secretário geral, os vice-presidentes Armando Calil, César Barbosa Filho e Newton Pimentel. Proclamaram Getúlio Vargas presidente de honra desse congresso, e o Ministro da Educação, Gustavo Capanema o presidiu. (POERNER, 2004, p. 130).

Percebe-se assim que, mesmo no começo, os membros da UNE tiveram propostas políticas relacionadas à educação, bem como a outros assuntos. Entretanto, Mendes Junior não detalha o que está considerando como revolucionário. Possivelmente não adotavam premissas marxistas, mas podemos supor que os estudantes nesse período já tinham um caráter contestatório e de consciência política.

¹⁶ Isso porque em 1930 Getúlio Vargas chegou ao poder por meio de uma movimentação, com a ajuda de militares, principalmente da chamada ala tenentista, dando início à Era Vargas, indo praticamente até 1954, com sua morte. Começou assim uma forte política de industrialização no país com viés nacionalista e indústria pesada (metalurgia e siderurgia), o que levou ao aumento do operariado.

¹⁷ A partir deste encontro é mudado o nome de Conselho para Congresso.

Vale lembrar que, nessa época, o governo prendia e torturava revolucionários comunistas, como Luiz Carlos Prestes e Olga Benário¹⁸.

Apesar dos problemas e dos atritos com a presidente da CEB (a UNE ainda ocupava uma sala na Casa do Estudante), houve o III Congresso Nacional dos Estudantes em agosto de 1939, com a participação de 112 entidades estudantis, foi eleito o estudante de Direito de São Paulo, Trajano Pupo Neto, para presidente, e Antonio Franca continuou com o cargo de secretário geral.

No começo de 1940, a UNE foi despejada da CEB pelos atritos com a presidente vitalícia, apontando para o definitivo desligamento.

No IV Congresso Nacional, em julho de 1940, foi eleito como presidente Luiz Pinheiro Paes Leme, ficando por dois anos. A UNE conseguiu um espaço físico para se instalar somente em 1942, na sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Brasil¹⁹. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 40-41).

No começo da Segunda Guerra Mundial, a UNE lançou um manifesto romântico pela paz entre as nações, criticando assim o começo de uma nova Guerra Mundial, mas não ocorreu nenhuma movimentação mais direta:

[...] Aceitai as saudações sinceras e a proclamação vibrante que vos dirige a União dos Estudantes em prol da paz. Lutai pela paz, não acreditando nos que dizem ser a guerra feita em nome da civilização. Tal afirmativa, paradoxal e demagógica, é usada pelos que querem alastrar o conflito, lançando às chamas, o mundo inteiro. Lutai pela paz exigindo que se faça respeitar a *zona de neutralidade*, afastando de nossas águas os perigos da guerra marítima ... Lutai pela paz, elevando, alto, no solo das Américas, a bandeira da democracia. Lutai pela paz, conservando vivos, bem vivos, os ideais de liberdade e de progresso, que sempre floresceram na América. (MANIFESTO UNE, 1939 apud POERNER, 2004, p. 138).

Só a partir de 1942, com o episódio das embarcações brasileiras afundadas por alemães e a pressão estadunidense para que o Brasil entrasse na Guerra, a entidade máxima dos estudantes iniciara suas campanhas pela declaração de guerra às potências nazifascistas.

¹⁸ Luiz Carlos Prestes foi um revolucionário comunista, chegou a ser dirigente do Partido Comunista Brasileiro, foi também um tenentista, e foi responsável pela famosa Coluna Prestes, em que percorreu todo o país entre 1925 e 1927, por insatisfação com a República Oligárquica. Olga Benário foi uma judia, alemã e comunista, mandada por Moscou para ajudar Prestes. Tiveram um relacionamento e uma filha. Em 1935, num levante comunista, foram presos. Como Olga era alemã, foi deportada para a Alemanha e morreu num campo de concentração. Cf.: MORAES, Fernando. **Olga**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

¹⁹ A Universidade do Brasil foi criada em 1937, sucedendo a antiga Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920. Em 1965, mudou para Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os estudantes até se mobilizaram e fizeram uma passeata com mais de mil pessoas pedindo a entrada do país no conflito, bem no dia do aniversário da independência dos Estados Unidos, 04 de julho de 1942. Mendes Junior (1982) destaca essa passeata como a primeira grande manifestação popular desde a instalação do Estado Novo em 1937.

No ano de 1942, a UNE ocupou a sede do Clube Germânia, unidade de propaganda nazista. Já havia sido feito um pedido para que esse prédio fosse a sede da UNE, com a anuência do presidente, mas o MEC não liberava essa moção.

Em setembro desse ano, no V Congresso da UNE, concorreu, de acordo com Mendes Junior, pela primeira vez uma chapa de “direita”, mas quem venceu foi a “Antifascista”²⁰. Foi uma eleição árdua, cheia de conchavos e ataques; no final foi eleito Hélio de Almeida para presidente, com uma diferença de 12 votos. Foi criada a União Metropolitana dos Estudantes (UME), que teria sua sede no mesmo local da UNE. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 42-47).

Os estudantes continuaram com a campanha pró-guerra e faziam arrecadações, e quando o país finalmente entrou na Guerra, fizeram campanha para alistamento na Força Expedicionária Brasileira (FEB), sendo raros os que serviram nela. (POERNER, 2004, p. 160). Começaram depois a se opor ao Estado Novo, fazendo passeatas e manifestações e se alinhando à oposição.

Em 1945 venceu o udenista José Bonifácio Coutinho a presidência da UNE. (POERNER, 2004, p. 162). Dessa forma, a entidade máxima dos estudantes apoiou o candidato da UDN para a presidência, o brigadeiro Eduardo Gomes. Alguns militantes comunistas estudantis adeptos ao “queremismo” – movimento do qual fez parte Luiz Carlos Prestes, recém-saído da prisão, e que reivindicava uma nova Constituição, com Vargas à frente – ficaram isolados dentro do movimento estudantil.

Segundo Capelato (2003), em julho de 1945:

[...] houve uma manifestação dos comunistas, realizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo, na qual o líder Luiz Carlos Prestes lançou a campanha da “Constituinte com Getúlio” e em agosto surgiu o movimento “queremista”, lançado por líderes sindicais e funcionários do Ministério do Trabalho, que em passeata públicas, gritavam “Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!” (p. 138-139).

²⁰ Mendes Junior não especifica que tipo de direita, descreve que vence a Antifascista, será que essa direita era fascista?

Um fator relevante sobre o Movimento Queremista para este estudo é que, diferente do que ocorreria a partir da década de 1960, os estudantes e trabalhadores estiveram em lados opostos. Segundo Ferreira (2003), a sociedade brasileira participou em massa do Movimento Queremista, mobilizada em dois campos antagônicos.

Os trabalhadores exigiam a permanência de Vargas no poder por medo da perda de direitos que foram conquistados nesse período, enquanto o movimento estudantil conclamava a derrubada do presidente, acusando-o de ditador e desejando o fim do Estado Novo.

O movimento estudantil ficava ao lado de parte da burguesia que, junto com jornais, desferia ataques a Vargas: “Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro [1945]”. (FERREIRA, 2003, p. 15).

Ferreira (2003) cita um episódio que qualifica bem essa divisão entre o movimento estudantil e a classe operária:

[...] estudantes universitários filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto promoveram um comício na Praça da Sé. As faixas e cartazes pregavam “Liberdade da palavra”, “Anistia aos presos políticos”, “Nunca se poderá enganar toda a multidão todo o tempo” e “Fora o getulismo”. Os oradores, com veemência, davam vivas à democracia e pediam a morte do Estado Novo e do ditador. Após ofender e insultar Vargas com linguagem contundente, Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico, declarou: “Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante! Pela Democracia!” No entanto, para grande surpresa dos manifestantes, centenas de pessoas de aparência humilde, mas profundamente indignadas, chegaram na praça e, batendo em panelas, começavam a vaiar os jovens universitários. Sem se intimidar, o orador lembrou a derrota do integralismo naquele mesmo local e, cheio de coragem, aumentou o tom dos ataques a Getúlio Vargas. Os trabalhadores, ainda mais revoltados, tornaram a bater nas panelas e, aos gritos, exclamavam: “Abaixo o P.R.P. [Partido Republicano Paulista]!, “Viva os trabalhadores!” e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio!”. Sem condições de continuarem o comício, os estudantes, desalentados, se dispersaram e a multidão, com suas panelas, apoderou-se da praça. Dias depois, em Belo Horizonte, novos distúrbios de rua ocorreram quando populares presenciaram a oposição insultando Vargas em um comício. (FERREIRA, 2003, p. 17).

A imprensa burguesa definia os trabalhadores que defendiam Vargas como “desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, etc. [...]”. (Idem, p. 17).

Como apontado, segundo Ferreira (2003), havia o temor na classe trabalhadora, nos sindicalistas e numa pequena imprensa que apoiava Vargas, que

sua saída significaria o fim dos benefícios da legislação social, com os políticos que estavam para assumir o poder. Tendo como apoio Spindel (1980), Ferreira aponta que o termo “Queremos Getúlio” era uma expressão dos trabalhadores que temiam uma democratização sem Vargas que “ameaçasse os princípios que fundamentavam a cidadania social alcançada pelos trabalhadores desde 1930”. (Idem, p. 18).

Os trabalhadores que pediam a continuação de Vargas viram duas realidades, uma antes dele, sem leis sociais que resguardassem os direitos da classe trabalhadora, e com Vargas:

[...] entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos, portanto, toda a legislação trabalhista, à exceção do salário mínimo, foi promulgada: limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, repouso semanal remunerado, pensões, aposentadorias, criação da Justiça do Trabalho, etc. (FERREIRA, 2003, p. 19).

Entretanto, com o tempo os estudantes acabaram se desiludindo com a UDN pela perda da disputa presidencial (vencendo o candidato apoiado por Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra do PSD – Partido Social Democrático, em 02/12/1945) e principalmente pelas propostas cada vez mais reacionárias e antipopulares.

Os estudantes que integravam a UNE, após o Estado Novo, se filiaram ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e se reaproximaram dos colegas comunistas. Em 1947, de acordo com Mendes Junior (1982), foi eleito um socialista, o estudante Roberto Gusmão, e, assim, até 1950, a UNE foi dirigida por essa tendência (PSB) e com apoio dos comunistas. Com isso se iniciaram campanhas em favor do monopólio estatal do petróleo.

Em 1948 foi realizado o XI Congresso da UNE, cuja eleição à presidência foi vencida pelo pernambucano Genival Barbosa. A campanha pelo petróleo continuava e foi articulada uma manifestação contra o aumento do valor da passagem dos bondes no Rio de Janeiro. Pela primeira vez a sede da UNE foi invadida pela polícia. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 54-55).

Interessante notar que, quando, pela primeira vez, a UNE se movimentou por um assunto de cunho popular, de interesses dos trabalhadores (preços de bondes), sua sede foi pela primeira vez invadida pela polícia. Poderemos ver melhor isso a partir dos anos 1960, quando os interesses dos estudantes se aproximariam muito da classe trabalhadora, por isso sentiriam na pele o ódio da burguesia e, na Ditadura Civil-Militar, seriam violentamente reprimidos.

No ano de 1949, Mendes Junior (1982) destaca um aumento do número de reacionários dentro do movimento estudantil. Foi criada a Coligação Acadêmica Democrática (CAD), financiada pelo Departamento de Estado Americano. Mesmo com muito dinheiro, não conseguiu vencer as eleições da UNE naquele ano, vencendo novamente um socialista, Rogê Ferreira, no XII Congresso da UNE, realizado no estado da Bahia. (p. 42).

Em 1949, realizou-se, na Bahia, o 12º Congresso da UNE, um dos mais famosos da sua história. Os estudantes reacionários compareceram decididos a ganhar, de qualquer maneira, as eleições, trazendo, para isso, uma organização fascista, disposta a recorrer à força física, e conhecida como Cade. Integrava esta, entre outros, Paulo Egídio Martins, ministro da Indústria e do Comércio no governo Castelo Branco e futuro governador de São Paulo, onde reprimiu, com violência, o movimento estudantil. (POERNER, 2004, p. 166).

Mesmo perdendo essas eleições, o grupo de estudantes com visões de cunho mais reacionário – pois, de acordo com Mendes Junior (1982), defendiam posições mais em favor do Estados Unidos, por quem eram financiados – saiu fortalecido e, a partir de 1951, a UNE foi dirigida por esses estudantes. Assim, no período de 1951 a 1956, os estudantes com visões direitistas, financiados e a serviço do imperialismo estadunidense, conseguiram ocupar a diretoria da UNE. Com isso foram abandonadas algumas bandeiras de cunho mais progressista do movimento estudantil, como o “Petróleo é Nosso”, e a UNE se desfilou da União Internacional dos Estudantes (UIE) em 1952, pois, de acordo com a nova diretoria, esse órgão estaria “a serviço do comunismo internacional”. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 47 e passim).

Segundo Poerner (2004), nesse período direitista:

[...] quem mandou mesmo na UNE [...] foi a estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado, repartição cujo apoio fora solicitado por Paulo Egidio, que como todos os líderes estudantis direitistas, viajava, frequentemente, em busca de instruções, para os Estados Unidos. A ascensão direitista da UNE coincidiu assim, como aliás era de esperar, com o início da infiltração norte-americana, no movimento estudantil brasileiro. (POERNER, 2004, p. 168).

As UEEs empreenderam resistência a fim de impedir outras ações, como a tentativa de criação da União Interamericana dos Estudantes, para rivalizar com a União Internacional dos Estudantes. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 47 e passim).

Portanto, os militantes estudantis de 1951 a 1956 ficaram atrelados a uma UNE, por meio de seus novos dirigentes, com outra visão, mais de direita; abandonando

qualquer tipo de projetos revolucionários, apoiada e defendendo interesses estrangeiros (estadunidenses). Então o movimento estudantil ficara mais direitista nesse período, a favor da classe dominante. E venceu esse grupo por uma ingerência estadunidense; recebendo, de acordo com Mendes Junior, vultuosas somas de dinheiro por parte da burguesia (internacional inclusive), com o intuito de propagar os interesses burgueses no meio estudantil, dessa forma, aumentando a alienação, transformando o interesse da classe burguesa em comum.

Entretanto, a UNE, a partir de 1956 e principalmente na década de 1960, iniciaria uma nova fase, com a maioria das correntes de cunho socialista/ comunista, bem como nacionalistas; libertando o movimento estudantil dessa alienação, ampliando sua consciência política e aproximando-o, ideologicamente, da classe trabalhadora, o que levou ao início dos ataques da burguesia.

3.2 Apesar da origem, uma nova fase do movimento estudantil: comunista, a revolução como pauta

Entre os anos finais da década de 1950 e os do início da de 1960, o movimento estudantil brasileiro se colocara em resistência à política de articulação da classe dominante (burguesia industrial naquele momento), pelas características daquele contexto histórico nacional. (SANFELICE, 1986, p. 16).

Nessa época, segundo Martins Filho (1987), a composição majoritária dos estudantes em universidades era da pequena burguesia (p. 28-30), tendo havido um aumento considerável no número de alunos, de cerca de 53 mil para 142 mil. (GASPARI, 2014, p. 16).

A partir de 1956, a UNE ganhou uma nova característica e passou a ter mais engajamento político a favor dos trabalhadores. Os estudantes passaram a defender mais os interesses nacionais contra as empresas estrangeiras e acordos militares com os Estados Unidos. (SANFELICE, 1986, p. 17).

Nesse ano, a UNE recuperou uma direção nacionalista com José Batista Junior. É criada a União Operária Estudantil contra a Carestia, contra o aumento das tarifas de bondes. A partir de então, as próximas diretorias da UNE seguiriam um programa nacionalista:

Defesa da Indústria Nacional, com estabelecimento de proteção alfandegária adequada; defesa da política nacionalista do petróleo, com a manutenção do monopólio estatal e sua extensão imediata à indústria petroquímica; revogação dos atos concessivos de pesquisa, lavra e exportação de riquezas minerais a empresas estrangeiras; proibição a bancos estrangeiros de receberem dinheiro em depósitos e a empresas estrangeiras de operarem em seguros, capitalização e serviços de utilidade pública; realização de uma política externa independente; reforma agrária, apoio à indústria cinematográfica; à imprensa, à indústria do livro, ao rádio e à televisão, quando integradas à luta pelo desenvolvimento nacional; ampliação do mercado interno consumidor, através da melhoria do padrão de vida da população; preferência às indústrias nacionais para realização de obras governamentais; interiorização do capital; ampliação das bases do regime democrático, com o reconhecimento do direito de voto aos analfabetos e praças de pré²¹. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 57-58).

A partir disso, Sanfelice (1986) aponta:

A data de 1956, portanto, indica apenas que de uma maneira mais direta e explícita, compuseram-se na UNE, a partir de então, atitudes políticas e manifestações de pensamento que refletiam, à maneira estudantil, o complexo quadro ideológico que vinha se desenvolvendo em diferentes setores da sociedade brasileira. O período da história da UNE iniciado em 1956, portanto, distingue-se da fase de controle hegemônico direitista – 1950-56 –, quando as atitudes políticas e manifestações de pensamento mais recentes ainda se apresentavam dominantes na entidade. De forma crescente e radicalizada, a UNE permanecerá, durante os primeiros anos da década de 60, com as mesmas características ideológicas adquiridas no final da década de 50. (SANFELICE, 1986, p. 55).

Sanfelice (1986) aborda ainda que os membros da UNE não criaram nenhuma ideologia e sim a absorveram através de um contexto, dentro de seus limites sociais e históricos:

[...] é ainda preciso que se leve em conta que a UNE não foi nunca, ela mesma, a geradora de suas ideologias. Foi, isto sim, portadora de ideologias que resultaram de um todo social muito mais complexo do que a entidade estudantil particularizada e que eram absorvidas pelos estudantes dentro dos limites dos seus próprios condicionantes históricos-sociais. (p. 56).

A Juventude Universitária Católica (JUC), a partir do ano de 1957, passou a controlar a direção da UNE. Com isso começou uma nova fase da UNE, quando se articulava, ideologicamente, mais com a classe social explorada e mais sensível aos interesses dos trabalhadores. Segundo Mendes Junior (1982), procuraram uma aliança com a classe trabalhadora, sem, no entanto, ter uma fusão. E se iniciaram programas como a defesa de universidades públicas e gratuitas (p. 28-29 e 43-47), de encontro ao interesse da burguesia de privatizar todas as áreas da sociedade. Estando o comando da principal organização dos estudantes composto, a partir desse

²¹ Praça de pré são militares de baixa patente, soldados, cabos e sargentos.

período, por jovens ligados à Igreja Católica, nota-se maior sensibilidade aos ideais de esquerda e solidariedade com a classe oprimida, gerando atitudes em favor do ensino público e aproximação aos ideais socialistas e revolucionários.

Os membros da nova diretoria da UNE consideravam vital a aproximação com os trabalhadores, já que entendiam que não havia grandes diferenças entre eles. Condenavam as tentativas reacionárias de afastar trabalhadores dos estudantes que afirmavam o papel intelectual acima do físico. Segundo Sanfelice (1986): “O desejo dos estudantes não era outro senão constituírem-se trabalhadores das escolas, voltando a universidade para o trabalho, para a vida e para as necessidades de toda a população laboriosa”. (p. 25).

Percebe-se, assim, que os integrantes da UNE entendiam que a classe revolucionária é, por princípio, a trabalhadora, a classe que pode transformar o sistema. Deviam, dessa forma, alinhar-se a essa classe e lhes dar o subsídio para sua emancipação, conscientizando-a ideologicamente e também se conscientizando numa classe. Dessa maneira, os estudantes ficaram a favor da classe trabalhadora nessa época, desenvolvendo assim uma consciência de classe, apesar de não serem oriundos dela. Tornar-se-iam revolucionários ao apoiarem e até planejarem uma união com a classe trabalhadora e principalmente, como poderemos ver, desejariam uma transformação da realidade brasileira, uma revolução socialista.

No ano de 1957, João Manuel Conrado foi eleito presidente da entidade, no XXII Congresso da UNE. Sua gestão tornou-se o marco da atuação dos estudantes contra as políticas educacionais que pretendiam fazer desaparecer o ensino gratuito. Foi na sua gestão que a UNE voltou a se filiar à UIE.

Em 1958, na gestão de Oliveira Guanais, eleito no XXIII Congresso da UNE, estava ocorrendo a campanha presidencial do Brasil, em que se enfrentaram o Marechal Henrique Teixeira Lott (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e outros) e Jânio Quadros (PTN – Partido Trabalhista Nacional, com coligação com a UDN e outros). (MENDES JUNIOR, 1982, p. 59-60).

Venceu Jânio Quadros, mas já em 1961 renunciou e os ministros militares não quiseram passar a presidência, como era de direito, a seu vice João Goulart, herdeiro político de Vargas. Às pressas, pois Jango se encontrava fora do país, na China, o Congresso Nacional transformou o modelo político do Brasil de presidencialismo para parlamentarismo, assumindo o poder, como primeiro ministro, Tancredo Neves.

Os estudantes, a partir dessa renúncia, se posicionaram a favor da posse do vice, Jango, como determinava a Constituição. Aldo Arantes, presidente da UNE eleito em julho de 1961 no XXIV Congresso da UNE, foi até o Rio Grande do Sul e transferiu a sede da UNE para esse estado, participando da Rede da Legalidade. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 61-62).

Nessa época havia um intenso debate ideológico que polarizou a sociedade brasileira, acontecendo um acirramento da luta de classes no país. A UNE se posicionou:

[...] cumpre que os estudantes, principalmente os universitários, colocados numa perspectiva proletária, aliem-se à classe trabalhadora, e, ao mesmo tempo que forneçam a estas subsídios para o aceleração do seu processo emancipatório, sofram, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, atualmente, podem exercer. (UNE, Declaração da Bahia, 1961 apud SANFELICE, 1986, p. 34)²².

Segundo Toledo (1982), setores populares saíram às ruas para defender a posse de Goulart em 1961, manifestações ocorreram em várias partes do país:

Apesar de proibidas e reprimidas, manifestações populares sucediam-se nos grandes centros urbanos (passeatas, comícios, panfletagem, etc.). Várias entidades de classe condenavam os golpistas e defendiam a posse de Goulart. Inúmeras greves políticas em diversos setores (têxtil, transportes, bancários, metalúrgicos, portuários, etc.) culminam numa *greve nacional* em “defesa da legalidade”, deflagrada pelo Comando Geral de Greve (CGG), embrião do CGT [Comando Geral dos Trabalhadores]. A UNE decretou “greve nacional”; na Bahia os estudantes criavam a Frente de Resistência Democrática. (TOLEDO, 1982, p. 17-18, grifos do autor).

²² Segundo Poerner (2004): “[...] a *Declaração da Bahia* vê o Brasil como uma ‘nação capitalista em fase de desenvolvimento’, com uma infraestrutura agrária, ‘quase toda entregue a poderosos grupos estrangeiros’, e pontilhado de contradições ‘que indicam a falência da estrutura liberal-burguesa de nosso país’. Como soluções para esse estado de coisas, o documento propõe, em sua primeira parte, a ‘socialização’, a ‘participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais de caráter primordial para o completo desenvolvimento de organizações proletárias.’ [...] Quanto à universidade no Brasil [...] a caracteriza como ‘uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente’. E acentua: ... ‘A universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a universidade se situa no topo’. No intuito de provar suas assertivas, o documento demonstra que a universidade, em nosso país, falha em suas missões cultural, profissional e social. Culturalmente, porque, incapaz de elaborar uma cultura nacional e popular, se limita a repetir valores e padrões importados; profissionalmente, porque não forma os profissionais que a realidade nacional exige, ao insistir numa educação formalista, que pouco oferece além do diploma; e socialmente, pelo caráter antidemocrático dos critérios que lhe dão acesso, aos quais, de cunho econômico, pouco importam as capacidades ou as possibilidades culturais dos candidatos (ingressam na universidade os que podem pagar cursinhos, caríssimas taxas de universidades particulares ou que, dispensados de ganhar o seu sustento ou da família, dispõem de mais tempo para o estudo”. (p. 175-176).

É incontestável que a UNE, nesse período, se posicionou à esquerda. Mas pode-se dizer que adotou um nacionalismo desenvolvimentista e legalista, pois ficara ao lado de Jango.

A partir desses posicionamentos, a UNE convoca uma primeira grande greve no ano de 1962, no mandato de Aldo Arantes, reivindicando 1/3 de estudantes nos órgãos de direção das faculdades. Com a participação de muitos estudantes, recebeu apoio do governo federal, que mandou ao Congresso Nacional reinvindicação do projeto. Entretanto, o Congresso resistiu, já que se posicionava contra as reformas de base de Jango. O movimento estudantil conseguiu a participação em algumas escolas, mas no geral não obteve apoio. (MARTINS FILHO, 1987, p. 56-57).

Essa decisão, tomada no seminário de Curitiba, implicava em uma ação de propaganda em níveis nunca vistos, pois uma greve deste tipo, para ter poder de pressão sobre as autoridades, teria de ser realmente geral, contando com apoio maciço dos estudantes. O problema foi resolvido através da iniciativa da "UNE Volante", que "... levou a Reforma Universitária às massas, tendo Aldo Arantes falado a mais de duzentas Assembleias Gerais de escolas; levou teatro popular a um público que totalizou mais de cinquenta mil pessoas, levou cinema, levou o Centro Popular de Cultura e a Editora Universitária. UNE veio para UNIR, eis o dístico tão verdadeiro. A unidade do movimento estudantil foi realizada em cada escola, discutida com cada estudante. A repercussão não deixou de se fazer sentir. E imediatamente a empresa comercial conhecida por O Globo passou a atacar a UNE, afirmando que ela tinha levado a 'subversão e a desordem' a todo país". (POERNER, 1979, apud MENDES JUNIOR, 1982, p. 67).

A greve teve a participação de cerca de 90% dos estudantes. Os alunos universitários cariocas ocuparam o prédio do MEC, que se localizava no Rio de Janeiro. Mesmo que de maneira geral os objetivos não tiveram sido alcançados, houve uma grande demonstração de força da UNE, principalmente da UNE-Volante. No meio da greve aconteceu o XXV Congresso da UNE, no qual foi eleito Vinicius Caldeira Branti, da mesma corrente de Arantes (JUC). (MENDES JUNIOR, 1982, p. 67-68).

O Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE surgiu quando um grupo de dissidentes do Teatro de Arena²³ se juntou à UNE, em 1961, no intuito de fazer atividades conjuntas na área de arte popular, como teatro, cinema, literatura, música e outras áreas:

²³ O Teatro de Arena foi um importante grupo teatral que procurou trazer à tona temas nacionais e uma renovação. Iniciou-se em 1953, tendo uma grande importância nessa década e na próxima, extinguindo-se em 1972.

[...] levando adiante suas propostas de intervenção dos estudantes na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo. Foi grande impacto da UNE Volante em 1962, numa época sem rede de televisão nacional, em que a malha viária ainda estava pouco desenvolvida e a comunicação entre os estados era difícil, num país com dimensão continental. A UNE Volante semeou 12 filhotes do CPC em quatro cantos do país. (RIDENTI, 2003, p. 140).

O CPC levava questões políticas nas suas manifestações, como o sofrimento da população pobre, as condições de vida sub-humana da classe trabalhadora na cidade e no campo. E conclamava, segundo Ridenti (2003), “aos homens do povo brasileiro para realizar sua revolução [...]. Seguindo as Ligas Camponesas”. E faziam evocação nos discursos sobre a pobreza dos homens da América Latina e do terceiro mundo em geral. (p. 140). Mendes Junior (1982) destaca:

A UNE mergulhou “de cabeça” nesse clima; sua atividade passou a ser de um engajamento político total e completo: levou o Centro Popular de Cultura às favelas, sindicatos, associações de bairros, “numa ação de conscientização popular de proporções enormes. É de se notar também que o CPC organizou inúmeros grupos de estudantes que participaram ativamente da Campanha de Alfabetização de Adultos pelo Método Paulo Freire, com ótimos resultados”. (POERNER, 1979 apud MENDES JUNIOR, 1982, p. 70).

Com a radicalização popular da UNE, foi criada a Ação Popular (AP) em 1962, núcleo de estudantes católicos de esquerda que dirigiram por muito tempo a organização e faziam combate à Ditadura. De acordo com Martins Filho (1987), na agonia do populismo, a UNE foi excelência no movimento contra o imperialismo no “apagar das luzes da democracia do pós-45”. (p. 60).

Na AP os estudantes ampliaram suas reivindicações, passando o limite das universidades e se engajando nas questões sociais, juntando-se ao movimento dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como em seus sindicatos. E por causa disso a burguesia já começava a atacá-la, no qual o jornal O Globo, o órgão oficial de comunicação da burguesia já começava a noticiar mentiras e tentava jogar a população contra os estudantes. Segundo Mendes Junior (1982), ancorado em Poerner (1979), a AP:

Por suas posições, mais consentâneas à realidade brasileira do que às da Igreja da época, a AP começou a ganhar prestígio e influência no meio universitário, chegando, como vimos, à presidência da UNE. “A AP sustentava que não existia, no Brasil, um partido revolucionário, do qual ela exigia os seguintes requisitos: 1) existência de uma ‘ideologia verdadeiramente revolucionária’; 2) ‘ação de presença constante junto à massa; 3) a real participação, no partido, de militantes da ‘extração social dominada’”. De acordo com o pensamento da AP, os grupos existentes seriam, então, pré-revolucionários, e tenderiam a se unir, através do trabalho político de agitação, numa entidade autenticamente revolucionária”. (POERNER, 1979 apud MENDES JUNIOR, 1982, p. 60-61).

Toledo (1982) também retrata a UNE nesse período:

Os estudantes, através de sua entidade nacional, a UNE, integraram-se também na *frente antilatifúndio e antiimperialista*. Postulam, como tarefa política imediata e decisiva, a formação de uma “aliança operária-estudantil-camponesa” (Constituição da UNE, 1963). Como observou um estudioso, para os estudantes que militavam na UNE, a Reforma Agrária e a Reforma Universitária são simples momentos da “dialética social”. Argumentavam, assim, em um documento da entidade: “A aliança com os operários, camponeses, intelectuais progressistas, militares, democratas e outras camadas da vida nacional deve ser incrementada na certeza de que, entrelaçando nossas reivindicações, torná-las-emos, infinitamente mais fortes. Esta aliança implica em *fazer da reforma agrária bandeira dos estudantes*, do mesmo modo que as transformações em nosso ensino possam ser objetiva e subjetivamente aspiração de operários e camponeses; e assim por diante”. (Octavio Ianni, 1968 apud TOLEDO, 1982, p. 81-82, grifos do autor).

Sobre as tendências que estavam no seio da UNE, Toledo (1983) aponta:

Na UNE defrontavam-se, neste momento, diferentes tendências da esquerda brasileira: PCB, PCdoB, AP, Política Operária (POLOP), Quarta Internacional e outros grupos menores.

[...] Embora aquelas tendências pouco ortodoxas fossem encontradas no interior do movimento estudantil, a UNE não deixou de participar ativamente da ampla frente antilatifúndio e antiimperialista coordenada pela Frente de Mobilização Popular (FMP). À FMP vinculavam-se o CGT, as Ligas Camponesas, a FNP [Federação Nacional dos Petroleiros], a UNE, o movimento dos sargentos. Em certa medida, o “radicalismo” do movimento estudantil, onde o confronto entre as diversas correntes de esquerda era bastante visível, contribuía para a UNE pressionar o governo de Goulart e a FMP mais para a “esquerda”. (TOLEDO, 1983, p. 82-83).

Evidencia-se, com isso, como os integrantes do movimento estudantil, através de sua maior entidade representativa, adquiriu uma forte consciência de classe, a favor da classe trabalhadora nesse período. Os estudantes procuraram se unir aos trabalhadores do campo e da cidade, através de uma “aliança operária-estudantil-camponesa” para lutar contra a burguesia, vinculada ao latifúndio (grande concentração de terra na posse de uma burguesia do campo) e o imperialismo (burguesia internacional, representada pelos Estados Unidos). E criticava os adeptos

do etapismo do PCB, que queriam uma aliança com a burguesia nacional²⁴. E a UNE, apesar de combater os golpistas que queriam derrubar Jango, não apoiava irrestritamente o governo e, de acordo com Toledo (1983), pressionava-o mais para a esquerda.

Para compreender como, a partir de uma organização religiosa, a UNE se tornou socialista – já que historicamente a Igreja Católica teve praticamente sempre posições conservadoras e reacionárias, a favor da classe dominante em detrimento da trabalhadora – é preciso entender alguns dispositivos. Sanfelice (1986) faz um mapa muito interessante sobre como, através da JUC, e posteriormente da AP, a UNE tornou-se socialista e comunista, ficando mais sensível às questões sociais e possuindo uma consciência de classe: 1) A Igreja Católica tinha uma organização chamada de Ação Católica no meio leigo e a JUC era a expressão dela no meio universitário. 2) A JUC, no final dos anos 1950 e início dos 1960, teve uma evolução que ocorreu em toda a América Latina, a partir do Papa João XXIII, passando a orientar-se por pensamentos de teóricos mais progressistas da igreja; e, no Brasil, debateu diversos problemas sociais, “chegou a despertar para a questão da revolução brasileira” (p. 60), aprovando, no congresso realizado no Rio de Janeiro em 1960, o documento Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro, e optando por um “socialismo democrático”. 3) No XXIV Congresso da UNE em 1961, realizado em Niterói, os membros da JUC se aliaram a grupos comunistas e conseguiram eleger Aldo Arantes para a presidência da UNE, aumentando a influência dessa corrente rapidamente pelos estados do país; o que gerou críticas de membros do clero católico. 4) O crescimento da JUC entre os universitários foi acompanhado de críticas da hierarquia católica, com a desaprovação dos compromissos políticos dos membros da JUC; com isso o presidente da UNE, Aldo Arantes, em episódios, segundo o autor, não esclarecidos, deixou a organização católica pelos atritos com o cardeal Jaime de

²⁴ Segundo Toledo (1983, p. 82-83): “Na luta ideológica que aí se trava, todos combatem o PCB. O apoio político que este oferecia ao governo – excepcionais foram os seus desacordos com a ‘política de conciliação’ de Goulart – bem como a sua subordinação aos estreitos limites da ideologia nacional-reformista, foram algumas das duras críticas que o PCB sofria das demais correntes de esquerda. Todas estas tendências – que se autoproclamavam de ‘esquerda revolucionária’ – condenam a estratégia, oficialmente propugnada pelo PCB, de aliança do proletariado com a ‘fração progressista’ da burguesia brasileira como ‘exigência histórica’ para a consolidação da ‘revolução democrático burguesa’ – etapa prévia e necessária para a passagem ao socialismo. Algumas dessas correntes de esquerda, postulando o marxismo-leninismo, propõem uma ‘frente de esquerda’ – e não uma ‘frente única’ como defendia o PCB – a fim de libertar a luta de massas do ‘reformismo’ e da ‘política pequeno-burguesa da colaboração de classes’”.

Barros Câmara, e a igreja proibiu os jucistas de concorrerem a cargos no movimento estudantil, provocando a separação da JUC com a Igreja Católica.

Sanfelice (1986) destaca que os membros da JUC já falavam nessa época de uma “esquerda cristã” e outro instrumento político que não fosse a JUC, para não estarem subordinados à hierarquia católica. Surgiu assim a Ação Popular (AP), que passou a articular o meio estudantil, não ficando restrita a cristãos e não sendo confessional, apesar de ter muitos cristãos em suas fileiras. A JUC não desapareceu completamente, no entanto. (p. 60).

No ano de 1963, por meio de um plebiscito, o país voltou ao presidencialismo e Jango passou a ter o poder de fato. Uma de suas políticas foi tentar criar as reformas de base, tão importantes para o Brasil na época, como reformas das universidades (tão desejadas pelos estudantes), a reforma agrária, urbana, entre outras, aumentando a tensão e o debate ideológico, com o acirramento da luta de classes. “Os ‘tempos de Goulart’ singularizam-se dentro da história política brasileira: neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel”. (TOLEDO, 1982, p. 67).

É nesse ano de 1963, em um período turbulento, com conspiração civil e militar para a derrubada de João Goulart da presidência do Brasil, que, no XXVI Congresso da UNE, foi eleito o paulista José Serra²⁵.

A UNE participou do grande comício em 13/03/1964, na Central do Brasil no Rio de Janeiro, convocado por Jango; Serra, então presidente da UNE, se pronunciou, discursando sobre a importância de reformas para modernizar o país. Naquela turbulência e no iminente golpe, somente a UNE, através de seus membros, chegou, “nos fins de março, a solicitar armas para defender o governo no caso de um golpe, mas mesmo assim sem acreditar muito que este realmente acontecesse”. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 71-72).

Com tudo isso – a radicalização popular da entidade e o intenso debate ideológico no país – a UNE passou a ser hostilizada pela direita e foi alvo de atentados praticados pelo Movimento Anticomunista (MAC) e a Frente da Juventude

²⁵ Foi um dos fundadores do PMDB e do PSDB, pelo qual foi eleito senador (1995), governador do estado de São Paulo e prefeito da capital paulista. Foi Ministro do Planejamento e Orçamento e da Saúde e candidato à presidência da República em 2002 e 2010, pelo mesmo partido. Reelegeu-se como senador em 2014. (Cf. JOSÉ SERRA. Portal oficial. Biografia. Disponível em: <<http://www.joseserra.com.br/biografia/>>. Acesso em: 10 jan. 2016).

Democrática (FJD), órgãos reacionários financiados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes)²⁶. A imprensa golpista, porta voz da classe dominante, também atacava, bem como parte da Igreja Católica que não concordava com a JUC. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 60-63).

Sobre o complexo Ipes/ Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), Dreifuss (1987) caracteriza como funcionava:

Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias com a “massa de manobra” da própria elite orgânica²⁷. (DREIFUSS, 1987, p. 281).

Segundo Dreifuss (1987), a burguesia

desenvolveu uma difícil e dura campanha de contenção e desagregação dirigida principalmente contra a UNE [...], bem como contra outras organizações estudantis de cunho popular, como Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude Universitária Católica – JUC, e a União Metropolitana de Estudantes – UME. (p. 283).

O IPES, além de assistência financeira nas eleições estudantis (como fundo financeiro de viagens aos EUA, publicações, projetos, entre outros), infiltrava elementos no meio estudantil e efetuava ações políticas sobre professores e alunos para desorganizar o movimento estudantil.

O IPES fazia sentir a sua influência mesmo nos mais altos escalões acadêmicos e administrativos da Universidade do Brasil, principalmente através das importantes conexões do seu líder Oscar de Oliveira, em seus esforços para desorganizar o movimento estudantil. (DREIFUSS, 1987, p. 284).

Nessas ações, foram criados pelo Ipes/Ibad o Movimento Estudantil Democrático (MED), para combater a UNE; além da Frente da Juventude Democrática (FJD) e do Movimento Anticomunista (MAC), que intimidavam violentamente os

²⁶ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) foi fundado por vários empresários e por Golbery e Heitor Ferreira. Fundado logo após a chegada à presidência de Jango, tinha o objetivo de combater influências esquerdistas. Fazia propaganda anticomunista e ajudou no golpe militar de 1964. (GASPARI, 2003, p. 158-159).

²⁷ Na tradução da obra de Dreifuss (1987), a burguesia é chamada de “elite orgânica”.

simpatizantes da UNE. Patrocinavam também jornais e revistas estudantis de direita que circulavam no meio estudantil. (DREIFUSS, 1987, p. 285).

O Ipes lançou o livro UNE – Instrumento de subversão, de autoria de Sônia Seganfredo, expondo a esquerdização das universidades e principalmente na UNE:

O IPES pediu a Sônia Seganfredo que mantivesse segredo sobre seu desempenho na publicação, já que ele não poderia se envolver publicamente nestas atividades. Distribuído gratuitamente aos milhares, vendido nas livrarias por preço módico e com ampla cobertura da imprensa coordenada pelo IPES, o livro de Sônia Seganfredo foi parte importante na tentativa do IPES de conter o movimento estudantil, denegrir a reputação da UNE e criar um clima de suspeita e rejeição à União Nacional dos Estudantes, principalmente entre aqueles “moderados”, suas famílias e, sobretudo, os militares. (DREIFUSS, 1987, p. 289-290).

Percebe-se como a burguesia age contra aqueles que possuem uma consciência de classe em favor dos trabalhadores, como ocorreu com o movimento estudantil brasileiro. O Ipes/Ibad, órgão da burguesia nacional, via a UNE e a sua politização contra os interesses dominantes como perigos à alienação que promovia, e buscou, por todos os meios, através dos recursos vultuosos que possuía – já que no sistema capitalista é a burguesia que possui a riqueza produzida pela classe trabalhadora – destruir a entidade estudantil, inclusive de forma violenta.

3.3 Um fim para um recomeço

Realizemos um breve estudo da atuação dos militares na história do país antes de demonstrar o desmantelamento que fariam no movimento estudantil durante o período logo após o golpe, principalmente a partir de 1968, incapacitando todo o movimento até o período de abertura política, a partir de 1974.

Ao analisar o papel das Forças Armadas na história política do Brasil, podem-se estabelecer dois momentos: antes de 1964, quando derrubavam governos e logo após passavam o controle aos civis (Proclamação da República – 1889²⁸; Movimentação de 1930, Golpe de 1945); e após 1964, em que derrubaram um governo democraticamente instituído e, sob a tutela da Doutrina de Segurança

²⁸ A primeira República começou com dois marechais, Manuel Deodoro da Fonseca (1889) e depois Floriano Vieira Peixoto (1891), somente com Prudente José de Moraes Barros em 1894 os civis começaram a governar.

Nacional (DSN)²⁹, elaborada na Escola Superior de Guerra (ESG)³⁰, afastaram os civis do poder por 21 anos e se assumiram como “atores políticos”. (BORGES, 2013, p. 16).

Então, no Brasil, se formou uma cultura militar na qual os militares eram sempre responsáveis em intervir com frequência na política. Os oficiais tinham uma formação mais política do que profissional. E era sempre esperado, na visão destes, que “salvassem a pátria”.

Portanto, é compreensível que em 1930 e 1937 as Forças Armadas tenham apoiado Getúlio Vargas e o tenham levado à morte com a iminência de deposição, em 1954, já que ele se dedicou a mobilizar as massas mais desfavorecidas e a fortalecer o aparelho de sindicatos, fazendo concessões. As elites e as forças militares, sentindo-se ameaçadas, incorporaram o “antigetulismo”, que viria perseguir até o fim o seu herdeiro político, João Goulart. (BORGES, 2013, p. 18-19)

Essa configuração vai ao encontro do que Jacob Gorender cita em seu livro, *Combate nas trevas* (1987), sobre as Forças Armadas, que seriam regidas por três fatores: a) Instrumental – as Forças Armadas como órgão coercitivo do Estado burguês; b) Organizacional – as Forças Armadas como instituição cuja estrutura se baseia na hierarquia e na disciplina rígida e tende à autopreservação; c) A origem de classe – como segmento da pequena burguesia, a oficialidade das Forças Armadas se inclina a refletir o estado de espírito dessas camadas intermediárias, com o viés profissional próprio. (GORENDER, 1987, p. 56-58).

Assim, percebe-se que os militares mudam de posição de acordo com os próprios interesses e da burguesia: ajudaram Vargas num primeiro momento, no entanto, quando este mudou seu posicionamento e começou a manobrar a massa menos favorecida e dar-lhe concessões, perdeu o apoio destes e foi ameaçado, bem como seu sucessor, Jango. Dessa forma, percebe-se as Forças Armadas como instrumento da burguesia de repressão e contenção, de defesa de seus interesses

²⁹ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) teve origem nos Estados Unidos na época da Guerra Fria (o antagonismo Leste-Oeste); surgiu para combater o comunismo. Na América Latina, se materializou nas ditaduras militares. A ideologia responsável pela sua configuração é uma concepção de que havia uma guerra permanente e total entre o comunismo e o capitalismo. Tanto o inimigo externo, como o interno (naquele momento representado pelo comunismo), deveriam ser combatidos “É nesse quadro de conflito que a Doutrina promovera a submissão das atividades da Nação à sua política de segurança”. (BORGES, 2013, p. 24-25).

³⁰ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1949 numa interação entre a elite civil e os militares, local em que se organizou a DSN.

contra a classe trabalhadora; sendo a origem dos seus membros do alto escalão da pequena burguesia. O intuito é a defesa da propriedade privada, base da alienação na sociedade de classes capitalista (como apontado no segundo capítulo). A partir disso, qualquer risco à propriedade privada, detida por uma pequena parcela da humanidade, a burguesia, será reprimido pela força dos capitalistas, que a defenderão a qualquer custo. Com isso, o propósito dos militares é a defesa dos interesses burgueses e a propagação da alienação.

Toledo (2004) afirma que o golpe civil-militar ocorrido em 31 de março de 1964, além de ser uma movimentação contra a recente democracia brasileira, foi um golpe contra os movimentos sociais que estavam em ascensão no país:

Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças, etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas no capitalismo brasileiro. (TOLEDO, 2004, p. 13)³¹.

Martins Filho (1987) aponta que: “Em última instância, o apelo à intervenção das Forças Armadas contra o governo constitucional não teve outro alvo senão a súbita ascensão das classes populares”. (p. 59).

O autor destaca que, anteriormente ao golpe de 1964, houve uma nova reativação da aliança entre os setores da burguesia, com pavor da ascensão da classe trabalhadora. Dessa forma, um governo como o de Goulart, que não conseguia conter a ascensão dessa classe, deveria ser derrubado. (MARTINS FILHO, 1987, p. 66-67).

A UNE também, de acordo com Sanfelice (1986), entendeu o golpe de 1964 como tentativa de frear a participação da classe trabalhadora e sua radicalização; a “burguesia associada ao imperialismo e latifúndio – procuravam conter as classes trabalhadoras nos limites necessários para a manutenção das taxas de lucro”. E voltar a controlar as instituições políticas.

Foi com tal intuito que, para o golpe, as classes dominantes utilizaram-se das Forças Armadas: instrumento destinado a manter a ordem de acordo com a perspectiva delas. Além disso, como massa de manobra, utilizaram-se também de parcela da pequena burguesia. (SANFELICE, 1986, p. 129).

³¹ Para saber mais sobre como o golpe militar foi orquestrado contra os movimentos sociais e a classe trabalhadora, cf.: TOLEDO, Caio Navarro de. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

Os membros dirigentes da UNE também compreendiam que a grande maioria dos estudantes eram oriundos da burguesia. No entanto, a conscientização de como é a sociedade capitalista, a dominação existente, a realidade, pode fazer o movimento estudantil aliado da classe revolucionária. (SANFELICE, 1986, p. 132). Dessa forma, evidencia que muitos estudantes nessa época tinham uma consciência de classe; apesar de não fazer parte da classe revolucionária, que é a classe trabalhadora, estavam mais sensíveis aos seus interesses e compreendiam como o sistema capitalista funciona.

Percebe-se também como os militares deram o golpe em favor de uma classe e em detrimento de outra. As reformas de base eram reivindicações de setores que queriam transformações no capitalismo brasileiro e maior participação na vida política do país e aumento de seus direitos, como a classe trabalhadora, setores estes que foram totalmente aliados com o golpe civil-militar.

Borges aponta que:

Em 1964 deu-se a tomada do poder pelos militares, numa bem orquestrada política de desestabilização que envolveu empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, que coordenava as iniciativas dos conspiradores civis e militares.

Seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social. Enquanto o aparelho militar fortalecia o Estado, neutralizando as pressões sociais e buscando atingir um elevado crescimento econômico, as Forças Armadas atingiam um alto grau de autonomia institucional. (BORGES, 2013, p. 20-21).

A burguesia abdicou do controle direto do Executivo para que o Estado continuasse capitalista. A classe dominante não é homogênea, ela também é dividida entre si. Dessa forma, ela abdica do poder para que o modo de produção continue burguês; e apoia um governo forte que faça desaparecer a democracia burguesa, mas continue a gerir seus negócios da melhor maneira na continuação do aumento de suas taxas de lucros³².

³² Marx destaca isso muito bem na sua obra O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte, na qual descreve que a burguesia francesa apoia o golpe do sobrinho de Napoleão para que seus negócios continuassem a ser geridos da melhor forma por eles, e tiveram apoio também de uma parte reacionária do povo francês, os pequenos arrendatários do campo.

Isso ocorreu no Brasil em 1964: a burguesia entendia o período de grande convulsão popular como desordem e comunização, por isso, usou dos militares para que a “ordem”, a partir de seu interesse, fosse retomada, representando o fim da participação popular e dos direitos da classe trabalhadora; garantindo a manutenção de seus lucros. Numa função dialética, ao mesmo tempo em que a estrutura (modo de produção) desenvolve a superestrutura (Estado), a superestrutura age para que a estrutura seja mantida; de forma alienada, por meio da propagação de seus interesses, ou violenta, como a Ditadura Civil-Militar brasileira de 1964 a 1985.

Uma das primeiras medidas desse regime de exceção foi impedir qualquer participação política da classe trabalhadora. Com isso se estabeleceram eleições indiretas para os cargos executivos de nível estadual, federal e municipal de capitais. Na visão destes o povo era imaturo e não sabia votar³³.

O AI-1 (Ato Institucional) fez uma limpeza na burocracia civil e militar e os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) impediram qualquer participação dos cidadãos que queriam opor-se à política imposta. (ALVES, 1984 apud BORGES, 2013, p. 38-39).

Segundo Gaspari (2014), a tortura passou a ser uma prática de interrogatório nas variadas guarnições militares, eficaz para combater “subversão” (leia-se ação contra a ordem social dominante). Os IPMs apuravam a subversão – nas universidades e até nas seções dos serviços do governo federal – e cada inquérito ficava sob responsabilidade de um oficial das Forças Armadas. O AI-1 aumentava o poder do Executivo e diminuía o do Congresso e do Judiciário; o presidente poderia cassar mandatos de políticos e demitir funcionários públicos civis e militares. (p. 125-136).

O movimento estudantil brasileiro também foi afetado. Uma das prerrogativas da DSN era combater a consciência política de esquerda dos estudantes: “[...] DSN definia uma Estratégia Psicossocial, voltada para as instituições da sociedade civil, entre as quais se destacava a Universidade”. (MARTINS FILHO, 1987, p. 97). Assim, o movimento estudantil, pela opção política que fizeram seus integrantes, na visão da ESG proporcionada por essa doutrina, seria um perigo à Segurança Interna e teria que ser combatido e eliminado pela força.

³³ Ou pode ser também que os militares entendiam que o povo sabia votar, mas votaria em que os defenderia e não neles, ameaçando o seu próprio poder.

Dessa forma, a justificativa ideológica para a tomada do poder veio da DSN, forjada na ESG com assistência americana e francesa, com o intuito de formar pessoal na direção e no planejamento da segurança de um país. Essa doutrina foi seguida ao se realizar o golpe, bem como na manutenção do poder depois de 1964. (ALVES, 1984 apud BORGES, 2013, p. 20)³⁴.

Os militares, antes e após o golpe, sempre tiveram apoio externo. O planejamento da movimentação de 1964 tinha como justificativa o combate ao comunismo, bem como à ameaça que a classe trabalhadora simbolizava com sua ascensão. Os Estados Unidos, assim, tiveram protagonismo na derrubada dos governos latino-americanos, inclusive o do Brasil, com uma doutrina que colocava a nação como refém de seus dispositivos e dos interesses externos. O sistema capitalista mundial vive de lucros, quando um governo de um país (principalmente quando este país está localizado no Hemisfério Sul) não os garante para a burguesia (principalmente a burguesia do Hemisfério Norte), esse governo precisa cair.

Fico (2001) destaca como os órgãos de informações, base da DSN, extremamente importantes em regimes autoritários e com grande poder de atuação, visavam os estudantes, usando como um dos aspectos aquilo que consideravam moralidade:

[...] os estudantes eram muitíssimos visados pelos órgãos de informação do regime militar. Ao aspecto político da atuação oposicionista do movimento estudantil, juntava-se a dimensão moral da “educação dos jovens”, tidos como vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos. Assim, a comunidade de informações via nas transformações comportamentais típicas dos anos 1960/ 1970 – referidas às drogas e à sexualidade, por exemplo – a confirmação do que supunha ser uma intenção deliberada de degeneração de supostos valores morais, facilitadora da subversão. (FICO, 2001, p. 187).

E ainda:

No regime militar brasileiro, entretanto, esses órgãos não se limitavam ao recolhimento de informações estratégicas, mas integram o sistema repressivo da Ditadura Militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político. (FICO, 2001, p. 105).

³⁴ Para saber mais sobre a DSN e a Ditadura Militar, cf.: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

Esses órgãos tiveram um grande poder no período da Ditadura Civil-Militar, agindo pela violência física e métodos desumanos. De acordo com Fico (2013), o Estado de Segurança Nacional, por meio dos aparelhos ideológicos de informações, adotou práticas de guerra para lidar com a sociedade: a guerra psicológica, que determina o modo de agir da população, e a guerra psicossocial, esta muito importante, pois isola o inimigo a fim de desmoralizá-lo e induz os cidadãos a delatar e a aderir à política social dominante. Para intimidar os inimigos internos e dissuadir pessoas indecisas, praticaram tortura, assassinato e desaparecimento de seres humanos. (FICO, 2013).

A DSN restringe a liberdade de expressão do povo e desrespeita os direitos humanos. E os órgãos de informações, base da Doutrina de Segurança Nacional, tornavam a vida das pessoas insuportável; mesmo algumas que nunca tiveram qualquer ato direto de enfrentamento ao regime eram incriminadas, e muitas vezes nem sabiam disso. Seres humanos que sofreram sem tomar partido, pois o sistema primeiro decidia o culpado e depois este tinha que se provar inocente, mas não tinha acesso aos mecanismos necessários para isso, pois vivia numa ditadura que não proporcionava defesa. A fundo, como apontado, a DSN foi criada pelos Estados Unidos (entenda-se a burguesia internacional), para atacar um inimigo interno: o comunismo. A partir disso, pessoas comunistas eram perseguidas, pessoas que, na verdade, eram a favor da classe trabalhadora e iam contra os interesses da burguesia. Na ânsia de fazer isso, outras pessoas (mesmo sem qualquer consciência política nesse sentido) foram perseguidas e suas vidas vigiadas; toda a população que fizesse parte da classe trabalhadora poderia se tornar um alvo, e também integrantes de uma parcela da burguesia, como foi o caso dos militantes do movimento estudantil, que se voltaram para a classe oprimida e explorada.

Como forma de resistência ao golpe, em 1º de abril de 1964 a UNE decretou uma greve geral que pretendia atingir todo o país, e decidiu lutar contra a deposição de Jango. Os estudantes queriam participar da luta de resistência contra o golpe, mas, segundo Martins Filho (1987), faltava uma orientação, assim como a população, que carecia de uma direção política autônoma, ficou esperando uma mobilização de Jango, que não veio.

No meio estudantil, Mendes Junior (1982) aponta como foram tenebrosos para os membros da UNE os primeiros momentos após o golpe militar de 1964:

[...] a UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incômoda às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo clube Germânia, que a UNE ocupara nos tempos heroicos da luta contra o nazi-fascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder. (p. 74).

As prisões, perseguições, expulsões de faculdades que se seguiram ao golpe militar de 1964 conseguiram, num primeiro momento, desbaratar o movimento estudantil. O mato-grossense Altino Dantas, presidente da UNE de julho de 1965 a julho de 1966, relata em Depoimentos de Ex-dirigentes da UNE:

O fato é que o ano de 1964 foi marcado por uma grande repressão contra o Movimento Estudantil, mas que nem de longe teve a amplitude da perseguição ao Movimento Operário. Fechamento de entidades, com invasão das principais, e prisão de quase toda a liderança mais ativa dos estudantes. Não foram presos os que conseguiram se exilar. (Altino Dantas apud MENDES JUNIOR, 1982, p. 76).

Desde o início, o governo militar interferiu nas entidades estudantis. Os diretores da UNE, logo após o golpe, tiveram que deixar o país; os presidentes da UME e de UEEs se encarregaram de manter a entidade máxima dos estudantes, ficando nos cargos diretores. (SANFELICE, 1986, p. 71-72).

A lei n.º 4.464 de 09/11/1964, ou lei Suplicy de Lacerda, o então Ministro da Educação, como uma continuação das políticas de ataque ao setor estudantil, extinguiu todas as entidades estudantis e criou outras, vinculadas às direções das faculdades: os Diretórios Acadêmicos (DA), em estabelecimentos de Ensino Superior; os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), nas universidades; os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEE), em cada capital de estado, territórios ou Distrito Federal, onde houvesse mais de um estabelecimento de ensino superior, e o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede em Brasília – todos sem autonomia. (SANFELICE, 1986, p. 81).

Sanfelice (1986) destaca interessante passagem sobre a aprovação dessa lei no Congresso Nacional, por meio de experiência própria:

[...] podemos relatar que antes da votação no Congresso Nacional, da “Lei Suplicy”, comissões de estudantes conversaram com quase todos os deputados, ficando com a nítida impressão de que a lei não seria aprovada, pois os parlamentares eram unânimes em prometer aos estudantes votarem contra. Ela foi aprovada por 9 votos de vantagem. Começávamos a aprender como de fato funcionava uma ditadura. (p. 80).

Segundo Poerner (2004):

A lei visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientação. (p. 212).

Como as proibições já haviam acontecido para inibir manifestações ou propagandas político-partidárias e a criação dessas entidades estudantis atreladas a órgãos oficiais, nota-se o que foi feito para acabar com o movimento estudantil.

Criaram-se leis para dar um aspecto legal à desestruturação do movimento estudantil e tirar sua combatividade, pois, como apontado anteriormente, era um quesito da DSN, usada para desencadear o golpe e manter os militares no poder.

Segundo Groppo (2008), a resistência ao golpe militar veio de diversas organizações civis entre 1964 e 1968. Jornalistas utilizaram a imprensa para fazer frente e denunciar atos autoritários da Ditadura Civil-Militar; setores que apoiaram no início, como políticos e a Igreja, começaram a denunciar; a Frente Ampla³⁵ em 1966, caçada em 1968, e a Igreja nos anos 1970. Sindicalistas criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) de maneira moderada em 1967. Outras formas de resistência vieram das artes, com o teatro politizado, com o grupo Arena, o Opinião e o Oficina³⁶, bem como músicas de protesto, o Tropicalismo³⁷ e o Cinema Novo³⁸. “Mas [...] entre 1964 e 1968, principalmente neste último ano, o principal foco de resistência ao regime instalado em março de 1964 veio do movimento estudantil”. (GROPPO, 2008, p. 52).

O movimento estudantil brasileiro se dividia em dois eixos de luta, a luta específica, por uma campanha de transformação da universidade; e no outro uma luta política, contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil. A AP era a favor da luta direta contra o regime militar, enquanto uma dissidência, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) colocava como pauta primeira a luta pela universidade. (MARTINS FILHO, 1987, p.

³⁵ A Frente Ampla foi um grupo político criado em 1966 por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, entre outros, contra a Ditadura Civil-Militar.

³⁶ Importantes grupos teatrais da década de 1950, 1960 e 1970, com característica política e cultural de esquerda.

³⁷ Movimento de ruptura na música popular e da cultura brasileira. Com destaques, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé, entre outros. (Cf.: <<http://tropicalia.com.br/identifisignificados/movimento>>. Acesso: 02/02/2016).

³⁸ Movimento surgido em 1952, no I Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, em que jovens com uma nova perspectiva nessa área, inspirados pelos Neo-realismo dos cineastas italianos, procuravam combater o cinema tradicional dos grandes estúdios e as grandes produções. (Cf.: <<http://www.infoescola.com/cinema/novo/>>. Acesso: 02/02/2016).

104 e 146). É interessante como isso perduraria por toda a Ditadura Civil-Militar, como veremos.

A luta pela educação enfrentava a queda de qualidade e de vagas nas universidades, proporcionada pelo novo regime e a mercantilização do ensino. Nos anos militares, o orçamento federal para o MEC diminuiu e muitas vagas foram cortadas; estudantes que passavam no vestibular não tinham direito de estudar. Conforme Martins Filho (1987): “Após o golpe, a estratégia educacional populista foi substituída pela contenção de verbas para a educação e pela quase paralização dos investimentos públicos na universidade”. (p. 123).

Os estudantes combatiam o propósito da Ditadura Civil-Militar de transformar as universidades em empresas, cujos objetivos eram: “1) Formar técnicos de nível médio para aplicar a ciência e não para criá-la e, 2) Impedir que se formasse uma intelectualidade inconformada, capaz de questionar o sistema político”. (MARTINS FILHO, 1987, p. 147).

O governo militar buscou reformar a universidade, mas seguindo os interesses da burguesia empresarial, para torná-la mais elitista e seletiva, não proporcionando o direito de estudar a todos, e subordinada aos interesses econômicos. (SOUZA, 1981 apud SANFELICE, 1986, p. 83).

Entretanto, segundo Groppo (2008), a função social da universidade passou de um lugar de formação de elites políticas e intelectuais para um modelo tecnicista-profissionalizante, para formar uma mão de obra especializada. (p. 18-19).

A partir disso, desde junho de 1965, começaram os acordos do MEC com a *United States Agency for International Development* (USAID), para a implantação da Reforma Universitária – os famigerados Acordos MEC-USAID, que seriam muito combatidos pelos estudantes.

O acordo MEC-USAID feria a soberania brasileira em referência ao setor educacional, impedia a movimentação do povo brasileiro nessa área. Isso era um fator de um sistema mais amplo, era uma diretriz americana para a política educacional da América Latina. Essas determinações, de acordo com a Revista Revisão, tinham o intuito de transformar a educação pública em paga, as instituições do ensino em privadas e geridas por técnicos e especialistas estrangeiros. Esse acordo impedia a participação dos estudantes nos órgãos diretórios das universidades e transformaria

o ensino com base no lucro e não na formação crítica. (SANFELICE, 1986, p. 87 e 123-124).

Segundo Poerner (2004), o USAID previa:

Desenvolver uma filosofia educacional para o continente; ... estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis educacionais e obter meios financeiros para levar à prática tal política; criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas; ... a transformação da universidade estatal numa fundação privada; ... a eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial; ... colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos ... (p. 218-219)³⁹.

Percebe-se como a burguesia internacional sempre pretende colocar todos os mecanismos da vida em favor do lucro; bens essenciais como educação têm que ser privatizados para gerar dividendos somente para uma pequena parcela da humanidade que detém a riqueza, e países periféricos não devem criar ciência e sim importá-la.

Por isso o movimento estudantil, na figura da UNE, rebelava-se contra esses acordos, que eram na verdade uma política imperialista estadunidense com viés econômico e subalternizante.

Contra esse tipo de ensino, os estudantes da UEE-SP fizeram uma proposta:

1) A defesa do princípio do ensino gratuito; 2) a preservação da autonomia universitária, no plano administrativo, didático e financeiro; 3) a luta pela admissão na universidade de todos os que conseguissem média no vestibular e 4) a conquista da paridade nos órgãos universitários. (UEE-SP, 1965 apud SANFELICE, 1986, p. 149).

Segundo Pellicciota (1997), a universidade pública brasileira passaria por uma transformação, mudaria de um modelo europeu, que tem por base ênfase na geração de pesquisa e ciências, para um modelo estadunidense, que tem um objetivo

³⁹ Esses acordos com o Usaid eram tão politicamente ideológicos que, segundo Poerner (2004), os selecionados a ir para os EUA seguiam uns critérios: “Sediada em São Paulo, à Rua Major Sertório, 332, 1º andar, [...] levava, por ano, mais de 80 universitários aos Estados Unidos, depois de uma criteriosa seleção em que eram eliminados todos os candidatos que não demonstrassem firmeza em seu nacionalismo ou em suas ideias progressistas. [...] é preciso conquistar, ideologicamente, os quatro, em cada dez mil latino americanos, que conseguem obter um título universitário. Como era difícil, mesmo para o poder econômico norte americano, levar todos os universitários da América Latina para uma ‘lavagem cerebral’ na metrópole, [...] selecionava os dirigentes – e, dentre estes, os mais patriotas, os mais rebeldes ante a intervenção estrangeira, aqueles que pudessem causar dores de cabeça, no futuro, à administração do império. Era por isso que o exame dos candidatos incluía perguntas como esta: ‘O que é que o senhor acha da guerra do Vietnã?’ Todos aqueles que, as vezes até mesmo por equivocada astúcia, não reconheciam uma agressão norte-americana no sudeste asiático eram automaticamente eliminados. Já não interessavam ao programa de ‘ intercâmbio cultural’ [...]. Se, como estudantes, não percebiam uma agressão tão acintosa contra a liberdade de um povo, não viriam perceber nunca. Já estavam, portanto, no ‘bom caminho’”. (POERNER, 2004, p. 221).

mercadológico, que visa lucro. O regime militar teve por objetivo transformar as universidades em empresas com o intuito de formar os alunos rapidamente a custos mais baixos. Entretanto essa transformação não ocorre plenamente, por isso o que houve foi um misto dos dois modelos, que teria um forte desgaste ao longo dos anos 1970. (p. 70).

A AP, que liderava o movimento estudantil, de acordo com Martins Filho (1987), praticamente desprezou as lutas educacionais, como o caminho da luta estudantil, e partiu para lutar diretamente contra o regime militar.

Pellicciota (2008), sobre esse embate na forma de luta entre os estudantes, destaca:

[...] no discurso político de algumas tendências chegamos a encontrar a afirmação de que o movimento estudantil se encontra cindido internamente em dois campos de luta: o de “lutas gerais” e de “lutas específicas”, situação que na ótica organizada configura uma dispersão e imaturidade política dos estudantes, ou ainda, a rejeição em nome de interesses “específicos” do cumprimento do papel histórico deste movimento. (PELLICCIOTA, 2008, p. 192).

Compreende-se, assim, que o objetivo da luta não era só o resgate e a manutenção da qualidade de ensino, apesar de uma parcela dos estudantes optar por isso e considerar mais apropriado. A diretoria da UNE, formada pela AP, apostava num embate mais político contra o regime. Entretanto, não deixou para trás as políticas que o regime impunha ao ensino, como o objetivo de transformar as escolas em empresas e priorizar o ensino privado e tecnicista, deixando de lado uma formação crítica do cidadão. Isso porque o importante, na visão dos comunistas não reformistas (inclusive dos integrantes da AP), era mudar o sistema – somente com isso a classe trabalhadora poderia se emancipar. Reformas podem ser a qualquer momento anuladas, só a transformação da realidade acabaria com a alienação, e os filhos da classe trabalhadora poderiam ter uma educação mais completa.

Pela forma como a Ditadura tratava a educação, os estudantes começaram protestos no ano de 1966, nos quais foram violentamente atacados pelos militares. Nesse ano ocorreram várias passeatas estudantis:

As passeatas de 1966 tiveram repercussão enorme em todo o país e no exterior. Em São Paulo, por exemplo, por várias vezes a polícia declarou que as passeatas não sairiam, que o esquema de repressão estava perfeitamente montado, que os estudantes não conseguiriam “nem se reunir”. Mas as passeatas saíram, deixando os policiais às tontas: utilizando-se da tática de se mover no sentido contrário ao do congestionado trânsito do centro da cidade, os estudantes impediram a aproximação de contingentes da polícia, cavalaria, os “brucutus” (carros que lançam jatos de água e areia sobre os manifestantes), e percorriam inúmeras ruas levando sua mensagem à população e sendo aplaudidos do alto dos edifícios. Depois de uma dessas manifestações, o jornal *Le Monde*, de Paris, publicou a manchete: “Estudantes brasileiros dão aula de estratégia a seus generais”. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 79).

Como resposta a essas prisões e violências policiais cometidas em relação ao movimento estudantil, a UNE convocou uma greve geral em todas as faculdades do país, exigindo a libertação dos estudantes presos em manifestações. A greve seguiria com mais manifestações e passeatas e o dia 22 de setembro de 1966 foi denominado Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura Civil-Militar pela UNE. (SANFELICE, 1986, p. 113).

A violência extrema praticada pelos militares ao meio estudantil nesse mês de setembro do ano de 1966 levou o autor Poerner a denominá-lo O Setembro Heroico de 66. A intensa violência praticada no Rio de Janeiro foi intitulada O Massacre da Praia Vermelha. (POERNER, 1979 apud SANFELICE, 1986, p. 114).

Nesse episódio, cerca de dois mil estudantes estavam dentro da Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro (situada na Praia Vermelha), quando os militares entraram e caçaram os estudantes, espancando milhares, que ficaram seriamente feridos. Os familiares e a imprensa estavam do lado de fora e os estudantes, ao saírem, tiveram que passar por um “corredor polonês”, recebendo mais espancamentos. O episódio ocorreu em 1966, portanto, antes do AI-5, com denúncias até de violências sexuais contra as estudantes. (MARTINS FILHO, 1987, p. 102). Groppo (2006) informa que, nesse episódio, acontecido no dia 23 de setembro, 600 estudantes foram encurralados pela polícia, sendo 240 moças. Entre esses universitários estavam os futuros líderes de 1968, como Vlademir Palmeira, que, numa entrevista, narra: “Essa história foi tão traumática, bateram tanto nos estudantes – chegaram a enfiar cassetete na vagina das meninas –, foi tanta violência nessa noite [...]”. (PALMEIRA, 1998 apud GROPPPO, 2008, p. 80).

Confirma-se, dessa forma, a violência com que os militares sempre trataram o movimento estudantil, desde o golpe e não somente com o AI-5, usado como

justificativa pelos militares para a radicalização dos movimentos de esquerda. Tudo para fazer que a conscientização desaparecesse, a burguesia sempre age para seus interesses serem disseminados, através da alienação, mas também pela força, com seus instrumentos militares.

Após 1966, principalmente depois da chamada “setembrada”, apesar de não findar, o movimento estudantil declinou por falta de apoio social e pela repressão do Estado e não conseguiu mais ter um caráter nacional, de acordo com Sanfelice. (1986, p. 114).

Naquele início do ano de 1967, a UNE encontrava-se legalmente extinta e substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, criado pela lei Suplicy. O DNE, controlado e dominado pelos sucessivos Ministros da Educação, também acabou sendo fechado, porque não conseguiu representatividade entre os estudantes. A UNE, entretanto, funcionava na clandestinidade. (CARVALHO, 1975 apud SANFELICE, 1986, p. 120).

Já o ano de 1968 foi o mais duro e conflituoso para os estudantes, voltando às ruas com mais rigor. Numa manifestação no Rio de Janeiro, quatro estudantes foram mortos (Jorge Aprígio de Paula, Devi de Souza Neiva, Ivo Vieira e Edson Luiz); 60 pessoas feridas e 321 presas, marcando como seria a desestruturação do movimento estudantil pela Ditadura Civil-Militar. (POERNER, 1979; CASTILHO apud SANFELICE, 1986, p. 145).

É nesse ano que os estudantes do mundo inteiro foram às ruas contra os padrões rígidos de comportamentos, contra a autoridade e contra o sistema capitalista como um todo.

Os movimentos estudantis que eclodiram no mundo após a Guerra de 1945 e principalmente nos anos 1960 tiveram como pano de fundo a Guerra Fria. A maioria ocorreu por problemas internos, dentro das universidades, mas logo se espalharam e tiveram como foco principal os aspectos gerais da sociedade. Eles se tornaram mundiais e nas localidades tiveram novas formas de protesto.

Nos Estados Unidos, os estudantes se envolveram em questões sociais, como os direitos civis dos negros, oposição à Guerra do Vietnã e apoio aos movimentos de libertação do Terceiro Mundo. Na França, os movimentos estudantis demonstraram sua força, praticamente “o governo de Charles de Gaulle foi substituído na esteira do movimento estudantil de maio de 1968”. Em outras cidades do mundo os estudantes também se manifestaram, como Londres, Roma, Berlim Ocidental, Tóquio, nas quais

desempenharam importantes atuações políticas e sociais, além de transformações culturais. (BORTLOMORE, 1996 apud SANFELICE, 2008, p. 68-69).

Segundo Groppo (2008), as revoltas ocorridas nos países do então chamado Terceiro Mundo não foram uma imitação das dos países centrais, como Estados Unidos e do continente europeu ocidental. Em países subdesenvolvidos, tais revoltas tiveram suas especificidades.

Segundo Groppo (2008):

Os movimentos estudantis dos anos 1960 não foram um fenômeno exclusivo dos países “desenvolvidos”, nem se pode dizer que tenham se iniciado aí ou aí foram mais longe. Isto não significa desconsiderar a importância dos movimentos do Primeiro Mundo, pelo contrário. Na França, destacaram-se o Maio de 68 e a greve que parou o país neste mês; na Alemanha, movimentos estudantis na então Berlim Ocidental desde o início da década de 1960; na Itália, uma greve de amplas proporções em 1969; nos EUA, amplos movimentos estudantis e de grupos de esquerda contra a Guerra do Vietnã, entre outros.

Na América Latina, destaca-se o Brasil e o México (onde o governo mexicano mandou o Exército atirar contra multidão desarmada na Praça das 3 culturas, matando centenas de pessoas e prendendo 2 mil). Na Ásia, Japão, Vietnã, Paquistão e Bangladesh (onde, em 1968, quando era ainda parte do Paquistão, a ocupação do país pelo Exército resultou na morte de milhares de pessoas, inclusive 500 estudantes da Universidade de Dacca), Sri Lanka, Índia, Iraque, Irã, Síria, Israel, Palestina, Turquia, Líbano, Tailândia, Birmânia, Malásia etc. Na África, Nigéria, Senegal, Egito (onde uma batalha entre polícia e estudantes resultou na morte de 60 pessoas), Argélia, Marrocos, Mauritânia, Congo, Camarões etc. No antigo mundo socialista, Polônia, ex-Iugoslávia, ex-Cecoslováquia, antiga Alemanha Oriental e, na China, a Revolução Cultural Chinesa. (GROPPO, 2008, p. 15).

Apesar de os movimentos terem suas especificidades, tinham uma base comum. Sua origem eram as juventudes universitárias, oriundas de “novas classes médias”, e surgiram em grandes cidades, como “São Francisco, Washington, Nova York, Londres, Berlim, Paris, São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, Praga, Tóquio, Cairo, etc.” O contexto político era a Guerra-Fria e a descolonização da Ásia e África. No contexto cultural, as transformações nas universidades e o surgimento de novos radicalismos e movimentos de contracultura. (GROPPO, 2008, p. 16).

Mendes Junior (1982) destaca sua experiência aqui no Brasil:

[...] foi o desencadeamento na Europa (na França, principalmente) da rebelião estudantil, que chegou a abalar alicerces governamentais. Tendo nas mãos as obras do filósofo alemão Herbert Marcuse (Ideologia da Sociedade Industrial, Eros e Civilização), os estudantes europeus-comunistas, trotsquistas, maoístas, anarquistas e todos os outros matizes políticos que se possa imaginar uniram-se numa unânime condenação do “Sistema”.

Aqui no Brasil, as notícias nos chegavam. E, aliados a elas, o clima de repressão violenta instaurado depois da morte de Edson Luiz e a nossa vontade de lutar contra a ditadura levaram-nos à ação. Queríamos reformular a ultrapassada Universidade; queríamos concretizar a aliança com operários e camponeses; queríamos até (não é mentira) derrubar o governo. E escolhemos as nossas trincheiras as faculdades. (p. 82-84).

Sanfelice (1986), citando Poerner (1979), aponta algo parecido sobre esse momento:

Pode-se dizer que, no ano de 1968, a mobilização contra o processo de violência e dos rumos do governo militar ultrapassou o meio estudantil. A liberalização que naquele ano atingia tantos outros países parecia ter chegado ao Brasil. Aos milhares as pessoas foram às ruas das grandes cidades em passeatas pacíficas que, em alguns casos, contaram com mais de cem mil participantes. As "Passeatas dos Cem Mil", como ficaram conhecidas, chegaram a dar a ilusória ideia de que o país aproximava-se de uma abertura democrática. (POERNER, 1979 apud SANFELICE, 1986, p. 147).

Segundo Soares (2008), alguns fatores foram responsáveis por essas manifestações globais, como um cansaço com a realidade econômica que não atendia grande parte da população mundial. Outro fator importante era a influência da Nova Esquerda que crescia em escala mundial, com as vitórias da Revolução Cubana, Vietnamita e na Indochina, bem como a criação da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), que possuía uma bandeira: "criar um, dois, três Vietnãs..." (p. 140).

Percebe-se, dessa maneira, como os movimentos internacionais foram importantes e influenciaram muito os estudantes aqui no Brasil, com movimentos lá fora e principalmente na França. Os universitários brasileiros tiveram um estímulo a mais para tentar derrubar a Ditadura Civil-Militar em que o país mergulhava, uma ditadura que se fecharia ainda mais e faria de tudo para acabar com o movimento estudantil brasileiro. Destaca-se, dessa forma, como a realidade em que vivemos influencia nossa consciência. As transformações históricas despertam o nosso pensamento e não o contrário. É a realidade que desperta a nossa consciência e nos faz agir na realidade na intenção de transformá-la.

Um dos estudantes que se tornou símbolo da luta estudantil contra o regime foi Edson Luiz de Lima Souto, morto pela Polícia Militar no ano de 1968, com apenas 16 anos. Estava numa manifestação de estudantes para melhoria de um restaurante chamado Calabouço. Seu corpo foi levado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelos estudantes, como forma de protesto. (GASPARI, 2014, p. 276).

Gropo (2008) aponta uma fala de um líder estudantil, Jorge Batista, de Minas Gerais, sobre o assassinato de Edson Luiz:

Devemos nos calar, devemos nos largar em nossas salas de aula? Devemos nos largar nas Universidades, ou em nossas residências, enquanto companheiros nossos, irmãos nossos foram ontem assassinados violentamente na Guanabara, por uma polícia orientada, por um governo orientado, por uma ditadura orientada? Nós achamos que não. (João Batista, em programa da Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, em 2/09/1968 apud GROppo, 2008, p. 24).

Segundo Poerner (2004):

O líder estudantil Vladimir Palmeira sempre ressaltava que os trabalhadores teriam de “assumir o comando da luta empreendida pelos estudantes”. Os operários, por seu turno, manifestaram, em diversas ocasiões, apoio aos estudantes, inclusive através de um manifesto, divulgado em junho, por 12 sindicatos que não se encontravam sob intervenção governamental. Os estudantes, entretanto, prosseguiram na vanguarda da oposição brasileira. (p. 273).

Isso representa os estudantes do movimento estudantil se colocando à frente na luta contra um governo ilegítimo e assassino, ancorado pela classe dominante. Como a passeata dos cem mil ocorrida no Rio de Janeiro:

Em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu o mais importante evento do movimento estudantil brasileiro de 1968, a passeata dos 100 mil. Foi uma marcha pacífica de uma multidão formada não só por estudantes, mas pela população da metrópole, com o apoio de diferentes categorias sociais, em destaque as classes médias intelectualizadas. Notas de solidariedade aos estudantes foram feitas por organizações das mães de alunos, professores, jornalistas, servidores públicos, a Ordem dos Advogados do Brasil, setores do clero, entre outros. (DIRCEU; PALMEIRA, 1998 apud GROppo, 2008, p. 25).

A burguesia, por meio da alienação, busca também adeptos no meio civil para o combate das pessoas com consciência de classe; muitas delas não sabem, mas agem a favor dos interesses da classe dominante e contra os seus próprios. Neste mesmo ano de 1968, partidários do regime, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) – uma organização, segundo Gaspari (2014), de civis treinados por militares – invadiu o teatro Roda Viva⁴⁰, sendo os atores espancados e o teatro fechado. (p. 305).

A Universidade Mackenzie, segundo Gaspari (2014), era reduto do CCC: abria-se o laboratório à noite para fabricação de bombas. Próximo a ela estava a Faculdade

⁴⁰ Uma peça dirigida Chico Buarque em 1968, tornou-se um símbolo de resistência contra a Ditadura. Neste episódio cerca de 100 pessoas desse grupo entraram no teatro Galpão em São Paulo, onde a peça estava sendo encenada, em julho de 1968, espancando os artistas e depredando o local, logo após seria censurada pela Ditadura Civil-Militar. (Cf.: http://www.chicobuarque.com.br/construcao/tea_rodaviva.htm. Acesso: 04/02/2016).

de Filosofia, Ciências e Letras da USP, um reduto esquerdista, e ambas se envolviam em constantes conflitos. (p. 324-326). Em 1968, houve um grande confronto chamado “Batalha da Rua Maria Antonia”, em que um estudante foi morto, José Guimaraes. (SANFELICE, 1986, p. 147-148). Entretanto, é preciso lembrar que havia um desequilíbrio de forças entre os grupos, pois os estudantes da USP não fabricavam bombas e não atacavam indiscriminadamente ninguém, e muito menos tinham apoio governamental.

Mendes Junior (1982) descreve bem como foi essa batalha, já que participou dela:

Elas [faculdades] foram sendo ocupadas nas principais capitais do Brasil, e dentro delas os estudantes organizam grupos de trabalho para “redefinir” a Universidade de São Paulo, por exemplo, na época localizada à rua Maria Antonia, resolvemos, com apoio de muitos professores, formar as chamadas “Comissões Paritárias” de estudantes e mestres, para dirigir os cursos. Fui vice-presidente da paritária do curso de Ciências Sociais (presidida pelo então professor Fernando Henrique Cardoso), e posso dizer que seu trabalho foi relativamente frutífero, modificando muitas coisas ultrapassadas existentes, tanto no currículo quanto na estrutura administrativa do curso.

Mas fora esse trabalho das Paritárias, que foi bastante sério, o ambiente era de total romantismo revolucionário. Um alto falante, voltado para fora do prédio, tocava o dia inteiro *A Internacional*. Armazenávamos pedras e rojões no Salão Nobre da Faculdade, com vistas a “um possível ataque da repressão”.

E esse ataque veio. Mas não como esperávamos, diretamente da polícia, e sim dos parapoliciais e direitistas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), cujo núcleo era a Universidade Mackenzie, localizada do outro lado da rua. Durante dois dias, enfrentamos tiros de revólver, fuzil e metralhadora com pedras, rojões e “coquetéis Molotov”. Afinal, a pretexto de acabar com aquela “briga de estudantes”, a polícia invadiu nosso prédio e nos desalojou, prendendo algumas dezenas de pessoas. Antes de sermos expulsos, apanhei no chão uma das granadas de gás que não explodiram e estava lá escrito: Ponto IV (a agência norte-americana que municiava as ditaduras do continente). (MENDES JUNIOR, 1982, p. 82-84, grifos do autor).

Em outubro ocorreu o Congresso da UNE em Ibiúna, que marca a desestruturação do movimento estudantil pelo regime militar. Segundo Gaspari (2014), nesse evento foram presas 920 pessoas⁴¹, além de toda a liderança da UNE. Depois disso os militantes do movimento estudantil se dispersaram em organizações clandestinas e muitos dos estudantes mortos posteriormente estiveram em Ibiúna. (GASPARI, 2014, p. 324-326).

⁴¹ Os autores divergem um pouco sobre o número exato de estudantes presos em Ibiúna, apontando entre 800 e 1000. Esse congresso se transformou em um dos mais importantes na História da UNE, sendo muito mencionado por autores que tratam sobre esse tema, como um marco divisório que selaria o fim do movimento estudantil por um período, com a destruição da UNE pela Ditadura Civil-Militar. Será melhor analisado na próxima seção.

Grosso (2008) traz uma nota da UNE desse congresso que criticava a atuação estadunidense no mundo:

Mais uma vez a União Nacional dos Estudantes assume a vanguarda do povo na luta contra as forças da opressão [...]. Sabemos que enfrentamos não apenas um grupo de militares que usurpou o poder [...]. O imperialismo, o latifúndio e a burguesia que se uniram em abril, sob o comando da casta militar, para instalar a tirania, no País, são as mesmas forças que assassinam a população do Vietnã; são as mesmas forças que ocupam a República Dominicana; tentam invadir Cuba [...]. Afirmamos que só a união do povo poderá destruir essas forças, pois, na medida direta em que as forças populares se organizam, adquirem possibilidades de conduzir o processo de libertação nacional [...]. Assim, a luta dos universitários brasileiros deve ser encaminhada para uma aliança estreita com as forças populares, vinculando a defesa da cultura e o combate ao terror e ao obscurantismo. (POERNER, 1979 apud GROppo, 2008, p. 39).

Muitos militantes da UNE, pela AP, conclamavam a luta armada:

Povo brasileiro. Um estudante foi assassinado covardemente ao lutar por suas reivindicações [...]. O povo, solidarizando-se com a causa defendida, permanece unido, dando continuidade à nossa luta. Que luta? A luta contra a ditadura fascista, representante interna do imperialismo americano, agressor dos povos, que está sendo derrotado no Vietnã. A luta contra o arrocho, contra a Universidade das elites econômicas, contra a exploração dos camponeses.

Respondamos à violência com violência [...] com a violência revolucionária do povo. (VALLE, 1997 apud GROppo, 2008, p. 73).

Segundo Valle (2008), a partir da Guerra da Maria Antonia e do Congresso de Ibiúna, os estudantes perderam o apoio da população, que ficou acuada. Além do aumento da repressão, a população em geral ficou em dúvida em referência aos casos de assaltos e bombas do CCC. (p. 89). Possivelmente pelo o que era divulgado pelos meios de comunicação burgueses.

Pode-se apontar como, nessa época militar, os estudantes, mesmo sendo majoritariamente oriundos de famílias da pequena burguesia, se colocaram ideologicamente a favor da classe trabalhadora, motivo pelo qual foram tremendamente perseguidos, alguns torturados e outros mortos. Se não tivessem se posicionado dessa forma, não sofreriam essa violência. Uma violência que a burguesia pratica com os trabalhadores, quando estes tomam a consciência para si, deixando de ser somente uma classe em si e tornando-se uma classe para si. Dessa forma, evidencia-se a luta de classes sempre presente nas sociedades de classes.

Os estudantes, se estivessem focados somente nos seus interesses, que são na verdade os interesses burgueses: como ficar mais rico, manter-se um burguês se já fosse filho de um (como a maioria dos estudantes ainda era), talvez não fossem tão

brutalmente reprimidos (quase certeza que não). Entretanto, colocaram-se contra uma ordem social dominante burguesa e ansiavam por uma transformação da realidade.

É importante expor que, no contexto dessa desestruturação do movimento estudantil, começou um dos períodos mais sombrios da História brasileira. O período de 1968 a 1974 trouxe os piores anos da Ditadura Civil-Militar, os “Anos de Chumbo”, com a presidência exercida pela chamada “Linha-dura”, que exterminou e assassinou milhares de pessoas, destruindo os opositores.

Após a promulgação do AI-5 e no governo de Médici, a movimentação do regime seria violenta, com a articulação dos aparatos repressivos e o “serviço de terrorismo estatal”. (BORGES, 2007, p. 39-40).

Esse quinto AI dava plenos poderes ao Executivo, autorizando o fechamento do Congresso Nacional, eliminando a liberdade de expressão, possibilitando a demissão de qualquer funcionário público, a cassação e a suspensão de direitos políticos e até a proibição ao cidadão de exercer sua profissão. O artigo nº 10 suspendia o *habeas corpus* em casos de crimes políticos e contra a segurança nacional. Permitia aos encarregados dos inquéritos prender qualquer cidadão por 30 dias, dos quais 10 sem qualquer comunicação, medida que ajudaria muito os torturadores. (GASPARI, 2014, p. 343-344)⁴².

Constata-se a violência com que esse regime, representante da burguesia, começou a tratar o povo, principalmente após esse AI, que dava poderes ao Executivo como nunca havia acontecido antes e nem viria acontecer depois. No entanto, esse poder era para subjugar e violentar a população brasileira, principalmente os movimentos sociais e a classe trabalhadora. O AI-5 praticamente institucionalizou a tortura no país.

No meio estudantil, Pereira (2006) destaca que o Decreto-lei 477 de 26/02/1969 incorpora o AI-5 aos estatutos das universidades, e torna legal uma “política de caça às bruxas” nas academias. (p. 54-55). Previa punições a professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino. Docentes e funcionários eram demitidos e proibidos de serem contratados novamente por cinco anos. Alunos eram expulsos e proibidos de se matricularem por três anos, e bolsistas perdiam o benefício por cinco anos. Estrangeiros eram expulsos do país e, em alguns casos, abria-se inquérito

⁴² Fico (2001) descreve um período maior: “A vítima podia ficar presa por até 45 dias, 15 dos quais incomunicável”. (p. 113).

policial. Isso gerou um verdadeiro terror nas universidades e no movimento estudantil. (CARVALHO, 1975 apud SANFELICE, 1986, p. 153).

Gaspari (2003) aponta que a tortura passou a ser uma prática constante do regime e, dependendo da posição que se tomasse em referência a ela, era entendida como sua atitude perante o próprio regime:

Negar a tortura significava defender o regime. Denunciá-la ou confirmá-la era atacá-lo. A prática de tortura nas guarnições militares deixava de ser um fato em si, tornando-se matéria de opinião contaminada por alguma forma de incompreensão a respeito da obra dos governos que a estimulavam e protegiam. (GASPARI, 2003, p. 150).

No período em que Emilio Garrastazu Médici esteve no poder, de 1969 a 1974, aumentaram massivamente os casos de assassinatos e torturas e, com isso, em 1972, haviam-se praticamente exterminado os membros das organizações que recorreram à luta armada, desarticulando-as, sobrando poucos remanescentes. (GASPARI, 2003, p. 26-27).

É possível compreender, dessa forma, como esse embrutecimento do regime nesse período (1968 com o AI-5⁴³ até o final do governo Médici) destruiu qualquer participação dos movimentos sociais e políticos no país e sua organização, com os diversos assassinatos e prisões de quem ousou enfrentar ou mesmo somente criticar o regime, ou simplesmente lutar por algum direito. Isso foi ótimo para a burguesia, que poderia praticar um capitalismo irrestrito, sem se preocupar com direitos e benefícios dos trabalhadores ou dar aumentos salariais acima da inflação, já que a principal forma de luta dos trabalhadores, a greve, estava proibida, e o índice de reajuste era determinado pelo governo militar, aliado da burguesia. O chamado “Milagre brasileiro” foi extremamente concentrado, beneficiando exclusivamente a burguesia e partes da pequena burguesia.

O movimento estudantil ficaria por um período desarticulado e sua representante, a UNE, extinta, sendo a maioria de seus membros mortos por entrarem em organizações armadas ou simplesmente terem uma atuação mais política. Somente com um contexto mais favorável, o de abertura política, ocorrida por volta de

⁴³ “[...] se estabeleceu a censura prévia à imprensa e às artes. Invocando o AI-5 que foi revogado apenas em 1/jan. /1979, foram punidos 6 senadores, 110 deputados, 161 deputados estaduais e 22 prefeitos, 6 milhões de votos foram anulados e a censura atingiu 500 filmes, 450 peças, 200 livros e 500 canções. A partir de 1969, também os métodos repressivos contra os grupos de luta armada seriam semi-institucionalizados na temível Operação Bandeirantes (Oban)”. (GROPPO, 2008, p. 51).

1974, os estudantes começariam a se rearticular novamente e somente no final dos anos 1970 reavivariam a sua entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes, como veremos.

3.3.1 *Congressos da UNE na ditadura – Ilegais para uns, representativos para outros*

O primeiro Congresso da UNE no período da Ditadura Civil-Militar ocorreu em julho de 1965, na Escola Politécnica de São Paulo. Foi XXVII Congresso Nacional da UNE, reunindo cerca de 400 delegados de todo o país. A UNE posicionou-se contra a famigerada Lei Suplicy de Lacerda e a votação e participação nos órgãos atrelados por ela. A AP continuou na direção e se afastou do PCB, que era a favor da participação dos estudantes nesses órgãos atrelados, gerando com isso uma divisão no movimento estudantil. (SANFELICE, 1986, p. 87-88).

Com a decisão da UNE, o boicote aos órgãos atrelados foi enorme, alunos de várias universidades acataram a iniciativa. Num plebiscito realizado nas universidades, a grande maioria dos estudantes repudiou a lei: “Total: 6167 Não; 1160 Sim; 138 brancos; 118 nulos”. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 80).

Em 1966, ocorreu o XXVIII Congresso da UNE, num convento de Minas Gerais, em que foi eleito o mineiro José Luiz Guedes. Nas palavras desse presidente sobre o evento:

O Congresso da UNE, de julho de 1966, é o segundo a realizar-se nas condições de Ditadura Militar. Ele foi preparado em quase todos os Estados, dentro de um amplo processo de lutas reivindicatórias e políticas, unificadas em plano nacional. O Movimento Estudantil vivia sob uma intensa repressão dos militares, que visavam a todo custo aplicar a legislação em vigor. Enquanto o Congresso de 1965 tinha sido realizado abertamente em São Paulo, o mesmo não aconteceu com o de 1966. Este foi realizado com grandes dificuldades em Belo Horizonte, sofrendo toda sorte de perseguição policial-militar, inclusive com a ocupação da cidade e suas vias de acesso[...] numa tentativa de impedir a participação dos delegados no Congresso. Apesar dessa situação, mais de 400 delegados chegaram ao local, o convento dos padres franciscanos, após ter driblado a repressão com o anúncio de sua realização em outros locais. Enquanto os congressistas decidiam a orientação para mais um ano de vida e luta da UNE, a sede da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais era invadida pela polícia e Belo Horizonte transformada numa praça de Guerra. (Depoimentos de ex-dirigentes da UNE apud MENDES JUNIOR, 1982, p. 80).

Machado (2008) destaca, em referência a esse congresso, que:

Para Poerner, o principal resultado do Congresso da UNE em Minas Gerais foi o lançamento de uma palavra de ordem contrária à política educacional do Governo e contra o próprio Governo, que desencadearia em setembro de 1966 nos protestos nas suas diversas cidades brasileiras, tanto contra a cobrança das anuidades, como contra atentados as liberdades democráticas expressas na repressão policial. (POERNER, 1979 apud MACHADO, 2008, p. 248).

Sanfelice (1986) cita o Programa Mínimo da UNE, elaborado em 1967, e divulgado por meio da Revista Revisão, que expõe algumas bandeiras como o ensino gratuito; a luta contra os acordos com o USAID, o imperialismo e seus representantes; a perspectiva de uma união com a classe trabalhadora, fazendo das perspectivas dela as do movimento estudantil. Os estudantes deviam priorizar as entidades livres, mas em alguns casos utilizar as enquadradas, não respeitando as normas jurídicas e fazendo denúncias. (Revisão, maio de 1967 apud SANFELICE, 1986, p. 134).

A UNE realizou o XXIX Congresso de forma clandestina, em agosto de 1967, em Valinhos, num convento de padres. A repressão chegou depois de terminado o evento, mesmo assim prenderam os padres e depredaram o local. (MENDES JUNIOR, 1981; POERNER, 1979 apud SANFELICE, 1986, p. 136).

Algumas das propostas desse congresso eram, em nível internacional, o apoio à luta dos povos oprimidos da Ásia, África e América Latina, contra o imperialismo; em nível nacional, uma aliança com a classe trabalhadora. Os estudantes acreditavam que a burguesia estava no poder e os militares eram os seus representantes. Com isso, o meio para derrubá-la e tomar o poder seria a aliança com a classe revolucionária, através da luta.

Dessa forma, sem desconsiderar suas próprias lutas, como aquela pelo ensino gratuito, o maior objetivo do movimento estudantil deveria ser o de se aliar à classe que pode efetivamente transformar a realidade, para transformar o sistema, a única maneira de alcançar de fato seus objetivos específicos. Com isso os militantes do Movimento Estudantil adotaram o discurso marxista de que a classe trabalhadora é a responsável pela revolução, já que ela é a classe que no sistema capitalista é dominada e explorada e produtora da riqueza, assim os trabalhadores que devem derrubar a classe dominante, a burguesia (classe trabalhadora e classe burguesa responsáveis no sistema do capital pela contradição e afirmação do capitalismo, a primeira produzindo e a segunda possuindo a riqueza); e os estudantes, mesmo sendo oriundos nessa época – majoritariamente - da pequena burguesia, tomassem consciência disso e se aliassem à classe revolucionária.

Quanto ao ensino, o congresso previa a gratuidade e o direito de ir à universidade de todos que concluíssem o secundário e a luta contra os acordos MEC-USAID. (SANFELICE, 1986, p. 133-138).

A diretoria eleita da UNE nesse congresso foi:

[...] para presidente, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, da UEE-SP, com os vices José Carlos Mata Machado (Minas Gerais), José Carlos Moreira (Pernambuco) e o próprio Luiz Raul Machado (Rio [...]). Os demais vices, José Roberto Arantes de Almeida (São Paulo), Nilton Santos (Rio Grande do Sul) e Jacques (Rio [...]); finalmente os vices Peri (Bahia), Jari Cardoso (São Paulo) e Edson (Minas Gerais) [...]. Um presidente e nove vices, um grupo de dez pessoas que passou a utilizar nomes frios, dirigentes de uma entidade sem sede, sem patrimônio, sem arquivos e sem infraestrutura, a não ser aquela das entidades estaduais. (SANFELICE, 1986, p. 139).

Esse congresso teve duas fases, a “fechada”, em que se escolheram os diretores e se definiram as resoluções da UNE para o ano, e a “aberta”, ocorrendo reuniões dos estudantes em vários locais, como igrejas, casas e escolas, onde foram vítimas de repressão e prisões.

Sanfelice (1986) aponta que Nilton Santos (o vice-presidente) considerava que esse congresso marcara uma mudança na UNE, na qual as lutas específicas estavam praticamente descartadas, desarticuladas das lutas mais gerais, contra a Ditadura, adotadas pela entidade.

Outro destaque de Nilton Santos foi:

A AP teve responsabilidade na deflagração da luta contra a ditadura no movimento estudantil, certamente a responsabilidade maior. Mas, também, teve grande responsabilidade na não adoção de uma tática que levasse em conta o conjunto do movimento das diversas classes e na superestimação das forças e do papel do movimento e de outras camadas da pequena burguesia. (LIMA; ARANTES, 1984 apud SANFELICE, 1986, p. 139-141).

Segundo Mendes Junior (1981), já durante o XXIX Congresso e no seu documento final:

[...] podia-se perceber, entretanto, uma tendência à radicalização dentro do Movimento Estudantil. As principais organizações políticas (clandestinas é claro) com influência no Movimento Estudantil eram, na época, além da Ação Popular, a Política Operária (POLOP) e a chamada “dissidência” do PCB, partido que pendera (pelo menos a sua facção “ortodoxa”) quase toda a sua penetração no meio universitário. (MENDES JUNIOR, 1981 apud SANFELICE, 1986, p. 139).

Numa carta da UNE de 1967, publicada pela Revista Revisão, os membros da entidade declaram sua visão da classe trabalhadora como a protagonista da revolução e que os estudantes deveriam apoiar:

Mais dia, menos dia, [as elites e o regime militar] serão derrubados como todas as classes dominantes do passado. Não seremos nós que derrubaremos estas classes. Pelo contrário, julgamos que toda nossa força advém do fato de integrarmos na luta dos que trabalham e são explorados, dos que fazem a riqueza da nação e com os quais marcha a história. (Carta Política da UNE⁴⁴1967 apud GROPPPO, 2008, p. 80-81).

É importante frisar que a Carta é um documento político, feito com o intuito de se unir à classe trabalhadora para fazer a revolução, não tendo a intenção de ser um trabalho acadêmico. Como a obra de Marx de 1848, *O Manifesto Comunista*, o objetivo é ter um propósito de ação, usando para isso táticas de reafirmação e rejeição da dúvida, disseminando que os objetivos serão, sim, alcançados e sairão vitoriosos. E mais uma vez mostra a aproximação do movimento estudantil com a classe trabalhadora. Além da prática, como já demonstrado na seção anterior, as cartas e documentos mostram na teoria o que o movimento estudantil se propunha a fazer: apoiar a classe revolucionária; transformar a realidade, desejando também que os trabalhadores se tornassem uma classe para si, e lutar contra a burguesia.

O último Congresso da UNE, desse período, ocorreu em Ibiúna, no sul do estado de São Paulo, após o qual centenas de estudantes foram presos.

Mendes Junior (1982) descreve que, apesar de o congresso ser clandestino, os delegados foram eleitos nas faculdades, assim, a repressão os vigiou e descobriu onde seria o evento. Aponta a prisão de 800 delegados e do novo presidente Jean Marc van der Weid, da AP que disputou com José Dirceu, da dissidência do PCB.

Sanfelice (1986) traz interessantes considerações sobre o que ocorreu após esse fatídico congresso, que marca uma desestruturação do movimento estudantil:

O desastre teve momentos de altos e baixos: quase 800 presos, a longa viagem de volta a São Paulo em ônibus fretados pela repressão, o presídio Tiradentes, a solidariedade das mães em manifestação na porta do presídio, e os caixotes enormes cheios de comida e agasalho, as reuniões nas celas (não é verdadeira a versão que ouvi muito depois que realizamos o congresso na prisão), todos fechados, os líderes mais em evidência separados e levados para Santos, a volta aos estados [...], as fugas espetaculares [...]. As manifestações em todos os estados e a mobilização dos outros setores ajudaram a apressar a libertação de quase todos os presos em Ibiúna. Mas o processo de 800 réus se arrastou nas auditorias militares. Poucos foram condenados (a seis e oito meses de prisão), alguns cumpriram pena. Muitos foram julgados à revelia. Mas a maioria se beneficiou da prescrição da pena e suspensão do processo.

⁴⁴ In: Revista Revisão, Grêmio da Filosofia da USP, n. 5, set. /1967.

A UNE continuava. Uma nova diretoria estava eleita e empossada. Nomes como Jean Marc, Ronald, Honestino, Helenira, Gildo, Doralina, Humberto, vindos de diversas regiões do país, se juntaram para enfrentar a barra mais pesada de trabalho da UNE. Hoje Honestino, Helenira, Gildo e Humberto não estão aqui para contar suas histórias. Foram assassinados pela ditadura. Os nossos muitos erros – sendo Ibiúna o mais flagrante – e a guerra contra os estudantes que a ditadura aprofundava iriam pouco a pouco impossibilitando a atuação da UNE. Ela descia para as catacumbas e o número de seus mártires, dolorosamente, aumentava. (SANFELICE, 1986, p. 150-151).

A trigésima gestão da UNE, através de duros percalços após o Congresso de Ibiúna, foi se dissolvendo aos poucos, o presidente Jean Marc foi preso e banido, outros diretores migraram para organizações armadas, como Helenira Rezende, morta no Araguaia. Depois, com os assassinatos de Honestino Guimaraes, Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado, a última diretoria desapareceu.

Sanfelice (1986) descreve o depoimento de Jean Marc:

[...] com as condições impostas pela repressão, o contato dos dirigentes da UNE com os órgãos estudantis foi se tornando inviável. A UNE já não tinha condições de exercer seu papel de liderança e com isso chegava ao fim um dos momentos da história do movimento estudantil. Estudantes esparsamente mobilizados, agora quase somente no interior de uma ou outra escola, tinham pela frente a Reforma Universitária, o 477, a censura cultural, o Ato Institucional n.º 5, todos os órgãos de repressão e tortura que haviam sido desenvolvidos para a repressão política e ideológica. (JEAN MARC apud SANFELICE, 1986, p. 157-158).

É crucial a afirmação de Jean Marc de que o golpe dado em 1964 não foi contra os estudantes e sim contra a classe trabalhadora: “O problema era que os estudantes liderados pela UNE haviam se aproximado muito dos legítimos interesses das classes populares”. (JEAN MARC apud SANFELICE, 1986, p. 166).

Assim descreve Mendes Junior (1982) sua experiência com a repressão:

O Movimento Estudantil havia sido completamente desbaratado, pouco antes da edição do Ato Institucional n.º 5, durante a tentativa de realizar, em outubro de 1968, o XXX Congresso da UNE.

[...] Desta maneira e dentro das circunstâncias, àqueles estudantes que ainda desejavam continuar sua atuação política não restou senão um caminho: a luta armada contra o regime.

[...] Eram, deve-se dizer aqui, os melhores, mais corajosos, mais idealistas filhos que esse país já teve, e fizeram parte de uma geração marcada para sempre.

[...] Assim, foram sendo mortos Mariguela, Mario Alves, Lamarca, “Toledo” e inúmeros ex-estudantes (Benetazzo, Arantes, Fernando “Ruivo”, Lola, Yara, Yavelberg, Helini, Stuart Angel, Jeová, Isis), muito dos quais hoje são dados como “desaparecidos”. Quando fui preso, em princípios de 1970, levado a julgamento pela edição da revista Revisão, não havia um só de nossos antigos companheiros da Universidade e do Movimento Estudantil que não houvesse sido preso, morto ou fugido do País.

No presídio Tiradentes (notem a ironia do nome), para onde fui levado para cumprir minha pena, havia cerca de 250 presos políticos, dos quais seguramente mais de 50% eram estudantes. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 85-90).

Pesquisando sobre esse congresso, Groppo (2008) apresenta um documento com o título “Combate intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque”:

Nossa solidariedade deve ser dada também aos que lutam em todo o mundo contra o inimigo comum dos povos – o imperialismo norte-americano. Nas primeiras linhas dessa luta encontra-se o valente povo vietnamita. Suas ações heroicas despertam o entusiasmo e servem de exemplo aos que se empenham em libertar seus países da reação e do domínio estrangeiro. Saudamos os estudantes que, na França, Alemanha, Espanha, Estados Unidos, México, Colômbia, Uruguai, Argentina e muitos outros países, se erguem para combater as forças retrogradadas e exigem a transformação radical da Universidade. Estamos ao lado dos povos que lutam contra as tiranias e para acabar com o sistema imperialista. Defendemos o princípio da autodeterminação dos povos e por isso condenamos a invasão da Checoslováquia e exigimos a retirada das tropas soviéticas e de seus aliados do Pacto de Varsóvia daquele país. (Contribuição ao XXX Congresso da UNE. Combate Intransigente à ditadura e ao imperialismo ianque, 1968 apud GROPPPO, 2008, p. 40).

Segundo Soares (2008), o grande número de delegados que participaram do XXX Congresso da UNE (mais de 800) dificultou mantê-lo em sigilo. Caso optassem por torná-lo público, poderia causar uma implosão da entidade, pelas diversas correntes de pensamento. Com isso, a tentativa de ser feito em Ibiúna levou a repressão a prender cerca de 1000⁴⁵ participantes, de acordo com esse autor. Com as diversas manifestações de apoio e a greve de fome de diretores presos, a Ditadura libertou a maioria, deixando presos os que achava mais importantes, como Jose Dirceu, Jean Marc, Valdemir Palmeira e outros. Elegeu-se uma nova diretoria de maneira clandestina, mas, sem representatividade e conhecimento dos estudantes, foi desmantelada e dizimada pelos militares, desarticulando a UNE. (SOARES, 2008, p. 145-147).

Percebe-se nesses congressos como os estudantes queriam uma articulação maior com a classe trabalhadora, como tiveram uma consciência dessa classe, e os seus objetivos se aproximavam dela. Os estudantes eram de tendências socialistas e queriam uma revolução para o Brasil, a queda de uma Ditadura Civil-Militar que surgiu pela mão da classe dominante que, desgostosa do rumo do país deu um golpe militar para afastar qualquer participação da classe trabalhadora. Os estudantes que se

⁴⁵ Acredito tratarem-se de estimativas, vista a discrepância dos números: 900 em Gaspari (2014), 800 em outros autores e 1000 em Soares (2008).

engajaram no movimento estudantil tinham uma consciência contrária à dominante e expressaram isso, transformando-se num alvo da burguesia, que os reprimiu duramente, através das mãos de seus representantes, os militares. Evidencia-se assim o que a classe dominante faz para que a classe explorada continue nessa condição – quando não consegue submeter as pessoas pela ideologia, o faz pela força, para que sua conscientização não as emancipe.

Os estudantes que participavam do movimento estudantil não queriam se submeter à ideologia dominante da burguesia, conscientizaram-se e lutaram contra o regime ditatorial imposto pela violência de uma classe e por isso muitos foram assassinados e sua forma organizativa, a UNE, que liderava o movimento estudantil brasileiro, dizimada.

O movimento estudantil somente ressurgiria no período de abertura política, com Encontros de Áreas e depois como um movimento de vanguarda pelas diversas manifestações que fariam a partir de 1977, e com a refundação da UNE em 1979, como veremos na próxima seção.

3.4 Retorno do movimento estudantil – a conscientização de classe também retorna?

É importante apontar o contexto no qual o movimento estudantil conseguira se reorganizar, um período que daria aos estudantes condições de atuar novamente no cenário político brasileiro.

Na segunda metade da década de 1970, começou o chamado processo de abertura política, período em que a presidência foi exercida pelo general Ernesto Geisel e depois pelo General João Batista Figueiredo. Entretanto, é preciso esclarecer que ainda continuavam assassinatos e torturas – como os casos do operário Manuel Filho e do jornalista Vlademir Herzog, ambos assassinados no DEOPS de São Paulo em 1976 e 1975 respectivamente, dois dos casos com maior repercussão. Houve medidas retroativas, como fechamento do Congresso e cassação de oposicionistas, baseando-se no AI-5, além de atentados terroristas dos radicais que não queriam a redemocratização, inclusive no governo de Figueiredo. (BORGES, 2007, p. 40–41).

Sobre o processo de abertura política, Silva (2013) aponta diversos fatores que impulsionaram a redemocratização do Brasil e os classifica em “externos” e “internos”.

Como um fator externo que impulsionou a abertura política brasileira, Silva (2013) destaca a eleição de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos. Esse país saiu muito desprestigiado da Guerra do Vietnã e, com isso, começou a mudar sua política externa – assim como haviam apoiado e até patrocinado golpes militares em países latino-americanos, a partir desse momento começaram a criticar algumas ditaduras, como foi o caso da brasileira. (SILVA, 2013, p. 250).

Outro fator externo apontado por Silva foram as guerras ocorridas no Oriente Médio – de Yon Kippur (1973) e do Irã-Iraque (1980-1988) – que desencadearam uma crise mundial do petróleo, elevando seus preços e afetando negativamente a economia brasileira. E, a partir de 1980, começou no Brasil uma recessão econômica, motivada pelo alto endividamento do país e o aumento dos juros estadunidenses.

Silva (2013) destaca que se encerrava assim um ciclo com a crise do “Milagre Econômico”. Um “milagre” que tinha como base a repressão política e sindical e o arrocho salarial, e do qual os únicos que se beneficiaram foi a burguesia. A crise tirava os prestígios dos militares e as bases que ainda sustentavam a Ditadura. (p. 252-254).

Entretanto, é relevante sempre frisar que, mesmo nesse processo de abertura, as polícias e os órgãos de informação continuavam matando, torturando e prendendo. A Operação Bandeirante (Oban), com o apoio e financiamento do empresariado, e recebendo treinamento pelos estadunidenses, aumenta os sequestros. Bem como o DOI-CODI (Destacamento de Ordem e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), associado aos empresários, praticava a tortura em larga escala nesse período.

Gaspari (2004) destaca que, a partir de 1976, ocorreram atos terroristas da extrema direita, com bombas colocadas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para os integrantes desses grupos terroristas, esses lugares eram redutos de comunistas. Outros atos foram sequestros, como o do Bispo Adriano Hypólito, que foi torturado, chamado de “bispo vermelho”. Houve explosões na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e em bancas de jornais. Segundo Gaspari (2004), esses atentados foram praticados por grupos de militares. (p. 275-277).

Sobre os fatores internos que impulsionaram a abertura política, Silva (2013) aponta um projeto dos próprios militares, elaborado pelos chamados moderados, que desejavam uma retirada da vida política enquanto ainda tinham prestígio. No entanto,

esse projeto, conhecido como “Projeto Geisel-Golbery”, tinha prerrogativas, como impedir a volta de certos personagens e instituições anteriores a 1964 e promover uma “distensão, lenta gradual e segura”. (p. 262-263). Fica evidente, assim, que não queriam uma redemocratização plena, mas somente inserir no Brasil uma nova Constituição, sem a participação da oposição, dos movimentos sociais e da classe trabalhadora.

Outro importante fator foi uma posição mais firme que começou a ser desempenhada pelo único partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, a partir das eleições de 1974, teve muitos de seus candidatos a deputado eleitos pela população. Isso se deve a uma sociedade que, nesse período, tem um maior engajamento. Setores como igrejas, universidades, sindicatos, artistas e imprensa tiveram um papel mais atuante nesse processo de abertura política, desejando o fim da Ditadura Civil-Militar e o retorno da democracia, até desembocar no movimento “Diretas Já”, que buscava, por meio da Emenda “Dante de Oliveira”, a eleição do presidente por forma direta. (SILVA, 2013, p. 263-264). Esse movimento chegou a conduzir um milhão de pessoas nas ruas do país e impulsionou a abertura política.

Outros episódios importantes foram o fim do bipartidarismo⁴⁶ e a Anistia Geral⁴⁷, em 1979. No entanto, é preciso esclarecer que a anistia não teve participação da oposição e os torturadores e assassinos do regime de exceção também foram absolvidos. (SILVA, 2013, p. 270).

Segundo Ridenti (2007), o retorno dos exilados a partir de 1979 e o pluripartidarismo reorganizaram a esquerda, que buscou revalorizar a democracia, os movimentos sociais, as liberdades civis e a luta pelas minorias. Nesse processo, houve a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi muito importante para a reivindicação de direitos e a luta pela redemocratização:

⁴⁶ Com o fim do bipartidarismo foram criados o Partido Democrático Social (PDS – Sucessor do Arena), o Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB – Sucessor do MDB), Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), posteriormente o Partido Democrático Trabalhista, e somente em 1985 o PCB e o PCdoB conseguiram se legalizar.

⁴⁷ Após a anistia retornaram grandes políticos de esquerda, que movimentaram a população para o fim do período militar, como Miguel Arraes (Governador de Pernambuco na época do golpe), Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola (Governador do Rio Grande Sul de 1959 a 1963, e do Rio de Janeiro de 1983 a 1987 e 1991 a 1994), entre outros.

Na esfera política, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT), ancorado num tripé: as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, inspiradas na Teologia da Libertação; o chamado novo sindicalismo, liderado pelos metalúrgicos do ABC paulista, além de intelectuais e remanescentes de organizações políticas marxista-leninistas derrotadas pelo regime civil-militar. O PT procurava dar vez e voz aos deserdados, que haviam começado a organizar-se em movimentos sociais a partir de meados dos anos 1970. (RIDENTI, 2007, p. 157-158).

Sobre a criação do PT, assim ocorreu:

Em 10 de fevereiro de 1980, de novo no Colégio Sion, em São Paulo, deu-se a reunião nacional de fundação do Partido dos Trabalhadores PT. [...] 1,2 mil as pessoas que estiveram presentes, representando 18 estados. O partido nascia com uma composição social majoritária de classe média (intelectuais, professores, jornalistas, religiosos de esquerda, militantes de pequenas organizações de toda a esquerda, à exceção de PCdoB e PCB, e apenas um terço de operários). Primeiros signatários do manifesto de fundação: Mario Pedrosa, Manoel da Conceição, Sérgio Buarque de Holanda, Lélia Abramo e Apolônio de Carvalho. Outros intelectuais davam apoio, como Antonio Cândido, Chico de Oliveira e Eduardo Suplicy. Aderiram ao PT diversas organizações de esquerda “socialistas”, trotskistas como a Democracia Socialista, o Movimento de Emancipação do Proletariado, MEP, o Partido Operário Revolucionário Trotskista, PORT, outras micro-organizações, o Partido Revolucionário Comunista, PRC, dissidência do PCdoB, e grupos remanescentes da Ação Popular. (AZEVEDO, 2011, p. 275).

Sobre o processo de abertura política, Borges (2007) faz uma interessante consideração:

Com o desaparecimento do AI-5, o papel das Forças Armadas no processo político adquire um novo perfil, isto é, devolver a direção do Estado aos civis, desde que em bases confiáveis. Essa confiabilidade estava inserida naquilo que ficou conhecido como a não argentinização do regime, no sentido de que os militares não fossem levados ao banco dos réus pelos excessos praticados durante o ciclo revolucionário. (p. 23).

Evidencia-se, assim, como a participação dos explorados foi importante para a derrocada da Ditadura Civil-Militar brasileira, com o grande número de participantes e as suas manifestações no movimento das “Diretas Já” e de partidos que se sensibilizaram com os menos favorecidos, aliados das decisões políticas. Entretanto, houve posições conservadoras que sucederam a abertura e permaneceram no poder, pois a população somente conseguiu votar para presidente em 1989, por pactos feitos com os representantes da época sombria.

Esse processo gerou resquícios muito fortes existentes ainda hoje, já que pessoas que participaram ativamente da Ditadura estão ainda livres e muitas ainda agem no meio político.

Nesse período de retomada da democracia, surgiram movimentos sociais e políticos que agravaram a crise do regime militar, movimentos como o estudantil (este

desde o golpe que combateu a Ditadura), o de mulheres, o de bairros e contra a carestia⁴⁸. Estes, às vezes, se articularam com o movimento sindical, lutando pela redemocratização, e os trabalhadores foram um ponto forte dessa sustentação. (SANTANA, 2007, p. 287).

Sader (1988) destaca que, nesse período, personagens alijados da cena política com o golpe militar começaram a se movimentar novamente. Integrantes de movimentos sociais iniciaram um processo de “alargamento do espaço da política”. Esses novos membros criaram novas formas de fazer política e combateram a política tradicional do regime militar que não os atendia e os prejudicava.

O autor explica que, no final da década de 1970, grupos populares invadem a cena pública e procuraram reivindicar direitos, sendo o primeiro o “direito de reivindicar direitos”. Esses movimentos eram representados pelas suas linguagens, por seus valores e pelas suas localidades, indicando o surgimento de novas “identidades coletivas”. (SADER, 1988, p. 26-27). “[...] movimentos sociais que adentraram no cenário público (e o modificaram) no findar da década passada [1970] trouxeram novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social”. (Idem, p. 311).

Percebe-se que os trabalhadores são sempre o ponto chave para lutar contra os interesses da burguesia; movimentos que surgiram na classe trabalhadora foram importantes para a derrocada da Ditadura Civil-Militar brasileira. Grupos que, sendo trabalhadores, procuraram nesse novo contexto de abertura política lutar por direitos que foram retirados pelos militares em 1964.

E um dos movimentos que irromperam na cena pública e retomaram sua organização foi o movimento estudantil, além de ter um papel importante no processo de redemocratização.

Pellicciota (2008) aponta que, já em 1971, houve notícias retratando que os estudantes se movimentaram com descontentamento em relação a temas específicos como “jubilamentos⁴⁹, restaurante, moradia, transporte e matrícula”. Na USP foi produzida uma Carta Aberta ao MEC, assinada por 18 entidades estudantis

⁴⁸ Movimento contra a carestia foi uma movimentação contra o aumento do custo de vida.

⁴⁹ Desligamento do aluno por exceder o tempo permitido para concluir o curso superior.

repudiando a permanência do Decreto 477⁵⁰. Houve nesse ano a criação do Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos e a remontagem do DCE genuíno dessa universidade.

Desde 1972, aconteceram os Encontros de Áreas, encontros regionais de DAs e DCEs em regiões do país e campanhas integradas a favor do ensino gratuito e contra o jubramento. Em 1973, aumentaram os números de simpósios e encontros estudantis em nível regional, estadual e nacional de área. (PELLICCIOTA, 2008, p. 192-193).

Segundo Pellicciota (2008):

Neste contexto, portanto, o que ganha lugar é a articulação de uma perspectiva político-cultural de resistência que almeja criar novas formas de convívio e solidariedade avessas ao caráter técnico, competitivo e repressivo imposto pela estrutura administrativa (por meio de regimentos e estatutos), de forma que se multiplicou jornais, happenings e a vida das comissões de “entidade” que procuram intervir concretamente na remodelação imediata da via acadêmica. (p. 193).

Como contrapartida, novas regulamentações foram criadas pela Ditadura Civil-Militar para acabar com esses encontros de área, eventos que até então não eram considerados políticos. Com isso, em 1973 ocorreu a suspensão de alunos de universidades, como a Pontifícia Universidade Católica (PUC), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a prisão de alunos e professores, além da morte de um estudante de Geologia, Alexandre Vanucci Leme⁵¹.

Em termos mais abrangentes, desde o final de 1972 podemos presenciar a afirmação de um projeto político que entende a coordenação das atividades do diretório como uma proposta de redefinição de rumos políticos no sentido de se homogeneizar os procedimentos organizativos internos e de se “reconstruir” os DCEs como instâncias mais centralizadas de direção. Dentro desta lógica, entre 1973/74 procura-se envolver as chamadas “práticas culturais” para uma dinâmica mais centralizada de organizações através da criação de “centros culturais” vinculados às entidades. (PELLICCIOTA, 2008, p. 196).

Entretanto, os estudantes começavam novamente um engajamento com mais caráter político e de contestação a partir da segunda metade da década de 1970.

⁵⁰ Decreto que proibia a movimentação estudantil, com expulsões e proibição de adentrarem em outras instituições, como já comentado.

⁵¹ Estudante de Geologia da USP, assassinado em 1973, tinha 22 anos, militava na Ação Libertadora Nacional (ALN). O DCE-USP foi batizado com seu nome em 1976. (Cf.: <http://www.dceusp.org.br/dce/alexandre-vannucchi-leme/>. Acesso: 04/02/2016).

Nesse período de abertura política, membros de organizações de esquerda adentraram nos movimentos estudantis e pretenderam dirigi-lo politicamente. Segundo Pellicciota (1997), esses quadros procuraram politizar os estudantes, enriquecendo os espaços políticos de discussão e contribuindo para a conscientização dos estudantes, que iniciaram uma nova fase para suas movimentações. (p. 69-70).

Dessa forma, os antigos membros de organizações de esquerda desempenharam uma importante função na recomposição das entidades estudantis, compondo as chamadas “tendências” que comandariam os estudantes e os levariam às lutas políticas.

Segundo Pereira (2006), o movimento estudantil se dividia entre os trotskistas, que priorizavam lutas gerais, por liberdades democráticas; e os que priorizavam lutas mais específicas, como a luta contra a Política Educacional do Governo (PEG), de cuja tendência Refazendo (MR-8⁵² e AP), o PCB e o PC do B faziam parte. Participavam do movimento estudantil militantes anarquistas e outros que não tinham alinhamento político. (p. 130).

Pode-se perceber também que a AP passaria agora, de acordo com Pereira (2006), a propor a luta específica, diferente do que fazia antes na década de 1960. A AP parece que perdeu seu radicalismo e deixou de querer a transformação da realidade – incorporou-se ao PCdoB em 1972; os grupos trotskistas é que agora seriam mais radicais e queriam um embate mais geral contra a Ditadura.

No final da década de 1970, os estudantes veem a necessidade de se articularem através de entidades representativas. Dessa forma, direcionaram suas atenções à reorganização de entidades em seus vários níveis, dentro das universidades, estaduais e federal. A partir disso, entre 1975 e 1976, foi fundado o DCE Livre da USP; em 1977, reconstruída a União dos Estudantes Estaduais de São Paulo (UEE – SP) segundo interesses legítimos e, em 1979, da UNE. (PELLICCIOTA, 1997, p. 131).

A UNE, entidade mais importante dos estudantes, foi refundada através da realização do Congresso de Reconstrução, nos dias 29 e 30 de maio de 1979, na cidade de Salvador/BA. O XXXI Congresso da UNE demonstrou a força dos

⁵² Movimento Revolucionário “8 de Outubro”.

movimentos sociais e políticos no país na abertura política, pois aquele estado era governado por Antônio Carlos Guimarães, da Arena, representando, assim, que o Estado Militar não tinha mais condições de impedir a reorganização desses movimentos no Brasil.

O XXXI Congresso ocorreu de forma pública, com a participação de dez mil estudantes de todo país. Nesse evento, foram debatidas várias pautas de interesse dos estudantes: o estatuto da entidade; a forma de eleição, congressual ou direta; e o modelo de gestão, colegiado ou presidencialista. Depois de acalorados e demorados debates, os universitários aprovaram o estatuto, com a forma de eleição direta e o modelo presidencialista. (PEREIRA, 2006, p. 153).

Em consequência desse congresso, a eleição da diretoria da UNE foi realizada no mês de outubro de 1979 de forma direta, sendo as urnas espalhadas em universidades do país, e foi disputado por cinco chapas: Novação, formado pelas correntes socialistas Centelha, Peleia, Convergência Socialista e Travessia; Libelu, uma tendência trotskista; Maioria, de tendência direitista⁵³; Mutirão, formada pelas tendências do PCdoB, AP e PCR (Partido Comunista Revolucionário); e Unidade, formada por outros membros do PCR e MR-8. A chapa vencedora foi a Mutirão e o presidente era Rui César Costa. (PEREIRA, 2006, p. 154).

Sobre essa nova configuração das tendências estudantis nesse período de abertura, Poerner (2004) assim descreve:

A Libelu, uma das mais influentes, de coloração trotskista, se batia por uma aliança operário-estudantil e pelo congelamento das anuidades nas escolas particulares.

Além de Libelu, as mais importantes eram: Unidade, a principal do Rio de Janeiro, que reunia o PCB e o MR-8 (tendência Mãos à Obra), e propugnava por uma ampla frente democrática contra a ditadura; Mutirão, que abrigava as tendências Caminhando (PCdoB), Refazendo (Ação Popular e Marxista Leninista, a APML, em que se transformara a AP) e a pernambucana Correnteza (PCR – Partido Comunista Revolucionário), e propunha a unidade dos setores populares no combate ao regime, assim como eleições livres, e diretas para todos os cargos eletivos da universidade; Novação, corrente socialista de orientação trotskista, que aglutinava o PST [Partido Socialista dos Trabalhadores] (Convergência Socialista) e o MEP [Movimento de Emancipação do Proletariado] (a tendência carioca Organizando), além das tendências estaduais Centelha (MG), Peleia (RS), Resistência (SP), Travessia (PE) e Combate (BA), e defendia o aprofundamento dos estudantes com os trabalhadores; Maioria, que congregava, entre outras

⁵³ Formada por alunos do Mackenzie e do DEE do Rio Grande do Sul, única a apoiar o governo militar, e, segundo Poerner, só teve participação nesse congresso. (2004, p. 295).

correntes, trotskistas da linha mandelista (do teórico belga Ernest Mandel⁵⁴) – a Libelu se alinhava com a facção lambetista (de Pierre Lambert⁵⁵) -, e queria um novo movimento estudantil, que fosse “uma escola de líderes para o país” e uma “democracia com um fim em si mesma e não um trampolim para outro tipo de ditadura”; e Novo Rumo-Socialista (Convergência Socialista), criada em São Paulo e atuante no Rio Grande do Sul, Minas, Mato Grosso do Sul, Brasília, Pernambuco, Paraíba e no Rio de Janeiro (com o nome de Ponto de Partida). (POERNER, 2004, p. 286-287).

Percebe-se, assim, a importância das organizações de esquerda na rearticulação das entidades estudantis, cujos membros passariam a se dividir entre as tendências que comporiam as suas lideranças.

A AP continuava na direção dos estudantes: assim como havia liderado no último congresso, em 1968, seguiria depois da reorganização dos estudantes, praticamente 11 anos depois, no entanto, com outra roupagem e com outro nome, Refazendo. Aquela AP que se dissipara em 1968 não foi a mesma deste período de abertura, pois seus membros que participaram de Ibiúna foram, em grande quantidade, assassinados por se juntarem a grupos armados.

Em 1980 e 1982, a UNE fez seus congressos na cidade de Piracicaba, interior do estado de São Paulo, reafirmando sua reconstrução com maior visibilidade em um evento totalmente público. Esses dois congressos serão mais bem examinados no próximo capítulo.

Além de sua reorganização, o movimento estudantil brasileiro promoveu atos que ajudaram no caminho de redemocratização do país, tendo uma política fundamental para o fim do regime militar, pois, segundo Pereira (2006), foi “vanguarda transitória” pelas grandes manifestações ocorridas em 1977 contra a Ditadura Civil-Militar (p. 159), além de ser um dos únicos movimentos que sempre combateu o regime, desde o golpe em 1964.

Uma importante manifestação dos estudantes foi quando da morte do jornalista Vladimir Herzog. Gaspari (2004) aponta que Herzog foi filiado ao PCB e, comunicado que seria preso, foi, de boa vontade, ao DOI paulista/ II Exército, em outubro de 1975; no local, foi gravemente torturado e assassinado. Presos que estavam próximos confirmaram que ouviram gritos. Como de praxe, a Ditadura Civil-Militar alegou que ele cometera suicídio, adulterando a cena do crime e oferecendo explicações

⁵⁴ Economista e político belga (1923-1995), importante dirigente trotskista que exerceu significativa contribuição ao Marxismo antistalinista.

⁵⁵ Dirigente da IV Internacional Comunista reproclamada em 1993 (1920-2008), trotskista.

infundadas, já que investigações independentes concluem que, pela configuração do local, não seria possível o jornalista ter se enforcado. (p. 175-177).

Pelo assassinato de Herzog, faculdades paulistas entraram em greve, 30 mil estudantes pararam e se manifestaram. Gaspari (2004) aponta que, pelo medo, não houve passeatas, no entanto, ocorreu um ato litúrgico na Praça da Sé em São Paulo, reunindo oito mil pessoas, maioria de universitários. Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, Henri Sobel, um rabino, 20 outros sacerdotes e o frade Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, comandaram uma “manifestação silenciosa”. (p. 198-199).

Segundo Gaspari (2004), a partir de 1977 os estudantes recomeçaram suas manifestações, pedindo libertação de presos políticos e liberdades democráticas. Alunos da USP fizeram uma greve de 60 mil e depois dez mil foram às ruas com apoio da população. As manifestações se irradiaram para o Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. (p. 407-408).

Gaspari aponta que, entre os torturados pelos militares, a maioria eram estudantes, e cita o episódio do ex-presidente da UNE, Aldo Arantes (mandato 1961-1962, preso em 1968, 1972 e 1976-78), brutalmente torturado no DOI carioca: “[...] nu, algemado, de mãos para trás, de capuz, sem comer ou dormir, fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela”, submetido a “sons diabólicos, alguns dos quais pareciam penetrar no cérebro como um saca rolha”. Depois de ter passado por isso tudo deram-lhe ainda choques elétricos. (Carta manuscrita de Aldo Arantes apud GASPARI, 2004, p. 417).

Outro episódio que marcou as manifestações estudantis durante a redemocratização ocorreu em 1977. Com o intuito de recriar a UNE, os estudantes promoveram um encontro de universitários na PUC-SP com cerca de dois mil participantes. Os policiais, sob comando do coronel Erasmo Dias, invadiram a universidade, prenderam cerca de 1700 jovens, saindo quatro feridos, sendo dois com sérias queimaduras. (Folha de São Paulo, 1977 e RANGEL; CONTI; MELO, 2000 apud GASPARI, 2004, p. 455).

Nota-se como a Ditadura Civil-Militar continuou a perseguir pessoas com uma ideologia divergente da ordem social burguesa dominante. Mesmo nesse contexto de abertura, pessoas ligadas a grupos políticos de esquerda eram ainda perseguidas e mortas. O Estado burguês não resume a aplicação de violência a períodos ditatoriais,

mas recorre a eles para que o sistema continue a ser capitalista e quando precisa de maior violência para continuar com suas taxas de lucros.

Os estudantes, como outros grupos sociais, recuperaram sua dinâmica nesse período mais favorável. Os remanescentes dos agrupamentos de esquerda foram fundamentais para recompor o movimento estudantil e transformá-lo em vanguarda das manifestações da redemocratização que ocorreram em 1977. Dessa forma, como antes de sua fragmentação em 1968, o movimento estudantil continuava composto majoritariamente por adeptos de correntes de esquerda e algumas ainda se movimentariam a favor da classe trabalhadora e, agora, pela redemocratização do país. No entanto, não com o mesmo nível de radicalidade demonstrado no período anterior, década de 1960⁵⁶.

Pelo estudo da História, é possível perceber como os militantes da UNE representaram um papel relevante para a retomada da democracia no país e a queda da Ditadura Civil-Militar brasileira, uma ditadura desencadeada pela burguesia; sendo um dos movimentos que sempre combateram o regime de exceção. Adotou uma ideologia a favor da classe operária, apesar de não ser oriunda dela, desde o golpe em 1964, e foi um dos pioneiros nas grandes manifestações do período de redemocratização. Isto mostra a importância do movimento estudantil na época do regime militar, com suas atuações e coragem no embate, bem como a importância de grupos de esquerda, que foram os grandes responsáveis pela conscientização dos estudantes. Visualizamos ainda a importância da Ação Popular, grupo de jovens católicos de esquerda, que comandaram os estudantes a partir de 1962, passando pelo desmantelamento em 1968, sua reorganização depois de 1974 e, mais precisamente, em 1979, com a reconstrução da UNE sob sua liderança e de outras tendências.

⁵⁶ Como aponta Poerner (2004, p. 286): “Apesar disso, 1977 não chegou a ser como 1968, ‘o ano que não terminou’ do livro de Zuenir Ventura: acabou em setembro, para as eleições acadêmicas e para as provas finais”.

4 XXXII CONGRESSO DA UNE

A partir deste capítulo, será abordada a presença do movimento estudantil na cidade de Piracicaba, os dois encontros da UNE ocorridos no município nos anos de 1980 e 1982: o XXXII e o XXXIV Congressos.

Antes, porém, faço uma breve abordagem da realidade de Piracicaba no período da Ditadura Civil-Militar. E depois, no período de abertura política, como essa realidade implicava na conscientização de alguns personagens envolvidos que proporcionaram condições para a cidade receber esses eventos estudantis. Após, analiso o XXXII Congresso da UNE, o primeiro no município, tentando demonstrar a) o nível de conscientização dos estudantes e a importância desses eventos; b) sua significância histórica num período em que o embate de classes fica muito evidente – em que uma classe utilizou meios militares para continuar e aumentar sua dominação hegemônica sobre outra – e c) como o movimento estudantil se posicionou e atuou perante esse embate.

4.1 A realidade de Piracicaba na Ditadura

Segundo Elias Netto (2000)⁵⁷, Piracicaba, nos anos de 1960, tinha cerca de 115 mil habitantes, com 70,8% da população vivendo no perímetro urbano, enquanto que 29,6% vivia na zona rural. Apenas 49% das famílias tinham acesso à rede de esgoto e água encanada; 69% das moradias tinha banheiro fora de casa. Entre 17% e 27% da população nunca tinha frequentado a escola. Piracicaba tinha números alarmantes de pobreza e bolsões de miséria, com 8460 famílias atendidas por políticas sociais da época; a média dos salários era menor que o salário mínimo. (p. 265 e 275).

Neste momento havia cerca de dez mil trabalhadores distribuídos em 600 indústrias, as maiores concentrações de operários estavam nas indústrias alimentícias, mecânicas e metalúrgicas. Elias Netto (2000) cita alguns líderes operários, como Plínio Signar Bortoletto, do Sindicato dos Comerciantes; José Ballesteros Filho, do movimento de trabalhadores rurais; Celso Camargo Sampaio, do Sindicato de Alimentação e do Sindicato Têxtil, e José Lima Dantas, que, segundo o autor, possuía sólidos ideais marxistas. Destaca também algumas movimentações

⁵⁷ Jornalista importante de Piracicaba, foi aluno da primeira turma da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), sendo o primeiro presidente do Centro Acadêmico da universidade. Escreveu a obra *Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba – Século XX* (2000).

operárias, como uma greve de metalúrgicos de uma empresa chamada Grupo Dedini e uma de mulheres tecelãs de uma fábrica Boyes, ocorridas no mês de março de 1964. (ELIAS NETTO, 2000, p. 274 e passim).

Como apontado no terceiro capítulo, em 1964, o golpe Civil-Militar ocorrido no Brasil, além de um atentado à democracia, foi um ato contra as reformas sociais amplamente defendidas por setores progressistas. As classes dominantes do país somente enxergavam anarquia e comunização nas reivindicações legítimas de estudantes, trabalhadores e camponeses.

Em Piracicaba, houve muitas prisões de pessoas acusadas de serem comunistas e subversivas. A classe trabalhadora, como em todo o Brasil, foi a que mais sofreu com o governo imposto, cujo verdadeiro intuito foi afastar qualquer mobilização dessa classe e deflagrar intensa repressão contra os trabalhadores e pessoas que se aproximavam de seus interesses. Segundo Albuquerque (2014), a repressão contra a classe trabalhadora na cidade começou com líderes sindicais presos: Antonio Dorival Trevisan (1934-2011) e Celso Camargo Sampaio (1923-2013), figuras sindicalistas proeminentes no município, que, acusadas de comunistas e subversivas, foram presas.

Nas assembleias dos sindicatos do município, sempre havia pessoas vigiando. Uma figura presente constantemente nessas reuniões era o Capitão Alfredo Mansur (1925-2005), que ameaçava os líderes dos trabalhadores. Com o tempo, as prisões e a repressão truculenta da polícia sufocaram as greves e enfraqueceram os sindicatos. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 178-179).

Os fatos que marcaram a cena operária durante o regime militar por aqui também foram sentidos: a perda do direito de greve, a pulverização do sindicalismo, transformado em um conjunto de associações pelegas como consequência da prisão e ou impedimento das diretorias anteriores ao regime.

O que restou aos operários? Humilhação, preconceito e vergonha. O sofrimento das famílias, a moral desgastada e o caráter posto em dúvida. A dificuldade de voltar à vida social de forma digna era o efeito mais devastador e imediato. A longo prazo, a causa operária estaria comprometida, durante décadas esteve praticamente impossibilitada de praticar o ato que resume sua essência, a reivindicação. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 191).

Nesta época do golpe, o prefeito da cidade era Luciano Guidotti, em seu segundo mandato e, de acordo com Elias Netto (2000), sua prioridade era o investimento em obras, como pontes, avenidas, trilhos de trem, um teatro, uma estação de ônibus e até um hotel municipal. (p. 281).

Universitários da cidade, ligados principalmente ao Centro Acadêmico da universidade pública, a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz” da USP (Esalq), chegaram a fazer uma greve convocada pela UNE em 30/03/1964. E, num outro episódio, ocorrido em 1966, em virtude das grandes ofensivas que os estudantes estavam realizando em todo o país, com passeatas e manifestações (conforme vimos no capítulo anterior), estudantes piracicabanos decidiram, em uma assembleia, ter dois dias de greves em solidariedade aos participantes do movimento que sofriam uma violenta repressão dos militares e fizeram uma passeata no dia 21/09/1966, que, conforme Vicentini (2014), reuniu cerca de 500 a 700 pessoas (p. 164) e passou por ruas famosas do município, como a Governador e a Boa Morte, finalizando na praça central do município. À noite, realizou-se uma assembleia e lançou-se um manifesto criticando a postura dos militares perante os estudantes brasileiros.

Em 07/07/1968, morreu o prefeito Luciano Guidotti, de ataque cardíaco. Houve uma grande confusão em torno de sua sucessão e um intenso embate político, assumindo o seu vice, Nélio Ferraz. Depois dele, numa conturbada eleição, venceu Salgot Castillon (Arena). Criou o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba (SEMAE). Em 16/10/1969, Salgot foi cassado, o vice, Cássio Paschoal Padovani num primeiro momento não quis assumir, mas, segundo Elias Netto (2000), foi pressionado pelos militares e, no dia 20, assumiu (p. 259), ficando até 1972. Naquele ano, tomou posse Homero Paes de Athayde, que permaneceu somente um ano, assumindo Adilson Benedito Maluf, que ficou até 1977. Percebe-se como Piracicaba teve muitos prefeitos em um curto período de tempo nessa época turbulenta.

No período de redemocratização, Piracicaba contava com cerca de 214 mil habitantes, sendo 92,3% em área urbana (p. 323), assumindo João Hermann Netto (MDB) a prefeitura em 01/02/1977, este sendo um dos principais responsáveis por receber os congressos dos estudantes da UNE em 1980 e 1982 na cidade.

Segundo Elias Netto (2000), Hermann fez uma aliança com o então reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Elias Boaventura, “ambos pretendendo mudanças, um choque nos costumes, oposição à ditadura e, ao mesmo tempo, desprezo às tradições piracicabanas. Serão tempos de tensões e paixões sem fim, na continuidade de um lento e triste rito de passagem”. (p. 308).

O autor Elias Netto destaca em sua obra *Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba – Século XX* (2000) que sempre fez oposição a Hermann na prefeitura, sendo na época diretor do jornal piracicabano *O Diário*.

Aponta que Hermann foi presidente do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz (CALQ), da Esalq, na época do governador Abreu Sodré⁵⁸ e rendeu-lhe homenagem. E, nessa época do seu mandato, fazia discursos confusos, “mais próximos de anarquistas do que de comunistas ou socialistas”. (ELIAS NETTO, 2000, p. 312)⁵⁹. O prefeito pediu ajuda para governar para os amigos da Esalq e da Unimep, que, segundo Elias Netto, era núcleo de esquerdistas, encobertos por Elias Boaventura. Apesar de sua origem rica, filho de usineiros da cana de açúcar, desde sua chegada à prefeitura de Piracicaba, Hermann fez oposição ao governo militar e Netto afirma que Piracicaba foi um “ponto de referência das liberdades democráticas”. E acrescenta:

João Hermann Netto – proclamando-se marxista e pretendendo fazer a “Atenas Paulista”, uma cidade socialista, a “República Socialista” – não leva em conta o rigor ético comunista, a sobriedade marxista-leninista. Piracicaba é “território livre” onde tudo pode acontecer. E acontece.

Inventaram-se formas de “socialismo”. E, na, Unimep, também. Em defesa das liberdades e contra a ditadura, tudo parece possível. A Unimep – mantida pela Igreja Metodista – se esquece, com Elias Boaventura, que é universidade confessional. Na Prefeitura de Piracicaba, os moços e os ideólogos que cercam João Hermann Netto também acreditam seja tudo possível. Não é. Mas eles insistem em fazer que seja. A “República Socialista de Piracicaba” nada mais é, na verdade, do que um imenso festival iconoclasta. Há gente séria “pensando” o governo de João Hermann Netto, ideólogos respeitáveis da esquerda: Neidson Rodrigues, Enildo Pessoa, Paulo Augusto Romero Silva, Antônio Gadelha, entre eles. No governo, há representantes do MR-8, PCB, PCdoB, núcleos da Unimep e da “esquerda católica”, que adquiria nova força a partir da Conferência de Medellín, em 1978, e a “opção preferencial pelos pobres”.

Com todas as irreverências e irresponsabilidades, são tempos brilhantes em sua ilusória transitoriedade. Pretender Piracicaba – a Atenas e a Florença – se tornasse socialista por decreto foi experiência fracassada. Mas muito rica em acontecimentos. Afinal de contas, a Atenas dos helenos tinha sido uma verdadeira experiência socialista, sem que os gregos soubessem da existência de um socialismo marxista. (ELIAS NETTO, 2000, p. 313).

Afora os inúmeros anacronismos⁶⁰, percebe-se como a imprensa da época atacou a administração de Hermann na prefeitura, afirmando ou fazendo supor que o

⁵⁸ Governador de São Paulo entre 1967 e 1971, eleito indiretamente; foi também um dos fundadores da UDN em 1945.

⁵⁹ Resta saber o que Elias Netto entende por anarquismo, socialismo e comunismo.

⁶⁰ Fatos ou atitudes que não estão em acordo com sua época. Atribuir à um contexto personagens, ideias ou sentimentos, que não lhe pertencem.

prefeito queria transformar a cidade numa “República Socialista”, como se isso fosse possível. Nem mesmo num só país isso é possível; a revolução, segundo Marx, tem que ser mundial. No entanto, noticiam ideias como estas no intuito de atacar pessoas que chegam ao poder e fazem reformas ou ações sociais em favor da classe trabalhadora.

Segundo Netto (2000), João Hermann se atritava com o empresariado local e tinha base de apoio com a população periférica pelos diversos programas sociais que criara. Os Centros Polivalentes de Educação e Cultura (CEPECs), além de propiciar acesso a bens culturais a classe oprimida, permitia que trabalhadores participassem da administração. Isso deixava a elite local e diversas associações de cunho classista burguesa, como a Associação Comercial (AC), ensandecidas. Outras criações foram:

Instalaram-se os CEPECs, 17 postos de saúde, cerca de 50 centros comunitários, inaugurou-se o Teatro Municipal. Criou-se o CONDEVAPI (Conselho de Desenvolvimento do Vale de Piracicaba) para a defesa do rio de Piracicaba, instalou-se a Praça do Protesto Ecológico, organizou-se a FOPOP (Federação das Organizações Populares). Na zona rural, houve atendimentos especiais com construções de pontes de concreto onde havia as de madeira, medidas que possibilitaram a construção da futura estrada Piracicaba-Anhumas. (ELIAS NETTO, 2000, p. 315-316).

Com o número de favelas aumentando, o prefeito criou o Promorar para a criação de casas. Em 1981, foi criada a Associação das Favelas de Piracicaba (ASFAP), com cerca de 300 pessoas de 16 favelas, e tendo por objetivo principal a luta pela posse de terra. Seu primeiro presidente foi Luiz João de Souza, metalúrgico e pedreiro. Em suas manifestações, a organização chegava a reunir de três a quatro mil pessoas na praça central da cidade. (ELIAS NETTO, 2000, p. 316)⁶¹.

Órgãos burgueses, como a Associação Comercial e a imprensa local, queriam sua cassação; segundo Elias Netto, um deputado do próprio MDB instaurou um processo para sua deposição, mas não obteve os votos mínimos. Jornais como o Jornal de Piracicaba e O Diário fizeram acusações e difamavam sua moral:

O “Jornal de Piracicaba” e “O Diário” publicam, ao mesmo tempo, uma série de depoimentos, com o título, respectivamente, de “Páginas Negras da História e “**Mar de lama**”. Sob pressão e protestos da população, João Hermann Netto se afasta do cargo mas o pedido é recusado pela Câmara Municipal no dia 30 de dezembro. Em 1979, a mesma Câmara decide pela cassação do Prefeito mas não alcança o quórum necessário de dois terços dos vereadores. (ELIAS NETTO, 2000, p. 314, grifos do autor).

⁶¹ Para saber mais sobre essa associação, cf.: REBOREDO, Lucília Augusta. **De eu e tu a nós**. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

Hermann criou até um jornal próprio, o Jornal do Povo, para dar a sua versão dos fatos e responder a esses ataques. Segundo Queiroz (1998), esse jornal começou a circular na administração de João Hermann em 20/12/1978, tinha um estilo moderno com muitas fotos e boa diagramação, e descrevia as realizações do prefeito. Esse jornal divergia da tradicional imprensa piracicabana, trazia uma página dedicada à mulher e também sobre assuntos populares, foi “uma das experiências mais ricas e desafiadoras do ‘status quo’ piracicabano”. (QUEIROZ, 1998, p. 48-49).

Em 1981, Hermann deixa a prefeitura para disputar o legislativo estadual, assumindo seu vice, José Aparecido Borghesi. No final da administração, uma revista chamada Dirigente Municipal apontou Piracicaba como a “Cidade mais desenvolvida do país”. (ELIAS NETTO, 2000, p. 316).

Apesar das realizações, o autor Elias Netto (2000) destaca:

Apesar de tudo, João Hermann Netto não conquistava a classe média nem as elites. A sua vocação iconoclasta era quase suicida. E, em vez de capitalizar as realizações de seu governo, resolveu fazer mais provocações ao reformar a Praça José Bonifácio (praça central de Piracicaba). Agora, agredia os monumentos históricos⁶². (p. 316).

É evidente que com as políticas sociais que realizou nunca iria conquistar a classe burguesa e a pequena burguesia, somente a ojeriza delas. Como aconteceu com Boaventura na Unimep, que demonstrarei adiante, João Hermann, com a aproximação e realizações a favor da classe trabalhadora, só poderia despertar esses sentimentos da burguesia, que fez de tudo para tirá-lo do governo e frear essas políticas, com a ajuda da sua imprensa, mesmo aqueles veículos que se diziam contra a Ditadura Civil-Militar, nessa época de abertura política pelo menos.

⁶² Refere-se aos monumentos em homenagem a Sud Mennucci, a Luiz de Queiroz, a Mário Dedini e ao Soldado Constitucionalista, que o prefeito derrubou. Estátuas de burgueses da indústria e do campo, e de uma movimentação da burguesia paulista contra Getúlio Vargas.

4.1.1 *A Instituição em Piracicaba responsável pela acomodação dos estudantes – Unimep*

A instituição responsável pela presença do movimento estudantil na cidade foi a Unimep, que ofereceu as instalações e acomodou os estudantes em seus câmpus. Isso foi possível em grande medida pelas políticas de seu então reitor, Elias Boaventura.

Essa universidade é mantida pela Igreja Metodista, sendo assim uma instituição ligada a uma igreja protestante, particular, confessional e sem fins lucrativos. Ela faz parte do Instituto Educacional Piracicabano (IEP)⁶³, que abriga também o Colégio Piracicabano, de longa tradição na cidade, fundado no final do século XIX por missionários metodistas vindos dos Estados Unidos⁶⁴. O IEP é ligado a um Conselho Diretor⁶⁵ formado por membros da Igreja Metodista. O primeiro diretor geral do IEP foi Crisântemo César, quando esse instituto mantinha o Colégio e as Faculdades Integradas⁶⁶; o próximo foi o americano Richard Senn, que obteve autorização do MEC e transformou as Faculdade Integradas em universidade, criando a Unimep no ano de 1975. A partir disso acumulou a função de diretor geral do IEP e reitor da universidade⁶⁷; o seu vice era Elias Boaventura, o responsável por ajudar nas acomodações e tratar de negociações para que os congressos estudantis fossem realizados em Piracicaba.

Boaventura foi reitor da Unimep de 1978 a 1986, e, além de sediar os dois congressos da UNE, em 1980 e 1982, com o apoio do prefeito João Hermann, adotou outras medidas de cunho social e político que desagradavam a burguesia local.

Foram criados o Programa de Atendimento Integrado à Comunidade (PAIC), em que foram oferecidos serviço médico e psicológico às pessoas carentes do

⁶³ O IEP é ligado à Rede Metodista de Educação e organizado por uma Assembleia Geral, um Conselho Diretor e uma Direção Geral.

⁶⁴ Colégio Piracicabano fundado pela missionária metodista Martha Watts em 13 de setembro de 1881.

⁶⁵ O Conselho Diretor é nomeado a partir de uma Assembleia Geral de 14 membros da Igreja Metodista, sendo eleitos dez membros voluntários (obrigatório serem metodistas há pelos menos cinco anos e portadores de títulos universitários principalmente na área de Educação ou Administração) por um período de até quatro anos.

⁶⁶ *Faculdade Integradas* foram criadas em 1964 (1º vestibular bem no dia do golpe – 01/04) com cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis.

⁶⁷ Cf.: MATOS, Benjamin Garcia de. **A importância do fundamento jurídico na busca do bem comum e do interesse social na crise de 1985 na Unimep**. Piracicaba: Ed. do Autor, 2005; INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO. **Política Acadêmica**; prefácio: Gustavo Jacques Dias Alvim. 3. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004.

município; o Projeto Periferia, com a construção de pré-escolas em bairros da periferia, num total de 37 localidades, com educação em período integral, alimentação e atendimento médico, além de oferta de bolsas na Unimep; convênios com a associação de favelados locais, a ASFAP, e do Movimento Negro de Piracicaba. A Unimep, na pessoa do reitor, estabeleceu políticas de integração com países da América Latina, com projetos de alfabetização de alunos. (CÉSAR, 2014, p. 265-270; ZEIN, 2014, p. 30-31).

Além desses programas, a Unimep promoveu um debate para o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba e um debate sobre a campanha “Diretas-Já”, com o deputado autor da emenda, Dante de Oliveira, e os deputados Ulisses Guimarães, Ayrton Soares e outros da oposição à Ditadura, depois seguido por uma manifestação pelas ruas de Piracicaba com alunos; houve o Congresso da Juventude Palestina, em 1985, em um período de intervenção na Unimep (sobre o qual tratarei adiante), duramente atacado pela mídia burguesa e a comunidade judaica, que não entendeu o sentido do evento; abrigou o Seminário Internacional de Educação Popular, tendo o educador Paulo Freire como palestrante; recebeu para palestras pessoas engajadas na crítica à Ditadura Civil-Militar, como Luiz Carlos Prestes, Dom Helder Câmara, Dom Evaristo Arns e Luiz Inácio Lula da Silva, além de outros; ofereceu empregos, após a anistia, ao teólogo Hugo Assmann, a Paulo Freire, Francisco Negrini Romero, além de alguns outros refugiados políticos, como Victor Hugo de Tejerina Velásquez. (ZEIN, 2014, p. 30-32).

Boaventura comentou sobre esses episódios, numa entrevista concedida em 2002, que, passado um tempo, considerou suas ações como uma certa imprudência, mas saudáveis:

Nas décadas de 1970 e 1980 cometemos imprudências sérias que provocaram desestabilizações saudáveis. Cito algumas: dois congressos da UNE, que se encontrava na clandestinidade e perseguida pelos militares. A Unimep forçou e obteve o apoio do Conselho Regional da Igreja Metodista. Também houve o apoio à juventude palestina, que realizou aqui seu congresso, e também à OLP [Organização pela Libertação da Palestina], iniciativa que constituiu um escândalo nacional. [...] Realmente, nós éramos provocadores do regime militar; protestávamos contra tudo, fazíamos manifestações, ganhamos penetração na *Folha de São Paulo*. Então era esse o ambiente que foi sendo gerado depois de 1978. A ala conservadora da Igreja não havia visto coisa igual. A Universidade tornou-se um monstro para ela, e esse monstro foi crescendo, avançando, o que preocupou muito. (BOAVENTURA, 2002 apud PUCCI; ROMERO, 2014, p. 44-45, grifos do autor).

Boaventura, nessa entrevista, fez uma interessante ponderação sobre como a Igreja Metodista foi parceira do governo militar e a Unimep foi criada para fazer frente a outras universidades que tinham orientação política de esquerda, mas não imaginavam que isso acabaria não dando certo, muito pelo contrário:

Os jovens metodistas, seminaristas e a juventude, que na época era muito forte, não concordavam com a parceria da Igreja Metodista com o Governo Militar, e a Igreja Metodista foi efetivamente parceira, tanto em parte de seu episcopado como em parte de seu ministério. Os metodistas foram parceiros e chegaram a ser coniventes. O João dos Reis registra em sua tese de doutorado, e há outros registros também de que a Unimep foi criada para fazer parte de um tripé com a PUC de Campinas e Mogi das Cruzes, e ela deveria representar um tipo de resistência à Universidade de São Carlos, que eles, em Brasília, chamavam de “Universidade da greve permanente”, à PUC de São Paulo e também à Unicamp, que já caminhavam nessa direção. Nossa Universidade deveria demonstrar, junto com essas outras, que seria possível fazer uma universidade questionadora, crítica, sem ser uma universidade baderna, como era a expressão que se usava na época. Então, esse era nosso papel. Gosto muito da ideia de que **cada coisa traz em si o seu contrário**, e isto ocorreu com a Unimep. Ela frustrou a área conservadora da Igreja e a truculência militar. Hoje eu me orgulho muito em ter sido útil a este desiderato e ter ajudado a Igreja Metodista a evitar esse erro. (BOAVENTURA, 2002 apud PUCI; ROMERO, 2014, p. 39, grifos meus).

Percebe-se que a Unimep foi favorecida, na sua criação pelo menos, pela política de privatização do ensino promovido pela Ditadura Civil-Militar, que estendeu essa proposta e sufocou o ensino público e universal. A UNE, no pré-1968, lutou contra esse tipo de política promovida pelo novo regime autoritário; no período de redemocratização algumas correntes estudantis também criticavam a política privatista que beneficia somente a burguesia⁶⁸. Apesar disso, a Unimep, sob a administração de Boaventura, questionou a aproximação da Igreja Metodista com o governo militar e procurou empreender ações contrárias à política dominante. Elias sintetizou isso numa expressão da dialética: “Cada coisa traz em si o seu contrário”. A dialética é a base fundante do Materialismo Histórico Dialético, criado por Marx e Engels no século XIX. É dessa forma que a História humana se move, desde que saiu das sociedades primitivas e entrou nas sociedades de classes, com uma geração sucedendo a outra e os sistemas se transformavam porque traziam o seu fim dentro

⁶⁸ Como apontado no capítulo anterior, essa política privatista do ensino superior é um quesito de transformar todas as áreas em função do capital; serviços essenciais, que eram para ser políticas do Estado, são passadas para a iniciativa privada, aumentando a riqueza da burguesia em detrimento do social. E países subdesenvolvidos são forçados pela burguesia internacional a não gerar ciência e sim importar de fora, dos países desenvolvidos.

de si próprios. No sistema capitalista, a classe trabalhadora, que surgiu nele, de acordo com Marx, é que irá superá-lo.

Boaventura aponta que a ideologia dominante na época dentro da Unimep era de esquerda, quase todos os professores aderiram a esse viés político. Em 1977, foi criada a Associação dos Docentes da Unimep (Adunimep), por professores que tinham “uma visão materialista da história” e isto foi importante para a universidade seguir à esquerda. Elias (apud PUCCI; ROMERO, 2014, p. 42-43) aponta que “internamente, vicejam várias tendências: MR8, Centelha, PC, Causa Operária e outros, até mesmo CCC⁶⁹”. Sobre essa “esquerdização”, Elias afirma:

A esquerdização aconteceu e a Adunimep teve um papel preponderante, um papel fortíssimo, nessa ocasião [...]. Seminários provocavam desculpas para debater, e veio o pessoal da América Central, o Enrique Dússel, Mortimer Ares e muitos outros, que trazíamos. Esse pessoal fazia debates com a Adunimep e com o pessoal interessado. Foi uma efervescência muito bonita, muito precipitada, sim, pouco ajuizada também; nós não tínhamos juízo político. Éramos jovens, mas foi muito bonito. Sem essa ousadia rebelde, não consentida, o processo não teria avançado. Aqueles jovens, mexendo-se corajosamente, provocaram reboliços, apesar dos equívocos. (Elias apud PUCCI; ROMERO, 2014, p. 42-43).

Em 1985, ocorreu uma intervenção na Unimep, por setores conservadores da Igreja Metodista, pressionada pela burguesia e pelo governo militar. O Conselho Diretor destituiu o reitor Boaventura e o seu vice. Isso gerou uma tremenda mobilização, houve uma ocupação em um dos câmpus da Unimep que se localizava no centro da cidade. Nessa época da demissão, ocorreu concomitantemente o I Encontro da Juventude Árabe Palestina da América Latina e Caribe e o I Congresso Nacional das Associações Culturais Sanaud. Setores conservadores da Igreja e da sociedade piracicabana não queriam as políticas adotadas e se uniram para afastar Boaventura e acabar com elas.

Depois de muita mobilização de alunos, professores, funcionários, de pessoas ligadas à ASFASP, de cidadãos piracicabanos, bem como um processo na Justiça movido por Boaventura, ele e o vice-reitor foram reempossados. (CÉSAR, 2014, p. 265-270).

Sobre esse momento que proporcionou uma grande mobilização na universidade e em Piracicaba, Boaventura comentou na entrevista de 2002, citação longa que, entretanto, parece pertinente transcrever:

⁶⁹ CCC: grupo que perseguia os comunistas, conforme comentado sobre ele em capítulo anterior.

O Conselho Regional era um órgão de muito poder. Foi ele que convocou o Conselho Diretor e eles se reuniram aqui em Piracicaba, e três membros do Conselho Regional foram eleitos para tirar a reitoria: Hélio Manfrinato, Abner Perpétuo e Paulo Franco. A função era essa: tirar a reitoria que estava tumultuando. Mas a pressão política forte mesmo vinha do governo, porque a Igreja não tinha muita força para pressionar, embora pudesse tirar a direção nessa reunião, que houve na Fazendinha [Fazenda pertencente a Unimep que fica na instituição, onde alunos da pós-graduação podem pernoitar]. O Conselho Regional deliberou afastar a política de esquerdização da Unimep e elegeu gente de direita para isso. Foi aí que se deu a intervenção. O problema nunca foi financeiro, mas ideológico, embora houvesse dificuldades. Esta questão é interessante. Cria-se uma imagem, trabalha-se em cima dela e, de repente, ela se transforma em fato irreversível. A forte boataria de que íamos vender o *campus* centro, de que a Igreja Moon era a compradora, de que o Dr. Bittencourt, que já havia participado da transação de outra instituição, estava oferecendo a Unimep a quem quisesse comprar, pegou, contaminou o mundo metodista e se tornou uma falsa verdade. [...] quando o Conselho Regional recompôs o Conselho Diretor, que tomou posse da reitoria às escondidas. O Conselho convocou também uma reunião, que eles consideravam secreta, para discutir a reitoria. Ficaram três dias em Piracicaba, mas a contraespionagem funcionou, porque eu estava sendo informado de tudo e, acredito, não sabiam que eu estava sendo informado, tanto que não foi surpresa. Esse novo Conselho Diretor se reuniu em férias, na residência do Manfrinato. Preferiu este período porque a Universidade não estava mobilizada e tomou todas as providências de afastamento. Foi em janeiro, com todo mundo virando e de férias. Notem bem que, oficialmente, o Conselho Diretor, a não ser no momento de descuido, não alegou questões ideológicas, nem a Igreja. [...] Não há nenhum momento em que a Igreja tenha oficialmente criticado os avanços ideológicos. O que ela criticou? A situação financeira. Baseou-se sempre na situação financeira. Uma baita mentira. (BOAVENTURA, 2002 apud PUCI; ROMERO, 2014, p. 51).

Esse episódio durou cerca de 45 dias. Sobre a intensa mobilização em prol da sua causa, Boaventura pronunciou que se sentiu:

No paraíso. Foi muito bonito. Eu me senti confortável. Porque os favelados montaram barracas aqui, fizeram resistência e a comunidade toda participou do meu lado. [...] Nos três *campi* se faziam refeições, para que ninguém precisasse sair. Eu me senti no paraíso, mas foi realmente um ato violento, porque tomamos uma decisão, que eu levei ao Conselho Regional: “Ou afasta essa intervenção, ou vamos pôr fogo na Unimep”, e mostrei o cadeado, a chave, e disse: “Todas as chaves estão em poder dos grevistas. O Centro de Computação está em poder deles. Eles, do Conselho, faziam apelos sentimentais. “Você é irmão, é membro da Igreja. Olha o que você está fazendo”. Mas a postura que levamos era firme, e nisto a Adunimep ajudou muito. “Foi tudo bem, mas agora está com o poder da Universidade é o Comando de Greve e esse Comando está decidindo o seguinte: ou reverterem isso, ou nós vamos partir para atos mais contundentes”. Então todas as portas foram lacradas e foram colocados chicletes nas fechaduras. Fecharam com essa ameaça: se continuar a intervenção perversa, vamos acabar com o Centro de Computação”. Interessante, hoje, pensar nisso. Naquele momento acabaríamos mesmo com a Unimep, porque a intervenção era porca demais. Tomamos a tesouraria e a nova reitoria, que estava eleita, e não tomou posse. Naquele momento tenso aconteceu o encontro dos palestinos, e o Faria, que, por incrível que pareça, era um dos mais equilibrados, queria suspender o encontro. Então a minha decisão pessoal foi essa: “Podem suspender, mas ela será feita lá em casa”. E eles resolveram não suspender. Foi muito bom.

O apoio da academia se fez presente, não me lembro de dissidentes abertos, alunos todos unidos, favelados, maçonaria, Lions etc. Houve uma data em que os adversários, aqueles que estavam querendo a reitoria, conseguiram uma ordem para invadir a Universidade e fazer retomada da posse, e a polícia chegou a se preparar para invadir. Quem impediu, de forma um pouco mais clara, foi o João Hermann Netto. Ele entrou no *campus* como deputado que era, e resistiu. Disse que ele não sairia dali, que se fossem invadir, teriam que passar por cima do pessoal, inclusive dele. O Paulo Renato teve uma atuação muito forte, porque ele era alguma coisa no Estado e foi ele quem conseguiu a contraordem para não haver a invasão. (BOAVENTURA, 2002 apud PUCI; ROMERO, 2014, p. 52-53).

Sobre a postura que adotaram na época e alguns atos chamados de impertinentes – pois também dificultaram a vida deles, e da Unimep, já que por causa dela não conseguiam empréstimos e financiamento em nenhum lugar – Boaventura proclamou:

Apesar de tudo, não tive um só momento de arrependimento em relação à postura progressista que assumi na reitoria. Se pouco nos foi possível realizar com nosso Projeto Periferia e nossa postura de solidariedade aos mais frágeis, os sinais ficaram, e tenho certeza de que, pela nossa contundência, **evitamos tortura e mortes**. (BOAVENTURA, 2002 apud PUCI; ROMERO, 2014, p. 47, grifos meus).

Percebe-se, assim, como Elias Boaventura proporcionou uma conjuntura dentro da universidade e na cidade com projetos importantes que eram direcionados às pessoas mais carentes e fomentaram ideais mais progressistas no município. Na época também a prefeitura, sob João Hermann Netto, do PMDB, ajudou nesse progresso, numa cidade encarada por muitas pessoas como superconservadora e retrógrada. Juntos foram os principais articuladores para a realização dos dois congressos estudantis da UNE em Piracicaba. É possível perceber também como a elite da cidade tentou frear esses progressos, como em todo lugar a burguesia faz, e de forma violenta; a democracia só é boa quando serve a essa classe privilegiada, quando a democracia está em posse de pessoas que não atendam às suas expectativas, ela recorre a violência e golpes para derrubá-la, isso em um país ou, até mesmo, por que não, numa “simples” universidade.

Evidencia-se assim o conflito de classes que ocorre em todos níveis da sociedade capitalista. Há o conflito no todo maior, e nos segmentos que o compõem, com suas particularidades e singularidades. Boaventura, apesar do mais alto cargo que possuía na universidade, tomou consciência de como funcionava uma ditadura imposta pela burguesia e fez políticas que a contrariavam e a favor da classe trabalhadora. E havia as pessoas que comandavam a Igreja Metodista, a mantenedora da Unimep, aqui no Brasil e em nível mundial, que não admitiam e não

gostavam das atitudes progressistas do seu então reitor e, com isso, fizeram de tudo para tirá-lo; mas, com as movimentações de alunos, professores, bem como os trabalhadores da cidade, conseguiram reverter a deposição, com medidas, como pudemos ver, bastante radicais. Então é possível comprovar a permanente luta de classes, em todos os níveis da sociedade que é dividida em classes, com suas características particulares que precisam ser percebidas também; em alguns momentos da História acontecem com maior frequência e são mais evidentes, mas estão sempre ocorrendo, pois, cada classe possui o seu interesse e cada uma delas precisa ter consciência disso.

Elias Boaventura, reitor da Unimep, e João Hermann Netto, prefeito de Piracicaba, somente foram atacados dessa maneira pela opção política que fizeram, a favor de uma classe e contra a outra. Como os estudantes que militavam na UNE, pode-se perceber que pelo menos Hermann não era oriundo da classe operária, e sim, segundo Netto (2000), de usineiros de cana-de-açúcar, e Boaventura possuía um alto cargo de reitor de uma universidade; entretanto, fizeram uma escolha de se aproximar da classe trabalhadora e, pelo poder que possuíam, empreenderam ações sociais a favor dela, como demonstrado. Com isso, em 1979, Hermann quase foi deposto, não pela sua moral, como atestavam os golpistas da cidade, e sim pelas ações que empreendera em favor da classe explorada; já Elias Boaventura sofreu a deposição em janeiro de 1985, período em que a Ditadura Civil-Militar estava no seu último suspiro (caiu em 14 de março de 1985, com seu último ditador, João Figueiredo). Mesmo assim sofreu ataque pelos seus compromissos políticos a favor da classe explorada e contra a classe dominante; e percebe-se que o Estado brasileiro voltou a uma democracia, mas uma democracia burguesa, que, de forma velada (às vezes nem tanto), ainda continua com a repressão à classe trabalhadora.

A seguir apontarei vários pontos, acredito, significativos, relacionados ao XXXII Congresso da UNE, utilizando o Jornal de Piracicaba e o Jornal Movimento como fontes⁷⁰, arquivos da própria instituição e do DEOPS⁷¹.

⁷⁰ Essas fontes utilizei na minha Iniciação Científica, concluída em 2013, sob o título de A cidade de Piracicaba no período de redemocratização – Um levantamento dos movimentos políticos e sociais durante o processo de abertura política (1974-1984).

⁷¹ O Arquivo do DEOPS que utilizo eram relatórios de agentes que estavam infiltrados nos Congressos estudantis, e também informações que retiravam da imprensa local (não identificando qual imprensa). Segundo Fortes e Negro (2004), a utilização do Arquivo do Deops requer alguns cuidados: "(...) todo acervo requer cautela e cuidados, já que não encerra a verdade pura e absoluta, mas informações

4.2 Preparativos para o XXXII Congresso da UNE

No dia 12/08/1980 houve um encontro entre Elias Boaventura; o presidente da UNE, Rui César, e o presidente do DCE-Unimep, Adelmo Alves Lindo (o Baiano). O presidente da UNE veio conhecer as instalações da universidade e discutir a viabilização de que o congresso fosse realizado na cidade de Piracicaba.

Segundo a documentação de imprensa⁷² da Unimep de 12/08/1980:

Para o presidente do Diretório Central dos Estudantes da UNIMEP, Adelmo Alves Lindo, a importância de que este congresso se realize em Piracicaba é muito grande. Para ele, o fato de uma universidade oferecer suas instalações a uma entidade não reconhecida oficialmente pelo governo, é extremamente significativo e representa uma grande conquista estudantil.

Para o reitor Elias Boaventura, a cessão das instalações à UNE está perfeitamente enquadrada dentro da proposta de educação da Igreja Metodista, de servir a todas organizações de classe. Segundo ele, não há porque um conselho de Reitores, uma FIESP terem à disposição certas facilidades e outros órgãos, como a UNE, permanecerem na marginalidade (Imprensa UNIMEP, 12/08/80).

Com isso, no dia posterior, no documento de imprensa da Unimep, está escrito que foi confirmado o XXXII Congresso da UNE em Piracicaba – a confirmação tinha sido feita no mesmo dia pelo presidente da UNE, Rui César:

condicionadas pelas circunstâncias em que são recolhidas, sistematizadas e veiculadas. O primeiro passo, depois de se informar sobre os fundos e seus inventários, é a familiarização com a fonte, o que requer um certo tempo de consulta, leitura e fichamento. Além disso, em geral, nosso objeto de desejo não se revela nas primeiras horas. Passada essa etapa, o leitor terá se dado conta da força da ideologia de segurança nacional e de seu corolário – o inimigo interno – como um filtro do trabalho policial. Aliás, para poder avaliar a qualidade das fontes que estará levantando, é preciso manter uma certa suspeita. Tal como os pesquisadores das ciências sociais, os policiais se baseavam em informantes, podendo ser manipulados por suas fontes. Em compensação, ambos são observadores contínuos do seu objeto de pesquisa, anotando diálogos, entrevistas e fazendo registros, mas, como abraçam métodos *científicos*, seus olhares são treinados para reparar certas coisas e desconsiderar outras. Como qualquer analista, ambos não estão livres de preconceitos e lapsos. No caso dos policiais, sua aversão atávica a greves, por exemplo, pode prejudicar a qualidade de suas informações. No caso dos informantes dos policiais, chegam a ser curiosos os momentos em que não sabem se falam dos trabalhadores na primeira ou na terceira pessoa do plural. Além disso, alguns documentos são produzidos em interrogatórios e não podemos esperar que os depoentes digam *a verdade*. Apesar disso tudo, queremos testemunhar em favor da importância desses fundos para estudos históricos, pois cremos que o acervo das polícias políticas é de grande potencial para a renovação e o aperfeiçoamento de nossa compreensão da realidade brasileira, em seu passado e presente”. (FORTES; NEGRO, 2004, p. 25-26).

⁷² Documentação oficial da Universidade. Arquivada no Acervo Almir de Souza Maia.

Foi confirmado oficialmente na tarde de ontem, o local de realização do XXXII Congresso da UNE: será a cidade de Piracicaba, nos dias 13, 14, 15 de outubro. A decisão foi tomada pelo presidente da UNE, Rui Cesar Costa Silva e pelo diretor da União Estadual dos Estudantes, Mauro Pereira Lopes, após reuniões sucessivas com o reitor da Universidade Metodista de Piracicaba, que cederá todas as suas instalações e infra-estrutura administrativa aos estudantes e o prefeito piracicabano, que colocará toda a máquina para apoiar o encontro.

[...] O critério de escolha para que Piracicaba fosse definida esteve baseado em dois fatores: a infraestrutura para atendimento aos congressistas e o apoio da população e das entidades, no caso Prefeitura Municipal e Universidade Metodista de Piracicaba. (Imprensa UNIMEP, 13/08/80).

Sobre a confirmação da realização em Piracicaba, o prefeito João Hermann Netto, o reitor Elias Boaventura e o presidente do DCE-Unimep pronunciaram:

[...] João Hermann Netto alertou que possivelmente a cidade nem possua toda a infra-estrutura necessária, mas com certeza oferece condições políticas que criam um espaço a ser ocupado pela UNE. Já o reitor da UNIMEP, Elias Boaventura, reafirmou que o oferecimento da Universidade e de toda a máquina administrativa deverão se manter independente das pressões que a direção possa sofrer, porque esta é uma opção coerente com as propostas educacionais metodistas, de ampla liberdade e auxílio aos diversos grupos da sociedade.

E para o presidente do Diretório Central dos Estudantes da UNIMEP, Adelmo Alves Lindo, a escolha de Piracicaba reflete um reconhecimento ao avanço do movimento estudantil na UNIMEP nos últimos anos, e uma vitória ampla dos estudantes já que ao oferecer a cidade e as instalações de uma universidade, o que ocorre na prática, é o reconhecimento oficial da UNE como uma entidade. (Imprensa UNIMEP, 13/08/80).

Como prosseguimento nas preparações para o congresso estudantil, Rui César se reuniu com o Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Gonzáles Junior, no dia 06 de outubro de 1980, e com o delegado Menezes, do DEOPS, reivindicando segurança para o congresso e especialistas antibombas (pelas ameaças que estavam sofrendo), o que foi prontamente negado pelos dois; o primeiro disse, de acordo com o Jornal de Piracicaba, que “polícia e estudantes não se dão bem”, e o segundo alegou ilegalidade da UNE e que somente seria aceito o pedido se fosse reivindicado pelo reitor da Unimep ou pelo prefeito da cidade. O Jornal de Piracicaba noticiou ainda que o reitor Elias Boaventura se reuniu com o Ministro da Justiça, Ibraham Abi Ackel, para conversar sobre o evento a ser realizado na cidade.

Na última quarta-feira o presidente da UNE, Ruy Cesar Costa Silva, esteve em São Paulo mantendo contato com o Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, desembargador Otávio Gonzaga Junior, solicitando proteção para o Congresso e presença de técnicos em explosivos em face das ameaças sofridas.

O Secretário de Segurança, no entanto, inicialmente disse que não mandaria forças policiais para garantir a segurança do Congresso da UNE, pois segundo afirmou “polícia e estudantes não se dão bem”. O Secretário da Segurança encaminhou então o líder estudantil ao DEOPS, pois seria de sua responsabilidade atuar nesse caso.

NO DEOPS, Ruy Cezar foi atendido por um delegado que se identificou como Menezes, que informou não poder atender a UNE, pois a mesma não é entidade regular. Só poderia atender solicitação do reitor da UNIMEP ou do prefeito municipal.

Elias Boaventura, Reitor da UNIMEP, entidade que juntamente com a Prefeitura Municipal recebem o Congresso da UNE, esteve durante semana passada com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, o qual declarou que o Governo Federal não colocará restrições a realização do Congresso dos Estudantes em Piracicaba. (JP, p. 3-4, 11/10/80).

Para ajudar na organização do congresso, foram montadas comissões, com a presidência do diretor da UEE-SP, Mauro Pereira Lopes, e do presidente do DCE-Unimep, Adelmo Alves Lindo. As comissões se dividam em “alojamentos, recepção, alimentação, divulgação, imprensa, finanças, assistência médica, assessoria jurídica, atividades culturais, material e segurança” (Imprensa UNIMEP, 27/08/80), e eram compostas também por representantes da Unimep e da Prefeitura Municipal. (Arquivo UNIMEP, s/d).

Em relação à segurança, Rui César se reuniu com o comandante da Guarda Civil Municipal da época, o major José Autigno Ferreira. Um dado interessante sobre ele, noticiado pelo Jornal Movimento, era que o comandante era ligado ao setor de informações do Exército, depois da sua reforma em 1972. Entrevistado pelo Jornal Movimento, declarou que o esquema de segurança foi planejado somente pela Guarda Municipal:

Através do prefeito João Hermann Netto, Ruy acertou com o presidente da Guarda Municipal, major Autigno Ferreira, como queria a segurança. Ligado ao setor de informações do Exército após a sua reforma em 72, a partir de quando começou a receber missões sigilosas no Cone Sul especialmente, o major afirma que o esquema para o Congresso foi montado exclusivamente pela Guarda. No início cogitou-se de colocar o Exército de prontidão para qualquer emergência, mas a ideia foi abandonada na medida em que o general Figueiredo não se pronunciou a respeito. “Não sei se há agentes da SNI em Piracicaba, mas se houver, verão a excelente organização da UNE e o comportamento disciplinado e ordeiro dos jovens. (JM, p. 6, 20 a 26 out. 1980).

O Jornal de Piracicaba parece ter apoiado o congresso da UNE em Piracicaba, como pode ser visto num editorial do dia 12 de outubro de 1980, intitulado “A UNE numa terra libertária”, exaltando os estudantes que participariam do evento e lutavam pela redemocratização do país; chama a Ditadura de período “obscurantista” e desenvolve de maneira poética a história da cidade, apontando que Piracicaba não se rende às crises e à falta de liberdade e tem uma longa tradição democrática.

Entretanto, o Jornal de Piracicaba apoiou o golpe civil-militar desferido em 01/04/1964⁷³. Contudo, isso não é estranho, pois, como porta-voz da burguesia, apoiou essa movimentação orquestrada por ela para atacar a classe trabalhadora e, com esse regime já exaurido e dando sinais que cairia, resolve fazer parte do processo de abertura política para que a burguesia fosse a principal articuladora da redemocratização e não a classe trabalhadora. Apoiou o XXXII Congresso da UNE realizado na cidade de Piracicaba, mas com algumas restrições:

Piracicaba terá mais uma vez o país voltado para o seu comportamento, porque aceitou o desafio de ser aqui realizado mais um Congresso da União Nacional dos Estudantes.

Por que um desafio? Porque a nação, com raros intervalos de céu azul, nestes últimos cinquenta anos, desde a revolução de 1930, tem vivido sob clima obscurantista, sucedendo-se sucessivos colapsos de nossas liberdades democráticas, tendo como obstáculos e permanentes contestadores os moços de nossas universidades. Não fossem o entusiasmo e a generosa participação de nossa mocidade, e estaríamos imersos no pântano da estagnação, um perigoso sinal de falsa paz social, com a fermentação pútrida do abafamento da atmosfera de liberdade que sustenta os povos, nos períodos de repressão.

Ao longo de nossa história, temos sido a cidade que não se rende, que vive a participação do povo, no debate de seus problemas e dos da nacionalidade. Pode-se lembrar que foi aqui que a República teve o seu primeiro “basta” às oligarquias, quando o Partido Independente derrotou espetacularmente o governo, com eleições fraudadas e tudo. Pela primeira vez os arranjos palacianos foram frustrados, surgindo o germe do Partido Democrático que se opôs ao velho Partido Republicano Paulista, o famigerado PRP invencível, começando a virada democrática que desembocou no Partido Constitucionalista que exigia e obteve na marra, da ditadura de Getúlio, as primeiras franquias democráticas, como o voto secreto e ampla participação popular nas eleições, sob a proteção de uma Justiça Eleitoral íntegra. Piracicaba tem uma tradição libertária que muito nos envaidece, como suporte para essa presença da UNE em nossa terra, que pugna pela voz generosa de nossa mocidade. O maior patrimônio que possui a nacionalidade.

Confiamos em que os moços dessa era se comportem com o entusiasmo que lhes é característico, mas com a necessária maturação do sadio nacionalismo. **Vamos torcer para que os contumazes agitadores profissionais que se infiltram em suas fileiras não consigam perturbar a linha de suas reivindicações, que devem incorporar os ideais democráticos de nosso povo**, um dos mais sacrificados do mundo no altar da cupidez do capitalismo sem alma, explorador do sangue de vasta parcela da humanidade atirada na rubrica dos “subdesenvolvidos”.

Problemas de base aí estão a desafiar os governantes, especialmente no esquema econômico traçado para a nação, com sérios distúrbios na área de educação truncando as esperanças de sucessivas gerações que não conseguem ver o país de seus sonhos concretizado. Que venha a UNE numa terra de Liberdade e que daqui saia fortalecido o seu espírito de luta e de brasilidade. (JP, p. 3, 12/10/80, grifos meus).

⁷³ Sobre o apoio do Jornal de Piracicaba ao golpe militar, cf.: Amplia-se rapidamente o movimento de rebeldia contra o governo Federal, **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba, p. 1, 02 abr. 1964 e O Brasil retorna à ordem, **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba, p. 3, 03 abr. 1964.

Percebe-se com esse artigo como o Jornal de Piracicaba, seguindo a linha da imprensa burguesa, depois de apoiar o início da Ditadura no país, começava a apoiar a redemocratização, mas com restrições, e isso fica evidente na parte: “os contumazes agitadores profissionais que se infiltram nas suas fileiras não consigam perturbar a linha de suas reivindicações”. Um ataque direto às organizações de esquerda que atuavam na UNE, tendências que se aproximavam da classe trabalhadora e por isso eram atacadas por esse jornal burguês.

O jornal faz referência a um “capitalismo sem alma” que explora parte significativa da humanidade, que denomina de “subdesenvolvido”. Esse sistema beneficia somente a classe dominante, a burguesia, e, no caso em tela, a burguesia brasileira, apoiada pela internacional, que proporcionou o golpe contra a classe trabalhadora. Não existe outro capitalismo, um que não ataque a classe trabalhadora. Mesmo em períodos democráticos, o que não era o caso, esse ataque existe de forma velada e, em regimes autoritários direitistas, o que era o caso, é feito de forma mais violenta e explícita.

Outro apoio ao congresso estudantil veio do Bispo católico Eduardo Koiak⁷⁴, que escreveu um artigo no Jornal de Piracicaba:

Não creio numa juventude que se perde no consumismo desenfreado e pagão, obcecada pela posse e pelo carreirismo, não creio numa juventude de braços cruzados, silenciada, submissa, espectadora da História; não creio numa juventude que já perdeu a esperança de que o mundo pode mudar pela ação organizada dos homens, numa juventude que por isso mesmo perdeu o encanto pelas utopias viáveis.

A Igreja confia nos jovens que não se conformam com uma sociedade injusta e violenta. A Igreja confia na juventude que assume seu papel de dinamizadora do corpo social. A Igreja confia nos jovens que não se limitam apenas a estudar, mas aceitam o desafio de cumprir também sua missão na necessária transformação do nosso país, na direção de uma sociedade livre, democrática e justa, que atenda principalmente aos direitos dos pobres, das crianças, dos velhos e de todos os atuais marginalizados sociais.

Espero sinceramente que os universitários brasileiros reconquistem o direito de terem seus órgãos representativos reconhecidos legalmente, inclusive a nível nacional, sem tutelas e sem donos.

Espero que o Congresso da UNE seja uma escola de democracia, onde a manipulação de grupos, táticas repressivas, intolerâncias ideológicas, sejam derrotadas pela participação política consciente e responsável de todos, num treino e num exemplo da nova sociedade política pela qual se luta.

Convido, pois, os universitários católicos a não se omitirem; antes, a serem exemplo de presença, de solidariedade e de idealismo profético nesse Congresso e no movimento estudantil, de modo geral.

⁷⁴ Bispo da Diocese da Igreja Católica de Piracicaba de 1980 a 2002 (iniciando como auxiliar do Bispo Aníger Melillo, tornando-se titular em 1984). Membro das Comunidades Eclesiais de Base. Implantou a Pastoral da Criança em 1987, o Serviço de Apoio ao Menor (SEAME) de atendimento a menores infratores em 1981, o banco de remédios para necessitados no mesmo ano, entre outros.

Convido, também, a comunidade católica de nossa diocese a acolher os estudantes com carinho fraterno, “não negligenciando a hospitalidade” (Hb. 13,2), oferecendo a eles o apoio material de que necessitem.

Em nome de Cristo, sou Bispo para todos. Gostaria de sê-lo, porém, de modo especial para os pobres e para aqueles que lutam por uma nova sociedade, em que a liberdade não seja uma palavra vã, a justiça esteja ao alcance de todos com o pão de cada dia, a fim de que a fraternidade e a participação passem a ser um bem nacional.

Para alguns isso é um sonho. Para nós, cristãos – para vocês, jovens – trata-se na verdade de um programa e é um desafio. (JP, p. 3, 10/10/80, grifos meus).

É possível considerar que no pronunciamento do Bispo haja alguma influência da Teologia da Libertação – segundo Sader (1988), uma matriz discursiva que orientou os movimentos sociais nacionais nas suas mobilizações. Tem suas raízes na cultura popular, que é religiosa, se expressando nas comunidades eclesiais de base, num momento de perda de influência da Igreja Católica sobre o povo (1988, p. 144-145), na década de 1970.

Segundo Christopher Hill (2003), a Teologia da Libertação tem analogias com a religião radical, dos puritanos, que surgiu na Inglaterra do século XVII; o movimento seria um produto que vem da laicidade da sociedade que faz uma leitura leiga da bíblia e baseia-se nos textos bíblicos para dar atenção ao sofrimento e necessidades dos pobres. Os teóricos da Teologia da Libertação atribuem uma importância maior ao novo testamento e ao mesmo tempo se beneficiam das ideias marxistas, reconhecendo a importância da luta de classes e dos fatores econômicos. (HILL, 2003, p. 615-619)⁷⁵.

É interessante a parte que o Bispo Koiak pronuncia: “Em nome de Cristo, sou Bispo para todos. Gostaria de sê-lo, porém, de modo especial para os pobres e para aqueles que lutam por uma *nova sociedade...*” (grifos meus). A nova sociedade que prega seria o fim do capitalismo ou só o fim da Ditadura? A UNE, na década de 1960, foi transformada por uma organização que surgiu do meio religioso católico, a AP; período este em que a consciência política a favor da classe trabalhadora era mais forte, e com um grande fervor radical que nunca mais foi presenciado.

⁷⁵ Cf.: HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Tradução: Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

4.3 Repressão e ameaças

Segundo Beatriz Elias, no XXXII Congresso da UNE havia uma “equipe especial” em Piracicaba levantando dados sobre a movimentação estudantil. A autora traz registros do DEOPS apontando informes do delegado local, Adilson Tognolo, enviados ao delegado geral, Romeu Tuma. Esses informes detalhavam sobre os principais responsáveis na cidade pela organização do congresso. Sobre o prefeito João Hermann Netto, o relatório descreve que possuía “casos amorosos e conduta imprópria”; o reitor Elias Boaventura, “tendências esquerdistas” por receber o congresso da UNE; sobre os estudantes, destacava “o alto consumo de drogas e as práticas libidinosas”. (2004, p. 75-78).

Segundo Fico (2013), esse tipo de procedimento era comum entre os agentes de informações, desqualificar, de acordo com seu ponto de vista, a moral das pessoas vigiadas – mas para outras pessoas esse tipo de observação pode não significar nada. Religiosos católicos eram acusados de romper o celibato; políticos de oposição, de práticas homossexuais; professoras universitárias de esquerda, de terem amantes; o “movimento comunista internacional”, de incentivar o uso de drogas e o “amor livre”. (p. 180)⁷⁶.

Houve várias ameaças aos responsáveis pelo congresso e aos estudantes participantes. Segundo o Jornal Movimento (p. 5-7, 20 a 26/10/80), pedras foram jogadas no ginásio e as luzes apagadas durante uma votação de planária, ameaças foram feitas por telefone e cartas distribuídas à população chamando os estudantes de comunistas, e o domicílio de um membro da pastoral da juventude da Igreja Metodista foi invadido.

[...] fazendo pequenas escaramuças, como jogar pedra no ginásio onde se realizava a plenária e apagar a luz numa votação. Além disso, telefonemas anônimos de ameaças, uma carta apócrifa distribuída para a população tachando os estudantes de comunistas e a invasão de uma casa de um membro da pastoral da juventude da Igreja Metodista. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

A partir do que publicou o Jornal Movimento, tem-se a impressão de que estes atos de ameaça e repressão foram poucos, mas não foi assim. E pode-se constatar

⁷⁶ Cf.: FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura. 2. ed. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

isso pelo Jornal de Piracicaba, que detalhou muitos desses casos, inclusive de invasões de domicílios.

Numa das reuniões para elaboração do congresso, ocorridas na Unimep, Rui César, presidente da UNE, e alguns diretores da entidade estudantil foram ameaçados por duas pessoas saídas de um carro que fizeram “provocações policiais”. A Guarda Municipal da cidade fora chamada, mas as pessoas se recusaram a se identificar; apareceu ainda uma outra pessoa que se identificou como policial federal, mas não quis mostrar a identificação, e, de acordo com jornal, pretendeu apaziguar a situação. Os diretores da UNE logo foram embora, mas os três ficaram muito tempo ainda na Unimep.

Na noite de quinta-feira, por volta das 24 horas, quando o presidente da UNE, Ruy Cezar Costa Silva, juntamente com vários diretores da entidade e mais um assessor administrativo saíam da Reitoria da UNIMEP, foram abordados com “provocações policiais”, por dois elementos de um Chevette, placa RL 1015, de Piracicaba. A Guarda Municipal foi imediatamente chamada e após solicitar que o grupo se dispersasse começou a identificá-los. Os diretores da UNE fizeram sua imediata identificação, enquanto que os outros dois elementos não quiseram mostrar seus documentos.

Na oportunidade surgiu um terceiro indivíduo que desceu de um TL gelo, chapa RE 3246, também de Piracicaba e que procurou apaziguar os envolvidos. Embora se dissesse da Polícia Federal, este elemento se negou a mostrar seus documentos.

Os diretores da UNE retiraram-se do local, mas os indivíduos não identificados permaneceram nas imediações da Reitoria da UNIMEP até a madrugada. (JP, p. 3, 11/10/80).

Duas cartas enviadas ao reitor Elias Boaventura, postadas nos correios de cidades que não tinham identificação e encontradas na mesa do reitor e do diretor acadêmico, Ely Eser Barreto Cezar, se diziam do CCC e prometiam retaliações pelo congresso. Telefonemas também eram feitos para fazer ameaças de agressões se o congresso fosse realizado, prometendo explodir bombas na Unimep. Até o Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE) foi ameaçado por telefone, indicando que não apoiasse mais ou haveria derramamento de sangue.

Duas ameaças realizaram-se na última semana à UNIMEP. Dois bilhetes postados no correio de cidades não identificadas foram encontrados sobre as mesas do Reitor Elias Boaventura, e do Diretor Acadêmico da UNIMEP, prof. Ely Eser Barreto Cesar. Dizia o bilhete enviado à Elias Boaventura: “Pastor de bodes comunistas, você duvidou do CCC, e não perde por esperar”, fazendo referência ao telefonema ameaçando explosão de bombas na universidade, ocorrido em setembro último.

O enviado a Ely Eser dizia: um grupo com armamentos sofisticados agirá durante o congresso [...].

Ontem, à tarde, o SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba – recebeu por volta de 13 horas um telefonema dizendo para

“parar a ajuda ao Congresso da UNE, pois senão haverá derramamento de sangue”. (JP, p. 5, 14/10/80).

[...] caso o congresso da UNE seja realizado na UNIMEP, eles deverão explodir uma bomba em cada sala. (Imprensa UNIMEP, 13 ou 18/08/80).

A casa do pastor metodista Nilo Belloto foi invadida por dois homens e a empregada, a única que estava na residência no momento, foi ameaçada. Ela disse que as pessoas a expulsaram e a mandaram dizer ao patrão que as ameaças continuariam e ele não teria sossego.

A assessoria de imprensa da UNIMEP emitiu nota à imprensa e ao congresso denunciando a invasão na manhã de ontem, por dois elementos não identificados, de meia idade, bem trajados da residência do pastor da Igreja Metodista Central e coordenador da Pastoral Universitária da UNIMEP, Nilo Belloto.

Por volta das 10:00 horas, os dois indivíduos entraram nos jardins da residência do pastor, a poucos quarteirões do centro da cidade e ameaçaram a empregada que se encontrava sozinha no local. Obrigando-a a ir embora depressa, os dois elementos repetiram diversas ameaças pedindo a senhora que transmitisse “ao seu patrão, o tal Nilo Belloto que as ameaças vão continuar e eles não vão ter sossego”. Segundo a empregada, embora os dois homens fossem bem educados, a insistência foi grande para que “se ela não tivesse nada com os patrões, fosse embora para não se arrepender”. (JP, p. 3, 17/10/80).

Boaventura interrompeu a plenária dos estudantes para denunciar o ocorrido:

Faço uma denúncia, sobre a invasão feita à residência do pastor da Igreja Metodista Central, Nilo Belloto, - quando dois homens bem trajados invadiram a casa e expulsaram a empregada, e isto com o que aconteceu com o Bispo da Igreja metodista, não tem característica de roubo comum.

Temos a certeza de que existem agentes infiltrados aqui, mas não devemos aceitar provocações.

A nossa luta é por uma Educação que liberte e não que escravize e portanto devemos nos manter unidos até o final do Congresso, evitando aceitar qualquer tipo de provocação.

Já fiz um ofício para o delegado Dr. Joseph [incompreensível], sendo que uma cópia foi enviada ao fórum pelo promotor público. Ainda assim sou religioso convicto e estou permanentemente em oração pedindo a Deus que nos proteja e tudo dá certo [...]. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

O presidente da UNE, Rui César, também denunciou a existência de agentes infiltrados no congresso – o tempo mostraria que ele e Boaventura estavam certos. Ocorreu uma reunião com todos os chefes de delegações estudantis e representantes das entidades presentes para tratar em caráter emergencial da segurança do evento. Após a reunião publicaram as seguintes determinações:

1 – Nenhum congressista deverá sair do ginásio de esportes nos períodos de trabalho.

2 – Ninguém deverá telefonar Constantantemente, digo, constantemente, para que a segurança, composta pela Guarda Municipal, com policiais fardados e a paisana e alunos de diversas faculdades, que integra a segurança da UNE não fosse confundido e pudesse identificar os verdadeiros agentes terroristas infiltrados no Congresso.

3 – Que todos os chefes de delegações vigias sem [incompreensível] estritamente, os membros de suas delegações, a fim de identificar pessoas estranhas a eles ou, atos suspeitos de elementos das próprias delegações.

4 – Que os elementos participantes do Congresso não se afastassem do ginásio de esportes e que não permanecessem dentro dos outros estacionamentos no pátio do ginásio de esportes.

5 – Que os delegados e observadores, permanecessem atentos à atitudes de todos os elementos presentes no Congresso, observando: objetos que, portavam; atitudes suspeitas; telefonemas dados quantidade de panfletos que cada um angariava; indivíduos que filmassem ou fotografassem no entorno credenciados para tal ato ou não; palavras de ordem ditas; momento de intervenções. Qualquer atitude suspeita deveria ser imediatamente comunicada em plenário para que todos identificassem o agente infiltrado.

6 – Durante as falas e apresentação de propostas o plenário deveria permanecer sentado e em absoluto silêncio, pois os agentes infiltrados poderiam se utilizar de todos os meios para tumultuar o Congresso.

Finalizou dizendo que os estudantes eram responsáveis, mas que todos tinham por obrigação de localizar os agentes terroristas que se infiltraram no Congresso para tumultuar e fazer o jogo da Ditadura, uma vez que o Sr. Secretário da Segurança Pública de São Paulo tinha negado a prestar qualquer assistência a realização do Congresso⁷⁷, uma vez que ele será o único responsável pela segurança de seus participantes e adiantou que este seria responsabilizado pela UNE, ante qualquer ocorrência de maior ou menor gravidade durante o Congresso.

Depois aconselhou os estudantes a não, circularem sozinhos, mesmo nas áreas destinadas a recebê-los pois nunca se sabe as atitudes destes fascistas fanáticos, filhos da ditadura.

Finalmente aconselhou a todos que mantivessem a calma e não desanimassem com as tentativas por parte do governo em aterrorizar os congressistas. (DEOPS, 16 a 17/10/80)⁷⁸.

Ocorreu outro caso de residência invadida, do também pastor Oswaldo Dias da Silva. Ele, a esposa e mais um casal estavam no local e foram ameaçados com armas automáticas. Algo que, de acordo com o delegado que recebeu as denúncias, não seria de fácil acesso a civis; depois de permanecerem uma hora no local levaram poucos objetos de valor e o carro.

[...] a um assalto ocorrido na casa do bispo Oswaldo Dias da Silva, no último domingo, à noite. O bispo aposentado pela Igreja Metodista e coordenador do PAIC – órgão de atendimento a comunidade mantido pela Universidade – teve sua casa invadida por dois elementos, que inicialmente foram tidos como ladrões já conhecidos pela região.

⁷⁷ Apesar do Secretário de Segurança negar a oferecer segurança aos estudantes, o órgão de segurança estava no congresso, mas para obter informações e reprimir os participantes.

⁷⁸ É difícil saber se é fala do próprio agente ou deste reproduzindo o pronunciamento de alguma pessoa, é colocado diretamente sem aspas ou pontos. Pois na parte “nunca se sabe as atitudes destes fascistas fanáticos, filhos da ditadura” pode se supor que alguém do congresso que soltou a nota falou isso, mas logo no próximo parágrafo coloca “Finalmente aconselhou a todos”, isso parece que é do próprio agente que escreveu.

Os dois elementos permaneceram por mais uma hora na residência de Oswaldo Dias, ameaçando a ele, sua esposa e mais um casal que o visitavam, com armas automáticas que, segundo o próprio delegado que recebeu a denúncia, não são possíveis de serem adquiridas no mercado de armamentos existente e acessível aos civis. Sem levarem muitos objetos de valor, os dois indivíduos saíram do local, uma chácara nas imediações do campus Taquaral da UNIMEP, na Brasília de propriedade do bispo, comentando que “ele não se preocupasse que o carro seria encontrado inteiro”. (JP, p. 3, 17/10/80).

E ainda houve mais uma residência invadida, do professor da Unimep e membro do PMDB, José Américo Morelli. Dois homens quebraram a janela e entraram na casa, mas não levaram nada, o que sugere que, como nas outras residências, foi um ato político, de acordo com o jornal.

No princípio da noite de ante-ontem, a residência de José Américo Moreli, professor da UNIMEP, membro do PMDB e um dos professores que mais tem trabalhado na organização do 32º Congresso da UNE; situada à rua Dr. Otávio Teixeira Mendes, 1307, foi invadida por dois homens desconhecidos. Conforme testemunharam os vizinhos, que viram os invasores, tratavam-se de um homem de meia idade e um mais jovem, ambos bem trajados, que arrebentaram o vitrô da sala e penetraram no interior da residência. Estranhamente nada foi mexido no interior da casa, o que, aliado a boa aparência dos invasores, dá a impressão de ser atentado de fundo político, e não simples um simples assalto. (JP, p. 3, 10/10/80).

O interessante é que o jornal, no tocante a essas práticas, revela que esses suspeitos, desde as invasões até os dois que ameaçaram os diretores da UNE, estavam sempre bem vestidos, o que levava a crer que não eram crimes “normais” e sim atos políticos.

Nos dias em que ocorreram o Congresso da UNE, somente pessoas autorizadas podiam entrar nos câmpus da Unimep, com uma identificação fornecida pela UNE, inclusive para os funcionários da universidade, entretanto

[...] foram detectados a apresentação de documento falsos, de pessoas, que se diziam profissionais de órgãos de comunicação aos quais possuíam nenhuma vinculação e que não obtiveram seu credenciamento embora pudessem ser encontrados durante todo o Congresso, posteriormente, munidos de máquinas fotográficas. (Arquivo UNIMEP, s/d).

Também foram pichados carros de cidadãos piracicabanos com dizeres alusivos ao congresso e à UNE. A entidade dos estudantes comentou que isso também ocorrera no congresso anterior, realizado em Salvador, com a intenção de “intimidar os estudantes e colocar a população contra os visitantes”. (Arquivo UNIMEP, s/d).

No último dia do congresso estudantil, ocorreram mais dois casos. O telefone do reitor da Unimep, Elias Boaventura, passou a madrugada toda tocando e, quando

se atendia, eram ameaças a ele e a sua família; e uma ameaça foi feita através de uma rádio local, de que haveria bombas na Unimep.

[...] durante toda a madrugada o telefone da residência do reitor da UNIMEP não parou de tocar, sempre veiculando ameaças a sua vida e da sua família. Ao final da tarde do dia de encerramento do encontro, uma rádio local foi informada, também por telefone, de que haveria bombas no campus centro da Universidade. Imediatamente comunicaram-se as autoridades locais e uma vistoria foi realizada no interior da UNIMEP, embora nada tivesse sido localizado. (Arquivo UNIMEP, s/d).

E mesmo após o fim do congresso, o reitor, Elias Boaventura, continuou a receber ameaças por telefone e cartas: “Numa delas os autores dizem ser contrários ao comunismo e afirmam que não permitirão que os bens acumulados pelos seus pais sejam distribuídos entre os pobres”. (JP, p. 3, 20/10/80).

O vice-presidente da UNE, que foi eleito naquele congresso, Marcelo Barbieri, manifestou o repúdio a essas ameaças com uma publicação que exalta o desfecho positivo do encontro estudantil na busca pela liberdade e repreende as pessoas que ameaçaram os apoiadores, chamando-os de terroristas e fascistas:

A vitória que significou nosso Congresso na defesa da liberdade e contra o terror fascista, deixou os terroristas com ódio, que agora manifestam através de cartas ameaçadoras, particularmente ao reitor da UNIMEP, Prof. Elias Boaventura, cartas que agora realizado o Congresso tornam-se mais violentas, tentando intimidá-lo e a todos os patriotas e democratas que estão dispostos a avançar na conquista da liberdade. (JP, p. 3, 20/10/80).

O Jornal de Piracicaba não divulgou o restante da carta que dizia, além dessa parte:

[...] Enquanto isso, o governo mantém a impunidade dos terroristas que mataram D. Lyda e mutilaram Sr. Ribamar⁷⁹, o que lhes dá fôlego para continuarem avançando.

Nosso Congresso respondeu a esta situação, exigindo um basta ao terrorismo, e ao caos. Que sejam presos imediatamente tais terroristas, exigimos a convocação da constituinte livre e soberana como única forma de darmos basta a tudo isto.

A UNE, os estudantes brasileiros responderão nacionalmente a estas ameaças votando e participando das nossas eleições de 13 a 14 de novembro, aonde repetiremos a vitória do 32º Congresso, e avançaremos nessa luta. (Arquivo UNIMEP, s/d).

Pode-se indagar por que esse jornal da burguesia não colocou o restante da carta que contém a parte que culpa o governo militar pelo acobertamento e apoio a

⁷⁹ Refere-se a Lyda Monteiro da Silva e José Ribamar de Freitas. Em 27/08/80 houve um atentado a bomba ocorrida na sede da OAB do Rio de Janeiro, Lyda morreu e Ribamar ficou mutilado. Esse atentado foi praticado pelos agentes do Centro de Informações do Exército, os mesmos que foram responsáveis pelo Atentado do Riocentro.

ameaças como estas endereçadas a Boaventura, que colaborou com uma organização de esquerda, e também atentados promovidos por agentes do Estado militar, que ficaram impunes pelos assassinatos que cometeram. Um Estado militar patrocinado pela burguesia contra a classe trabalhadora.

No arquivo do DEOPS está a relação de todos os estrangeiros que participaram do Congresso sob o título Relação de estrangeiros do Congresso da UNE, com os nomes, números do passaporte, dados pessoais e profissionais e até o roteiro da viagem do país de origem até Piracicaba em alguns casos. E há também a relação dos recados no hotel em que se hospedaram, com os nomes das pessoas que deixaram mensagens. No total são 20 pessoas vigiadas. (DEOPS, s/d – Anexo A).

Dessa maneira, fica evidente a ousadia da UNE e de seus apoiadores, ao organizar o congresso num período de abertura, mas ainda de ditadura, ocorrendo atentados contra a sociedade mesmo nesse período, com explosão de bombas em lugares como bancas de jornal, a sede da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil, com destaque ao atentado do Riocentro em abril de 1981, que foi frustrado, mas, se tivesse êxito, seria o maior atentado terrorista do país, bem no Dia do Trabalho.

Atentados como esses evidenciam como a população de um país pode ser alienada, defendendo interesses que não são delas. Atos como esses são fomentados pela burguesia, através de alienações e controle das informações; criam uma situação em que parece que seus interesses são os mesmos de toda a população e naturais; o que não é verdade: são históricos, construídos ideologicamente numa época, circunscritos ao sistema capitalista, bem como nocivos para a classe trabalhadora.

Marx e Engels destacam que o trabalho alienado torna toda a sociedade alienada, a separação do homem da sua realização; que o trabalho possibilita a vida, o comer, o beber, o habitar, em suma, a transformação da natureza para suprir as necessidades humanas. O sistema capitalista aliena as pessoas porque torna o trabalho alienado, separando o homem da sua realização; há entretanto um jogo para levar toda a população a acreditar que seus interesses são os mesmos da burguesia e, com isso, defender o interesse da classe dominante e não os seus.

Pode-se perceber isso na carta endereçada a Elias Boaventura, em que os autores escrevem que são contra os comunistas e “não permitirão que os bens acumulados por seus pais sejam distribuídos aos pobres”. E ainda mais, nos

atentados terroristas provocados no fundo pela própria classe burguesa, através de seus instrumentos repressores.

Evidencia-se também a perseguição que o movimento estudantil ainda sofria, mesmo no fim da Ditadura Civil-Militar. Pela consciência que adquiriram é que foram reprimidos pela burguesia, que usa instrumentos para fazer seus ataques de classe, e que sufoca as pessoas que tentam conscientizar as outras. A ideologia política que o movimento estudantil seguia era contra a ideologia dominante e os interesses lucrativos da burguesia; os militares vigiaram esse congresso estudantil porque são as forças repressoras e controladoras do Estado burguês e, neste Estado militar, o fizeram mais violentamente e explicitamente.

4.4 Posições políticas das tendências estudantis

Representantes das correntes que compunham o movimento estudantil brasileiro e disputavam a direção da UNE deram entrevistas ao Jornal Movimento relatando suas posições sobre os principais pontos que seriam debatidos no XXXII Congresso da UNE. A seguir, apresentarei alguns, buscando ressaltar como suas posições políticas se relacionavam com a classe trabalhadora e o nível de consciência em favor dela.

A corrente Convenção, de São Paulo, era liderada pelo diretor da UNE, Aldo Rebelo (ligada ao PCdoB), um dos eleitos no Congresso da UNE em 1979 (Congresso de Reconstrução) em Salvador/ Bahia. Rebelo julgava a administração da diretoria na época inexperiente nas questões políticas por ser de reconstrução, mas dava destaque ao comando da UNE na luta pelas reivindicações estudantis. Era favorável que a eleição da próxima diretoria fosse feita de forma congressual e não via eleições diretas⁸⁰. Em relação à composição da diretoria que fosse eleita, destacava que deveria dar prosseguimento às reivindicações dos estudantes, representando-os,

⁸⁰ A eleição congressual era a forma tradicional da UNE, na qual os delegados eleitos em seus respectivos estados e universidades escolhem a diretoria da UNE no próprio congresso e onde as correntes fazem alianças e disputam com debates. Neste XXXII Congresso veremos que foi diferente (bem como o anterior em 1979), a diretoria sendo eleita de forma direta com urnas distribuídas em universidades do país e os estudantes votando; os congressistas escolheram esta forma por estar numa ditadura militar e, pelos depoimentos de alguns líderes, seria uma forma também de combate a esse regime, que, como se sabe, não praticava a democracia e eleições para presidente.

declarando que nenhuma corrente estaria excluída dessa nova diretoria. E sobre os principais assuntos que seriam debatidos no congresso, destaca⁸¹:

UIE – A UNE deve ter um papel de peso no cenário internacional. No entanto, prefiro aguardar o desenvolvimento dos acontecimentos do congresso para uma posição mais clara.

Taxas e anuidades – Luta contra aumentos abusivos e por mais verbas. Nada além de 35%.

Tática de luta – A futura diretoria terá como uma de suas tarefas preparar uma greve geral contra as anuidades e por mais verbas. (Aldo Rebelo apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

A corrente Mãos à Obra⁸² era representada por Paulo Massoca, que, na eleição anterior da UNE, concorrera a presidente pela chapa Unidade. Observava a UNE, conduzida pela diretoria da época, de forma positiva pelos embates contra a Ditadura e pela greve de um milhão de estudantes organizada pela entidade⁸³. Era a favor da eleição direta para a próxima diretoria, por acreditar que seria uma forma de tirar a moral da Ditadura e por ser um desejo dos estudantes. A próxima diretoria deveria continuar a lutar contra a Ditadura e ser contra a sua política educacional, além de ser a favor de uma constituinte que fosse democrática e soberana. Para Massoca, a nova diretoria deveria ser formada com hegemonia de correntes como Mãos à Obra e Convenção, mas lançando uma chapa de unidade. Entretanto, as tendências Liberdade e Luta e Convergência seriam excluídas. Com referência aos outros pontos a serem discutidos opinava:

⁸¹ Esses temas eram alguns que estavam na prioridade do movimento estudantil na época. A União Internacional dos Estudantes (UIE) era um órgão de representação internacional dos movimentos estudantis; pudemos ver que durante a existência da UNE, desde 1937, foi filiada a este órgão, com poucos períodos em que isso não ocorreu (como de 1951 a 1956, período de controle direitista em que a UNE foi controlada pelos interesses dos EUA – já explicado no capítulo anterior); de acordo com algumas correntes, como veremos, a UIE era atrelada a países do Leste Europeu sob influência da URSS. Outro tema era a questão das anuidades praticadas pelas universidades particulares (esse tema fora muito discutido pelos estudantes, como veremos), o índice de aumento anual era estabelecido pelo MEC do governo militar. E a forma de luta que os estudantes praticariam no próximo ano era também de bastante controvérsia pelas correntes: como os estudantes fariam para que suas propostas estabelecidas no XXXII Congresso da UNE pudessem ser colocadas em prática num período de ditadura militar.

⁸² Reunia os militantes do PCB e o MR-8, propunha uma ampla frente democrática contra o regime militar. (POERNER, 2004, p. 286-287).

⁸³ Fala de uma mobilização que ocorreu no ano de 1979 sobre a questão das mensalidades das universidades particulares.

UIE – Deve se vincular à UIE e à OCLAE (organização latino americana) para fortalecer a unidade na luta pela paz mundial e contra o imperialismo.
 Taxas e anuidades – Luta contra qualquer aumento no presente semestre e nada além dos 35% no próximo ano e 12% do orçamento para a educação.
 Tática de luta – O congresso deve aprovar ações mobilizadoras e tirar uma greve ainda neste semestre cuja duração e intensidade será determinada pelo próprio congresso. (Paulo Massoca apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

Ponto de Partida e Novo Rumo⁸⁴ eram representadas por Valério Arcary. Este, diferente dos dois anteriores, julgava que a diretoria da época fracassou e a UNE não esteve presente nas lutas dos estudantes. Era a favor de eleições diretas por acreditar que seria uma crítica a Ditadura. Em relação à próxima diretoria, defendia que deveria ser composta por militantes do recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT) e que a UNE deveria se filiar a esse partido, e que os estudantes deveriam participar da reorganização dos partidos. E nos outros pontos fundamentais declarou:

UIE – Não deve filiar-se porque a UIE não é representativa e a UNE deve buscar contatos com outras entidades no plano internacional, como a União dos Estudantes Franceses – “Unité Syndicale”.
 Anuidades e taxas - Boicote ao pagamento das unidades no plano estadual, não pagamento das mensalidades, congelamento das anuidades para o próximo ano e a UNE deve fazer a negociação coletiva.
 Tática de luta – A greve nacional de três dias abriu um período de preparação para uma greve geral que o congresso deve aprovar. A greve seria nacional, mas não necessariamente geral, seria equivocado chamá-la até a vitória e deve ser deflagrada no ano que vem. (Valério Arcary apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

A Caminhando⁸⁵ era liderada por Alon Feuerwercker, diretor da UNE na época. Alon apontava que a diretoria acertou nos principais assuntos que enfrentou e no reconhecimento da UNE, sendo dessa forma positiva. Era a favor das eleições diretas para a próxima diretoria por ser o número de estudantes e escolas maior que o de delegados presentes no congresso e as chapas teriam que se explicar a todos esses estudantes. Para Feuerwercker, a próxima diretoria deveria lutar para continuar a fortalecer a UNE e por liberdades democráticas contra a Ditadura Civil-Militar, e na

⁸⁴ Ponto de Partida e Novo Rumo eram vinculadas em nível nacional à Convergência Socialista e os seus membros defendiam a criação no Brasil de um Partido Socialista (PS). A partir de 1978 lançavam candidatos operários para organizar núcleos de base nos bairros e assim fundar alicerces para o futuro partido e para as oposições sindicais. (HAYASHI, 1986 apud PEREIRA, 2006, p. 126-130). Criadas em São Paulo e atuantes nos estados de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas, Brasília, Pernambuco e Paraíba. (POERNER, 2004, p. 286-287).

⁸⁵ Organizou-se nacionalmente e tinha vínculo com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), disputando eleições pelo MDB a partir de 1978. (HAYASHI, 1986 apud PEREIRA, 2006, p. 126-130). Propugnava que os setores populares se unissem para combater a ditadura, e nas universidades era a favor de eleições livres para todos os cargos eletivos. (POERNER, 2004, p. 286-287).

sua formação todas as correntes poderiam participar, menos Liberdade e Luta e Convergência. Com relação aos outros pontos, declarou:

UIE – A UNE deve filiar-se, mesmo discordando da omissão da UIE na invasão do Afeganistão e na greve dos operários poloneses. Contra a articulação de uma entidade paralela à UIE.

Anuidades e taxas – Não pagar repasse e dissídio dos professores, 12% para a educação e nada além de 35% no ano que vem.

Tática de luta – O momento não é de greve geral, pois isso seria prematuro. Forçar o reconhecimento no plano legal das reivindicações conquistadas, transformando-as em lei para assegurá-las. (Alon Feuerwercker apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

A Resistência-Organizando⁸⁶ era liderada por Pablo Magnoni. Sobre a diretoria da época, opina que teve vários erros e foi intransigente em alguns casos, envolvendo entidades de base. Para a escolha da diretoria seguinte, era a favor da eleição por congresso, pois seria feita através de discussões políticas, o que não ocorreria nas diretas. E essa nova diretoria deveria lutar contra a Ditadura e sua política educacional, sendo a favor de um Governo dos Trabalhadores e que fosse composta por todos que concordassem com essa proposta, menos Liberdade e Luta e Convergência. E sobre os outros assuntos importantes se posicionou:

UIE – Favorável à filiação da UNE, que deve acrescentar nos seus princípios a autodeterminação dos povos, a luta contra o imperialismo e a paz mundial. Anuidades e taxas – Nenhum aumento no ano que vem, campanha pelo zero por cento.

Tática de luta – Difícil tirar no congresso formas de ação unificadas mais audaciosas. Mas deve definir ações unitárias limitadas. (Pablo Magnoni apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

A Centelha⁸⁷, conduzida por Levi Carneiro, destacava que a diretoria da época não esteve disponível aos estudantes nas suas lutas. Para a próxima diretoria era a favor que fosse eleita por congresso, possibilitando mais discussões democráticas e elegendo o seu programa, que deveria se concentrar na união do movimento estudantil, apoiando os movimentos populares e dos trabalhadores. Somente estariam excluídas da próxima diretoria Mãos à Obra e Unidade e Democracia. E sobre as outras propostas:

⁸⁶ Defendia um aprofundamento de relações entre o movimento estudantil e a classe trabalhadora, segundo Poerner, era socialista de orientação trotskista. (POERNER, 2004, p. 286-287).

⁸⁷ Surgiu em Minas Gerais em 1977, afiliava-se em nível nacional à Democracia Socialista e, internacional, ao Secretariado Unificado (SU). O SU reivindicava o legado da IV Internacional Comunista, fundada por Leon Trotsky. (HAYASHI, 1986 apud PEREIRA, 2006, p. 126-130). Defendia o aumento das relações entre trabalhadores e estudantes. (POERNER, 2004, p. 286-287).

UIE – A UNE deve filiar-se à UIE, criticando essa entidade por abrigar agremiações de caráter partidário, como as juventudes comunistas atreladas aos PCs. Lutar para que a UIE se transforme numa entidade de massa.

Taxas e anuidades – Lutar pelo congelamento, nenhum aumento no ano que vem e por mais verbas para as escolas públicas, federalização das escolas particulares.

Tática de luta – Encaminhar conjunto de reivindicações para o Ministério da Educação e Cultura e se não for aprovado, realizar no ano que vem uma greve nacional por tempo indeterminado. O congresso aprova a perspectiva dessa greve. (Levi Carneiro apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

Representando a Liberdade e Luta (Libelu)⁸⁸ estava Jairo Guermann. Na sua opinião, a diretoria da UNE da época não conseguiu conduzir os estudantes nos principais movimentos feitos por essa categoria. A próxima diretoria, para Guermann, deveria ser eleita em congresso para que houvesse debate e o seu programa deveria apoiar o PT e o Encontro dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. E esta diretoria deveria ser formada por votos relativos a cada chapa, sendo que Liberdade e Luta e Convergência lançariam uma única chapa. E em relação às outras discussões, Guermann declarou:

UIE – Favorável a UNE estabelecer laços no plano internacional. Contra a filiação à UIE porque esta entidade não preenche o critério de ser independente de governos e a sua maioria é apêndice do aparelho de Estado dos países do Leste europeu.

Taxas e anuidades – Congelamento das anuidades para o ano que vem, ou seja, nenhum centavo a mais.

Tática de luta – O objetivo central é preparar uma greve geral contra as anuidades e por mais verbas até a vitória final. (Jairo Guermann apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

O representante da Unidade⁸⁹ e Democracia era Frederico Pessoa, diretor do DCE da USP no momento e já tinha concorrido à UEE-SP. Declarou que a diretoria da época reconstruiu a UNE no campo político, mas foi tímida em se aproximar de outros setores da sociedade. Era a favor da eleição por congresso por ser mais democrática e possibilitar a não participação de lideranças que não sejam das tendências, além de, segundo ele, evitar elitismo. A próxima diretoria deveria unir mais os estudantes, devendo sua composição ser mais ampla do que a diretoria passada

⁸⁸ Tinha inspiração trotskista, organizada internacionalmente em torno da Organização Socialista Internacionalista (OSI). Ela surgiu na USP, da aliança entre a Organização Primeiro de Maio e Organização Revolucionária Marxista. (HAYASHI, 1986 apud PEREIRA, 2006, p. 126-130). Era da linha lambetista, desejava uma aliança operário-estudantil, nas universidades particulares o congelamento das anuidades. (POERNER, 2004, p. 286-287).

⁸⁹ Congregava elementos do PCB e MR-8, e propunha uma frente democrática contra o regime militar, sendo a principal do Rio de Janeiro. (POERNER, 2004, p. 286-287).

e estariam fora somente correntes que sempre eram derrotadas, como Liberdade e Luta e Convergência. E sobre as outras propostas que seriam discutidas, declarou:

UIE – A UNE [deve] se filiar a UIE, embora tal filiação não deva ser burocrática e preparando a solidariedade aos estudantes no plano mundial. Apesar de seus erros, a UIE é a entidade dos estudantes no plano mundial e não há outra.

Anuidades e taxas – Dever ser mantida a proposta de nada além de 35%. 12% do orçamento público para o setor educacional e subvenção para escolas particulares, desde que fiscalizadas pelo governo.

Tática de luta – No atual momento não há condições de uma greve geral e o eixo da tática é a articulação dos estudantes com os outros setores da comunidade universitária e da sociedade em geral, o que determinará as formas próprias de cada movimento. (Frederico Pessoa apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

Representando as tendências Refazendo⁹⁰ e Nova Ação, dos estados da Bahia e Rio de Janeiro, o diretor da UNE na época, Cândido Vacareza, apontou que a diretoria da UNE de então teve problemas por ser de reconstrução e não criou estruturas mais sólidas. A próxima diretoria deveria ser eleita de forma direta para abarcar mais estudantes, ela deveria lutar pela Constituinte e ser apartidária, mas trabalhar com todos os partidos de oposição. Na sua composição deveria haver uma chapa de unidade entre as correntes, e, embora acreditasse que a participação de Mãos à Obra e Unidade e Democracia seria difícil, isso estaria em aberto. Liberdade e Luta e Convergência, no entanto, estariam automaticamente excluídas. E sobre os outros assuntos, declarou:

UIE – Filiar, criticando a omissão dessa entidade na invasão do Afeganistão e na greve dos operários na Polônia, colocar como critério a luta pela autonomia dos povos.

Taxas e Anuidades – Nada além de 35% e luta pelos 12% do orçamento para o setor educacional.

Tática de Luta – Congresso deverá tirar propostas de protestos, mas não dá, no atual momento, para aprovar greve por tempo indeterminado. (Cândido Vacareza apud JM, p. 12-13, 13 a 19/10/80).

Analisando essas considerações dos membros dessas tendências, grupos e correntes, é possível fazer uma distinção. Ponto de Partida, Novo Rumo (próxima diretoria por militantes do recém fundado PT), Resistência-Organizando (Governo dos Trabalhadores), Centelha (apoiar os movimentos populares e dos trabalhadores) e Libelu (apoiar o PT) declaram em suas falas a aproximação com os trabalhadores,

⁹⁰ A Refazendo surgiu da aliança entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Ação Popular (AP). O MR-8 disputava eleições pelo MDB a partir de 1976 e era conhecido no meio estudantil por HP, por conta do jornal Hora do Povo. (HAYASHI, 1986 apud PEREIRA, 2006, p. 126-130). Propunha eleições para todos os cargos eletivos das universidades, e uma união entre setores populares contra a ditadura. (POERNER, 2004, p. 286-287).

inclusive com os militantes do PT e fazendo dos membros desse partido parte da diretoria da UNE. Já as outras, como Convenção, Caminhando (ambas ligadas ao PCdoB), Unidade e Democracia (aponta para a aproximação com outros setores da sociedade, mas não diz quais), Refazendo e Nova Ação (trabalhar com todos os partidos de oposição, mas ser apartidária), não explicitam em suas falas a aproximação com a classe trabalhadora, e opõem-se à participação de Libelu e Convergência na nova diretoria. Minha hipótese é de que não eram contra a aproximação com a classe trabalhadora, mas, não assumiram essa pauta, como fizeram as outras correntes (Libelu, Convergência etc.) e deram mais importância às questões educacionais do que a uma efetiva aproximação e fusão com a classe trabalhadora (como a AP queria nos anos 1960 – Organização Operária-Estudantil-Camponesa) para a transformação da realidade, procurando somente um retorno democrático no país e o fim da Ditadura. Entretanto, eram de esquerda e apoiavam no mínimo reformas estruturais e iam contra a cultura dominante e por isso eram também reprimidas pelas forças militares da burguesia, como todo o movimento estudantil.

4.5 Congresso: início, pautas e reivindicações

Com cerca de cinco mil estudantes presentes, o XXXII Congresso da UNE foi um grande marco para essa instituição, importante para demonstrar a força e a capacidade do movimento estudantil brasileiro naquela época final de Ditadura Civil-Militar.

Esse congresso contou com representantes do Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes (OCLAE), da União Internacional dos Estudantes (UIE) e entidades estudantis da Argentina, Venezuela, Chile e Panamá, além de representantes de todos os partidos da oposição brasileira e de setores da sociedade, como as Igrejas Católica e Metodista. (JM, p. 5-7,20 a 26/10/80). No Arquivo do DEOPS está escrito que a maioria dos representantes da UIE, a delegação de Cuba e do Vietnã ficaram retidos no Panamá, e a UIE mandou um telegrama:

A Delegação do Secretariado está impossibilitada de viajar desde o Panamá, por falta de visto de entrada no Brasil. Favor transmitir a seguinte mensagem ao Congresso: Companheiros delegados do 32º Congresso da UNE, em nome de milhões de estudantes, lhes enviamos uma calorosa saudação e abraço na ocasião em que realizam tão importante reunião na vida dos estudantes do Brasil.

Lamentavelmente por razões alheias à nossa vontade, não podemos transmitir diretamente esta saudação. Não obstante lhes asseguramos a permanente e combativa solidariedade do movimento estudantil internacional com nossas justas lutas por uma verdadeira democratização da sociedade, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, por Educação gratuita, por Universidade a serviço dos reais interesses do povo. Reiteramos pleno apoio ao pedido de reconhecimento legal da UNE e campanha pelo prédio. Convencidos de que seus debates e resultados se constituirão numa contribuição ao fortalecimento da unidade de ação anti-imperialista dos estudantes mundiais. Saudações Solidárias ao 32º Congresso da UNE. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

O único representante da UIE que conseguiu chegar ao Congresso foi o panamenho Rafael R. Ryloba. O agente do DEOPS descreveu toda a sua característica física e como estava vestido: “Tratasse de um indivíduo alto, de cor branca, com uma altura entre 1,75[m] e 1,80[m], na ocasião não usava óculos, está sem barbas e trajava-se com calça e camisa esportiva, cor creme, sapato esporte marrom”. (DEOPS, 14/10/80)⁹¹.

O prefeito de São Paulo, Reinaldo Barros, e o Ministro da Justiça e do Trabalho mandaram também telegramas saudando o congresso, mas foram recebidos com vaias pelos estudantes. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80). Isso porque o prefeito era do PDS, sucessor do Arena, e o ministro, do regime militar.

O evento contou com a presença do Padre Otto Dana, pároco da Catedral de Piracicaba; Farid Sawan, representante da Organização para a Libertação da Palestina; e Kahaled Abdul, representando a Federação de Sindicatos dos Trabalhadores da Palestina. (JP, p. 1, 14/10/80). Interessante a participação de um sindicato de outro país, demonstrando a questão da classe operária sempre presente entre o movimento estudantil e em nível internacional.

O Jornal de Piracicaba destaca o ato litúrgico que ocorreu na abertura, quando o Padre Otto Dana fez um pronunciamento, falando que a Igreja estava junto com os estudantes nesse processo e que ela tinha como missão exaltar a rebeldia e não de pedir que sejam complacentes. Dana destaca a atuação da Igreja Católica no golpe, apoiando primeiramente, mas que se redimia disso: “Se a igreja em outra época

⁹¹ Percebe-se a perseguição que sofriam os estrangeiros que vinham ao Brasil. Mas estrangeiros que demonstrassem ideologias políticas de esquerda, a favor da classe explorada; estrangeiros também que vinham de países pobres. Isto será demonstrado mais vezes durante a dissertação, a perseguição que a Ditadura Civil-Militar praticava com os estrangeiros e, como o “Estatuto do estrangeiro” foi elaborado especialmente para atacar essas pessoas que demonstram uma ideologia divergente da classe social dominante.

benzeu as armas da opressão e da repressão, hoje ela se redime, abençoa e sacramenta as lutas pela liberdade e pela vida”. (JP, p. 5, 14/10/80).

Segundo Elias Netto (2000), Otto Dana era um militante em Piracicaba e havia documentação no DEOPS sobre suas movimentações, como “missas passeatas”, atos públicos e movimentos ecológicos. Elias Netto (2000) destaca o teor de alguns desses documentos:

[...] colocar a classe operária contra a empresarial, o que poderia vir a conseguir já que a grande maioria dos fiéis que ali se acotovelava era constituída de gente humilde e operários.
[...] ideias um tanto revolucionárias e só tem causado transtornos e aborrecimentos ao Bispo. (p. 301).

Um ponto interessante, apontado pelo Jornal de Piracicaba, é o apoio que o Congresso deu ao povo palestino, enviando um telegrama de apoio a Yasser Arafat, líder da Organização pela Libertação da Palestina (OLP)⁹². (JP, p. 5, 14/10/80). Nesse ponto também, o representante da OLP no Congresso pronunciou que a organização não era terrorista como tinha escrito o jornal O Estado de São Paulo:

[A OLP] não é uma organização terrorista, como acusaram os órgãos de comunicação fascistas, como o Jornal “O Estado de São Paulo”, que afirma que somos terroristas. Os povos não são terroristas, mas se para esses meios de comunicação, ser terrorista é estar ao lado do povo, então somos terroristas, representamos 5 milhões de Palestinos: um povo não pode ser terrorista. Terroristas são as ditaduras que massacram e ensanguentam o povo, como as que existem na América Latina e nós da OLP lutamos pela paz, pela justiça social e pela Libertação do homem, contra o inimigo reacionário, fascista, sionista, racista e capitalista. (DEOPS, 14/10/80).

Percebe-se a atuação da imprensa burguesa para desqualificar e enfraquecer povos que lutam contra o imperialismo. A UNE convidou os representantes dos palestinos em função do que este povo estava sofrendo pelo representante dos EUA (burguesia internacional) no Oriente Médio, Israel, que invadiu o território dos palestinos e os massacrou. A escolha de O Estado de São Paulo por intitulá-los terroristas expressa sua posição em favor de Israel e, conseqüentemente, dos EUA (burguesia internacional).

O Jornal Movimento destaca que sempre eram entoados gritos de ordem para buscar um sentimento de unidade entre os estudantes, divididos em diversas tendências: “A UNE somos nós”. (JM, p. 5-7,20 a 26/10/80).

⁹² A OLP é uma organização que luta pela liberdade do povo palestino em relação a Israel; país que representa os interesses dos EUA (burguesia internacional) na região do Oriente Médio.

Palavras de ordem surgiam também contra o então governador de São Paulo, Paulo Maluf, que, segundo Rodrigues (2003), era um “filhote da ditadura”: fez sua carreira política alinhado com os militares, sendo um dos políticos que mais defendiam o regime e, por isso, era um dos mais odiados dessa época. (p. 24)⁹³.

As palavras de ordem contra ele eram: “Uf, Uf, bazuca no Maluf” e “Um, dois, três, Maluf no xadrez”. (DEOPS, 14/10/80).

Uma informação interessante, segundo o Jornal Movimento, é que no início do congresso estudantil, aventou-se a possibilidade de se fazer uma divisão entre os participantes que eram do PT e quem não era, mas não deu certo e o próprio presidente desse partido, Luís Inácio Lula da Silva, pediu para que isso não fosse feito. Entretanto, segundo o jornal, a UNE não apoiou, pelo menos de maneira explícita, a Unidade Sindical. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

Com base nas informações sobre as correntes, podemos conjecturar quais queriam esse apoio aos trabalhadores em sua organização e por que algumas queriam uma divisão de quem era do PT. Mas o importante é que um ato como esse evidencia o impacto da classe trabalhadora no movimento estudantil e o porquê do ódio burguês e a sua perseguição a esse movimento político.

O Jornal Movimento traz que: “Na quarta-feira finalmente o Congresso entrou na sua fase decisiva”, começando assim o XXXII Congresso da UNE com seus “debates acalorados”. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

No começo houve as disputas entre as delegações para ocuparem melhores espaços. A diretoria da UNE resolveu ela mesma estabelecer os lugares e, segundo o Jornal Movimento, isso virou um desalinho, umas se recusando a ir ao local estipulado, algumas querendo ficar próximas às outras por afinidade política e outras no melhor local para serem ouvidas.

Um dado bastante curioso foi sobre a batalha verbal que havia entre as diversas delegações. Segundo o Jornal Movimento, os delegados ligados à Unimep e à chapa Mãos à Obra levavam vantagem na disputa para serem ouvidas, pois possuíam charangas, e as outras não:

⁹³ De 1981 a 1982 foi um período de grave crise política e institucional na Universidade de Campinas (Unicamp) chamado de “A Intervenção”. Patrocinada pelo então governador de São Paulo, Paulo Maluf, que nomeia a reitoria; os estudantes e professores resistiram com várias ações. Cf.: <<http://www.35anos.unicamp.br/intervencao.html>>.

Na batalha verbal que a partir daí vai se travar, os delegados ligados à UNIMEP, à chapa Mãos à Obra que concorreu à UEE de São Paulo e a UEE do Rio levam uma grande vantagem: contam com duas “charangas”, com bumbos, chocalhos e apitos, o que as demais concorrentes não tinham. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

O Jornal de Piracicaba destaca como “feira” um comércio montado no ginásio municipal, local do Congresso, com vendas de livros políticos, camisetas, acessórios com alusão a personagens comunistas e jornais alternativos, bem como a venda de alimentos e bebidas alcoólicas (JP, p. 1, 15/10/80). Ao tratar dessa maneira pejorativa essa atividade do movimento estudantil, corrobora a atitude dessa imprensa burguesa de atacar os participantes do congresso.

No arquivo do DEOPS há alguns pronunciamentos dos participantes no início do evento estudantil em que são demonstradas palavras mais duras, algo que não aparece nos jornais, como a do presidente da UNE, Rui César: “uma moção de repúdio do presidente Figueiredo, condenando a Ditadura Civil-Militar por mais um ato fascista⁹⁴ [...]”, e outro de Marcelo Barbieri, o vice-presidente da UNE: “que é chegada a hora de voltar-se contra o governo corrupto, o fascista e colocar todos os integrantes da cambada na cadeia” que foi respondida pela plateia com: “Punição? Punição? Terroristas na Prisão?” E também outros slogans que eram cantados:

“Um, dois, três, terroristas no xadrez”.
 “Esso, Esso, Esso, a UNE é um sucesso”.
 “Osso, Osso, Osso, pro governo só caroço”.
 “Ucho, Ucho, Negro duro é gaúcho”.
 “Acho, Acho, Chega de ser capacho”. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

Pautas

A primeira pauta foi sobre a forma de escolha da diretoria da UNE, congressional ou a eleição direta. Defendiam a congressional as correntes Convenção, Libelu, Centelha e Unidade e Democracia; a eleição direta, as correntes Mãos à Obra, Refazendo, Caminhando e Novo Rumo.

Aldo Rebelo, da Convenção, destacava que a forma congressional havia sido a tradição da UNE desde o tempo do Estado Novo e, se fosse ao contrário, deixaria a UNE acéfala naquele momento. Já o presidente da UNE, Rui César, justificando que a eleição direta seria uma forma de abarcar mais estudantes e representaria uma

⁹⁴ Refere-se a expulsão do padre espanhol Vito Miracapilo do Brasil com base no Estatuto do Estrangeiro, no qual comentarei melhor adiante.

crítica a Ditadura, regime que não promovia eleições diretas; principal argumento de muitos que apoiavam a proposta de eleição direta. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

A proposta de eleição direta foi vencedora com quase 60% dos votos, e a eleição foi marcada para os dias 13 e 14 de novembro de 1980. Provoações foram entoadas pelos defensores da proposta vitoriosa com a música: “Tenho pena do choro de quem perde, pois, o choro de quem perde não é choro, é chororô”. Mas depois, para resgatar o sentimento de unidade, segundo o Jornal Movimento, gritavam: “A UNE somos nós!”. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

O próximo debate ocorreu na quinta-feira, dia 14, sobre a questão do subsídio e verbas para as escolas particulares e sobre a sua federalização. Foram apresentadas três propostas: de acordo com a primeira, nenhum subsídio seria dado às escolas particulares, que seriam federalizadas e, dessa forma, transformadas em públicas – defendida por Libelu e Convergência; a segunda previa que o apoio seria fornecido somente para as escolas particulares sem fins lucrativos, defendida pela Conversão, Caminhando, Refazendo e Organizando; e a terceira indicava que todas as escolas particulares receberiam subsídios, defendida por Mãos à Obra e Unidade e Democracia – sendo que as duas últimas propostas incluíam o controle da comunidade universitária sobre as verbas.

Músicas foram entoadas pelos estudantes para defender as suas propostas, como: “Não, não, não, subsídio para tubarão” e “Queremos estudar, o governo vai pagar”.

Os que eram contrários aos subsídios às escolas particulares argumentavam que não era responsabilidade dos estudantes retirá-las da falência, viam-nas como capitalistas do ensino, não devendo o governo salvá-las economicamente. Os defensores dos subsídios somente às sem fins lucrativos acreditavam que podiam torná-las aliadas contra a política educacional do governo. E os defensores dos subsídios para todas as faculdades argumentavam que não era possível fazer uma distinção entre universidades que eram e as que não eram sem fins lucrativos, mas que a questão central teria que ser o controle na aplicação dos subsídios feito por uma comunidade universitária.

A proposta vitoriosa foi a dos subsídios somente às escolas particulares sem fins lucrativos. O lado vencedor fez música para provocar o perdedor: “Eu, eu, eu, a

reforma se f...”; a que respondem: “Polícia! Polícia!”. Rui César, presidente da UNE, segundo o Jornal Movimento, repreendeu as duas partes. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

O próximo debate foi a questão do boicote às mensalidades e ao repasse que universidades faziam do aumento do salário dos funcionários e professores aos alunos. A primeira proposta era para o boicote geral; a segunda, para o boicote somente ao repasse, e a terceira, para o boicote ao repasse sem a indicação de luta, que foi a vencedora.

Sobre o índice de aumento das anuidades das universidades particulares do ano seguinte, foram apresentadas três propostas: a primeira para o não aumento das anuidades, a segunda para nada acima dos 35%, e a terceira para um aumento único anual para ser debatido no desenvolvimento da luta, que saiu vencedora.

A proposta de greve nacional que os estudantes estavam planejando para o ano de 1981 resultou em grandes discussões. Os apoiadores foram taxados de turma “guerra nas estrelas”, pois estariam no “mundo da lua”. E os contrários a uma greve nacional eram chamados de turma “viagem ao centro da terra”, pois “enfiavam cabeça num buraco” e não se movimentavam para nada. Músicas eram entoadas e cartazes eram afixados: “Greve até a morte” e “É ou não é, piada de salão, greve até a morte pensar que é solução”.

No entanto, outra proposta foi vencedora, de autoria da diretoria da UNE, estipulando o dia em que o Congresso Nacional aprovasse o orçamento público ser declarado como o Dia Nacional pelos 12%, com movimentação dos estudantes para que esse percentual fosse destinado à área da Educação. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

Sobre a greve nacional, no arquivo do DEOPS está destacado:

Igualmente, aqui existem duas correntes: uma considerada suicida que propõe reivindicar-se o congelamento das anuidades, e uma greve geral até a vitória das reivindicações estudantis; e uma segunda, considerada mais lúcida, que propõe reivindicar-se 12% do montante do orçamento nacional para a educação, dando condições ao Ministério da Educação e Cultura aumentar as verbas e subsídios às escolas particulares, e um teto de 35% de aumento nas anuidades.

Apenas num ponto as duas tendências se cruzam: ambas reivindicam que o governo deva aumentar as verbas para o ensino. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

O vice-presidente da UNE, Marcelo Barbieri, criticou o aumento de verbas para as Forças Armadas e dos aparelhos repressivos e a diminuição para a educação, enquanto “o povo se esmaga para tentar viver”. Disse ainda: “Então chegou a hora da UNE lutar pelos 12% para a educação, que é um direito garantido até mesmo por esta

Constituição aleijada da Ditadura mas nem isto Figueiredo e seus capangas nos permitem [...]”. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

Ainda sobre esse tema, no arquivo do DEOPS, estranhamente está escrito que “Greve até a vitória” foi apresentada pela corrente Libelu e que esta proposta “venceu por maioria” (DEOPS, 16 a 17/10/80). Ou houve engano ou algum motivo escuso para registrar tal inverdade, como incriminar aquela corrente, por exemplo.

Com o tempo curto, após esses debates, os estudantes resolveram propor lutas para que todos os cargos das universidades fossem ocupados por via de eleições diretas e 1/3 dos órgãos colegiados universitários fossem representados por estudantes.

Sobre a questão da Constituinte, a grande maioria dos estudantes era a favor de uma Constituinte que fosse livre e soberana. E sobre os atentados praticados pela extrema direita naquele período de abertura política, os estudantes decidiram que lutariam de alguma forma para que os responsáveis pelos atos fossem punidos, sendo contrários também à Lei de Segurança Nacional. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80). E, ainda:

O eixo da proposta era concentrado na responsabilidade governamental, que encoberta os verdadeiros culpados, dos atentados, pelo regime implantado com a revolução de 1964 e que a responsabilidade da apuração é de toda a sociedade civil e seria ótimo que os estudantes se empenhassem em descobrir os verdadeiros facínoras da Pátria.
Esta proposta foi votada e venceu por unanimidade. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

Os estudantes estipulariam também um Dia Nacional de Luta pela Democracia e pela Constituinte. E continuariam lutando para que a UNE fosse plenamente reconhecida como maior órgão estudantil e representante dos estudantes brasileiros, já que a Ditadura ainda a considerava ilegal. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80). Também fizeram monção de apoio aos líderes sindicais que foram cassados, reivindicando suas devidas reconduções⁹⁵. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

A última plenária dos estudantes foi sobre a filiação da UNE à UIE e à OCLAE⁹⁶. Havia duas propostas, uma favorável a filiação e outra que primeiramente debateria sobre os critérios dessas duas entidades internacionais antes de uma tomada de decisão. A primeira, que defendia a filiação sem um debate mais aprofundado, foi a

⁹⁵ Lula tinha sido cassado e preso em 1980 por causa da liderança nas Greves Metalúrgicas do ABC Paulista.

⁹⁶ A sede da OCLAE era em Havana/ Cuba e da UIE em Praga/ Tchecoslováquia. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

vencedora. Nessa votação, a proposta vencedora conseguiu, segundo o Jornal Movimento, uma pequena margem de votos e teve dois recursos negados, um no qual se propunha a votação individual. Após a decisão, a UNE criou mais dois cargos, a Secretaria de Relações Internacionais e Assistência Estudantil. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

Foram aprovadas também propostas de repúdio total ao governo militar e a favor da sua queda. (DEOPS, 16 a 17/10/80). Sobre essa questão, vários participantes deram seu pronunciamento:

Adelmo [Alves Lindo, o Baiano, DCE-Unimep] disse que a UNE, por sua própria [incompreensível] poderá concordar com um governo fascista e com a corja de militares que dominam o Brasil desde 1964.

Quando Vários de seus membros foram presos [incompreensível] e torturados pelo atual governo.

Assim sendo a UNE só pode repudiar um governo [incompreensível] nunca podemos reconciliar com tal regime.

Quanto a estudante Ana [Maria da Comissão do Rio Grande do Sul]: disse que é uma idéia [instável], parecendo piada a reconciliação, não podemos aceitar carrascos e terroristas no nosso meio.

Quanto ao Rui César, disse que a UNE é virtualmente contra o regime que se instalou no governo desde 1964 e que ela não pode esquecer os feitos maléficos da Ditadura.

Por estas razões devemos votar pelo repúdio ao General Figueiredo, seus cupinchas, o Planalto e a tudo a que ele representa, até a vitória.

Feita a [votação], foi aprovado o repúdio total contra o regime político, por Unanimidade. (DEOPS, 16 a 17/10/80).

Ao final do congresso ocorreram as formações das chapas que concorreriam à eleição direta no mês seguinte daquele ano, apesar de que durante todo o congresso estavam acontecendo as articulações. Cinco chapas foram formadas:

- 1) Chapa Mãos à Obra e Convenção - candidatura de Aldo Rebelo à presidência e participação de Marcelo Barbieri, vice-presidente da UNE na época;
 - 2) Chapa Caminhando, Refazendo e Organizando - candidatura de Marcos Galvão;
 - 3) Chapa Unidade e Democracia - candidatura de Amâncio de Carvalho;
 - 4) Chapa Centelha e Travessia - candidatura de Lídia Mata Machado, única mulher se candidatando à presidência da UNE;
 - 5) Chapa Liberdade e Luta e Novo Rumo - candidatura de Ricardo de Melo.
- (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

O Jornal Movimento afirma que, por causa da demora nas discussões e o aprofundamento demasiado em questões políticas, os congressistas tiveram que cortar cerca de 30% das pautas que seriam discutidas, sem indicar, entretanto, quais pautas seriam estas. (JM, p. 5-7, 20 a 26/10/80).

Um ponto interessante abordado pelo Jornal de Piracicaba e que não apareceu no *Jornal Movimento* é sobre a moção de repúdio promovida pelo congresso ao Estatuto dos Estrangeiros que vigorava no país, expulsando pessoas estrangeiras ligadas a posições políticas de esquerda. O Jornal de Piracicaba cita o caso do Padre Vito Miracapilo, que recebeu uma ordem do prefeito de Sant' Ana do Ribeirão para celebrar uma missa do dia 07 de setembro em comemoração à Semana da Pátria. O pedido foi recusado sob uma interessante alegação: o padre falava da não independência do povo dessa cidade, que estaria sem direito e desamparado, sendo por causa disso expulso do Brasil. Segundo o jornal, o padre se referia a uma greve de canavieiros duramente reprimida pelos usineiros, com jagunços armados, ocorrida em Sant' Ana do Ribeirão. Vito Miracapilo, de acordo com o jornal, foi o primeiro a ser expulso por esse estatuto, sendo de origem italiana. (JP, p. 3, 17/10/80).

Sobre a moção de repúdio ao Estatuto de Estrangeiros, o arquivo do DEOPS traz o pronunciamento de alguns participantes a favor de Vito Miracapilo:

Inicialmente, Rui César em moção de repúdio do presidente Figueiredo, condenando a ditadura militar por mais um ato fascista, Vito Miracapilo. Logo após falou o chefe da Delegação de Pernambuco disse que:
- "O padre Vito é o verdadeiro representante dos Ideais Democráticos, por isso estava sendo vítima da Ditadura Militar, que soube muito bem punir os bons e esconder os terroristas". (DEOPS, 16 a 17/10/80).

Essa prática de expulsão de estrangeiros vem desde os primórdios da República brasileira, no Estado Novo isso também era praticado, como a comunista Olga Benário, que, por causa de sua orientação política de esquerda (filiada ao PCB), foi expulsa do Brasil e morreu assassinada na Alemanha nazista. Nesse episódio retratado pelo Jornal de Piracicaba, o padre Vito Miracapilo foi expulso por se colocar a favor de trabalhadores do campo vitimados por uma burguesia usineira de cana-de-açúcar; dessa forma, teve uma consciência de classe a favor de uma classe explorada e por isso foi exilado pelos militares, que foram os braços armados desses usineiros neste episódio, mas o foram de toda burguesia nacional e internacional no golpe de 1964 e na manutenção dos interesses dessa classe dominante em toda Ditadura Civil-Militar até 1985.

4.6 Resultados finais do XXXII

Ao final do XXXII Congresso da UNE em Piracicaba, alguns participantes do evento deram entrevistas para o Jornal de Piracicaba.

O reitor da Unimep, Elias Boaventura, falou sobre a grande organização que os estudantes promoveram ao evento, a forma cordial e ordeira com que se comportaram as delegações. Destacou a ausência de repressão, mas lamenta as ameaças. Outro destaque atribuído pelo reitor é a aula de democracia que os congressistas deram. Ele disse:

[...] Realmente os alunos deram uma verdadeira lição de democracia. Das poucas reuniões que pude participar, acredito que eles têm muito a nos ensinar, especialmente aos políticos. Especialmente estes que são treinados em debates deveriam frequentar essas reuniões, porque há muito de autenticidade. Gostei muito, achei que as diversas tendências se manifestaram. Foi muito bom, uma verdadeira lição de democracia. (JP, p. 3, 19/10/80).

Rui César, presidente da UNE, falou que as expectativas foram alcançadas e os estudantes poderiam ficar satisfeitos. Destacou a participação de outros segmentos da sociedade no engrandecimento do evento e no fortalecimento da democracia. A nível nacional realçou a moção pelo fim da Lei de Segurança Nacional e a luta pela instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte democrática e soberana.

Afirmou ainda que as resoluções tomadas seriam importantes não só para os estudantes, mas para toda a sociedade brasileira. Com referência ao apoio da prefeitura, apontou a relevância desse fato para o Brasil no apoio aos movimentos políticos e sociais. Sobre a Unimep, falou da importância da aproximação de estudantes com a comunidade universitária; diferencia, dessa maneira, com o que fazia o Capitão José Carlos de Azevedo, então reitor da Universidade Nacional de Brasília (UNB), que praticava a expulsão de alunos, ressaltando, assim, o compromisso de Elias Boaventura, que deveria ser seguido por todas as reitorias das universidades do Brasil. (JP, p. 3, 19/10/80).

Diversos órgãos da imprensa burguesa, chamada de grande imprensa, vieram noticiar sobre o XXXII Congresso da UNE, e alguns fizeram grandes ataques ao posicionamento dos integrantes da entidade máxima dos estudantes. Essa crítica dos meios de comunicações foi denunciada pela Unimep e pelos congressistas:

Foram devidamente credenciados pela Assessoria de Imprensa do Congresso, mais de cem profissionais principalmente de órgãos de comunicação do sul do país. Acompanharam o Congresso, entretanto, diariamente, desde seu início, até o final, permaneceram a Rede Globo, os jornais “Folha de São Paulo”, “Estado de São Paulo”, “Jornal do Brasil”, “Jornal de Hoje”, e “Diário do Povo” (ambos de Campinas), Revista Veja, “Movimento”, “Hora do Povo”, “Jornal de Brasília”, “Folha de Londrina”, entre outros, além da imprensa local.

A maioria dos grandes jornais do eixo Rio-São Paulo deram ao Congresso um destaque diário, fixando-se especialmente nas discussões e decisões tomadas pelas grandes assembleias.

O conteúdo dos vários veículos variavam (sic) apenas quanto a detalhes, havendo, entretanto, em relação às revistas grande dose de crítica ao encontro, o que já era previsto pelos estudantes antes mesmo de sua publicação. Para a diretoria, certamente a Revista Veja, por sua linha editorial deveria tecer sérias críticas ao movimento estudantil, o que realmente ocorreu. O mesmo aconteceu em relação a revista “O Cruzeiro”, trazendo uma matéria bastante comprometida com a realidade dos fatos, claramente interessada em prejudicar aos estudantes. É de se ressaltar que o profissional que assina tal matéria não teve seu credenciamento solicitado aos organizadores e nem com eles manteve qualquer contato. (Arquivo UNIMEP, s/d).

Esse tipo de posicionamento da mídia burguesa demonstra com mais evidência o combate da classe representada por esses veículos de comunicação à consciência de classe e à resistência exercida pelo movimento estudantil. No referido documento citam-se especialmente a Revista Veja e O Cruzeiro.

As eleições da UNE, marcadas para os dias 13 a 14 de novembro daquele ano, tiveram como vencedor Aldo Rebelo para a presidência da entidade, pela chapa composta por Mãos à Obra e Convenção.

Mãos à Obra e Convenção eram as correntes que não declararam, pelos seus representantes, em seus pronunciamentos, uma efetiva aproximação com a classe trabalhadora, apontando somente temas de interesse dos estudantes, apesar de, como já vimos, fossem de esquerda e estivessem ligadas ao PCdoB (que somente se legalizaria em 1985, infiltrava-se nessa época no PMDB). Assim, apesar de alinharem-se a uma ideologia de esquerda, talvez não desejassem mais uma transformação da realidade e sim reformas a favor da classe trabalhadora e somente um retorno à democracia. Diferente de correntes como a Libelu e Novo Rumo, além de outras vinculadas à Convergência Socialista, que demonstraram uma efetiva aproximação com a classe trabalhadora, defendendo que os militantes do PT fizessem parte da nova diretoria da UNE. O resultado das eleições, porém, marcou a diferença da situação que ocorreu na década de 1960, quando a UNE era dirigida pela AP, que a proclamava uma “Organização Operária-Estudantil-Camponesa” e direcionava para a revolução socialista transformando a realidade existente.

Contudo, o movimento estudantil brasileiro era perseguido ainda pelos militares, pois expressavam como um todo uma ideologia conflitante com a ordem e interesse burgueses, com propostas educacionais que demonstravam isso, como o ensino público e universal, que vai de encontro com a política privatista da burguesia para o aumento da sua riqueza em detrimento do social; contra o aumento indiscriminado das universidades privadas, contra o repasse do aumento do salário de funcionários e professores nas mensalidades, a favor de subsídios somente para universidades sem fins lucrativos, bem como 12% do orçamento federal fosse para a educação que diminuiria o repasse destinado ao pagamento da dívida pública da União aos bancos e empresas credoras. Propostas que vão contra a ânsia de lucro da burguesia.

Essas propostas feriam os objetivos da burguesia e de sua hegemonia, que então se apoiou nos órgãos de comunicação – que trabalharam na defesa seus interesses, distorcendo a realidade; e pelos órgãos militares – que empreenderam investigações, ameaças e perseguição direta e violenta.

5 XXXIV CONGRESSO DA UNE

Em 1982, Piracicaba novamente recebeu um encontro estudantil, o XXXIV Congresso da história da União Nacional dos Estudantes, nos dias 30 de setembro a 03 de outubro. Como veremos, os militares vigiaram esse congresso com mais afinco, pois visava pedir votos aos partidos de oposição nas eleições nacionais, que aconteceriam em novembro, praticamente um mês depois, e a força da oposição já era sentida.

O então presidente da UNE era um espanhol chamado Javier Alfaya, eleito no XXXIII Congresso da UNE, ocorrido em Cabo Frio/ RJ em 1981. Como não era brasileiro, foi enquadrado no Estatuto do Estrangeiro (contra o qual a UNE, no Congresso de 1980, tinha feito uma moção de repúdio), sofria um processo de expulsão, sua liberdade era vigiada e estava obrigado periodicamente a se apresentar na Polícia Federal. De acordo com o Jornal de Piracicaba, somente no dia 30 de setembro Javier, que morava em Salvador/BA, conseguiu uma liminar judicial para viajar a Piracicaba e presidir o congresso. (JP, p. 4, 30/09/82; JP, p. 4, 01/10/82).

Elias Boaventura, reitor da Unimep, foi sua testemunha de defesa no dia 02/05/1982 na cidade de Salvador, fez um pronunciamento defendendo sua permanência no país:

Nesta expulsão de Javier estão em jogo os próprios direitos humanos. E nossa posição é de uma luta contra o arbítrio que se manifesta no país, através da Lei de Segurança Nacional e do Estatuto dos Estrangeiros. É uma postura metodista, baseada no próprio credo social que adotamos. (Imprensa UNIMEP, 19/05/82).

Os estudantes da Unimep e políticos locais fizeram uma manifestação de apoio a Alfaya, criticando também a desnaturalização de outras pessoas, como Dom Helder Câmara e Florestan Fernandes⁹⁷. (Imprensa UNIMEP, 20/05/82).

Ocorre mais uma vez a perseguição aos integrantes do movimento estudantil por sua consciência política a favor dos explorados. Javier sofria um processo de expulsão por se aproximar dos interesses da classe trabalhadora e ter a ojeriza da classe dominante. A repressão sendo promovida pelas forças policiais que são o poder de controle do Estado Burguês na defesa da propriedade privada, contra a classe que não possui essa propriedade, a classe trabalhadora.

⁹⁷ Importante sociólogo marxista brasileiro com mais de 50 obras publicadas, foi deputado federal pelo PT em 1986 e 1990.

O sistema capitalista se identifica pela classe que detém a riqueza e explora a que detém somente sua força de trabalho. Qualquer atentado a forma de distribuição de riqueza no capitalismo (a propriedade privada dos meios de produção e riqueza), é defendido pelas forças de repressão da burguesia. A repressão é feita às pessoas que lutam pela outra classe que não é possuidora de riquezas. Então a aproximação com a classe trabalhadora é, na visão da classe burguesa, um atentado a propriedade privada dos meios de produção e apropriação da riqueza.

Em ditaduras militares de direita isso fica mais evidente. Nesses Estados policiais, a repressão, a perseguição, é feita de maneira explícita e violenta à classe explorada e às pessoas que demonstram níveis de conscientização em seu favor. Para isso, a superestrutura intervém, através de suas forças políticas e policiais, para que a estrutura seja mantida; pois, ao mesmo tempo em que a estrutura desenvolve a superestrutura, esta interfere para preservá-la.

Dessa forma, o que fica cada vez mais claro durante este estudo é que qualquer atentado à forma de distribuição de riqueza no capitalismo é reprimido pelas forças da burguesia.

Sobre esse congresso, a Ditadura Civil-Militar, como veremos, exerceu vigilância com um afincamento e precisão impressionantes. No arquivo do DEOPS, há uma pasta com cerca de 130 páginas somente sobre o XXXIV Congresso da União Nacional dos Estudantes, com o título de *34º CONGRESSO DA UNE – PIRACICABA – SÃO PAULO – 30 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO DE 1982*. Começa com um *APANHADO HISTÓRICO (1937 a 1982)*, passando por todos os Congressos da UNE e chegando no XXXIV de 1982, trazendo passo a passo todas as movimentações estudantis.

5.1 Preparativos para o XXXIV Congresso da UNE

Sobre o segundo Congresso da UNE realizado em Piracicaba, a primeira menção encontrada nos documentos da Unimep foi em 24/07/1982. O reitor, que não estava na instituição (estava em Belo Horizonte num Concílio Geral da Igreja Metodista), foi consultado por telefone. O chefe de gabinete da reitoria, Davi Ferreira Barros, ficou sabendo pelos jornais (não se indicam quais) que os estudantes estavam cogitando usar as instalações da Unimep novamente. Ao telefone, Boaventura dissera: “Como no passado, a Universidade somente se pronunciará a respeito do

assunto após consultarmos os conselhos Universitários, de Coordenação de Ensino e Pesquisa e a assessoria". (BOAVENTURA apud Imprensa UNIMEP, 24/07/82).

No dia 26/08/1982, a assessoria de imprensa da Unimep assim relatou a participação da instituição no XXXIV Congresso da UNE, documento intitulado *Nossa geração precisa garantir as organizações dos jovens, afirma reitor da UNIMEP*:

Iniciando um processo mais amplo de consultas aos vários órgãos da universidade e inclusive associações de profissionais, a Reitoria da UNIMEP prosseguiu na tarde de ontem, as providências relativas ao apoio que deverá ser dado ao Congresso da UNE que se realizará em Piracicaba, ainda em setembro.

A posição oficial da instituição foi tomada em reunião do Conselho Universitário, logo após um coletiva a imprensa, dada pela diretoria da UNE na Prefeitura Municipal da cidade, quarta-feira à tarde. Na reunião do colegiado, que contou com a participação dos estudantes decidiu-se que a UNIMEP apoiará o Congresso, já que isto representa inclusive, diante do fato consumado de sua realização em Piracicaba, uma questão de segurança para os participantes e para a própria população. O apoio será formalizado através da responsabilidade de planejamento do encontro, com os recursos e elementos oferecidos pela Prefeitura, que se responsabilizou pela questão da hospedagem, transporte e segurança. Isto foi decidido considerando-se as ponderações da Reitoria, que alegou o pouco tempo existente para a realização do Congresso, o momento político e participação anterior da Universidade, já hospedando os estudantes dois anos atrás.

Mas a própria Universidade poderá decidir por uma maior participação no evento, dependendo das consultas que começam a ser feitas aos conselhos, departamentos, associações, já que a própria Reitoria manifestou sua preocupação quanto as condições da Prefeitura conseguir, neste curto espaço de tempo, cumprir todas as atribuições que lhe cabem. (Imprensa UNIMEP, 26/08/82).

Nesse mesmo documento, Boaventura faz uma interessante consideração sobre o congresso, os jovens universitários e a realidade que o Brasil passava:

Toda a análise da juventude atual parte do conceito errôneo de que os jovens são elementos impetuosos, pouco ajuizados, para alguns até mesmo subversivos e baderneiros. Mas foi a geração adulta, acima dos trinta e cinco anos que implantou o caos no país. Não foi a geração jovem que taxou os aposentados; que matou, torturou e desapareceu com centenas de brasileiros; que usa mal os recursos do Estado, que é responsável pela violência do Estado, que é responsável pela violência gerada pela migração do homem do campo para as grandes cidades.

[...] E pode existir uma maior imaturidade deste grupo acima dos 35 anos, do que querer expulsar o presidente da UNE, que chegou ao país ainda criança, que tem dado o seu testemunho de brasileiro e cuja maior crítica é de justamente ser muito ponderado, na opinião dos colegas? [...] Mas não o diálogo de uma geração que se sentiu traída por seus filhos e agora procura perdôá-los. Temos é que procurar os jovens para pedir-lhes desculpas pelo tempo que os alijamos do processo político e educacional. Se o [problema] é a sigla, ou a representatividade de entidade, a questão precisa ser resolvida. O que não podemos é permanecer nesta teimosia. [...] Meu medo é a desagregação do movimento estudantil, seu enfraquecimento e o que isto deverá representar ao país dentro de alguns anos. Nossa atual falta de líderes deve servir como advertência séria e entendida como consequência natural de um período onde a repressão inibiu muitos. (BOAVENTURA apud Imprensa UNIMEP, 26/08/82).

Podemos perceber nessa passagem a crítica à Ditadura Civil-Militar, que foi responsável por torturar e matar milhares de pessoas, inclusive estudantes, e à burguesia, “uma geração adulta, com mais de trinta e cinco anos que implantou o caos no país”, que usou dos militares para continuar sua dominação sobre a classe trabalhadora e a violência que isso causou em todo o país. O aumento da exploração dos trabalhadores, “violência gerada pela migração do homem do campo para as grandes cidades”, “taxou os aposentados”, enfim, uma crítica ao sistema capitalista e a classe que se beneficia dele, a burguesia.

Em outro pronunciamento de Boaventura, em que expõe também a ingerência da burguesia internacional nos países da parte sul do globo, essa análise fica mais explícita:

[...] o reitor da UNIMEP, escola que por duas vezes já recebeu o Congresso da União Nacional dos Estudantes, analisou primeiramente o papel do Estado “atualmente nas mãos da burguesia e com o poder ocupado pelos militares, que colocaram sua força a favor da classe dominante, em prejuízo das camadas populares”. Para ele, é justamente por isto é que o quadro atual mostra um Estado cooptado pelas multinacionais e transformado numa grande empresa capitalista. Em sua opinião, o problema chegou a tal ponto “que somos governados de fora”. (Imprensa UNIMEP, 27/10/1982).

No dia 18 de setembro, segundo o Jornal de Piracicaba, começaram os preparativos para a realização de mais um congresso da UNE na cidade de Piracicaba. Nesse dia, diretores da UNE e o prefeito de Piracicaba, agora José Aparecido Borghesi (PMDB – tinha sido vice de João Hermann Netto) se reuniram na prefeitura para tratar do evento.

O prefeito do município, em um interessante parecer que deu à imprensa na época, falou que a prefeitura concederia o ginásio municipal para a realização do evento, e assistência médica e hospitalar pelo Programa Municipal de Saúde, além de segurança pela Guarda Municipal, como foi feito no congresso anterior ocorrido na cidade. Emprestaria quatro mil colchões para os participantes e alojaria 680 pessoas. Além desses comunicados, segundo o jornal, declarou não temer o poder central e afirmava o apoio de Piracicaba aos estudantes, pela segunda vez recebendo o movimento estudantil na cidade, na realização do congresso da maior entidade estudantil.

A UNE – União Nacional dos Estudantes – retorna a Piracicaba, para aqui realizar seu encontro maior, o Congresso Nacional de Estudantes. Pela segunda vez Piracicaba abriga esse encontro, que deve reunir mais de cinco mil estudantes, demonstrando ser um município não intimidado pelo poder central [...]. (JP, p. 3, 19/10/82).

Como no congresso anterior no município, foram montadas nove comissões com representantes da prefeitura, UNE, Unimep e DCE-Unimep:

A Comissão Sociocultural, responsável pelas manifestações culturais; a Comissão de Alimentação, responsável pela alimentação dos congressistas, contratando três empresas para fazer o serviço; a Comissão Médica, responsável pelos médicos, ambulâncias e enfermeiros que estariam presentes nas plenárias e nos alojamentos; a Comissão de Infraestrutura, responsável pelos transportes dos congressistas, pelos colchões e pelos equipamentos, além do credenciamento dos participantes, e as Comissão de Divulgação e Mobilização, Recepção, Alojamento e de Imprensa. (JP, p. 3, 19/09/82).

A última reunião de planejamento, de acordo com o Jornal de Piracicaba, foi realizada no dia 26 de setembro na Unimep. Com a confirmação da participação de quatro mil estudantes, ficariam alojados em vários locais: a delegação de São Paulo, na Escola de Engenharia; a delegação de Goiás, na Casa dos Estudantes; a do Rio de Janeiro, na Condespor; e as demais delegações ficariam na Unimep do Centro e do Bairro Taquaral, quase 1400 pessoas. A prefeitura distribuiria os colchões no dia 28 de setembro.

Ficou estabelecido que haveria dois plantões médicos de 24h, um na Unimep e outro no ginásio municipal, com duas ambulâncias. A prefeitura se comprometeu a levar os estudantes dos alojamentos ao ginásio e depois trazê-los, disponibilizando ônibus. A segurança do ginásio ficou a cargo da Guarda Municipal, enquanto na Unimep, de um sistema interno. A imprensa ficaria com uma sala no ginásio e outra na Unimep Centro, com equipamento de telex e telefones disponíveis, para dar cobertura ao evento. (JP, p. 4, 28/09/82).

Sobre a segurança promovida pela Guarda Municipal, o arquivo do DEOPS aponta para o desvio das funções desta corporação promovida pelo prefeito, inclusive no congresso anterior, em 1980, quando também foi feita a segurança dos estudantes por essa guarda, sob o título de Guarda Municipal de Piracicaba:

1. Por ocasião da realização do 34º CONGRESSO NACIONAL DA UNE, entidade não reconhecida e ilegal, em PIRACICABA, de 30 SET a 03 OUT, ficou novamente em evidência a situação da Guarda Municipal da localidade.
2. Em 1980, quando a UNE havia realizado, na mesma cidade, um encontro semelhante, na gestão do prefeito João Hermann Netto, essa guarda foi colocada praticamente a "segurança do evento".

3. A guarda, legalmente, é destinada a proteger os próprios municipais e tem atribuições específicas. Contudo, por razões diversas e conveniências locais, inclusive de ordem política, essa Guarda Municipal exorbita de suas tarefas, realizando policiamento ostensivo e cumprido missões que seriam da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

4. A Guarda Municipal é comandada pelo Maj Res Exército José Altigno Ferreira e seu efetivo é de mais de 200 homens, bem uniformizados e armados de revólveres 38. Dispõe de equipe de informações, de viaturas com rádio, motocicletas, etc. e a sua atuação já é assimilada pela população, que se acostumou aos seus serviços e nem questiona a sua competência (alguns munícipes os tratam como os “federais”).

5. No Congresso da UNE, agora realizado, novamente os guardas municipais estiveram permanentemente na frente do ginásio onde se realizavam as reuniões e nas proximidades da UNIMEP e o seu comandante fez parte da mesa da sessão de abertura do Congresso.

6. A guarda é controlada diretamente pelo prefeito, que atualmente é o Sr. JOSÉ APARECIDO BORGHESI, do PMDB.

7. A Guarda Municipal de PIRACICABA se excede em suas atribuições, cumprindo missões para as quais não está autorizada, e se presta a manipulações políticas de toda a ordem.

É um exemplo perigoso para outros municípios e abre um precedente que poderá ser nocivo para a manutenção da ordem pública. (DEOPS, 10 a 16/09/82, grifos meus).

Podemos indagar por que se considera que houve desvios das suas funções. Pode ser porque deixou de proteger os interesses de uma classe; suas verdadeiras atribuições seriam o controle da ordem social dominante, suas funções seriam proteger uma classe dominante da outra explorada, mas, como diz o documento mais especificamente, esse serviço é atribuído à Polícia Militar: “realizando policiamento ostensivo e cumprido missões que seriam da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)”. Entretanto, no primeiro congresso ocorrido na cidade, o então presidente da UNE, Rui César, ouviu do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Otávio Gonzaga Júnior: “Polícia e estudantes não se dão bem” e depois do delegado Menezes do DEOPS: “a mesma [UNE] não é entidade regular”. (JP, p. 3, 11/10/80). Assim, deixaram claro que a polícia não iria proteger pessoas que vão contra a ordem social dominante burguesa; e isso fica bem mais explícito no documento do DEOPS citado acima, sobre a atuação da Guarda Municipal de Piracicaba: “É um exemplo perigoso para outros municípios e abre um precedente que poderá ser nocivo para a manutenção da ordem pública”, qual ordem pública? A ordem burguesa!

5.2 Repressão e ameaças

Para aprofundar o estudo sobre a realização do XXXIV Congresso da UNE, utilizei o Jornal de Piracicaba, o Informativo da UNE, arquivos da Unimep e do DEOPS. No Congresso de 1982, o Jornal Movimento não existia mais (encerrou suas atividades em 1981).

Nesse congresso, a Ditadura Civil-Militar aplicou vigilância mais intensa pelos seus órgãos de repressão. Segundo Elias (2004), essa operação de fiscalização dos estudantes foi mais articulada, chamada de Operação Pira:

A chamada “Operação Pira”, cujos registros permaneceram nos arquivos do Dops, reuniu nada menos do que oito equipes do Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento da Polícia Federal (DPF) e Polícia Militar. (ELIAS, 2004, p. 78).

Reuniram-se militares das três armas e forças policiais, que vigiaram os estudantes em suas movimentações. Os agentes de repressão estavam divididos em “obreiros”, que frequentavam os eventos e passavam as informações aos “controladores”, que repassavam aos “analistas”, que, hospedados em chácaras pela cidade, analisavam essas informações. Segundo Elias (2004):

Tratavam-se de chácaras, em locais distantes da movimentação urbana, muito comuns para lazer de finais de semana no município. Uma delas, de mais fácil acesso, é indicada como próxima ao local onde atualmente se localiza o hipermercado Carrefour, à beira do rio Piracicaba. A segunda, a 15 quilômetros da cidade, estava próxima à Ártemis, um distrito que antigamente foi porto fluvial.

No primeiro local, atuavam os controladores; no segundo, os analistas dariam início ao processo de difusão dos informes, enviados por telex para o IV Comando Aéreo, em Viracopos, ou por malote, para a 11ª Brigada da Infantaria Blindada, em Campinas. Nos locais, a infra-estrutura garantia a produção de refeições para os agentes, e equipes especiais realizavam a segurança, monitorando carros que circulavam na vizinhança, inclusive de moradores. (ELIAS, 2004, p. 78).

Os agentes seguiam normas rígidas de comportamento, não devendo se identificar como militares e sempre ter uma justificativa de sua presença na cidade que não os denunciasse como repressores. A justificativa oficial desse aparato repressivo era colher informações sobre os próximos movimentos dos estudantes em referência às eleições de 15 de novembro de 1982. (ELIAS, 2004, p. 79).

Nos arquivos do DEOPS encontram-se anotações sobre algumas delegações: quando saíram de seus respectivos estados e chegaram a Piracicaba, e alguns dos seus posicionamentos em referência ao congresso estudantil:

No dia 29/SET/82, à noite, em frente ao DCE/UFJF [Universidade Federal de Juiz de Fora – MG], cerca de quarenta estudantes da UFJF embarcaram para Piracicaba/SP, onde participam do XXXIV Congresso Nacional da UNE. Segundo Maria Izabel Costa Melo, coordenadora do DCE/ UFJF, foram aprovados 26 delegados dos vários cursos daquela Universidade. Cerca de quarenta alunos, da UFV (Universidade Federal de Viçosa) também viajariam à noite do dia 27/SET, para Piracicaba/SP.

De passagem por Juiz de Fora/ MG [incompreensível] Julião de Brito Nunes da Silva, Diretor de Esporte da UNE, aluno de UFGO [Universidade Federal de Goiás], esclareceu, a entidade estudantil daquela cidade, que o tema principal para o XXXIV Congresso Nacional da UNE será a Defesa do Ensino Público e Gratuito para todos, procurando reforçar esta tese junto aos setores da sociedade brasileira que, também a [abrangem].
Será defendida, ainda, no Congresso uma posição contra o PDS, em apoio às oposições, nas próximas eleições. (DEOPS, 82).

A repressão prendeu o jornalista Claudio Campos, editor do jornal Hora do Povo na noite do dia 01 outubro, ao sair do congresso. Os repressores se apresentaram como policiais federais, mas não mostraram a identificação. Acompanhado pelo ex-vice-presidente da UNE, Marcelo Barbieri (1979-1980), que disse que ele foi espancado e levado numa Brasília de cor creme e placa MD660 de São Paulo. Campos estava sendo processado com base na Lei de Segurança Nacional e era candidato a deputado federal pelo PMDB. (JP, p. 04, 02/10/82). Sobre esse episódio, consta no arquivo do DEOPS:

Foi preso pela Polícia Federal, no dia 01 pp., na cidade de PIRACICABA, momentos antes da abertura do 34º Congresso da UNE, o jornalista e diretor do jornal "HORA DO POVO", CLAUDIO CARDOSO DE CAMPOS, filho de José Carneiro de Campos e Iná Nicolau D' Almeida, condenado pelo STM [Superior Tribunal Militar⁹⁸] à pena de 02 anos e 03 meses de reclusão, nos termos dos artigos 14 e 33, parágrafo único da Lei nº 6620/78. Os estudantes ao saberem da prisão, programaram um Ato Público para o dia 03 pp., o qual não ocorreu, sendo apenas distribuídos alguns panfletos por elementos ligados ao jornal "HORA DO POVO". (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

No arquivo do DEOPS está a relação de participantes do 34º Congresso da UNE, divididos por estados, sob o título de *DELEGADOS CREDENCIADOS E PARTICIPANTES DO 34º CONGRESSO DA U.N.E. – PIRACICABA – 1982*, com informações sobre a universidade, curso e documentação das pessoas que estavam presentes no evento estudantil. Os delegados representando seu estados eram: três do Acre, 60 de Alagoas, 29 do Amazonas, 149 da Bahia, 47 do Ceará, 89 do Distrito Federal, 75 do Espírito Santo, 153 de Goiás, nove do Maranhão, 30 do Mato Grosso, seis do Mato Grosso do Sul, 262 de Minas Gerais, 57 do Pará, 85 da Paraíba, 79 do Paraná, 106 de Pernambuco, 33 do Piauí, 233 do Rio de Janeiro, 27 do Rio Grande do Norte, 373 do Rio Grande do Sul, 86 de Santa Catarina, 641 de São Paulo e nove de Sergipe (DEOPS, 30/09 a 04/10/82), num total de 2641⁹⁹ seres humanos que foram

⁹⁸ Conforme previsto pelo AI-2, a partir de 1965, ações entendidas pelos militares como contrárias à Segurança Nacional foram julgadas pelo Superior Tribunal Militar. (SILVA, 2011).

⁹⁹ Pelo número, talvez tenham sido contabilizados somente os delegados.

vigiados pelos agentes do Estado, graças aos seus posicionamentos ideológicos contra uma cultura dominante.

Percebe-se que, mesmo com o avançado processo de abertura política, o regime continuava com sua repressão, prendendo pessoas com consciência e ligadas a movimentos sociais, lutando em favor da classe trabalhadora. Claudio Campos foi preso pela sua orientação política, julgado por um Tribunal Militar, os 2641 estudantes foram vigiados também pelas suas orientações políticas contra a ordem burguesa. Os agentes do Estado militar, imposto de forma violenta pela burguesia para frear a participação social e a luta por direitos, buscavam informações sobre os participantes; estes agentes eram o controle burguês da ordem social para que interesses divergentes dos ideologicamente aceitos pudessem ser contidos e as pessoas que os expressavam também, pessoas que, na visão burguesa, ameaçam a propriedade privada e a sua hegemonia. Quando não adentra pela ideologia o faz pela força.

5.3 Posições políticas das tendências estudantis

No relatório do DEOPS sobre esse Congresso da UNE, há as posições das tendências:

‘Viração’ defende o voto contra o PDS, apregoa a derrubada do regime militar e uma constituinte, reconhece que as eleições de novembro de 1982 são um passo decisivo que pode vir a se transformar numa profunda mudança; ‘Mãos à Obra’ defende o voto no PMDB, considera que por meio das eleições se mudará a correlação de forças no país; ‘Petistas’ apregoam a derrubada da ditadura militar, são intransigentes na defesa do voto no PT, consideram que as eleições poderão se transformar num processo de auto-reforma da ditadura militar; o grupo gaúcho, apresentando-se como democrata, tem criado alguns embaraços, fazendo conchavos inoportunos com grupos comunistas e por isso merece melhor observação; os grupos trotskistas, quanto as eleições de 15 de novembro, admitem que será necessário correr sangue. (DEOPS, apud ELIAS, 2004, p. 80).

Dessa forma, sendo dois grupos políticos concorrendo às eleições da UNE:

O Grupo de orientação PETISTA, integrado por elementos que apoiam o Partido dos Trabalhadores, que por sua vez é de orientação trotskista e o GRUPO PEEMEDEBISTA, integrado por estudantes que recebem apoio e orientação do PMDB, que por sua vez é apoiado pelas correntes comunistas, vale dizer MR-8, PC do B e PCB. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

As correntes petistas vinculadas à Convergência Socialista, grupo de caráter trotskista que segue as orientações da IV Internacional, eram: Liberdade e Luta; Grupo Centelha, de Minas Gerais; Grupo Peleia, do Rio Grande do Sul, e Grupo Travessia,

do Nordeste. Os principais líderes eram Cleuza Turra, da Libelu; Paulo Roberto Pepe e Demetrius Magnolli, da USP, e Luiz Alberto Rodrigues, do Rio Grande do Sul.

Vinculadas ao PMDB: a Viração, do PCdoB, e Mãos à Obra, do MR-8, vencedores das eleições em 1981 da UNE; Unidade, do PCB; Refazendo, do Núcleo de Ação Comunista (NAC); Companheiro, do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP¹⁰⁰); Unidade Comunista (UC) e Gazeta Democrática. Os principais líderes eram Clara Araújo, então diretora da UNE; Adelmo Alves Lindo, o Baiano, ex-presidente do DCE-Unimep, e Javier Alfaya, então presidente da UNE. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

Conclui-se o motivo da intensa perseguição: correntes estudantis ligadas à Convergência Socialista, ao Partido Comunista do Brasil, ao Núcleo de Ação Comunista, ao Movimento de Emancipação do Proletariado, à Unidade Comunista, nomes que trazem pavor à burguesia e ao seu modo de vida e interesses.

Por esse motivo, as tendências ligadas a partidos políticos de trabalhadores e com maior consciência de classe “merecem melhor observação”. A ojeriza a um partido composto de trabalhadores é evidente e a perseguição aos que militam em partidos assim. Esse ódio de classe, a burguesia transfere para os comunistas: “admitem que será necessário correr sangue”. Entretanto, a violência de classe é praticada pela burguesia, a forma de dominação é violenta, não deixando a classe trabalhadora se emancipar e viver como deseja, e sim como a burguesia impõe: vender sua força de trabalho e não possuir a riqueza que produz, alienado de sua criação. E quem luta contra isso deve ser vigiado.

5.4 Congresso: início, pautas e reivindicações

No começo do congresso foi cantado o Hino Nacional e no arquivo do DEOPS consta que os integrantes das tendências ligadas ao PT pediram para cantar a Internacional Comunista e não o hino, e pronunciavam o lema: “Brasil, Polônia, América Central – A Classe operária é internacional”:

¹⁰⁰ Segundo Azevedo (2011) o MEP, quando da criação do PT foi uma das correntes que o integrou.

Na cerimônia de abertura foi cantado o Hino Nacional Brasileiro enquanto era hasteado o pavilhão nacional, nesse ponto deu-se mais um incidente pois os opositoristas, **sectários do PT**, mantiveram-se sentados, pedindo que ao invés do Hino Nacional, fosse cantada a “Internacional” repetindo o refrão: “Brasil Polônia, América Central – A Classe operária é internacional”. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82, grifos meus).

Aqueles com tendências mais à esquerda e a favor de um partido chamado de Partido dos Trabalhadores eram alvo de maior perseguição pelos agentes do DEOPS, por estarem em desacordo a classe burguesa e a favor da trabalhadora. Esses estudantes ligados a essas correntes a favor do PT, como pudermos observar já no primeiro congresso em Piracicaba, colocavam os interesses dos trabalhadores acima dos estudantis e eram a favor de uma transformação da realidade.

Javier Alfaya, presidente da UNE, foi o primeiro a discursar na abertura, lembrando dois ex-presidentes da UNE mortos pelos militares, Alexandre Vanussi Leme¹⁰¹ e Homestino Guimarães¹⁰²:

Javier Alfaya – Conclamou os estudantes a se unirem através da UNE, para combater o regime. Disse que a sua não expulsão do Brasil foi uma vitória dos estudantes e de todas as camadas populares, e, por fim fez um relato das realizações de sua gestão à frente da entidade. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

Percebe-se também que a perseguição era contra todo o movimento estudantil, mesmo as correntes de situação, que, apesar de colocarem os temas estudantis à frente, como apontado no congresso anterior em Piracicaba, tinham uma consciência contra a cultura dominante e suas reivindicações de um ensino público, gratuito e universal iam contra o interesse da classe burguesa.

Outras pessoas discursaram na abertura, entre as quais apresento algumas.

O prefeito de Piracicaba, José Aparecido Borghesi, pronunciou:

[...] Piracicaba se transforma neste instante numa trincheira, numa trincheira brava que ninguém vai derrubar, porque aqui estão representantes de todo o País. Piracicaba não está recebendo vocês, Piracicaba está ao lado de vocês. (JP, p. 4, 02/10/82).

E no arquivo do DEOPS:

¹⁰¹ Como já apontado, estudante de Geologia na USP, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) – organização política socialista surgida em 1967, foi preso e assassinado em 1973, quando tinha apenas 22 anos.

¹⁰² Estudante de Geologia na UNB, líder estudantil vinculado à AP, fora preso quatro vezes desde o golpe, na quarta foi assassinado, em 1973, quando tinha 26 anos.

José Aparecido Borghesi – Saudou os participantes do Congresso e foi muito aplaudido pela grande colaboração prestada, pela prefeitura local, à UNE. Afirmou que Piracicaba “não é a terra da UNE somente em épocas de congresso” e acrescentou que a cidade, como todo o país, vêm sentindo a política opressiva do regime, desde 1964, que vem “**prendendo matando e espancando líderes trabalhistas, políticos democratas e estudantes**”. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82, grifos meus).

O presidente do PDT, Rogê Ferreira (candidato ao governo de São Paulo na época), ex-presidente da UNE (1949-1950) e fundador da UEE-SP, criticou no seu discurso o Estatuto dos Estrangeiros, que tentara expulsar Javier, e lembrou que a UNE havia sido reconhecida pelo Estado Novo em 1943 (a UNE era ainda ilegal para a Ditadura Civil-Militar). Defendeu o sindicalismo e o direito à greve¹⁰³ e destacou que estava presente não como candidato e sim como “fruto do movimento estudantil”. (JP, p. 4, 02/10/82).

E no arquivo do DEOPS:

Rogê Ferreira – Quando chamado a compor a mesa diretora fez o gesto do punho cerrado e assim permaneceu, sob aplausos, até ocupar o seu lugar. Disse que, pelo fato de ser um democrata, sempre foi alvo “desse regime fascista que se instalou no país há 18 anos, mas esta, digo, mas que está com seus dias contados, pois 15 de Novembro o povo dará uma resposta”. Teceu considerações sobre sua vivência como líder estudantil, pois foi presidente da UNE em 1949 tendo renunciado antes de completar o seu mandato, foi substituído por José Frejat na então presidência da UNE. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

O representante do PT, Moacir Gadotti, também criticou o governo pelo processo contra Javier: “Colocar em liberdade vigiada o presidente da UNE é colocar sob suspeita todos os estudantes brasileiros”. Criticou ainda o governo pelas maiores verbas destinadas ao setor de armamento: “Destinar maiores verbas para a compra de armas expressa claramente o medo que o governo tem da cultura”, pedindo mais verbas para educação.

O ex-prefeito de Piracicaba, João Hermann Netto, um dos responsáveis pelo congresso de 1980, nesse evento representava o PMDB. Pediu a naturalização de Javier e disse: “Piracicabano ele já é”. Pediu a união dos estudantes e dos partidos de oposição dizendo que “o inimigo comum é o PDS”, e a unidade “para a derrubada do regime, a derrubada do governo e a implantação das liberdades democráticas neste país”. (JP, p. 4, 02/10/82).

E no arquivo do DEOPS:

¹⁰³ Percebe-se a defesa de direitos fundamentais da classe trabalhadora por alguns convidados.

João Hermann Netto – Conclamou, muito inflamado, os estudantes a se unirem e a declararem uma “Guerra aberta com o objetivo de derrubar o regime em 15 de Novembro”, acentuando que o PDS é inimigo declarado do povo brasileiro. (DEOPS, 30/09/ a 04/10/82).

O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Sérgio Amadeu, parafraseando Geraldo Vandré de 1968: “Você corta um verso, eu escrevo outro”, pois o governo pretendia “cortar” Javier do movimento estudantil, mas “os estudantes escreveram outro verso e aqui está Javier”. Fez críticas ao Ministério da Educação pelo aumento do ensino pago no país e pelos ataques promovidos aos estudantes. (JP, p. 4, 02/10/82).

E no arquivo do DEOPS:

Sérgio Amadeu da Silveira – Pediu a queda do regime em 15 de Novembro, dizendo também que os “generais quiseram expulsar a UNE e Javier, mas ambos estão aí, juntos e poderosos, lutando pelo fim do regime” Acusou os generais de traidores e chamou a Professora Esther Figueiredo Ferraz, atual Ministra da Educação, de “general de saias”. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

O presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto, defendeu a união dos diversos segmentos das comunidades universitárias, como alunos, professores e funcionários, para encontrar uma solução para a crise que o ensino do Brasil estava passando, bem como para conseguir a democratização das universidades brasileiras. (JP, p. 4, 02/10/82).

E no arquivo do DEOPS:

Newton Lima Neto – Afirmou que a ANDES vem realizando uma campanha, juntamente com os estudantes, pelo ensino público e gratuito. Disse que campanha surtiu efeito pois o MEC teve de recuar diante das pressões de todos os segmentos da sociedade. Acrescentou também que a nomeação da nova Ministra¹⁰⁴ foi o mesmo que enterrar a educação no Brasil. Ao final, anunciou a realização, em breve, em São Paulo, de um encontro da ANDES com os professores, alunos e funcionários para discutir a Educação e insistiu na importância da união desses três segmentos. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

O representante da OLP, Fauzi Mansur, criticou o Estado de Israel pela invasão do Líbano e os massacres em Beirute. A Federação dos Estudantes Universitários da Palestina enviou um documento pedindo que os estudantes brasileiros apoiassem a autodeterminação dos povos e repudiassem as ações políticas de Israel contra o povo da Palestina. (JP, p. 4, 02/10/82).

E no arquivo do DEOPS:

¹⁰⁴ Esther de Figueiredo Ferraz – Ministra da Educação de 1982 a 1985.

Fauzi El-Mashni – Abordou a questão da OLP e de sua luta por um estado palestino soberano. Teceu considerações de modo inflamado, sobre o massacre havido no Líbano, condenando Israel e o “imperialismo americano”.

E outros pronunciamentos na abertura foram:

José de La Rosa Castilho – Criticou os governos militares da América Central e do Sul, após fazer um relato da situação internacional e da posição da UIE.
Aldo Rebelo – Também pediu a união dos estudantes e a resposta em 15 de novembro, aos “generais donos do Brasil, que prendem estudantes, padres e trabalhadores”.

Fernando Morais – Atacou os “generais capachos”¹⁰⁵ e fez comentários sobre os “estudantes mortos e torturados, desde 1964, na luta contra esse regime”.

Almino Afonso – Fez um relato das lutas desencadeadas pela UNE, desde a sua fundação até agora e atacou violentamente o governo, falando em tortura, opressão, exploração, etc. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

Nota-se que segundo o arquivo do DEOPS, há uma linguagem mais dura contra a Ditadura Civil-Militar pelos participantes do Congresso da UNE, alguns documentos fazendo referência às falas de alguns participantes sobre os militares como a força repressora do Estado burguês, e abordando a classe trabalhadora e os seus direitos fundamentais.

As críticas ao ensino pelas autoridades presentes no congresso têm relação com os péssimos resultados da política educacional praticada pelo regime nos últimos anos, que começaram a aparecer no final da década de 1970. Segundo Meneguel, a reforma universitária de 1968 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5692/71) trouxeram um crescimento do número de pessoas no ensino superior, mas, graças a motivos políticos e econômicos, levaram a uma péssima qualidade de ensino. (MENEGUEL apud PEREIRA, 2006, p. 147).

Segundo Pellicciota (1997), a transformação da universidade pública brasileira ocorrida no período ditatorial, de um modelo europeu, que possui uma ênfase na geração de pesquisa e ciências, para um modelo estadunidense, que tem referência mercadológica, não conseguiu ser implementado plenamente, ocorrendo um modelo misto com forte desgaste ao longo da década de 1970. O objetivo era transformar as universidades em empresas com o intuito de formar os alunos rapidamente a custos mais baixos¹⁰⁶. (p. 43-44).

Percebe-se como a proprietária dos meios de produção quer transformar todos as áreas da sociedade em favor do capital. Áreas essenciais, como a educação, são

¹⁰⁵ Refere-se aos militares como instrumentos de repressão, “capachos”, da burguesia.

¹⁰⁶ Como apontado no capítulo três deste trabalho.

também privatizadas para gerar mais lucros para a burguesia. O importante é o lucro da classe dominante, mesmo que isso gere malefícios para todas as classes sociais.

Nesse período, segundo Silva (2013), a recessão do começo da década de 1980 colocou fim ao crescimento econômico do país. Recessão originada do alto nível de endividamento do Brasil com o aumento dos juros americanos, da incapacidade de exportar e do corte das fontes de financiamento, derivados da crise mundial dos anos 1970. (p. 252-254).

Como apontado por Marx, o capitalismo vive de crises, principalmente de superprodução. A contradição do modo produção capitalista, entre a produção e a forma de aquisição da riqueza (privada e por poucos) gera crises de abundância de produção como uma necessidade. Para a manutenção das taxas de lucros, a prosperidade gerada por um período termina e a exploração da classe trabalhadora aumenta.

Dessa forma, depois de um período de prosperidade após a Segunda Guerra Mundial, com o Estado de Bem-Estar Social (presente somente na Europa Ocidental e EUA, já que nos países subdesenvolvidos era uma expressão de imperialismo), na década de 1970, o mundo capitalista sofreu uma nova crise e o neoliberalismo começou a ser implantado, com Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra, pondo fim ao Estado de Bem-Estar Social e começando vários ataques à classe trabalhadora, com a retirada de benefícios e políticas sociais. (HOBSBAWM, 2014).

O então vice-presidente da UNE, Luiz Alencar Falcão, concedeu uma entrevista ao Jornal de Piracicaba, no dia 1º de outubro, no início dos trabalhos do congresso. Disse que o XXXIV Congresso da UNE engajara-se para pedir à população para votar nos partidos oposicionistas. E os estudantes discutiriam soluções para a crise nacional, como convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e o congelamento da dívida externa brasileira, para que fossem mantidos os recursos no país.

Em referência à situação internacional, o vice-presidente apontou que os estudantes brasileiros deveriam apoiar e se solidarizar com o povo da Palestina e de El Salvador, pela autodeterminação desses povos e condenando os massacres promovidos pelos israelenses no Líbano. Esses massacres, de acordo com ele, eram apoiados pelos Estados Unidos da América. (JP, p. 4, 01/10/82).

Percebe-se a disposição dos estudantes para criticar os Estados Unidos pelas interferências em outros países, que foram responsáveis por diversas mortes, assim como ocorrera no país em 1964, quando do golpe patrocinado pelos Estados Unidos em defesa dos interesses da burguesia internacional para que o Brasil, assim como outros países subdesenvolvidos, prosseguisse dependente e permitisse a continuidade da manutenção dos interesses de empresas dos países desenvolvidos.

Foram colocadas algumas faixas no ginásio municipal, local onde foi realizada a plenária estudantil, que mostram um pouco das lutas dos estudantes e sua conscientização:

“VOZ DA UNIDADE – A LUTA PELA DEMOCRACIA FAZ PARTE DA LUTA PELO SOCIALISMO”

“O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL SAÚDA O 34º CONGRESSO DA UNE”

“EM TEMPO: TODO PODER AOS TRABALHADORES”

“CAMINHANDO: POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO, OPERÁRIO E POPULAR”

“JORNAL – O TRABALHO – 4 ANOS DE LUTA”

“CONTRA O GOVERNO DE FOME, REPRESSÃO E ENTREGUÍSMO”

“PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO”

“DERROTAR O GOVERNO DO PDS É A TAREFA DA OPOSIÇÃO”

“TODO APOIO À LUTA PALESTINA”. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

Pautas

Nas páginas do Jornal de Piracicaba do dia 03 de outubro de 1982, está escrito que, em paralelo às plenárias e composição de chapas, acontecia um verdadeiro “circo”, com as tendências de diversas orientações, como stalinistas, trotskistas, albaneses e até maoístas. As composições do movimento estudantil, segundo esse jornal, faziam uma “feira” com a venda de diversos materiais para propagar suas teorias que traziam “formulas infalíveis de resolver todos os problemas nacionais e internacionais e rejeitando frontalmente as propostas dos demais”. Havia a venda de camisetas com fotos de Che Guevara, Lênin, Trotsky, Marx e combatentes palestinos, e vendas de broches dos partidos, além de comidas, bebidas e cigarros. (JP, p. 6, 03/10/82).

Nota-se a postura hostil desse jornal burguês em relação a integrantes do movimento estudantil com posições políticas à esquerda e a favor da classe trabalhadora. Além da violência, a repressão acontece também ideologicamente, através da alienação dos trabalhadores pelos meios de comunicação que são da burguesia. Transformando os interesses que são somente da classe burguesa em

comum, e que outras ideologias são erradas e antidemocráticas. Quando na realidade os princípios burgueses que são antidemocráticos, bons somente para uma pequena parcela da humanidade que detém a riqueza e, quando seus princípios e interesses não são alcançados plenamente recorrem à regimes violentos e repressivos contra a maioria da população do planeta; este período histórico evidencia isto, a Ditadura Civil-Militar brasileira.

E ainda, o Jornal de Piracicaba aponta que o congresso fez uma pauta de reivindicações que não apresentavam novidades em relação aos dois congressos anteriores:

[...] suplementação de verbas para o ensino; participação do corpo discente em 1/5 dos órgãos colegiados; revogação da sistemática de escolha dos reitores; congelamento da dívida dos estudantes para o crédito educativo. Os estudantes se definiram, mais uma vez, contrários a todo e qualquer aumento das anuidades determinado pelo Ministério da Educação e Cultura e de apoio a associação dos docentes do ensino superior. (JP, p. 6, 03/10/82).

Percebe-se, assim, como o Jornal de Piracicaba passou rapidamente pelas propostas dos estudantes sem dar um maior detalhe de como foram aprovadas em plenário, como o Jornal Movimento fez no congresso de 1980, mas este não existia mais, não aguentando os ataques e a crise financeira, enquanto jornais capitalistas recebem somas generosas para continuar propagando os ideais burgueses e criminalizando os movimentos sociais, dos trabalhadores, bem como os dos estudantes conscientizados.

O Informativo da UNE relata que, no dia 02 de outubro, o ginásio municipal estava com quatro mil participantes, sendo 2.364 delegados, organizados por estados. A primeira plenária tinha o tema O posicionamento da UNE frente às eleições de 15 de novembro, apresentando as resoluções políticas a serem debatidas no dia 03. Nesse dia pela manhã as propostas foram apresentadas e votadas. As resoluções aprovadas, de acordo com o informativo, foram:

Reafirma sua luta pelo ensino público e gratuito e contra o ensino pago, conclamando o conjunto dos estudantes a lutar por uma UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA E VOLTADA AOS INTERESSES NACIONAIS E POPULARES.

Propõe a realização de um seminário Nacional Sobre Ensino Superior e Reestruturação da Universidade, que deverá preceder um Seminário Nacional semelhante, a ser realizado conjuntamente com os professores e funcionários, proposto pela ANDES.

Além disso, a UNE realizará mobilizações em torno de:

Escolas públicas

Atendimento integral dos pedidos orçamentários das universidades e contra o corte de verbas;

Atendimento dos pedidos de suplementação de verbas;
 Contra a portaria 03/82 do MEC;
 Preenchimento de todas as vagas e luta pela ampliação do número de vagas oferecidas;

Escolas particulares

Contra os aumentos estipulados pelo MEC, pelo rebaixamento dos aumentos das anuidades e estipulação de um índice a partir da realidade de cada escola;
 Subsídios do governo para as escolas particulares, visando o rebaixamento das anuidades;

Democratização da universidade

Revogação da legislação autoritária da escolha dos dirigentes universitários e dos órgãos diretivos, realização de eleições diretas para todos os cargos de direção, inclusive o de reitor;

Participação dos estudantes com um mínimo de 1/5 nos órgãos colegiados das universidades, faculdades e cursos.

Fixação de um índice nacional de 12% do orçamento federal para a educação.

Apoio às lutas dos professores e funcionários das universidades.

Campanha pela legalização da UNE

Eleger o ano de 83 como ano da legalização da UNE;

Conquistar a sua sede.

Campanha em defesa e pelo Ensino Público e Gratuito/ Contra o Ensino Pago

Ampla denúncia da política do governo;

Luta contra a implantação do ensino pago nas escolas públicas;

Aglutinação de todos os democráticos e populares em defesa do ensino público e gratuito.

Contra a expulsão de Javier Alfaya e por sua naturalização. (Informativo da UNE, 11/82, p. 8, grifos do informativo).

Olhando essas propostas lançadas pelo movimento estudantil brasileiro, como o anterior em Piracicaba, percebe-se que vão contra os interesses burgueses de aumento de suas taxas de lucros e privatização de todos os setores da sociedade. Para a UNE a educação deveria ser com: “UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA E VOLTADA AOS INTERESSES NACIONAIS E POPULARES”, e os interesses nacionais e populares são contra os interesses da classe dominante; “fixação de um índice nacional de 12% do orçamento federal para a educação”, diminuindo o valor destinado a pagar a dívida pública, cujo maiores credores são os capitalistas; entre outras propostas que ferem de alguma forma os interesses ideologicamente dominantes.

5.5 Resoluções finais do XXXIV

A eleição para a nova diretoria foi realizada no dia 04 de outubro (segunda-feira) pela manhã, sendo eleita pela primeira vez na história da UNE uma mulher, Clara Araújo, com 24 anos, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, e seu vice-presidente foi Adelmo Alves Lindo (Baiano), da Unimep.

O Jornal de Piracicaba descreve que a eleição foi feita por 2.500 delegados que discutiram e chegaram a formar uma chapa única. (JP, p. 6, 3 out. 1982).

Entretanto, o Informativo da UNE (p. 4-5, 11/82) e o arquivo do DEOPS (30/09 a 04/10/82) trazem uma informação mais completa, descrevem que se formaram três chapas: a primeira liderada por Sergio Luiz (presidente da UEE-MG na época), a segunda por Aldo Formazieri (presidente da UEE-RG) e a última por Clara Araújo. E a nova diretoria sendo composta por:

Presidente – Clara Araújo (UFBA); Vice-Presidente – Adelmo Lindo (Unimep); Secretário Geral – Orlando Tomé (UFRJ); 1º Tesoureiro – Luciano Costa (Unicamp); 2º Tesoureiro – Acíldon de Mattos (Puccamp); Relações Internacionais – Bernardo Utctel (UFRJ); Secretaria de Cultura – Fernando Trinade (UNB); Secretaria de Assistência Estudantil – Osmar Pires (UFG); Secretaria de Imprensa – Carlos Viacona (RJ); Secretaria de Esportes – Paulo (UFRJ); Departamento Feminino – Lisiane Mota (UFRJ); Secretaria de Biomédicas – Renan Araújo (Fac. Baiana de Medicina); Secretaria de Exatas – Tomás Dourado (UFAL); Secretaria de Humanas – Bosco Veloso (UCP-PE); Vice-Presidente Norte – Francisco Tomás (CESEP-PA); Vice-Presidente Nordeste – Milton Falcão (PE); Vice-Presidente Sudeste – Sebastião Silveira (UFMG-MG); Vice-presidente Centro-Oeste – Wilson Batista Ferreira; Vice-Presidente Sul – Walter Tele (FUEL-Londrina). (Informativo da UNE, p. 4-5, 11/82).

Ao final do congresso, o Jornal de Piracicaba (p. 4, 5 out. 1982) traz sua consideração sobre o XXXIV Congresso da União Nacional dos estudantes:

[...] O congresso da UNE deste ano, considerado o melhor em organização – demonstrou, na prática, muitas dificuldades de composições inflexíveis de alguns grupos. O trabalho de bastidores, visando a articulação para a escolha da nova diretoria esbarrava nas variantes tendências: Viração (que alegava ter eleito os dois últimos presidentes), Mãos à Obra, Unidade, Gazeta Democrática, MR8, PC do B, Unidade Comunista, Liberdade e Luta, Convergência Socialista, Centelha, Travessia, Caminhando, Companheiros.

Também, como no primeiro congresso em Piracicaba, ocorreu uma intensa cobertura por parte da imprensa nacional, como a presença dos jornais O Estado de São Paulo, o Jornal da Tarde, Tribuna da Luta Operária, O Diário de Piracicaba, Tribuna Piracicabana; a TV Campinas; e as revista Veja e Visão. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

No final do XXXIV Congresso da União Nacional do Estudantes, os agentes do DEOPS também fizeram uma consideração, sob o título Resumo Final, Considerações Importantes:

Desde a realização do 31º Congresso da UNE, quando a entidade foi reconstruída em Salvador no ano de 1979, os Congressos anuais se sucedem normalmente, sempre com a participação efetiva e predominante das organizações clandestinas de extrema esquerda, ou seja, o PC do B, MR-8, PCB e Trotskistas. Na verdade, o domínio das esquerdas no setor estudantil é uma constante e neste último 34º Congresso o que se viu foi uma disputa entre as organizações de orientação comunista, linha soviética e organizações trotskistas, apegadas às doutrinas da IV Internacional.

Durante a realização do 34º Congresso em Piracicaba a atuação dos diversos grupos estudantis, deixou clara sua oposição ao regime vigente, seu descontentamento foi patenteado em diversas ocasiões quer através de oradores inflamados, quer através de propaganda subversiva e de atitudes acintosas por parte dos estudantes que em nenhum momento pouparam duras críticas ao governo atual e seus ministros, dessa forma, fica a impressão clara e inofismável que a atual diretoria da UNE deverá se manter fiel aos compromissos assumidos com as lideranças estudantis que apoiaram sua eleição, devendo pugnar pelo reconhecimento oficial da entidade junto ao governo federal, lutar por melhores condições de ensino e suplementação de verbas para as universidades federais; redução dos aumentos das taxas nas escolas particulares; lutar pelos 12% do orçamento da União em prol da educação; eleições diretas para todos os cargos nas Universidades; atendimento aos pedidos de crédito educativo; participação dos estudantes na proporção de 1/5 nos órgãos colegiados das universidades salientando-se por fim a diretoria recém eleita está comprometida com a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras num projeto de reestruturação das universidades. (DEOPS, 30/09 a 04/10/82).

Como apontado, o XXXIV Congresso deu grande importância às eleições nacionais de 1982, as primeiras depois de muito tempo, em que a população poderia votar para governadores. A oposição conseguiu o controle dos principais estados da Federação e maioria na Câmara Federal (havendo uma grande renovação desta, com 222 deputados de primeiro mandato); foram eleitos governadores da oposição em SP e MG com um impacto importante na Ditadura, ao todo 10 governos em posse da oposição, nove do PMDB e um do PDT; o PDS ficou com 12. (RODRIGUES, 1993, p. 60).

Os ataques do Jornal de Piracicaba às manifestações do movimento estudantil continuaram, mesmo não vencendo as correntes mais radicais e que propunham maior transformação social, como Libelu, Convergência e outras; venceram correntes que também eram de esquerda, a Viração e Mãos à Obra. A perseguição da burguesia não era à “composição inflexível de alguns grupos” e, sim, à sua demonstração em favor da classe trabalhadora e da transformação da realidade em favor dessa classe explorada e oprimida. Por isso a burguesia era contra o movimento estudantil, pois expressava uma ideologia a favor da classe operária e não da classe dominante capitalista. Com certeza, seria diferente se os militantes do movimento estudantil demonstrassem uma ideologia alienante, seriam fetichizados e não hostilizados.

E podemos ver no arquivo do DEOPS por que eram vigiadas as correntes estudantis, porque eram comunistas, “com a participação efetiva e predominante das organizações clandestinas de extrema esquerda, ou seja o PC do B, MR-8, PCB e Trotskistas”. Dessa forma, o movimento estudantil, como um todo, foi vigiado com grande intensidade no XXXIV Congresso da União Nacional do Estudantes. Sua ideologia divergente da classe dominante fez com que os órgãos de repressão burgueses vigiassem os integrantes da UNE, seus 2641 delegados vigiados intensamente, pela sua luta que “deixou clara sua oposição ao regime vigente”, um regime vigente deflagrado pela burguesia para que o Estado continuasse sendo burguês, mesmo acabando com a democracia burguesa. A superestrutura agindo para que a estrutura continuasse sendo a mesma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – A CONTRADIÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL: A CONSCIENTIZAÇÃO DIVERGENTE DA ORIGEM

Neste trabalho, não procurei atentar a indivíduos do movimento estudantil brasileiro, o que com certeza seria muito diferente do que considerarei agora, ao invés disso, procurei analisar as correntes, grupos, partidos ou tendências que comandavam a UNE e conseqüentemente o movimento estudantil no país.

No período em que estudei sobre o movimento estudantil brasileiro, desde a fundação da UNE até o final da Ditadura Civil Militar brasileira, os estudantes que se sentavam nas cadeiras das universidades brasileiras, seja nas públicas ou privadas, e tinham o direito e o privilégio de estudar, eram os filhos da classe burguesa. No período em que a UNE foi fundada os universitários pertenciam à parcela burguesa que de fato possuía mais poder e controlava de um jeito ou de outro a superestrutura brasileira (classe dominante); entretanto, com o passar do tempo, próximo da década de 1960, houve um grande aumento de universitários, com as políticas públicas dos chamados “governos populistas” e na Ditadura Civil-Militar, apesar do retrocesso nesse sentido – bem como na garantia dos direitos fundamentais e na formação da consciência -, houve aumento das universidades particulares, e, com isso, filhos, ainda da burguesia, mas com menos poder econômico e político - classe intermediária e pequena burguesia -, eram a grande maioria dos universitários brasileiros. Contudo, os filhos da classe trabalhadora eram em números ínfimos nos bancos do Ensino Superior, mesmo nos dois Congressos da UNE realizados na cidade de Piracicaba, em 1980 e 1982.

Todavia, também se sabe que majoritariamente os estudantes não eram – e não são – militantes do movimento estudantil e integrantes da UNE, e, por isso, é difícil mensurar a origem destes; cogito que fossem oriundos das famílias menos forte economicamente, que, apesar de pequenas burguesas, não possuíam poder político.

E a partir disso, a UNE teve várias fases durante seu longo tempo de História. Nenhuma como a década de 1960, por isso, foi destruída em 1968.

A maior organização dos estudantes brasileiros surgiu em 1937, dentro de outra organização e, apesar de não ser comunista nesta época, já nasceu, de alguma forma, combativa. Seus militantes já em 1938 começaram a ter atritos com a sua “superior”, indicando que logo seria independente.

Desde sua fundação, a UNE lutou, como vimos, com algumas propostas além da educação. Depois de expulsa da sede da CEB, ocupou o Clube Germânia em 1942 na luta contra o Nazi-fascismo, e fez campanha para o país entrar na Segunda Guerra Mundial.

No fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, esteve ao lado de parcela da classe dominante, em favor do seu meio de origem, e contra a classe trabalhadora. Entretanto, os trabalhadores ficaram ao lado de Vargas no receio de seus inimigos que pudessem entrar no poder, de acordo com Ferreira (2003). As diversas políticas trabalhistas garantidas entre 1931 e 1934 pelo “Pai dos pobres”, possibilitou à classe trabalhadora ser incluída na Constituição e ter direitos, algo que não era real antes de 1930. Sem considerar, é lógico, as diversas lutas e encontros travados com a burguesia na Primeira República pela classe trabalhadora para que esses direitos pudessem ser incluídos a partir de 1930. Então os trabalhadores entendiam o que representaria se os integrantes da União Democrática Brasileira, com o apoio do movimento estudantil brasileiro, poderiam fazer se ganhassem o governo federal.

Posteriormente, entre 1951 e 1956, a UNE cairia nas mãos de direitistas, atrelada a interesses da burguesia, e mais além, de acordo com Mendes Junior (1982), a interesses da burguesia internacional com o apoio monetário à então diretoria da UNE pelos EUA. Com isso algumas bandeiras mais nacionalistas do movimento estudantil foram abandonadas, como ensino público e as campanhas pela nacionalização da extração de petróleo. A burguesia internacional sempre pretende colocar todos os mecanismos da vida em favor do lucro; bens essenciais como educação têm que ser privados para gerar dividendos somente para uma pequena parcela da humanidade que detém a riqueza, e países periféricos não devem criar ciência e sim comprar de fora.

E a partir de 1956, mais precisamente em 1962, a UNE teve um período único em sua história, no qual os interesses educacionais foram sobrepujados por outros interesses mais gerais em favor a uma determinada classe social. A UNE, no período de 1962 a 1968, foi comandada por uma corrente comunista/ socialista, entretanto, um comunismo revolucionário e não reformista, na visão desta corrente, a Ação Popular. Isso ocorreu de maneira prática, por tudo que empreendeu o movimento estudantil nessa fase de sua história; bem como na teórica, pelas suas cartas e manifestos, em que, adotando o discurso marxista, propunham se aliar à classe

trabalhadora, através de seus congressos, com uma organização Operária-Estudantil-Camponesa. Congressos que também eram os mais difíceis de serem realizados, antes do golpe, por pessoas conservadoras que atacavam os militantes da UNE, como por órgãos classistas burgueses que, além de financiar propagandas contra a UNE, infiltravam pessoas no movimento estudantil e criavam grupos para difundir interesses burgueses e calar estudantes que possuíam consciência a favor da classe trabalhadora. Dessa forma, para os integrantes da UNE nesse período, o importante era mudar o sistema, somente com isso a classe trabalhadora poderia se emancipar: reformas podem ser a qualquer momento revogadas, somente com a transformação da realidade se finda a alienação.

E no Golpe Civil Militar, construído pela classe dominante que usou de instrumentos ideológicos e repressivos para que o Estado continuasse burguês - na visão da burguesia, pois considerava perigosa a ascensão dos movimentos dos trabalhadores e as reformas de base propostas por Jango (mesmo que isso realmente não colocasse em cheque o Estado Capitalista) -, a UNE já sofreu, no mesmo dia do golpe, ataque pelos apoiadores do novo regime imposto, com a sua sede, ocupada em 1942 na luta contra o Nazi-fascismo, incendiada por pessoas influenciadas pela mídia burguesa.

E o apoio da imprensa burguesa, dita a “grande imprensa”, foi uma constante no golpe, na manutenção dos militares no poder pelo menos até o período chamado de redemocratização ou abertura política. Como pudermos ver, vários jornais, como O Globo, O Estado de São Paulo, o jornal que utilizei como fonte, Jornal de Piracicaba, entre outros, mostravam em seus editoriais seu apoio ao novo regime imposto pela violência burguesa. Antes do golpe, chamavam as movimentações dos trabalhadores, o debate ideológico e a intensa polarização do período – intensificação da luta de classes –, de baderna, anarquia e comunização; tendo os militares “patriotas” os salvado disso tudo.

A burguesia abdicou do controle direto do Executivo para que o Estado continuasse capitalista, na visão dela. A classe dominante não é homogênea, ela também é dividida entre si. Dessa forma, para que o modo de produção continue burguês, é preciso um governo forte que faça desaparecer a democracia e continue a gerir seus negócios da melhor maneira na continuação do aumento das suas taxas de lucros e na exploração da classe trabalhadora. E as Forças Armadas brasileiras como

instrumento de repressão e contenção da burguesia, foram usadas para isso no Golpe Civil Militar de 1964.

O intuito é a defesa da propriedade privada, base de alienação na sociedade de classes capitalista; a partir disso, qualquer risco, na visão da elite, à propriedade privada dos meios de produção, na qual quem a possui é uma pequena parcela da humanidade, a força de repressão dos capitalistas a defende da outra classe, que não possui. Com isso, o propósito dos militares foi a defesa dos interesses burgueses e a propagação da alienação. Em períodos ditatoriais de direita, isso fica mais evidente, como ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985, com polícias políticas que de maneira explícita e violenta perseguiram a classe explorada, impedindo que lutasse por seus direitos fundamentais, bem como pessoas que demonstraram conscientização política em favor dos trabalhadores – o que, na visão da burguesia, é um atentado à sua propriedade privada dos meios de produção e à sua riqueza. Dessa forma, a superestrutura interveio para que a estrutura fosse mantida: ao mesmo tempo em que o modo de produção desenvolve a superestrutura política e ideológica, esta interfere para que a estrutura do modo de produção seja preservada.

A UNE, no período ditatorial brasileiro, opôs uma grande resistência, sendo o movimento estudantil brasileiro um dos movimentos que se pôs a favor da classe trabalhadora. Em 1966, pudemos ver as manifestações promovidas pelo movimento estudantil contra a Ditadura Civil-Militar. E como os militares, a força de controle e repressão da superestrutura burguesa, o atacou, como no episódio da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro; mês muito turbulento e sofrido pelos estudantes, chamado de Setembro Heroico de 1966 por Poerner (2004). E, principalmente, em 1968, influenciados também pelas movimentações estudantis mundiais, na qual a realidade lá fora também exerceu influência nos pensamentos e ações dos estudantes aqui dentro, em que ocorreram episódios de muito enfrentamento, como as passeatas dos Cem Mil, a Guerra do Maria Antonia e o Congresso de Ibiúna, entre outros. As transformações históricas despertam o nosso pensamento e não o contrário, é a realidade que aciona a nossa consciência e nos faz agir na realidade na intenção de transformá-la.

No último congresso da UNE, nesse período, o objetivo da burguesia se concretizou: destruir o movimento estudantil brasileiro por uma consciência de classe

que possuía, a favor da classe trabalhadora, e não à uma ordem social dominante burguesa.

Posteriormente, em um período em que permitiu o retorno de diversos movimentos sociais, composto por trabalhadores, que, pelo golpe, foram alijados de seus direitos e participação política, pretenderam atuar novamente no cenário público e reivindicar direitos fundamentais. Esses movimentos sociais tinham um ponto em comum, eram formados pela classe trabalhadora; movimento como o contra a carestia, o movimento de bairros e principalmente o sindical.

E ressurgiram também movimentos políticos como o estudantil. Este, desde o início da década de 1970, começou a empreender alguns atos com temas mais específicos e locais. A partir da metade da década de 1970, integrantes remanescentes de organizações de esquerda adentraram nos meios estudantis e politizaram os estudantes – assim, um caminho inverso foi feito neste momento, após 1968, os integrantes do movimento estudantil que foram para organizações de esquerda armada, e, agora, os que sobreviveram na luta contra os militares adentraram nas fileiras dos estudantes e foram importantes na sua reorganização e reconstrução de suas entidades representativas, dessa forma, recomeçando o movimento estudantil no Brasil.

Nesse período de abertura política, os estudantes foram importantes em algumas manifestações que se colocaram contra a Ditadura Civil-Militar como um todo. Como em 1975, no assassinato de Vladimir Herzog e, depois, em 1977, com o pioneirismo de manifestações de rua após algum tempo. Sendo atacados ainda pelos militares, como em 1977, em que militares, sob comando do coronel Erasmo Dias, entraram no teatro da PUC-SP e atacaram os estudantes, nos quais alguns chegaram a ser queimados e cerca de 1700 foram presos.

Todavia, porém, os estudantes deram mais ênfase à reconstrução dos DCEs livres, das UEEs e principalmente da UNE. E as correntes que venceram as eleições da maior entidade estudantil deram mais importância a assuntos educacionais e, estes como forma de combate à Ditadura Civil-Militar, chamada essa forma de combate de luta específica – diferente do que ocorrera na década de 1960, com a AP, que propunha, além de uma luta geral contra a Ditadura Civil-Militar, uma organização “Operária-Estudantil-Camponesa”; havia outras correntes que propunham luta específica nos anos 1960, mas era a AP que comandava a UNE. Na refundação da

maior entidade estudantil, também havia correntes que propunham lutas gerais e maior articulação com a classe trabalhadora, mas não venceram as eleições em 1979.

Entretanto, todo o movimento estudantil brasileiro no final de 1970 e início de 1980 era um alvo dos militares pelo que propunham indo de uma forma ou outra contra os interesses da burguesia de aumento de suas taxas de lucros e privatização de todos os setores da sociedade.

A AP, que na década de 1960 possuía, pelos seus militantes, uma consciência de classe a favor da classe trabalhadora e contra os interesses da ordem social dominante e propunha uma revolução socialista para a transformação da realidade, na década de 1970 se inseriu no PC do B (1972), e, em 1979, pela bibliografia consultada, aparece com uma das correntes vencedora das eleições de reconstrução da UNE, mas no objeto de pesquisa, os dois Congressos da UNE, em 1980 e 1982, na cidade de Piracicaba, pelas fontes consultadas não aparece mais.

No XXXI Congresso da UNE, segundo Pereira (2006), foram formadas cinco chapas: Novação, formada pelas correntes socialistas Centelha, Peléia, outras correntes ligadas à Convergência Socialista, e Travessia; Libelu, corrente estudantil trotskista; Maioria, de tendência direitista; Multirão, formado por membros do PCdoB, AP e PCR; Unidade, formada também por membros do PCR e do MR-8. Venceu a chapa Mutirão, composta por membros do Partido Comunista do Brasil e do Partido Comunista Revolucionário; Pereira (2006) também cita a Ação Popular que, como já apontado, estava inserida no PCdoB desde 1972. Essas correntes que venceram estavam interessadas na reconstrução da UNE, e debateram mais os trasmites burocráticos da entidade que ressurgiria, como o estatuto da entidade, a forma de eleição e o modelo de comando. No entanto, eram correntes de esquerda, oriundas de partidos clandestinos perseguidos pela Ditadura Civil-Militar, em que polícias políticas de controle social do sistema capitalista tentavam desmantelar, e para isso torturavam e assassinavam os seus integrantes, mesmo nesse período de redemocratização.

Nos XXXII e XXXIV Congressos da UNE em Piracicaba, foram mandados militares para obterem informações, havendo ameaças e pessoas presas.

Pelas fontes consultadas, no primeiro congresso da UNE no município piracicabano, as correntes vencedoras, Mãos à Obra e Convenção não expressavam uma aliança com a classe trabalhadora, colocando propostas educacionais como

prioritárias. Entretanto, os integrantes dessas correntes faziam severas críticas à Ditadura Civil-Militar e pediam um retorno democrático, permanecendo nesta postura – o que também não é pouco. Outras correntes, inseridas no PT, como as ligadas à Convergência Socialista, e as trotskistas – Ponto de Partida, Novo Rumo, Resistência-Organizando, Centelha e Libelu -, falavam em uma aliança com a classe trabalhadora, e até que integrantes de um partido de trabalhadores comandassem a UNE, em uma atitude talvez até maior do que a que ocorreu na década de 1960, em que estudantes com consciência de classe, mas burgueses e pequenos burgueses, comandavam a UNE e ansiavam por uma aliança Operária-Estudantil-Camponesa. Então, nessa época, essas correntes que perderam desejavam que trabalhadores comandassem a UNE e, como em 1960, uma revolução socialista.

No segundo congresso da UNE em Piracicaba, essa dicotomia também existe. As correntes vencedoras eram de esquerda, sendo de organizações e partidos como PCdoB, Núcleo de Ação Comunista, Unidade Comunista, entre outras – disputavam fileiras no PMDB nesta época -, e as propostas e monções iam contra a Ditadura Civil-Militar e a ordem social burguesa dominante, de alguma forma. Propostas como ensino gratuito e universal, aumento do orçamento federal para a educação, entre outras; que iam contra os interesses da classe burguesa, pois na sua ânsia de aumentar os lucros, aumentar a riqueza de uma pequena parcela da humanidade, no Brasil e no mundo, privatizam todos os setores, essenciais também, como a educação, deixando os filhos de todas as classes sociais com o ensino sucateado e somente a serviço do mercado e do grande capital.

Pelas fontes consultadas, nesse segundo Congresso havia basicamente dois partidos concorrendo à UNE, com suas respectivas correntes estudantis ligadas ao PMDB e ao PT. A corrente Viração venceu o pleito, ligada ao PCdoB, que, clandestino, ainda disputava fileiras no PMDB.

Do segundo partido faziam parte correntes ligadas ao trotskismo e à Convergência Socialista, muito semelhante às fontes consultadas no primeiro congresso, que estavam em um partido que nesta época foi fundado por trabalhadores, apesar, também, que surgiu através de intelectuais da esquerda, membros de organizações de esquerda remanescentes da luta contra o Regime Militar e membros da esquerda católica (Teologia da Libertação). A Libelu, Ponto de Partida, Novo Rumo, entre outras, queriam, como em 1960, uma aliança com os trabalhadores

– talvez até mais, com trabalhadores no comando da maior organização dos estudantes do Brasil – e verifica-se uma maior consciência de classe a favor de uma classe laboriosa e uma transformação da realidade, uma revolução socialista.

Contudo, a perseguição do movimento estudantil brasileiro pelos agentes repressores do Estado policial foi enorme, como um todo. A UNE, por meio de seus militantes, demonstrou força no combate à Ditadura Civil-Militar brasileira, imposta pela classe social dominante, sendo um movimento que sempre combateu esse regime autoritário, desde 1964 a 1968 com sua destruição, pelo motivo de sua proposta de aliança Operária-Estudantil-Camponesa e seu ensejo por transformação social. Conseguiu reorganizar suas entidades, não sem repressão, como em 1977 na PUC-SP. Todavia, ao meu ver, não teve como vencedora correntes que priorizavam uma revolução socialista e uma fusão com a classe trabalhadora para transformação da realidade, a partir do ano de 1979, no comando da UNE. E também, se tivesse, a força repressora da burguesia talvez fizesse de tudo para acabar com o movimento estudantil outra vez; se novamente houvesse propostas de apoio e aliança com a classe trabalhadora, uma aliança Operária-Estudantil-Camponesa, um “conluio” com a classe explorada com o intuito de transformá-la de uma classe para si e derrubar a burguesia do poder e transformar o modo de produção capitalista em comunista, como a AP da década de 1960 tentara.

Entretanto, isso não desmerecia o Movimento Estudantil nesse período de abertura, que se não priorizam lutas gerais contra o Estado Capitalista Burguês como um todo e a sua superação com o protagonismo e aliança com a classe trabalhadora, suas propostas aceitas pelas correntes vencedoras que também eram de esquerda ao comando da UNE, iam de encontro aos interesses mais gerais da classe dominante, aos lucros da burguesia; como propostas de ensino público e gratuito para todas as classes sociais e voltados aos interesses populares, contra os interesses privatistas e de aumento da riqueza da burguesia, e também a favor do aumento de verbas para a educação, que se fosse praticado diminuiria o repasse para credores capitalistas.

E também o Movimento Estudantil na redemocratização atuava com propostas que iam contra uma das piores formas de controle do Estado Capitalista, as ditaduras militares direitistas, que ocupando o lugar no executivo dos burgueses, trabalham para os interesses dessa classe dominante de forma violenta e explícita, sem nenhum

pudor, contra a classe dominada e explorada, a classe trabalhadora. Os militantes do Movimento Estudantil brasileiro lutaram contra essa Ditadura Militar em toda sua extensão, e no final dela o movimento foi vanguarda a partir de 1977 dos grandes movimentos de rua que surgiram contra esse regime de excessão; e os remanescentes de grupos de esquerda foram essenciais nessa consciência dos estudantes de combate aos militares e na reorganização do Movimento Estudantil no Brasil, disperso no período ditatorial anterior. Demonstrando que o Movimento Estudantil, comandado pela União Nacional dos Estudantes, foi extremamente relevante na queda da Ditadura Militar brasileira, e no processo de retomada da democracia no país, com suas atuações corajosas no embate contra os militares, representantes da burguesia, e principalmente pela sua consciência política e o discurso que adotavam a favor da classe explorada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Caio Rodrigo. No chão de fábrica e nas salas de aula, a mesma intolerância. In: VICENTINI, Beatriz Helena. **Piracicaba, 1964: O golpe militar no interior**. Piracicaba: Editora Unimep, 2014.
- AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento: uma reportagem**. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. 3. ed. Tradução: Matheus Soares Azevedo e outros. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Vênancio Majer. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo**. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil República. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÉSAR, Ely Eser Barreto. O Golpe Militar de 1964: Referência na demarcação ideológica da Unimep. In: VICENTINI, Beatriz Helena. **Piracicaba, 1964: O golpe militar no interior**. Piracicaba: Editora Unimep, 2014.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Global, 1986.
- ELIAS NETTO, Cecílio. **Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba – Século XX**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba, 2000.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- FERREIRA, Jorge. A Democratização de 1945 e o Movimento Queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a História Social, **Revista Métis: história & cultura**, v. 3, n. 5, p. 11-29, jan./jun. 2004.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. 1 – A Ditadura envergonhada. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **As ilusões armadas**. 2 – A Ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O sacerdote e o feiticeiro**. 3 – A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **O sacerdote e o feiticeiro**. 4 – A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira – Das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GROPPO, Luís Antonio. **1968** – Retratos da revolta estudantil no Brasil e no mundo. Piracicaba: Biscalchin, 2008.

HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Tradução: Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX – 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. 2. ed. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

_____. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universidade Ltda., 1986.

MACHADO, Otavio Luiz. Movimento estudantil na antiga escola de Minas de Outro Preto da UFOP entre 1964 e 1969. In: GROPPPO, Luís Antonio; Z Aidan Filho, Michel; MACHADO, Otavio Luiz (Orgs.). **Juventude e movimento estudantil**: ontem e hoje. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar – 1964 – 1968**. Campinas: Papirus, 1987.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital. v. 1. Tradução: Regis Barbosa e Flávio K. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. v. 1. 3. ed. Tradução: Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa (Portugal): Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1976.

_____. **A Sagrada Família ou Crítica da Crítica – Contra Bruno Bauer e Consortes**. Tradução: Fiama Hasse Pais Brandão, João Paulo Casquilho e José Bittencourt. Lisboa (Portugal): Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1974.

_____. **O Manifesto Comunista**. 7. ed. Tradução: Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATOS, Benjamim Garcia de. **A importância do fundamento jurídico na busca do bem comum e do interesse social na crise de 1985 na Unimep**. Piracicaba: Ed. do autor, 2004.

MENDES JUNIOR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, Fernando. **Olga**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MORAES, Leandro Eliel Pereira de. **Materialismo Histórico e Dialético: método, práxis e educação**. 2012. 181 f. Dissertações (Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas, Unimep, Piracicaba, 2012.

NEVES, João Paulo Pires. **A cidade de Piracicaba no período de redemocratização** – Um levantamento dos movimentos políticos e sociais durante o processo de abertura política (1974-1984). Iniciação Científica. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Piracicaba, 2013.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

_____. **Método em Marx**. Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Anotações pessoais.

PELLICCIONI, Mirza Maria Baffi. Mobilizações estudantis nos anos 1970. In: GROppo, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otavio Luiz (Orgs.). **Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

_____. **Uma aventura política: As movimentações estudantis dos anos 70**. 1997. 282 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1997.

PEREIRA, Matheus Camargo. **Tecendo A Manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974/1982)**. 2006. 292 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2006.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PUCCI, Bruno; ROMERO, Júlio. Entrevista com o Prof. Elias Boaventura. **Revista Comunicações**. Piracicaba. Ano 21, edição especial, n. 3, p. 35-59, jul.-dez. 2014.

QUEIRÓZ, Adolpho Carlos Françoso. **A Trajetória do “Jornal de Piracicaba” – 1900-1997**. Tese (Doutorado) 1998. 146f. (sem os anexos). Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). São Bernardo do Campo, 1998.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já** – o grito preso na garganta. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Mobilização e conflito político**: A campanha das “Diretas Já”. 1993. 259 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 1964. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1986.

SALDANHA, Alberto. O mito do poder jovem. In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otavio Luiz (Orgs.). **Juventude e movimento estudantil**: ontem e hoje. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 – 1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. Uma rua não tão alegre/ Movimento Estudantil e a invasão da PUC em 1977. In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otavio Luiz (Orgs.). **Juventude e movimento estudantil**: ontem e hoje. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil**: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). 2011. 222 p. Tese (Doutorado). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da. Direito, Política e Trabalho no Porto de Santos. In: FORTES, Alexandre (Org.). **Na luta por direitos** – estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 a 1985. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SILVEIRA NETO, Heitor Amílcar da. **Política Acadêmica – Universidade Metodista de Piracicaba**. 3. ed. Piracicaba: Editora da Unimep, 2003.

SOARES, Paulo Marcondes Ferreira. Arte, Política e Juventude no Brasil: Questões de arte e participação social. In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otavio Luiz (Orgs.). **Juventude e movimento estudantil**: ontem e hoje. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

TOLEDO, Caio Navarro de. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

_____. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 10. ed. São Paulo: Braziliense, 1982.

VALLE, Maria Ribeiro do. **Quando o diálogo é a violência**. In: GROPPPO, Luís Antonio; Z Aidan Filho, Michel; MACHADO, Otavio Luiz (Orgs.). **Juventude e movimento estudantil**: ontem e hoje. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

VICENTINI, Beatriz. As duas semanas em que Piracicaba foi da UNE... e dos agentes da repressão. In: VICENTINI, Beatriz Helena. **Piracicaba, 1964**: O golpe militar no interior. Piracicaba: Editora Unimep, 2014.

_____. Pelo buraco da fechadura, na rua ou na missa: todos observados. In: VICENTINI, Beatriz Helena. **Piracicaba, 1964**: O golpe militar no interior. Piracicaba: Editora Unimep, 2014.

ZEIN, Sylvana. Biografia do Prof. Dr. Elias Boaventura. **Revista Comunicações**. Piracicaba. Ano 21, n. 3, edição especial, p. 29-33, jul.-dez. 2014.

FONTES E ARQUIVOS

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento, uma reportagem**. Belo Horizonte: Manifesto. 2011: **Jornal Movimento**, São Paulo, 20 a 26 out. 1980; 13 a 19 out. 1980.

Acervo Almir de Souza Maia: Imprensa UNIMEP 12/08/80; 13/08/80; 18/08/80; 27/08/80; 19/05/82; 20/05/82.

Arquivo Público do Estado de São Paulo: Arquivo DEOPS s/d; 14/10/80; 16 a 17/10/80; 30/09 a 04/10/82; 01/10/82.

Biblioteca Municipal de Piracicaba: **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba, 11 out. 1980; 14 out. 1980; 02 out. 1982; 30 set. 1982; 20 out. 1980; 02 abr. 1964; 12 out 1980; 19 set. 1982; 06 out. 1982; 19 out. 1980; 10 out. 1980; 02 out. 1982; 10 out. 1980; 04 out. 1980; 03 abr. 1964; 11 out. 1980; 06 out. 1980; 19 set. 1982; 03 out. 1982; 17 out. 1980; 28 set. 1982; 09 out. 1980; 05 out. 1982; 01 out. 1982; 11 out. 1980; 15 out. 1980.

Informativo da UNE, São Paulo, nov. 1982.

Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep): Arquivo UNIMEP s/d.

ANEXO A

S.G. - S.S.P. - Mod. 27

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULORELACÃO DE ESTRANGEIROS PARTICIPANTES DO CONGRESSO DA
U N E

- 1 - RAFAEL R. RULLOBA C:
Passaporte O-555-E (ppt. Oficial com Visto Consular)
Nascimento 07/08/1955
Ocupação - Estudante
Cartão de Desembarque nº 065.308, classif. "062", "2"
Desembarcou em Congonhas em 15/10/80, procedente da Bolívia
pela Loyd Aéreo Boliviano
Hospedou-se no Hotel Esplanada, em Piracicaba.
Participou no Congresso da UNE, onde chegou na madrugada do
dia 16/10 por volta das 05:00hrs.
- 2 - EDGAR GROEHN - PARAGUAI
nº. 4.406.955
Filho de Genaro Groehn e Júlia Rivanova
- 3 - MIGUEL PEDAYA - ARGENTINA
nº 8.989.678
- 4 - CARLOS CONZALES - ARGENTINA
nº 11.041.183
- 5 - RAFAEL REPLAN - URUGUAI
nº 117/559
- 6 - JUAN MANUEL PEREZ FRANCO - CHILE
- 7 - ATILIO MARGUIA - URUGUAI
nº 148.872
- 8 - ALFONSO ARAUJO VILLALBA - PARAGUAI
nº 627. 116
- 9 - PERES MARIA - ARGENTINA
DET. 10382444
- 10 - ALDO FENEZ - ARGENTINA
nº 10533090
- 11 - HETOR VICENTE - ARGENTINA
- 12 - JOSÉ RODRIGUES - ARGENTINA
- 13 - JUAN ABAUJO - VENEZUELA

continua... segue

- 14 - JULIO E. BENVENUTO SEPULVEDA - CHILE
 Filho de Júlio Benvenuto e Adriana Sepulveda
 nº 942475108-78
- 15 - ANTONIO HERNANDES ACUÑA - ESPANHA
 nº 2680460
- 16 - DENNIS SANCHEZ ACUÑA - COSTA RICA
 nº ppt. 9.008955-78
- 17 - NELSON ALFONSO ARAUJO CONZALES - PARACUAI
 nº 14416154
- 18 - MARIA IGNEZ OL. BALTEZ ???
- 19 - JOSE SOTO ROUSAFA
 Filho de Antonio S. Rousafa e Francisca R. Martinez
 nº 7.428.253
- 20 - ALFONSO ARAUJO VILLAR
 Filho de Julio Araujo e Maria R. Araujo
 nº 127.110

RECADOS NO HOTEL

ATILIO, MARIANO, JUAN
 MANUEL, MARIANO, SOANI
 MIGUEL, ALDO, JUAN
 MARIA, FERNANDO, CARLO
 HEDORIANTE, JOSÉ, MARIA
 ERMELIANO, ROUSAFA.